UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL

PAULO LEANDRO DA COSTA MORAES MENDES

MODERNIZAÇÃO DEPENDENTE E DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR: O Observatório do Campo Maranhense como ferramenta para o ensino da questão agrária no Maranhão contemporâneo

São Luís
2026

Uema

MODERNIZAÇÃO DEPENDENTE E DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR: O Observatório do Campo Maranhense como ferramenta para o ensino da questão agrária no Maranhão contemporâneo

2026

PAULO LEANDRO DA COSTA MORAES MENDES

MODERNIZAÇÃO DEPENDENTE E DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR: O Observatório do Campo Maranhense como ferramenta para o ensino da questão agrária no Maranhão contemporâneo

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado e Doutorado Profissional, da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador/a: Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves
Linha de Pesquisa: Linguagens e construção do conhecimento histórico

São Luís

2026

Mendes, Paulo Leandro da Costa Moraes.
Modernização dependente e ditadura empresarial-militar: o Observatório do Campo Maranhense como ferramenta para o ensino da questão agrária no Maranhão contemporâneo / Paulo Leandro da Costa Moraes Mendes. – São Luís, 2026.
249 f.: il.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2026.
Produto Educacional: Website Observatório do Campo Maranhense. Disponível em: https://observatoriodocampomaranhense.net/
Orientadora: Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida.

1. Ensino de História. 2. Ditadura empresarial-militar. 3. Modernização dependente. 4. Violência no campo. 5. Observatório do Campo Maranhense. I. Título.

CDU 93/94:37.016

Elaborada por Lauisa Sousa Barros - CRB 13/657

PAULO LEANDRO DA COSTA MORAES MENDES

MODERNIZAÇÃO DEPENDENTE E DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR: O Observatório do Campo Maranhense como ferramenta para o ensino da questão agrária no Maranhão contemporâneo.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado e Doutorado Profissional, da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Banca Examinadora:

gov.br Documento assinado digitalmente
MONICA PICCOLO ALMEIDA CHAVES
Data: 15/09/2026 16:25:54-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves (orientador/a)
(PPGHIST/UEMA)

gov.br Documento assinado digitalmente
EDILZA JOANA OLIVEIRA FONTES
Data: 22/09/2026 11:40:36-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.a Dra. Edilza Joana Oliveira Fontes (Examinador/a Externo)
(PPHIST/UFPA)

gov.br Documento assinado digitalmente
FABIO HENRIQUE MONTEIRO SILVA
Data: 15/09/2026 16:45:35-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Fábio Henrique Monteiro Silva (Examinador/a Interno)
(PPGHIST/UEMA)

gov.br Documento assinado digitalmente
RAFAEL VAZ DA MOTTA BRANDAO
Data: 15/09/2026 16:58:48-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão (Examinador/a Externo)
(PPGHS/UERJ)

gov.br Documento assinado digitalmente
LIDIANE ELIZABETE FRIDERICHS
Data: 15/09/2026 16:35:42-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Lidiane Elizabete Friderichs (Examinador/a Interno)
(PPGHIST/UEMA)

AGRADECIMENTOS

À minha esposa e companheira de vida, Alice Moraes, dedico meu agradecimento mais profundo. Sem os seus conselhos, seu amor e sua escuta atenta, a realização deste trabalho simplesmente não seria possível. Obrigado por sempre está ao meu lado nos momentos de dúvida, por compreender as minhas ausências nos finais de semana de escrita e por ser o meu porto seguro em cada etapa desta longa jornada. Essa conquista também é sua.

À minha avó, Raimunda Nonata, e ao meu avô, Joaquim Costa (*in memoriam*), que sempre acreditaram em mim. O suporte, o amor e o acolhimento de vocês nos momentos em que mais precisei foram a base estrutural da minha formação. Obrigado por tudo, sempre.

Aos meus pais, Maria de Lourdes e Carlos Augusto, meu muito obrigado por todos os ensinamentos e valores que me guiaram e me permitiram chegar até aqui.

Um agradecimento cheio de afeto ao meu cachorro, Tupac Amaru, pela companhia leal e silenciosa nas horas de leitura e escrita. Sua presença trouxe leveza aos momentos de maior cansaço.

À professora Monica Piccolo, que nesta travessia acadêmica ocupou um espaço muito maior do que o papel de orientadora. Você foi amiga, conselheira e me deu forças para continuar quando pensei em desistir. Obrigado, minha querida, por toda a generosidade.

Aos membros da banca avaliadora, professores Edilza Fontes, Fabio Monteiro, Rafael Brandão e Lidiane Friderichs, pelas leituras atentas e pelos encaminhamentos fundamentais para o amadurecimento e a produção final deste trabalho.

À Comissão Pastoral da Terra – Seção Maranhão (CPT-MA), por ter aberto as portas para mim e para esta pesquisa. Um agradecimento especial a Rafael Barra, sempre acolhedor e disposto a sanar minhas dúvidas.

À Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST) e ao Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), verdadeiros espaços de amadurecimento intelectual e debate coletivo, que permitiram o pleno desenvolvimento e a divulgação desta pesquisa.

"É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos".

Eduardo Galeano

RESUMO

A questões relacionadas à expropriação e violência no campo tem despontado nos estudos sobre o Maranhão contemporâneo como uma das principais catástrofes sociais resultantes da política de modernização dependente adotada no contexto da ditadura empresarial-militar. Nesse sentido, esse trabalho busca localizar as transformações que se processavam no estado no bojo das mudanças vivenciadas globalmente no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, a saber: a ascensão do capital-imperialismo, conforme descrito por Virginia Fontes (2010). Destaca-se que o estado foi inserido de forma dependente na economia nacional, regional e mundial, tanto como fornecedor de matérias primas e bens alimentícios, como viabilizando, por meio das diversas formas de expropriação da população, a intensa ampliação de concentração de renda e protagonismo do capital monopolista naquele contexto. Com base nessas transformações e seus impactos socioeconômicos, e com a finalidade de refletir sobre os limites da concepção de cidadania, da justiça de transição e do direito a memória e a verdade na educação básica, principalmente com alunos do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental, foi elaborado, como produto educacional, o Observatório do Campo Maranhense que, a partir das contribuições da Pedagogia Histórico-critica de Demerval Saviani, busca refletir sobre os impactos do processo de modernização dependente no campo maranhense e seus reflexos na prática social vivenciada no estado.

Palavras-chave: Ensino de História. Ditadura empresarial-militar. Modernização Dependente. Violência no Campo. Observatório do Campo Maranhense

ABSTRACT

Issues regarding land expropriation and rural violence have gained prominence in studies on contemporary Maranhão, standing out as one of the primary social catastrophes resulting from the dependent modernization policies adopted during the business-military dictatorship. In this sense, this paper seeks to situate the transformations unfolding within the state amidst the global shifts of the post-World War II era—namely, the rise of capital imperialism, as conceptualized by Virginia Fontes (2010). It is notable that the state was integrated into national, regional, and global economies in a dependent manner, serving both as a supplier of raw materials and food commodities and enabling, through diverse mechanisms of population expropriation, a sharp expansion of income concentration and the dominance of monopoly capital in that context. Based on these transformations and their socioeconomic impacts, and with the purpose of reflecting on the limits of the conceptualization of citizenship, transitional justice, and the right to memory and truth in basic education – particularly with eighth and ninth-grade students (lower secondary education) – the *Observatório do Campo Maranhense* (Maranhão Countryside Observatory) was developed. Drawing from the contributions of Dermeval Saviani's Historical-Critical Pedagogy, this project seeks to reflect upon the impacts of the dependent modernization process in the Maranhão countryside and its repercussions on the social practices experienced within the state.

Keywords: History Teaching. Business-Military Dictatorship. Dependent Modernization. Rural Violence. Maranhão Countryside Observatory.

LISTA DE SIGLAS

AI-1 – Ato Institucional nº 1

AI-5 – Ato Institucional nº 5

ALCOA – *Aluminum Company of America*

ALUMAR – Consórcio de Alumínio do Maranhão

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ATAM – Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão

ANCAR – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural

APH – Aparelhos Privados de Hegemonia

BASA – Banco da Amazônia S.A.

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

BOC – Bloco Operário Camponês

CCV – Comissão Camponesa da Verdade

CEB – Câmara de Educação Básica

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CLA – Centro de Lançamento de Alcântara

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CIA – Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos

CIEB – Centro de Inovação para a Educação Brasileira

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNV – Comissão Nacional da Verdade

COMARCO – Companhia Maranhense de Colonização

CONCLAP – Conselho Nacional das Classes Produtoras

CONEDU – Congresso Nacional de Educação

CONDEPE – Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco

CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CSS – Cascading Style Sheets

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DCT-MA – Documento Curricular do Território Maranhense

DDA – Departamento de Desenvolvimento Agrário

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

DSND – Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento

ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil

HTML – HyperText Markup Language

ESG – Escola Superior de Guerra

EUA – Estados Unidos da América

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FPN – Frente Parlamentar Nacionalista

FTD – *Frère Théophane Durand*

FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas

I PDM – I Plano de Desenvolvimento do Maranhão

I PND – I Plano Nacional de Desenvolvimento

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

II PDM – II Plano de Desenvolvimento do Maranhão

II PND – II Plano Nacional de Desenvolvimento

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JK – Juscelino Kubitschek

LEPENG – Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em História

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC – Ministério da Educação

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NSF – National Science Foundation

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDM – Plano de Desenvolvimento do Maranhão

PDS – Partido Democrático Social

PFL – Partido da Frente Liberal

PGC – Projeto Grande Carajás

PPGHIST – Programa de Pós-Graduação em História

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PIN – Programa de Integração Nacional

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNE – Plano Nacional de Educação

PNLD – Programa Nacional do Livro e do Material Didático

POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PST – Partido Social Trabalhista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RADAM – Projeto Radar da Amazônia

SBC – Sociedade Brasileira de Computação

SDLC – Systems Development Life Cycle

SFH – Sistema Financeiro da Habitação

SEPLAN – Secretaria de Estado do Planejamento

SNA – Sociedade Nacional de Agricultura

SRB – Sociedade Rural Brasileira

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDEMA – Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

TDIC – Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação

TMD – Teoria Marxista da Dependência

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDN – União Democrática Nacional

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFPA – Universidade Federal do Pará

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USAID – United States Agency for International Development

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Investimentos da SUDENE por estado (1959-1977)	p. 127
Tabela 2	Quantidade de estabelecimentos de acordo com os grupos de área nas microrregiões de influência dos projetos de colonização (1970-1985)	p. 154
Tabela 3	Volume físico das exportações do Maranhão para o exterior 1985-1990 – principais produtos (em 1000t)	p. 169

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades relacionadas com o tema da modernização dependente no currículo de História	p. 69
Quadro 2	Constituição do aparato burocrático: Secretários de Governo	p. 121
Quadro 3	Metas do I programa de Governo do Maranhão (1967-1970)	p. 126
Quadro 4	Cronologia de reestruturação do regramento jurídico fundiário (1964-1979)	p. 128
Quadro 5	Projetos de colonização (1972-1980)	p. 152
Quadro 6	Comparação de nomenclaturas de eixos entre currículos	p. 198
Quadro 7	Conselho Administrativo do CIEB, Mandato de 14/12/2019 a 13/12/2022	p. 200
Quadro 8	Maiores distinções entre interdisciplinaridade científica e interdisciplinaridade escolar	p. 205
Quadro 9	Conteúdo do *Observatório do Campo Maranhense*	p. 215

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Valores em reais recebidos pelas editoras de livros didáticos entre agosto de 2023 e junho de 2024	p. 76
Gráfico 2	Evolução dos escritórios de Extensão Rural no Maranhão	p. 139
Gráfico 3	Municípios maranhenses atingidos pelos escritórios de Extensão Rural	p. 139
Gráfico 4	Empréstimos concedidos à produtores rurais através do Crédito Educativo (1968-1981)	p. 140
Gráfico 5	Produtores beneficiados com o Crédito Educativo por meio dos escritórios de Extensão Rural (1968-1980)	p. 141
Gráfico 6	Número de estabelecimentos rurais agropecuários por área no Maranhão (1960-1985)	p. 142
Gráfico 7	Estabelecimentos e área total das terras ocupadas até 50 hectares (1970-1985)	p. 147
Gráfico 8	Estabelecimentos e área total das terras arrendadas e parceiras até 50 hectares (1970-1985)	p. 148
Gráfico 9	Concentração fundiária de acordo com os grupos de área	p. 149
Gráfico 10	Concentração fundiária nas microrregiões de influência dos projetos de colonização	p. 155
Gráfico 11	Rebanho bovino (1960-1985)	p. 157
Gráfico 12	Área total destinada às principais atividades econômicas (em hectares)	p. 158
Gráfico 13	Quantidade de financiamentos e soma dos valores emprestados aos estabelecimentos rurais (1970-1985)	p. 160
Gráfico 14	Presença do tema tecnologias nos trabalhos apresentados em simpósios temáticos na CONEDU	p. 194

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Interpenetração dependente da economia nacional ao capital-imperialismo	p. 55
Figura 2	Organizações que compuseram o Movimento pela Base	p. 59
Figura 3	Capa do livro didático *Araribá Conecta – História* (Editora Moderna: 9º ano)	p. 77
Figura 4	Capa do livro didático *Viver História com Leandro Karnal* (Editora Moderna - 9º ano)	p. 82
Figura 5	Capa do livro didático *A conquista: História* (Editora FTD 9º ano)	p. 87
Figura 6	Capa do livro didático *História, Sociedade & Cidadania* (Editora FTD 9º ano)	p. 90
Figura 7	Propaganda "Plante que o governo garante", veiculada no governo Médice	p. 103
Figura 8	Áreas de atuação do POLONORDESTE E POLAMAZÔNIA	p. 108
Figura 9	Cartaz de campanha política de José Sarney como candidato do governo no Maranhão (1965)	p. 119
Figura 10	Áreas de influência do Projeto Grande Carajás na Amazônia Legal	p. 168
Figura 11	Eixos da Computação (CIEB)	p. 199
Figura 12	Eixos da computação (SBC)	p. 199
Figura 13	Temas curriculares abordados de forma interdisciplinar no Observatório do campo Maranhense	p. 208
Figura 14	Primeira versão do site	p. 214
Figura 15	Atual versão do site	p. 215
Figura 16	Mapa interativo na plataforma *Meus Mapas* do *Google*	p. 217
Figura 17	Mapa interativo com o uso da biblioteca Leafret	p. 217
Figura 18	Janela *pop-up* com informações sobre Manoel da conceição	p. 218
Figura 19	Página Cronologia da Modernização Dependente no Maranhão	p. 219
Figura 20	Vídeos de abertura do tema Uma "bovinocracia" no Maranhão	p. 220

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17

CAPÍTULO 01 – MODERNIZAÇÃO DEPENDENTE: DA HISTORIOGRAFIA AO ENSINO DE HISTÓRIA 34

1.1 Modernização e dependência no Brasil: expropriação periférica no processo de expansão do capital-imperialismo 34

1.2 Currículo, Dependência e Adaptação: Ensino de História e reprodução do capital 56

1.3 A modernização dependente nos manuais didáticos 73

CAPÍTULO 02 – A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA E SEUS IMPACTOS NO MARANHÃO 99

2.1 A modernização dependente no planejamento do Estado 99

2.2 Modernização dependente no Maranhão: As estruturas oligárquicas e a reformulação fundiária 111

2.3 Os reflexos da modernização dependente na estrutura socioeconômica Maranhense 137

2.4 O Projeto Grande Carajás: aprofundando a modernização dependente 163

CAPÍTULO 3 – ENSINO DE HISTÓRIA E FORMAÇÃO PARA EMANCIPAÇÃO: SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DO *OBSERVATÓRIO DO CAMPO MARANHENSE* 172

3.1 Educação Básica e Formação cidadã: uma análise a luz da Pedagogia Histórico-critica 172

3.2 O uso das tecnologias e da interdisciplinaridade na produção do *Observatório do Campo Maranhense* 193

3.3 O *Observatório do Campo Maranhense* como instrumento de mediação da Prática Social: interface e conteúdo 209

REFERÊNCIAS 225

ANEXOS 245

INTRODUÇÃO

Um importante conceito tomado de empréstimo pela *intelligentsia* brasileira e amplamente utilizado para compreender a realidade nacional durante o contexto da ditadura empresarial-militar[1] é a concepção de *modernização conservadora*, difundida como chave de compreensão das transformações ocorridas não apenas no campo brasileiro, mas em diferentes esferas da vida pública[2].

O conceito construído pelo sociólogo político estadunidense Barrington Moore Jr tem servido, no Brasil, como instrumento principal de análise para a compreensão de diferentes contextos, como a estrutura da grande propriedade agrária, surgida ainda no contexto colonial e preeminente durante o Império e a República. O conceito, delineado na obra "As origens sociais da ditadura e da democracia (1966)", tem como principal objetivo "explicar os papéis políticos desempenhados pelas altas classes terratenentes e pelos camponeses na transformação das sociedades agrárias em sociedades industriais modernas" (Moore Jr, 1983, p. 9).

Nesse sentido, o autor aponta três caminhos históricos distintos que marcaram a passagem de sociedades pré-industriais ao mundo contemporâneo. O primeiro deles seria por meio das revoluções burguesas: Barrington Moore cita os exemplos da Inglaterra (Revolução Puritana), da França (Revolução Francesa) e dos Estados Unidos (Guerra Civil Americana). Para o autor, um ponto que permite uma aproximação entre os casos é o fato de terem tido como característica principal o desenvolvimento de um grupo social de base econômica independente que irá atacar os elementos que impediam o desenvolvimento de um tipo de capitalismo democrático.

Além disso, o autor explicita sua preocupação com aquilo que chama de "classes superiores terratenentes" e sua relação com esses movimentos de ímpeto modernizantes. Nesse primeiro caso, o autor identifica que ou "constituíam parte importante da maré capitalista e democrática [caso da Inglaterra]" ou, ao se oporem, "viriam a ser varridas pelas convulsões da revolução ou da guerra civil". Os camponeses, por sua vez, seguiam a mesma lógica: ou seus impulsos políticos "coincidiam com o que se dirigia para o capitalismo e a democracia política ou não alcançava significado", já que a construção daquele tipo específico de capitalismo entrava em choque com a "sociedade rústica" (Moore, 1983, p. 13-14). O primeiro caminho,

---

[1] O uso da terminologia ditadura empresarial-militar faz referência ao protagonismo de setores do empresariado multinacional e associado no processo de depôs João Goulart em 1964 e na condução do Estado pós-1964, questão que será abordada, mais detidamente, adiante.

[2] Principalmente nas obras de Daniel Aarão Reis e Patto Sá Motta, que serão tratadas mais adiante.

portanto, é o produtor de um modelo próprio de capitalismo e democracia preponderante no mundo ocidental.

O segundo caminho observado por Barrington Moore culminará no fascismo no contexto do século XX. São exemplos dessa trajetória o caso alemão e japonês que são caracterizados por um fraco impulso burguês, não sendo capazes de produzir uma revolução vitoriosa. Desse modo, as classes comercial e industrial buscaram apoio em "elementos dissidentes das antigas classes e ainda dominantes, principalmente recrutados no campo" (Moore, 1983, p. 14). Será essa aliança entre a burguesia industrial e comercial com os setores terratenentes que permitiu, com um base em "regime semiparlamentar", o desenvolvimento da industrialização. Todavia, esse caminho produziu um resultado diferente do primeiro, já que, conseguindo construir um regime democrático brevemente estável, desembocou no fascismo.

O terceiro caminho é o comunismo, exemplificado na Rússia e na China, em que as "grandes burocracias" agrárias foram inibidoras do ímpeto dos setores comerciantes primeiro e depois dos industriais. A debilidade desses setores e sua incapacidade de produzir elementos de modernização ante a "existência do enorme aglomerado dos camponeses", juntamente com o avanço do "mundo moderno", que sujeitava essa classe a "novas tensões e forças", produziu "a principal força revolucionária e destruidora que subverteu a ordem antiga e lançou aqueles países na era moderna, sob direção do comunismo (Moore, 1983, p.15).

Será no contexto do segundo caminho, da passagem de um mundo pré-industrial ao contemporâneo, que surge o conceito de *modernização conservadora*, compreendido pelo autor como uma "revolução vinda de cima". Mesmo identificando uma fase anterior do processo em que os setores proprietários constroem mecanismos para a manutenção de sua influência política econômica (seja pelo controle dos instrumentos de produção, seja pela aliança com a aristocracia), Barrington Moore destaca que há um "fator novo e crucial" para o processo de modernização dessas sociedades, a saber: "a coligação grosseira entre setores influentes das classes fundiárias e os interesses comerciais e industriais emergentes" (Moore, 1983, p. 503). Citando Marx e Engels:

> uma classe comercial e industrial demasiado fraca e dependente para tomar o poder e governar de seu direito próprio, e que, por isso, se lança nos braços da aristocracia proprietária e da burocracia real, trocando o direito de governar pelo direito de ganhar' dinheiro (Marx, s.d. *apud* Moore, 1983, p. 503).

Além dessa coligação entre classes fundiárias e interesses comerciais e industriais, o autor destaca que há outro ingrediente subsequente: o impacto de sistemas agrícolas mais avançados tecnicamente sobre as formas mais repressivas de manutenção da mão de obra intensificou as

“tendências autoritárias e reacionárias entre uma classe superior proprietária que verifica que a sua base econômica se afunda e, por isso, se volta para as alavancas políticas a fim de conservar o seu poder”. Além disso, entre as marcas dessas tendências pode se observar “certas características democráticas: nomeadamente um parlamento com poderes limitados” (Moore, 1983, p. 504). Acrescenta ainda que “a anatomia social desses governos” é definida pelo controle de parte significativa do poder político por uma elite proprietária, já que nesses Estados, em que se reproduz esses mecanismos de poder, não há uma “ruptura revolucionária dos camponeses, em combinação com as camadas urbanas” (Moore, 1983, p. 504).

Foi exatamente esse tipo de poder “semiparlamentar”, sustentado “nessas bases [socioeconômicas]” que pôs em prática um tipo de “revolução mais ou menos pacífica” e que cimentou o caminho desses países para a modernização/industrialização (Moore, 1983, p. 504). E mesmo com a capacidade de romper os obstáculos a modernização de forma pacífica:

> as consequências políticas do desmantelar da ordem, feito de cima, são decididamente diferentes. À medida que prosseguiam com a modernização conservadora, estes governos semiparlamentares tentavam preservar a estrutura social inicial, aplicando grandes secções dessa estrutura no edifício novo, sempre que possível (Moore, 1983, p. 505).

Diante do exposto, é possível inferir que os processos de manutenção e reprodução de determinadas estruturas sociais são elementos fundantes nas análises do autor e mesmo as preocupações com a formulação de mecanismos de poder se voltam para a identificação de interesses que permeiam a relação entre poder político e sociedade civil.Logo, não se pode separar as argumentações produzidas pelo autor de sua principal abordagem, ou seja, as mudanças na estrutura socioeconômica com a passagem do mundo pré-industrial ao contemporâneo e a produção de formas diferentes de apropriação do poder político. É nesse contexto que surge o conceito de *modernização conservadora*.

De forma resumida, pode-se compreender o conceito de *modernização conservador*a a partir das seguintes preposições. Primeiramente, a recusa a mudanças fundamentais na propriedade da terra. “Os grandes proprietários manteriam, destarte, controle também sobre a força de trabalho rural, que não seria capaz, portanto, de se libertar de relações de subordinação pessoal e de extração do ‘excedente’ econômico por meios mais diretos” (Domingues, 2002, p. 460). Portanto, é preciso destacar a relação crucial entre setores terratenente, comercial e industrial, já que a base de sua análise se dá numa perspectiva do conservadorismo que compreende o controle sobre os processos dessa transição como o principal diferencial de uma revolução vinda de cima. Conforme observou

> [...] dependendo das circunstâncias históricas e nacionais, a burguesia pode desempenhar um papel reacionário ou revolucionário, aliar se às velhas classes dominantes e promover uma modernização conservadora, através da revolução passiva, de caráter elitista e autoritário, promovendo transformações pelo alto (Azevedo, 1982, p. 24).

Desse modo, essa perspectiva passa a ganhar relevo nas análises sobre o caso brasileiro e o conjunto de transformações vivenciadas no campo a partir da década de 1960. Essas mudanças são compreendidas, portanto, por uma dualidade que envolvia a necessidade de modernização dos processos de produção no campo em conjunto com a viabilização da manutenção de determinado poder político pelas antigas classes fundiárias.

Embora o conceito de *modernização conservadora* tenha se tornado, praticamente, um consenso entre os estudos sobre as transformações vivenciadas no Brasil durante a segunda metade do século XX, é importante compreender que está inserido em uma tradição mais longa da teoria marxista que objetiva compreender o processo de expansão do capitalismo global e resulta de categorias como a "via prussiana" para o capitalismo de Lenin e a perspectiva gramsciana de "revolução passiva".

Em sua concepção de "via prussiana", Lenin, com base nas concepções marxianas e buscando estabelecer propostas de desenvolvimento do capitalismo ante a estrutura socioeconômica rural russa, estabelece dois caminhos possíveis: "o caminho prussiano" e o "caminho de tipo norte-americano"

> Esses dois caminhos de desenvolvimento burguês objetivamente possível, nós denominaríamos respectivamente caminho prussiano e caminho norte-americano. No primeiro caso, a economia feudal do latifundiário se transforma lentamente em uma economia burguesa, *junker*, que condena os camponeses a décadas inteiras da mais dolorosa expropriação e servidão, enquanto surge ao mesmo tempo uma pequena minoria de *Grossbauer* (camponeses grandes). No segundo caso, não existe economia latifundiária ou foi liquidada pela revolução, que confisca e divide as fazendas feudais. Neste caso predomina o campesinato, que se converte em fator exclusivo da agricultura e evolui até converter-se em agricultor capitalista (Lênin, 1974, p. 282).

Desse modo, na visão de Lenin, o caso alemão é marcado por uma transformação mediada pela aliança entre burguesia e nobreza latifundiária, que decidiram controlar a passagem do mundo feudal ao capitalista na Alemanha, evitando/ sufocando, assim, a participação dos camponeses nesse processo. Essas duas formas de encarar o processo de modernização do capitalismo, na perspectiva leninista, resultavam em dois diferentes arranjos políticos. Por um lado, no caso norte-americano, poderiam produzir um desenvolvimento mais livre, favorecendo a democracia política; por outro, no caso alemão, produzia uma aliança

conservadora que passaria a controlar as mudanças e evitar uma ruptura significativa com o passado.

Essa reflexão sobre a evolução do capitalismo em contextos específicos é retomada por Antonio Gramsci ao analisar o processo de unificação italiano. Nesse contexto, o autor elabora o conceito de "revolução passiva". Nas formulações gramscianas o conceito de "revolução passiva" surge, principalmente, em oposição ao caso francês, que seria marcado por um "jacobinismo de conteúdo" e definido como a constituição e fortalecimento de uma sociedade civil e pelo estabelecimento de uma "rede de instituições através das quais o consenso moral e ético era permanentemente organizado" (Bianchi, 2018, p. 226)

Desse modo, conceito de revolução passiva se relaciona, intimamente, ao de hegemonia[3], pois na situação específica da França, o autor observa a existência de uma revolução política, que dará a tônica às transformações observadas no Estado em geral. Ou seja, são as correlações de forças do campo político que contribuem para a constituição da hegemonia burguesa naquele país, sobre a direção do partido jacobino.

Na Itália, por sua vez, Gramsci observa a ausência de um "jacobinismo de conteúdo", pois "o grupo portador de novas ideias não é o grupo econômico, mas a camada dos intelectuais" (Gramsci, 1999, p. 428). Essa diferença dará a tônica das transformações ocorridas naquele país, pois diante da ausência de uma sociedade civil fortalecida, a camada dos intelectuais[4] passa a ter papel fundamental na soldagem ideológica da nação.

Portanto, o filosofo italiano irá formular o conceito de "revolução passiva" como instrumento para compreensão dos processos de modernização capitalista na Europa, em oposição ao francês, buscando estabelecer critérios de "atividade e passividade". Assim, a modernização do Estado ocorre "'por meio de uma série de reformas ou de guerras nacionais' que permitem contornar a '*revolução política*'" (Gramsci, 1977 *apud* Bianchi, 2018, p. 234 grifo meu).

> [...] o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao

[3] O conceito de hegemonia é central nas reflexões gramscianas e se referem à forma como a política se estabelece em sociedades ocidentais que, para ele, são aquelas que já passaram por um intenso processo de socialização da política. Logo, na perspectiva de Gramsci, o "Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção" (Gramsci, 2007, p. 265), portanto a hegemonia se relaciona a construção e manutenção do consenso.

[4] Gramsci diferencia intelectuais orgânicos que são ligados a uma classe, lhe dão sentido e organicidade e são responsáveis pela nacionalização do projeto de poder dessa classe, portanto, relacionado diretamente a perspectiva da hegemonia; dos intelectuais tradicionais, que são pretensamente distanciados dos interesses de classe, que já compunham a estrutura intelectual de da nação e que viabilizam uma perspectiva de continuidade (Gramsci, 2001).

> subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares, através de "restaurações" que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de "restaurações progressistas", ou "revoluções restaurações", ou, ainda, "revoluções passivas" (Gramsci, 1999, p. 393).

O conceito de revolução passiva, na concepção gramsciana, se associa diretamente ao que o autor chamou de transformismo, que é a assimilação pelo bloco no poder das frações rivais das próprias classes dominantes ou até mesmo de setores das classes subalternas" (Coutinho, 1989, p.126). Ele divide esse processo em dois tipos: o transformismo molecular, em que "personalidades políticas singulares elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à 'classe política' conservadora moderna" e que é averso a qualquer tipo de transformação radical e o "transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado" (Coutinho, 1989, p.127).

Diante do exposto, podemos afirmar que tanto o conceito de "via prussiana" de Lenin quanto de "revolução passiva" de Gramsci buscam, ao seu modo, interpretar os processos de formação dos Estados europeus a partir da oposição ao caso francês. Essas análises concluem, embora destacando elementos diversos, uma gradualidade/passividade nos casos alemão e italiano. Todavia, há um elemento de classe fundamental em suas reflexões: o protagonismo/aliança das classes dominantes e o escamoteamento das classes subalternas nas esferas de poder.

Portanto, essa concepção, de uma conciliação de classes em torno de um projeto modernizante, é bastante operacional na compreensão das dinâmicas que passam a tomar corpo na estrutura social e política interna a partir da anos 1960, já que de fato há uma reestruturação no bloco de poder naquele contexto, pois a classe proprietária, historicamente dominante e dirigente, passa a concorrer com novos interesses de caráter multinacional. Todavia, é importante observar que aqueles instrumentos interpretativos foram criados para compreender a realidade de nações que, dentro do atual contexto global, assumem o papel de países imperialistas. Portanto, podem ser considerados insuficientes para atender a imensa complexidade de transformações pelos quais o mundo passou durante a segunda metade do século XX, sobretudo a partir da perspectiva dos países, ditos, periféricos.

Nesse sentido, Rui Mauro Marini, importante intelectual brasileiro e um dos principais precursores da Teoria Marxista da Dependência, afirma que as teorias marxistas operavam dois desvios comuns ao tentar retratar a realidade latino-americana "a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato ou a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde em aceitá-lo em sua formulação pura" (Marini, 2000, p.105). Essa afirmação de Marini é

fundamental para compreender a sua busca por uma interpretação *sui generis* do capitalismo da periferia do capitalismo, pois buscava estabelecer uma interpretação dialética entre a realidade regional e a teria marxista.

Portanto, Marini busca se distanciar das formulações marxistas anteriores no sentido de afirmar que existem certas peculiaridades que não podem ser abarcadas pela categoria de "pré-capitalismo" utilizado por aquelas análises para entender o caso latino-americano. Diante disso, embora compreendendo que se trate de uma desigualdade no processo de desenvolvimento dessas regiões, o autor afirma que essa realidade é assim pois está subsumida à uma estrutura global com um funcionamento desigual (Marini, 2000, p.106).

> [Logo, a dependência pode ser] entendida como uma relação de subordinação entre as nações formalmente independentes em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (Marini, 2000, p. 109).

Diante disso, Mauro Marini confere fundamental importância à "divisão internacional do trabalho", evidenciando que o processo de desenvolvimento e intensificação da especialização da industrialização dos países europeus é fruto da produtividade e disponibilidade agrícola dos países latino-americanos. Na visão de Marini, a América Latina assumira, portanto, diante da complexificação do processo produtivo industrial e do crescimento das demandas por matéria-prima, como principal função o fornecimento dessas matérias-primas. Isso aponta para uma desigualdade no comercio global, que pende para os países industriais, fornecedores de produtos com maior valor agregado, a isso Marini chama de "deterioração dos termos de troca" (Marini, 2000).

Marini buscou compreender as relações de dependência entre os países por meio da exploração do trabalho e, portanto, da diferenciação da "mais-valia absoluta e relativa". Ou seja, enquanto o crescimento do lucro nos países centrais foi resultado das melhorias dos processos produtivos, viabilizados, principalmente, pelo papel ocupado pelos países periféricos, nos países latino-americanos a "mais-valia" será resultado da maior exploração do trabalhador.

> [...] os três mecanismos identificados — a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho — configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isto é congruente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que se realizam nela. [...] nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros

> casos, porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se assim seu esgotamento prematuro; no último porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, estes mecanismos (que além disso se podem dar e normalmente se dão, de forma combinada) significam que o trabalho se remunera por baixo de seu valor e correspondem, então, a uma superexploração do trabalho (Marini, 2000, p. 125-126).

Sendo assim, para Marini, como observou Fernanda Paz (2023), a América Latina é entendida como uma economia predominantemente voltada para as exportações, centrando-se na disponibilização de bens alimentícios e matéria-prima aos países centrais. Desse modo, a existência de um mercado interno para atender ao consumo de sua própria pauta de exportações torna-se supérfluo, o que viabilizaria a superexploração da força de trabalho, pois os capitalistas não precisariam pagar um salário que viabilizasse ao trabalhador o papel, também, de consumidor, já que a demanda externa pelos produtos produzidos na periferia dispensava a necessidade de consumo interno (Paz, 2023, p. 14).

Aprofundando essa interpretação, Theotônio dos Santos (1973), define a dependência como:

> uma *situação de condicionamento* [itálico no original] em que as economias de um grupo de países são condicionadas pelo desenvolvimento e expansão de outros. Uma relação de interdependência entre duas ou mais economias ou entre essas economias e o sistema de comercio mundial torna-se uma relação de dependência quando alguns países podem se expandir por autoimpulsão enquanto outros, estando em uma posição dependente, só podem se expandir como um reflexo da expansão dos países dominantes, o que pode ter efeitos positivos ou negativos em seus desenvolvimentos imediatos. *Em ambos os casos, a situação básica de dependência faz com que esses países sejam atrasados e explorados* (Dos Santos, 1973, *apud*, Kay, 2021, p. 74 grifo meu).

Podemos afirmar que o conjunto dessas reflexões sobre a dependência se relaciona diretamente à concepção de imperialismo[5] na tradição marxista. Nesse ponto, é importante

[5] O conceito de imperialismo dentro da tradição marxista é atribuído a Lenin, na obra clássica "Imperialismo, fase superior do capitalismo" (1916). Nessa análise, Lenin buscava destacar que o contexto do capitalismo que se formava no início do século XX era marcado pela passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo imperialista. "Para ele, o imperialismo não poderia ser reduzido a um único aspecto, econômico ou político, mas remetia ao conjunto da vida social, uma vez que expressava uma nova dimensão na própria dinâmica capitalista. O nível de concentração atingido, expresso na monopolização e no capital financeiro (fusão entre capitais de procedência industrial e de procedência bancária), configurava um novo patamar histórico, uma mudança qualitativa no capitalismo até então existente. Para ele, o imperialismo envolvia não apenas a partilha (e eventuais redivisões) do mundo, mas uma nova conexão entre ciência e processo produtivo, o crescimento das exportações de capitais (com uma subsequente capitalização desigual do mundo), uma nova correlação entre a classe trabalhadora dos países imperialistas e "suas" burguesias, a modificação das relações entre capital financeiro e Estado" (Fontes, 2010, p.112). Virginia Fontes, por sua vez, observa que após a Segunda Guerra Mundial se

observar o que destacou Theotônio dos Santos (2011) sobre a relação conceitual entre imperialismo e dependência. Para o autor é necessário compreender a dependência como parte do processo de desenvolvimento: o que implica dizer que se trata de um fenômeno histórico que se relaciona com a própria "formação, expansão e consolidação do sistema capitalista", ou seja, é a identificação de que a evolução do capitalismo nos países desenvolvidos gera impactos nos países por eles afetados. "Pero no se trata de tomar estos resultados como simples "efectos" del desarrollo capitalista, sino como su parte integrante y determinante". (Dos Santos, 2011, p. 356).

> Al darse este paso teórico, se delimita claramente la especificidad histórica del desarrollo de los países hoy capitalistas y, en consecuencia, la especificidad del desarrollo de los países hoy subdesarrollados. El estudio del desarrollo del capitalismo en los centros hegemónicos dio origen a la teoría del colonialismo y del imperialismo. El estudio del desarrollo de nuestros países debe dar origen a la teoría de la dependencia (Dos Santos, 2011, p. 357).

Desse modo, a teoria da dependência é vista como uma complementaridade da concepção teórica do imperialismo marxista, dando prioridade a uma visão do processo de desenvolvimento do capitalismo a partir dos países "subdesenvolvidos". Assim, a perspectiva da dependência permite levantar hipóteses e estabelecer conexões que enfocam as particularidades, as capilaridades desse processo de desenvolvimento global do capitalismo, mas que não perde de vista a totalidade dessa dinâmica.

Logo, "apesar de que la dependencia debe ser situada en el cuadro global de la teoría del imperialismo, tiene su realidad propia que constituye una legalidad específica dentro del proceso global y que actúa sobre él de esta manera específica" (Dos Santos, 2011, p. 357). Portanto, a compreensão da dependência dentro desse quadro global do desenvolvimento capitalista permite "no solo ampliar la teoría del imperialismo, sino también contribuir a su mejoría y reformulación" (Dos Santos, 2011, p. 357).

O conjunto dessas reflexões, no entanto, ajuda a elaborar um quadro bastante dinâmico das possiblidades interpretativas do processo de inserção do Brasil no contexto do capitalismo contemporâneo, já que a compreensão das relações de classe presentes no conceito de *modernização conservadora*, via prussiana e revolução passiva, comumente utilizados como chaves de interpretação das transformações ocorridas no campo na segunda metade do século XX; em conjunto com o entendimento sobre as pressões internacionais que produziam uma

---

formava uma nova estrutura do capitalismo global, com o aprofundamento do que é apontado por Lenin, e a ascensão do capital portador de juros, ou fase monopolista do capital (Fontes, 2021, p.14).

relação desigual entre as nações do centro e as da periferia e suas apropriações nacionais, permitem um maior aprofundamento do conjunto de elementos que compõem as transformações ocorridas naquele contexto.

É nesse sentido que este trabalho se apropria do conceito de capital-imperialismo, tal como formulado por Virginia Fontes (2010), compreendendo que o contexto pós-Segunda Guerra Mundial representou um importante momento de inflexão na política econômica mundial, com consequências diretas na estrutura agrária dos países dependentes. Para a historiadora:

> Falar [...] de capital-imperialismo, é falar da expansão de uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo, mas nascida sob o fantasma atômico e a Guerra Fria. Ela exacerbou a concentração concorrente de capitais, mas tendencialmente consorciando-os. Derivada do imperialismo, no capital-imperialismo a dominação interna do capital necessita e se complementa por sua expansão externa, não apenas de forma mercantil, ou através de exportações de bens ou de capitais, mas também impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica. Por impor aceleradamente relações sociais fundamentais para a expansão do capital, favorece contraditoriamente o surgimento de burguesias e de novos Estados, ao mesmo tempo que reduz a diversidade de sua organização interna e os enclausura em múltiplas teias hierárquicas e desiguais (Fontes, 2010, p. 140).

Essa perspectiva ajuda a compreender as dinâmicas que o mundo passa a construir a partir da segunda metade do século XX, com uma concentração crescente de renda, resultado das ampliações dos processos de expropriação das populações. Essa nova dinâmica do capitalismo global, tal como aponta Virginia Fontes, terá três características principais: "o predomínio do capital monetário, [...] a dominação da pura propriedade capitalista e seu impulso avassaladoramente expropriador" (Fontes, 2010, p. 146). Portanto, a autora destaca que não se trata apenas de uma nova escalada nas formas de concentração de renda, mas de "modificações profundas do conjunto da vida social", que impacta diversas esferas da sociabilidade, como: "o universo das empresas, o mundo do trabalho, a forma de organização política, a dinâmica da produção cientifica, a cultura" (Fontes, 2010, p. 46).

Desse modo, Virginia Fontes faz um trabalho de digressão teórica recorrendo a Marx e sua reflexão sobre a concentração crescente de capitais e a transformação do capital em "pura propriedade", que, em seu ímpeto expropriador, cria um isolamento do "capital monetário (portador de juros) diante do capital *funcionante* (extrator de mais-valor)", ou seja, "propriedade dos *recursos sociais de produção* da propriedade dos meios diretos de produção" (Fontes, 2010, p. 22).

> [Desse modo,] a propriedade doravante incide não apenas sobre os "meios específicos de produção", de forma imediata, mas converte-se em potência social acumulada (capital), como capacidade de transferir de uma à outra massa de meios de produção a capacidade social de fazê-los existir enquanto tais, isto é, de fazê-los atuar para a extração de mais-valor. Longe de se reduzir, a contradição central entre trabalho e capital torna-se mais aguda, generalizando massas indistintas de diferentes tipos de trabalhadores em meros produtores de valor e de mais-valor, contrapostos a todos os tipos de capital (Fontes, 2010, p. 35).

Essa reflexão é ponto de partida fundamental nas reflexões elaboradas do Virginia Fontes. A autora observa que esse processo de diferenciação entre capitalismo monetário e funcionante produziu a generalização de dois mitos: a concepção de que o lucro seria resultado da atividade intelectual exercida pelo capital portador de juros, e, relacionado a isso, de que este não seria produto do "trabalho vivo", do mais-valor, portanto, que o trabalho não teria mais qualquer função na vida social" (Fontes, 2010, p. 26).

O processo de expropriação dos trabalhadores, que constitui a subordinação da vida social ao capital, ganha novos patamares diante dessa necessidade crescente de acumulação capitalista e da "potência social acumulada" do capital monetário. Assim, o trabalhador será crescentemente expropriado e em níveis planetários; separado tanto das "condições (ou recursos) sociais de produção" e disponibilizado ao capital (Fontes, 2010, p. 35).

Os processos de expropriações se iniciam pela expropriação da *terra*, o que Virginia Fontes chama de *expropriações primárias*. Ela destaca que esse processo de separação do homem de seu recurso social de produção não se restringe ao que a economia clássica chamou de "acumulação primitiva"[6], mas que este constitui "um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista e que, longe de se estabilizar, aprofunda-se e generaliza-se com a expansão capitalista" (Fontes, 2010, p. 45). Essa leitura é fundamental para a compreensão da violência decorrente das expropriações rurais, não só nos processos de modernização capitalista originais nos países imperialista, como sua expansão para as diferentes regiões do globo.

As *expropriações primárias* são, portanto, o ponto de partida fundamental para subordinação da vida social, pois é esse processo que libera os trabalhadores ao mercado.

---

[6] Virginia Fontes critica a interpretação do processo de acumulação primitiva como uma etapa exterior do capitalismo. Na visão da autora, o tema das expropriações foi entendido como algo episódico, primeiro na Inglaterra e depois nos demais países como um "complemento da 'modernização'", até mesmo indesejável. De acordo com a autora, essa interpretação levou a conclusão de que em sociedade de capitalismo maduro as expropriações desapareceriam. Todavia, Fontes destaca que na concepção marxiana as expropriações são uma constante, pois avançam sobre diferentes áreas, na necessidade constante de expansão do capitalismo. Ou seja, não há uma "normalidade capitalista" fora das estruturas de expropriação e exploração (Fontes, 2010, pp. 45, 63).

> A produção social de trabalhadores "livres" (expropriados) é sempre condição para e resultado da ampliação das condições sociais de cunho capitalista. Essa liberdade é real, pois os seres sociais estão defrontados de maneira direta à sua própria necessidade, e ilusória, pois vela as condições determinadas que subordinam os seres sociais e, portanto, as condições sob as quais o trabalho precisa se exercer. Uma intensa e permanente produção de trabalhadores "livres" permitiu a constituição de um trabalho "abstraído", genérico, definido por sua capacidade de valorizar capital (Fontes, 2010, p. 43)

Portanto, a concepção da expropriação como elemento inerente ao capitalismo permite perceber a profundidade da dependência de amplos conjuntos da população ao mercado, pois a necessidade objetiva, que demanda o consumo e, conseguintemente a empregabilidade, produz uma ampliação da estrutura mercadológica, seja por meio da venda da força de trabalho, "ou de qualquer mercado interno, ou do mercado *tout court*" (Fontes, 2010, p 44).Porém, esse processo de liberação/expropriação ocorre de forma desigual a depender dos países e regiões, podendo ser "forjadas segundo direitos e costumes tradicionais diversos", mas igualmente capazes de liberar uma extensa massa de trabalhadores ao capitalismo internacional e, portanto, fazendo expandir a estrutura do capitalismo (Fontes, 2010, p.45).

A compreensão dessas múltiplas dinâmicas nacionais/regionais de interpenetração do *capital-imperialismo* permitem matizar a estrutura do capital que começa a se estruturar a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, abrindo espaço para a relação entre as diferentes frações de classe e seus interesses.

> A tendência permanente a tudo englobar pelo capital *modifica formas históricas diversas* e, mesmo quando permite a manutenção ou incita sua reprodução, as converte em modalidades alteradas de subordinação ao capital, obstaculizando a possibilidade de sua reprodução plena nos formatos pré, não ou anticapitalistas (Fontes, 2010, p.73)

Portanto, segunda a autora, se constitui uma estrutura que não permite um "lado de fora", o *capital-imperialismo* abarca todas as formas de sociabilidade, construindo elementos peculiares, mas que, de modo geral, se inserem na forma direta/indireta de expropriação do capital monopolista, instituído formas e hierarquias diversas de controle sobre o conjunto da vida social.

Dois elementos se destacam nesse processo ampliação do controle global do capitalismo monetário durante a década de 1950 e 1960, principalmente sobre países subalternos e sob influência das nações imperialistas: primeiro, a *subalternização* voluntária das burguesias nacionais e de seus governos; e segundo o impacto direto sobre a população em geral.No primeiro caso, se constitui o desenvolvimento de uma industrialização com alto teor de "dependência" àqueles países centrais, que impulsionam um processo de "modernização" e

integração “à sociabilidade internacional dos processos de trabalho” por meio de “uma divisão internacional do trabalho lastreada em autocracias burguesas calcadas em *peso militar* e no controle estrito da ciência e da tecnologia de ponta pelos países dominantes” que exportavam as fronteiras do capitalismo global às indústrias mais poluentes (Fontes, 2010, pp.166-167).

Já no segundo caso, o mais dramático, produziu uma intensa expropriação das populações do campo, que foram massivamente urbanizadas e expostas em condições precarizadas de trabalho. Além disso, produziu um forte controle sobre as lutas sociais que, em um contexto de Guerra Fria e “anticomunismo histérico”, passaram a ser combatidas violentamente. Em muitos casos se recorrendo a ditaduras (Fontes, 2010, p. 167).

> América Latina foi um dos palcos mais evidentes de tal processo, que ocorreu de maneira heterogênea, uma vez que se mesclavam bases sociais locais variadas e intervenções internas e externas desiguais, desde o empenho da recolonização imperialista e de recondução de vários países aos patamares vigentes antes da guerra (produtores primários), imposta a ferro e fogo sobre alguns países, até a expansão da industrialização através de formas consorciadas (dependentes) de expansão capitalista, implantando as empresas multinacionais e fomentando uma miríade de empresas autóctones, a elas associadas de maneira direta ou indireta, como foi o caso brasileiro (Fontes, 2010, pp.167-168).

Portanto, há um claro formato no conjunto das relações internacionais naquilo que Virginia Fontes caracteriza como *capital-imperialismo*, pois com no final da Segunda Guerra Mundial se consolida uma liderança estadunidense sobre os demais países imperialistas, que passa a dominar por meio da iniciativa militar, pelo controle das organizações internacionais, o combate a iniciativas revolucionárias, e minimizando a possibilidade de fricções interimperialistas, repassando-as à terceiros países. Isso produziu uma estrutura hierárquica dinâmica do capitalismo global que permite a liderança dos Estados Unidos, seguidos pelos demais países imperialistas, mas com importante protagonismo internacional e, por fim, os países dependentes (Fontes, 2010).

Portanto, na conjuntura pós-Segunda Guerra o *capital-imperialismo* assume o formato fundamental do capitalismo mundial, sendo obrigatório, inclusive, para os países “retardatários”, que por três razões, de acordo com Fontes, jamais conseguiram repetir as “produções sociais” do capitalismo nos países pioneiros: primeiro porque esse processo de penetração do capitalismo sempre exige uma relação dicotômica entre formas tradicionais e a imposição de novas formas de sociabilidade que resultam em uma colocação desigual no plano internacional (Fontes, 2010, p. 151). Em segundo lugar, os países que primeiro experimentam essa passagem estabeleceram “modelos” que deveriam ser replicados nos processos de

modernização capitalistas ao redor do mundo. Esses "modelos", no entanto, tiveram que se defrontar com uma diversidade de situações sociais, o que levava a diferentes composições de poder, formas de resistências e necessidades de ajustes. Por fim, as classes dominantes locais eram desafiadas a aprofundarem do *capital-imperialismo* em seus respectivos países, controlando a possibilidade de lutas sociais presentes nos processos originais, portanto "a contrarrevolução preventiva, como sugeriu Florestan Fernandes [...], se torna condição da acumulação burguesa dependente" (Fontes, 2010, pp. 151-152).

Dessa forma, a autora observa que o processo de transição capital-imperialista tem nuances diferentes das modalidades revolucionárias tradicionais burguesas francesa e inglesa e dos modelos vivenciados pela Alemanha, Itália e Japão identificados pelos conceitos de "modernização conservadora", "via prussiana" ou "revolução passiva", pois

> No caso atual, a modalidade de transição capital-imperialista parece depender de duas submatrizes totalmente diferentes, mas com consequências sociais até aqui dramaticamente similares. A primeira matriz, compartilhada por Brasil e Índia, é a do desenvolvimento internamente desigual e combinado, similar apenas em parte à revolução passiva, por envolver um forte compromisso entre setores dominantes agrários e industriais. Porém, na base de tal compromisso, forjado sob as condições do primeiro imperialismo e expressando uma situação nacional de subordinação tensionada, estaria uma herança histórica, econômica e cultural de desigualdades calcadas na degradação das condições de vida e de trabalho, ao lado de enormes possibilidades de expropriação secundária, pela dimensão significativa das massas populares lançadas à existência sob o mercado em condições de uma competição acirrada entre os trabalhadores. Profundamente diversos, os dois países são dificilmente comparáveis, salvo na subalternização de extensas massas populares, e nas múltiplas expropriações a ritmos alucinantes (Fontes, 2010, p. 210).

Essa questão é fundamental para a reflexão que realizada até aqui, pois a percepção sobre as singularidades do processo de transição capital-imperialista na periferia do atual sistema nos permite compreender a dimensão dessas transformações, apontando para elementos que se perpetuam no tempo e possibilitam um aprofundamento ainda mais significativo dos processos de expropriação.

Florestan Fernandes (1976) elaborou uma importante categoria para descrever o processo de desenvolvimento do capitalismo na América Latina, que denominou *modernização dependente*. De acordo com o autor, esse processo se desenvolve historicamente, em uma lógica internacional de dependência, que pode ser dividido em três momentos diferentes: o "antigo sistema colonial", em que havia uma submissão direta entre colonizadores e as Coroas europeias; o período de desagregação desse antigo sistema e de independência dos países latino-

americanos, no qual as nações europeias se aproveitaram dos vácuos de poder impostos pelo colonialismo, que ele denomina de neocolonialismo e, por fim, o atual contexto de dependência, marcado pela expansão de grandes empresas coorporativas em diferentes setores da economia, tendo como traço distintivo uma organização interna da dominação externa e "em todos os níveis da ordem social" (Fernandes, 1976).

Essa perspectiva abre espaço para a compreensão do processo de estruturação da dependência na longa duração, já que as transformações percebidas no campo brasileiro durante a ditadura empresarial-militar não podem ser circunscritas ao contexto específico em se inserem. É fundamental o levantamento de mudanças e permanecias desse processo e inserção do Brasil e do continente latino-americano no que Fernandes chama de *capitalismo dependente*.

Portanto, compreende-se, com Florestan Fernandes, que a relação entre as transformações decorrentes do contexto específico do *capital-imperialismo* e sua inserção em uma lógica mais perene na realidade latino-americana, a da *modernização dependente*, permite uma compreensão mais global das dinâmicas estabelecidas durante a ditadura empresarial militar no Brasil. Ou seja, ao mesmo tempo em que o país se "moderniza" com a introdução de aspectos que buscam inseri-lo na estrutura do capitalismo global, também mantem um arranjo que permite um tipo especifico e mais acentuado de exploração. Como explica o próprio Florestan Fernandes:

> Os mesmos efeitos dinâmicos do padrão dependente de modernização acarretam a necessidade da persistência e da revitalização de dinamismos que não são especificamente "modernos", embora sejam essenciais, em graus variáveis, à eficácia dos fins visados através da modernização dependente. Isso quer dizer que a modernização processa-se de forma segmentada e segundo ritmos que requerem a fusão do "moderno" com o "antigo" ou, então, do "moderno" com o "arcaico", operando-se o que se poderia descrever como a "modernização do arcaico" e a simultânea "arcaização do moderno". A ordem social competitiva, nas condições de existência da sociedade de classes dependente e subdesenvolvida, não pode regular o fluxo da modernização (quanto à sua intensidade e homogeneidade ou quanto aos limites societários da propagação universal de seus efeitos sociais construtivos). De outro lado, em termos positivos, o que os dinamismos em questão "podem realizar": eles dão o máximo de eficácia ao padrão dependente de modernização. Fazem, pois, com que a *aceleração* do crescimento e do desenvolvimento fatalmente intensifique: a associação dependente; a concentração da renda, do prestígio social e do poder no tope; a apropriação repartida do excedente econômico o nacional, com a drenagem sistemática de riquezas para fora e a destruição sibarítica de riquezas internamente; o agravamento das desigualdades econômicas, sociais e culturais, paralelamente à instauração de processos pluralistas de estratificação societária (Fernandes, 1975, p. 80).

Portanto, os padrões específicos da modernização do capitalismo no contexto latino-americano se apropriam de antigas estruturas para ampliar de forma significativa os processos de apropriação e expropriação da vida social, tanto para permitir uma maior vazão do capital em sentido externo, quanto para sustentar a arcabouço socioeconômico nacional.

Logo, a noção de modernização, compreendido aqui como o processo de ampliação da estrutura do capital de sua ação no tempo e no espaço (Harvey, 1993), é associada à de dependência, considerando a historicidade da relação desigual entre os países centrais e periféricos. Isso permite entender os espaços construídos pela América Latina de modo geral, e pelo Brasil e suas regiões em específico, na dinâmica global do capitalismo.

Tendo em vista esse percurso teórico e o interesse em mediar esse debate com os alunos da educação básica, levando em conta as continuidades dessa realidade e a potencial dessas reflexões para a compreensão dos diferentes tipos de opressão que a classe trabalhadora está submetida na cidade ou no campo, esse trabalho se divide em três partes.

O primeiro capitulo faz um levantamento sobre os usos e abusos do conceito de *modernização* na historiografia sobre a ditadura empresarial-militar, apresentando de que forma a concepção criada por Barrington Moore foi apropriada por setores da historiografia revisionista da ditadura, tirando de seu cerne o elemento fundamental que a define, que é a luta de classes, buscando adequar a realidade a uma perspectiva de imobilidade da história, de maximização da cultura política e de simplificação da verdadeira disputa que caracterizou aquele contexto, a saber: o controle dos processos de organização da sociedade e a luta por direitos dentro de uma sociedade liberal e excludente.

Além disso, esse capítulo apresenta uma análise dos documentos curriculares e dos manuais didáticos de história em que é demonstrado a predominância das interpretações revisionista sobre a golpe e a ditadura empresarial-militar que o sucedeu. Buscou-se relacionar essa perspectiva sobre os acontecimentos históricos com uma tradição de “fim da história” que se sobrepõe na própria visão pedagógica presente nos documentos e, conseguintemente, nos manuais didáticos.

No segundo capítulo desse trabalho são apresentados os detalhes do que compreendemos como o processo de *modernização dependente*, buscando apontar para as evidências desse processo de fortalecimento do capital financeiro internacional e da subordinação do capital operante nacional. Nesse ponto, busca-se destacar o protagonismo do Estado brasileiro na transformação das estruturas socioeconômicas para adequação da economia nacional e local ao contexto do *capital-imperialismo*, apontando de que forma elementos da política em contextos locais são utilizados como instrumentos propulsores dessa transformação.

O terceiro e último capítulo dedica-se à análise no debate sobre a escolarização, de modo geral, e o ensino de história, em particular, como construtores de cidadãos atuantes. Nesse ponto, destaca-se a complexidade desse debate diante do que é proposto pelo currículo e suas concepções teóricas do "saber fazer", em conexão com o Relatório Jacques Delors (1996) e uma visão de adaptabilidade do sujeito a uma realidade preconcebida e com pouca margem de mudança. Em oposição a essa visão, buscamos nos apropriar da perspectiva pedagógica histórico-critica elaborada por Demerval Saviani (1999, 2011), compreendendo que o foco fundamental da educação deve ser a própria *prática social* diante dos limites da sociedade capitalista, entendo o processo educacional como um instrumento de emancipação e não de adequação.

Por fim, são apresentados os elementos teórico-metodológicos que mediaram a elaboração do website *Observatório do Campo Maranhense,* espaço em que estão presentes o debate sobre os usos e limites da tecnologia na educação, a defesa de uma abordagem interdisciplinar sobre o tema da questão agrária e violência no campo maranhense, além da abordagem pedagógica histórico-crítica no conteúdo do produto educacional.

CAPÍTULO 01 – MODERNIZAÇÃO DEPENDENTE: DA HISTORIOGRAFIA AO ENSINO DE HISTÓRIA

O presente capítulo busca, entre outras coisas, situar a concepção de *modernização dependente* na história e na historiografia sobre a ditadura empresarial-militar, apontando para o esvaziamento conceitual diante do contexto de revisionismo historiográfico. Nesse sentido, destaca-se que o debate em torno da luta de classes é substituído por um olhar direcionado ao contexto das disputas no *Estado Restrito*[7], com quase nenhuma referência às mediações e interesses privados na condução política.

Diante disso, faz-se ainda uma reflexão sobre a presença desse debate no currículo e nos manuais didáticos de história, destacando-se uma predominância dessa perspectiva revisionista nas interpretações presente nesses instrumentos. Busca-se então apontar que isso faz parte de um contexto de esvaziamento teórico sobre o conflito na história, que tem como finalidade a adaptação dos alunos a uma realidade prévia e imutável.

1.1 Modernização e dependência no Brasil: expropriação periférica no processo de expansão do capital-imperialismo

Nos últimos anos o conceito de *modernização conservadora*, focado na luta de classes e nos diferentes arranjos dos extratos dominantes e sua manutenção no poder, tem sido inserido em contextos diferentes daquele em que ele foi pensado historicamente. Podemos dizer que essas reformulações e a elasticidade do enfoque conceitual têm relação com um processo de reinterpretação do período ditatorial que tem buscado revisar as interpretações sobre a ditadura empresarial-militar e seu recorte de classe.

Caio Navarro de Toledo (2004) afirma que partiram do meio acadêmico vozes dissonantes que "defenderam teses de caráter revisionistas sobre os acontecimentos de abril" (Toledo, 2004 p. 34), sobretudo a partir de uma perspectiva em que o "golpismo" é a principal tônica nos diferentes "agentes relevantes do processo político [...]: militares, setores da direita, das esquerdas e Goulart – por não morrerem de amor pela democracia – estavam prontos para desfechar um golpe de Estado" (Toledo, 2004 p. 34).

No entanto, Toledo sustenta que o "golpe de 1964 constituiu o coroamento de iniciativas de setores políticos e militares que, desde 1950, se opunham, de forma sistemática, à

[7] Faz-se referência à concepção de Estado Ampliado em Gramsci, para quem "o Estado deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho 'privado' de hegemonia ou sociedade civil" (Gramsci, 2007, p. 254). Desse modo, há uma relação dinâmica entre Estado em seu sentido restrito e a sociedade civil, já que a hegemonia, na perspectiva gramsciana, é terreno em disputa por diferentes frações de classe que buscam nacionalizar um determinado projeto ao conjunto da sociedade.

consolidação e ao alargamento da democracia política no Brasil" (Toledo, 2004, p.42). Logo, os grupos de esquerda e os trabalhadores não podem ser responsabilizados pela reação de setores da sociedade civil que viam na mobilização e "questionamento do sistema político" um risco para a "ordem econômica e social que, a rigor, deveriam permanecer sob o estrito controle e domínio das classes possuidoras e proprietárias" (Toledo, 2004, p.42).

Essa dupla responsabilização, tanto de setores de esquerda quanto de direita, pelo golpe empresarial-militar permitirá também, por outro lado, uma relativização de questões como a própria natureza da ditatura que o sucedeu. Nesse sentido, a ditadura empresarial-militar tem sido observada a partir de um viés de participação, sem especificação, da sociedade civil nos eventos que se desenrolaram posteriormente ao golpe. Como aponta Demian Melo:

> [...] em vez de o termo "civil" se ligar à participação de fortes interesses classistas tanto na articulação golpista quanto no caráter do regime ditatorial, parte da historiografia vem defendendo a mistificação calcada na ideia de algo como uma cumplicidade da "sociedade brasileira" com a ditadura, como se fosse possível a existência de uma tal "sociedade", capaz de resumir responsabilidades" ou "esquecer" (talvez até "arrependida" colocar-se "em frente do espelho") nada mais faz que reabilitar a mitologia criada por aqueles que assaltaram o poder em 1964, segundo a qual a intervenção militar se fez por "exigência do povo brasileiro" (Melo, 2014, p.14).

Um dos autores que se filiam a essa interpretação revisionista é Daniel Aarão Reis Filho (2014a). Para o estudioso, as produções historiográficas que se consagram no contexto pós ditadura estão "saturadas de memórias", e, portanto, não são capazes de adentar as raízes que sustentaram a ditadura e as relações complexas estabelecidas entre esta e a sociedade, bem como o papel desempenhado pelas esquerdas naquele contexto.

É a partir desse horizonte de análise que o conceito de *modernização conservadora* é tomado por Aarão Reis Filho (2014a) já que, ao se afastar das interpretações que compreendem a ditadura a partir de um protagonismo de classe, o autor acaba dando destaque personalista às ações desenvolvidas no interior do *Estado Restrito*, relacionando-as, ocasionalmente, ao favorecimento de determinados grupos sociais. Desse modo, o autor entende o período ditatorial como um espaço de disputa entre projetos distintos, identificando pelo menos dois que conseguem ascender ao poder em momentos distintos da ditadura: um deles, com uma perspectiva mais internacionalista, que pretendia um "alinhamento estratégico com os Estados Unidos" (Reis Filho, 2014a, p. 40), buscando integrar o Brasil ao mundo ocidental, reduzir o Estado com base em uma perspectiva liberal e abrir, radicalmente, o mercado para os "fluxos de capital internacional" (Reis Filho, 2014a, p. 40). O outro, com uma perspectiva nacional-estatista e que teria sido uma "tradição fundada pela ditadura varguista", reintroduzia o Estado

no controle das políticas econômicas, assim ele "voltaria a incentivar, regular, financiar e proteger, intervindo ativamente nos mais variados setores econômicos. [...] Reforçava o papel das empresas estatais" (Reis Filho, 2014a, p. 40), ao mesmo tempo que subsidiava o capital privado.

Essa interpretação nasce da perspectiva de que o período entre 1964-1968, pré-AI-5, não poderia ser considerada uma ditadura, ou seria no máximo uma "ditadura envergonhada", tal como formulado por Elio Gaspari (2002), citado por Aarão Reis Filho (2014) em sua introdução. Desse modo, ao destacar a heterogeneidade dos grupos da "aliança social" que toma o poder em 1964, o autor evidencia uma vitória inicial do projeto político mais atrelado ao internacionalismo, que, ao seu ver, estaria encarnado na vitória do general Castelo Branco.

O modelo de *modernização conservadora*, por outro lado, é apresentado como a sombra do nacional-estatismo que está sempre rondando a cultura política brasileira. Reis Filho (2014) afirma que foi favorecido um conjunto de acordos que estimulavam o ingresso de capitais estrangeiros que indicavam que a tradição nacional estatista seria um dos principais alvos do golpe, "trinfo do 'internacionalismo' liberal".

Porém, a concepção antiestatista não se instituiu na prática, já que o que se observou foi, ao contrário do que esperavam os liberais ortodoxos, uma manutenção e criação de agências, que fortaleciam o poder estatal, bem como seria conservada toda uma estrutura sindical, mesmo que subalterna e vigiada (Reis Filho, 2014b, p. 13), mantida no governo Costa e Silva em que o Estado será entendido como um "agente fundamental da modernização" (Reis Filho, 2014b, p. 13).Será, todavia, a partir da década de 1970, com a ascensão de Garrastazu Médici que a "tendência [nacional estatista] seria consolidada e exacerbada" (Reis Filho, 2014b, p. 13). Desse modo,

> Com base nas empresas estatais e nos capitais privados nacionais e estrangeiros, formou-se uma aliança de interesses análoga à que se constituíra sob o governo presidido por JK, na segunda metade dos anos 1950. Nessas combinações, o poder público aparecia, em todos os setores, como que hipertrofiado – no crédito, nas finanças, nos investimentos na infraestrutura, nas exportações (Reis Filho, 2014a, p. 60).

Isso posto, é possível perceber na posição de Aarão Reis (2014) uma correlação entre a ditadura empresarial-militar e o Estado Novo. O autor deixa evidente que o processo de modernização vivido durante aquele contexto é entremeado por uma cultura política que impede um aprofundamento do modelo liberal no Brasil. Para ele, os protagonistas do processo

histórico e a própria composição de social que toma o Estado em 1964 viviam um conflito sobre as escolhas de condução estatal, já que a tradição do nacional-estatismo era imperativa.

Do ponto de vista teórico, o trabalho carece de aprofundamento pois o nacional-estatismo difundido principalmente pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), visto pelo autor como uma sombra da cultura política nacional, criticava o imperialismo a partir da necessidade da formação de uma "burguesia nacional e não alienada era uma condição necessária à ideia de nação que reuniria as classes sociais independentemente dos naturais conflitos entre elas" (Bresser-Pereira, 2010, p. 42). Embora estivessem presentes elementos de nacionalismo, é preciso complexificar as ações governamentais naquele contexto pois, em condições de avanço do *capital-imperialismo*, as medidas adotadas não reduziam a dependência e o alinhamento com o capital internacional; não apresentavam reformas estruturais, aprofundando a expropriação sobre o trabalhador.

Rodrigo Motta (2014), por sua vez, destaca a relação entre diferentes classes sociais no processo de *modernização conservadora* ao reafirmar o modelo defendido por Barrington Moore, segundo o qual a formação de alianças entre "burguesia e proprietários rurais, que, tangidos pelo medo da revolução social, iniciariam processos de modernização [...] conduzidos pelo Estado" (Motta, 2014, p. 9). Elemento observado no "Estado militar". Todavia, para o autor, é imprescindível inserir na questão o caráter autoritário do governo ditatorial, pois,

> o impulso conservador foi importante na montagem do Estado pós-64, expressando anseios de grupos que almejavam manter o status quo e a ordem tradicional. No entanto, em vários momentos, as demandas conservadoras entraram em contradição com os propósitos modernizadores, às vezes levaram a pior, enquanto o autoritarismo sempre esteve presente, não obstante certas ambiguidades e a influência moderadora da opinião liberal (Motta, 2014 p.9).

Essa hiper valorização do Estado Restrito, portanto, aproxima a tese por ele defendida, daquela sustentada por Aarão Reis (2014), sobretudo a introdução na análise de uma perspectiva cultural da política, destacando-se uma recorrência do modelo de "modernização conservadora e autoritária" (Motta, 2014, p.9). Desse modo, a tese principal defendida por Rodrigo Motta é a de que o "Estado autoritário implantado em 1964, embora incorporasse demandas para romper com o passado, sofreu a influência de tradições arraigadas e de elementos que podem ser considerados parte da cultura política brasileira" (Motta, 2014, p.9).

Diante disso, o autor defende uma chave de interpretação do Estado ditatorial em que seria possível "compreender elementos paradoxais e por vezes contraditórios", já que seria possível identificar a manutenção de "comportamentos políticos" no regime que tendiam "à

conciliação e à acomodação" em detrimento de regras gerais (Motta, 2014, p.9). Além disso, o autor destaca que a introdução da análise cultural poderia

> ajudar a compreender também – e se trata de hipótese explicativa ainda não explorada em outros trabalhos – o modo peculiar como se deram as relações do aparato repressivo com os meios acadêmicos e intelectuais. Para além das ações repressivas, que não podem ser minimizadas, tais relações foram permeadas por jogos de acomodação que não se enquadram na tipologia binária resistência versus colaboração (Motta, 2014, p.10).

No entanto, ao deslocarem a temática para uma perspectiva cultural, os autores retiram do cerne da questão um ponto fundamental da análise, presente tanto no trabalho de Barrington Moore quanto nos pesquisadores que buscam adaptar os estudos à realidade brasileira: o elemento de classe. O protagonismo de classe presente na tradição acadêmica brasileira sobre o conceito de *modernização conservadora* sofrerá, pelos autores, portanto, um enviesamento, sobretudo porque o processo compreendido como parte de um fenômeno que marca a longa duração e que compõe a construção de um modelo de capitalismo no Brasil é entendido a partir de elementos isolados ou de questões próprias de uma ideia de paradoxo, distanciando-se, assim, da propositura inicial. Conforme Carlos Fico (2017)

> Buscando contrapor-se às vertentes ainda predominantes das já então claudicantes teorias da modernização, Moore tentou formular uma espécie de neomarxismo, na verdade muito impreciso e criticado, mas de qualquer forma, valorizador do conceito de classe social como determinante para a discussão da modernização (Fico, 2017, p. 29).

O deslocamento do elemento de classe para a questão cultural, no entanto, não pode ser compreendido meramente como uma opção analítica fora de seu contexto de produção. É possível compreender essas escolhas a partir de um duplo processo: por um lado, a valorização de uma ideia de democracia liberal e, depois, do culturalismo oriundo do pós-modernismo. Logo, levando em consideração suas raízes teóricas, os trabalhos de Daniel Reis Filho (2014) e Rodrigo Motta (2014) são interpretações revisionistas que estão em "consonância com os pressupostos de uma ideologia do 'fim da história', segundo a qual a democracia liberal é o ápice da evolução humana, ao mesmo tempo em que é o melhor dos mundos possíveis" (Melo, 2006, p.113).

Demian Melo (2006) destaca que o revisionismo não é um elemento novo na produção historiográfica, pelo contrário, é parte integrante do trabalho do historiador "que para sobreviver precisa levantar uma nova hipótese, revelar um documento novo ou propor uma nova abordagem" (Melo, 2006, p. 116). A afirmação é fundamental em sua análise, já que o problema

das interpretações revisionistas sobre o golpe de 1964, na visão do autor, não está necessariamente no fato de apresentarem novas interpretações a antigos problemas, mas da posição teórica presente em suas afirmações, pretensamente livres de "paixões políticas" e, portanto, mais objetivas (Melo, 2006, p. 116).

Logo, as "inovações teóricas" produzidas pelos autores buscam, entre outras coisas, adaptar o modelo de modernização implantado no Brasil com a interpretação que responsabiliza amplos setores da sociedade pelo golpe e pela ditadura que o sucedeu. Nesse sentido, os verdadeiros interesses socioeconômicos que sustentam as opções políticas são camuflados por uma valorização do aspecto político cultural.

O culturalismo, por sua vez, tem como marca exatamente o conceito de cultura política, de acordo com Badaró Matos (2014). A partir da perspectiva formulada por Aijaz Ahmad (*apud* Badaró, 2014, p.70) o culturalismo seria a predominância da cultura não só "como um forte aspecto de organização e comunicação social, mas como instância determinante" (Badaró, 2014, p.71), o que é um claro alinhamento com o paradigma pós-moderno pelo qual os historiadores brasileiros são influenciados desde a década de 1980. O culturalismo, portanto, buscaria se contrapor ao determinismo econômico que estaria expresso na tradição marxista, tentando substituir as bases econômicas pelas culturais. A cultura política construída ao longo da história nacional seria, portanto, o ponto crucial para o "retorno inevitável" a uma tradição nacional-estatista, na visão de Aarão Reis (2014), ou da conciliação/ acomodação dos conflitos vivenciados durante o contexto ditatorial, na perspectiva de Rodrigo Motta (2014).

No entanto, essa fórmula - revisionismo mais culturalismo - busca se opor às interpretações que percebem aquele contexto como base de uma conspiração entre setores empresariais e militares, com o intuito de aprofundar o capital multinacional e associado no Brasil, mas também, de manter o privilégio das diferentes frações do bloco dominante diante da crescente organização e pressão social por melhorias em múltiplas dimensões da realidade nacional. Caio Navarro de Toledo (2004), por exemplo, sustenta que o "golpe de 1964 constituiu o coroamento de iniciativas de setores políticos e militares que, desde 1950, se opunham, de forma sistemática, à consolidação e ao alargamento da democracia política no Brasil" (Toledo, 2004, p.42) pois o "questionamento do sistema político" era considerado um risco para a "ordem econômica e social que, a rigor, deveriam permanecer sob o estrito controle e domínio das classes possuidoras e proprietárias" (Toledo, 2004, p.42).

Rene Dreifuss (1981) foi um dos pesquisadores que primeiro apresentou empiricamente a ingerência do capital multinacional e associado na estrutura social e política nacional. Ao se apropriar do conceito de *modernização conservadora*, o autor evidenciou a formação e atuação

de um empresariado tecnocrático por meio de seus Aparelhos Privados de Hegemonia[8] na tomada do poder do bloco "oligárquico industrial".

> os tecno-empresários formaram, com outros diretores e proprietários de interesses multinacionais e associados, um bloco econômico burguês modernizante-conservador, o qual se opôs a estrutura económica oligárquico-industrial e ao regime político populista. Esses tecno-empresários tornar-se-iam figuras centrais da relação burguesa contra o renascimento das forças populares do início da década de sessenta, assim como articuladores-chave de sua classe na luta pelo poder do Estado (Dreifuss, 1981, pp. 72-73).

O autor destaca que o fortalecimento dos interesses multinacionais e associados foram difundidos por meio de suas organizações de classe, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), e através de sua principal representante no interior do Estado Restrito, a Escola Superior de Guerra (ESG). Essa instituição contribuiu ativamente no processo de tomada do poder, de instauração da ditadura, e difusão de "premissas sociais, econômicas e políticas", que defendiam uma sociedade estática e naturalmente dividida. "Essa linha de pensamento excluía teoricamente e evitava praticamente qualquer transformação estrutural, permitindo, no entanto, uma *modernização conservadora*". (Dreifuss, 1981, p.80, grifo meu).

Podemos afirmar, no entanto, que a oposição entre o bloco modernizante-conservador e oligárquico-industrial só pode ser compreendida no âmbito da disputa pelo controle direto do Estado, pois as transformações identificadas na estrutura do Estado, após a tomada do poder em 1964, foram resultado de mudanças profundas no consenso sobre as formas de controle social e político e nas estruturas de produção.

René Dreifuss (1981) ao se apropriar do conceito gramsciano de transformismo para compreender as mudanças "pelo alto" empreendidas pelo capital multinacional e associado, observa a existência dos dois momentos específicos desse processo: primeiro, do transformismo molecular, que dar-se-ia no Brasil por meio da elaboração de "anéis burocrático-empresariais, escritórios técnicos e centros burocráticos e militares de doutrinação e disseminação ideológica" que contribuíram para a formação de intelectuais orgânicos do bloco multinacional e associado (Dreifuss, 1981, p. 106). Essa reflexão é fundamental para compreensão da relação estabelecida entre os interesses internacionais privados, centrados na necessidade de ampliação

[8] Na perspectiva do Estado ampliado de Gramsci o terreno clássico da disputa ideológica é a sociedade civil. Nesse sentido, os aparelhos privados de hegemonia são "sociedades particulares" que atuam na defesa de visões de mundo e na construção de consenso em torno de projetos de poder de determinada classe ou fração de classe (Gramsci, 2007).

contínua de acumulação de capital e as possibilidades de atuação na economia nacional, com pesquisa e caminhos para a criação de novos campos de atuação e estabelecimento dos padrões de inserção do país na dinâmica capital imperialista.

Além disso, na perspectiva de René Dreifuss, esse primeiro momento é seguido pela ação política de várias entidades da sociedade civil, que passaram a se organizar no sentido de atendimento aos interesses prioritários do bloco "modernizante-conservador", ou "modernizante-dependente". Nesse ponto é fundamental perceber que há conciliação entre diferentes frações de classe, que passam a ser dirigidas pelo bloco multinacional e associado.

> As várias organizações da sociedade civil e política foram reconciliadas como expressão da consciência coletiva de classe pelo núcleo organizado do bloco multinacional e associado em seu estágio militante, desenvolvendo conjuntamente formações ideológicas e políticas capazes de alcançar seus objetivos estratégicos, traduzindo-os em ação política e estabelecendo a si próprias firmemente no poder. Essa foi a segunda fase, a do "transformismo" de grupos inteiros da burguesia que se transferiram para o campo modernizante-conservador militante (Dreifuss, 1981, p.106).

Essa concepção de transformismo é fundamental para compreender os processos de penetração, organização e ação de interesses multinacionais e associados em diferentes esferas da política e, consequentemente, da economia nacional uma vez que as transformações operacionalizadas na estrutura econômica nacional foram realizadas impedindo a interrupção de estruturas sociais historicamente desiguais.

Nesse mesmo sentido, como destaca Maria Helena Moreira Alves, aquele contexto deu início a uma "aliança a clientelista de civis e militares", o Estado passou a ser dirigido a partir de uma "ideologia da segurança nacional" (Alves, 1984, p.26) que se constituiu como um "instrumento importante para a perpetuação das estruturas do Estado destinadas a facilitar o *desenvolvimento capitalista associado-dependente*" (Alves, 1984, pp. 19-20, grifo meu)[9].

> A Doutrina de Segurança Nacional foi formulada na Escola Superior de Guerra (ESG), em colaboração com o IPES e o IBAD, num período de 25 anos. Trata-se de um abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para a infiltração, coleta de informações e *planejamento político econômico* de programas governamentais. Permite o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece

[9] Maria Helena Alves lança mão do conceito de *desenvolvimento-dependente* tal como formulado por Cardoso e Falleto 1979, que aparece em oposição a "desenvolvimento autônomo", que seria capacidade de determinada economia de produzir seu "próprio crescimento". Assim, o *desenvolvimento-dependente* será caracterizado pela inaptidão de produzir meios de para o seu próprio crescimento. "Desse modo, a industrialização periférica manifesta-se essencialmente como um reflexo distorcido da expansão das economias avançadas" (Cardoso; Falleto, 1970 *apud* Alves, 1984, pp. 19-20).

> elementos para o desenvolvimento de metas e o planejamento administrativo de periódicos (Alves, 1984, p.35 grifo meu).

Assim, a DSND, segundo a autora, era caracterizada por uma organicidade interna que envolvia uma "teoria de Guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, *uma teoria do papel do Brasil na política de mundial* e um modelo específico de desenvolvimento econômico *associado-dependente"* (Alves, 1984, p. 26 grifo meu).

Diante disso, o binômio segurança e desenvolvimento é fundamental para a compreensão do combate ao incipiente processo de organização da sociedade em busca de maior espaço político, por um lado, e o aprofundamento da ingerência do capital multinacional nas diversas esferas da economia nacional. Ao assumir o conceito de Barrington Moore, Dreifuss (1981) identifica de forma seminal o conjunto das disputas sociais e econômicas presentes na política nacional no início da década de 1960, apontado a intensificação do debate político das forças populares, mas principalmente a articulação da classe dominante em torno de um projeto *modernizante-conservador*, que culmina na já citada *contrarrevolução preventiva*. A adesão de diferentes frações de classe ao projeto *modernizante conservador* terá reflexos em diferentes setores socioeconômicos nacionais, entre eles o agrário.

Ao fazermos uma regressão ao início dos anos 1960 no Brasil, observamos que foi marcado por uma intensa efervescência social e política. Uma das movimentações fundamentais naquele contexto era a luta pela terra, marcada pela organização crescente dos camponeses em diversos locais do país, o que trouxe visibilidade e destaque político para a questão agrária. Entre as exigências do movimento camponês estavam a reforma agrária, condições dignas de trabalho e direitos e a resistência às tentativas de expulsão de suas terras. (Pereira; Alentejano, 2014, p. 75).

Essa ebulição social protagonizada pelo campesinato no Brasil é associada, por um lado, a uma coalização de forças contra o latifúndio, que incluíam as crescentes organizações de trabalhadores rurais, setores da Igreja Católica e de partidos políticos, principalmente o PCB; e de outro, um quadro amplo de disputas geopolíticas que marcavam o contexto da Guerra Fria (Pereira; Alentejano, 2014, p. 75, Medeiros, 2003,). Florestan Fernandes, por exemplo, afirma que o golpe

> procurava impedir a transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada, que prometia não uma 'democracia populista' ou uma 'democracia de massas' (...), mas que ameaçava o início da consolidação de um regime democrático-burguês no qual vários setores das classes trabalhadoras (e mesmo das massas populares mais ou menos

> marginalizadas, no campo e na cidade) contavam com crescente espaço político próprio (Fernandes, 1978, p. 21).

Por outro lado, o processo de consagração da grande propriedade rural como base da estrutura econômica durante o período colonial é o ponto de partida para a compreensão do processo de *modernização dependente* vivida naquele contexto. Compreender a manutenção da força socioeconômica das elites agrárias, ou mesmo seu aprofundamento *pari passu* a processos de modernização capitalista no país e sua inserção no mundo contemporâneo, é um ponto fundamental nos estudos que se debruçam sobre esse contexto, principalmente no sentido de perceber de que forma as diferentes frações da classe dominante passam a se arranjar.

A concepção de uma *contrarrevolução permanente*, atribuída por Florestan Fernandes (1976), tem especial destaque na compreensão das dinâmicas de acesso aos espaços de poder na longa duração, que culmina no golpe de 1964 uma vez que o contexto pós Primeira Guerra Mundial é entendido como um período crucial de amadurecimento da burguesia nacional, mas que carrega singularidades, estabelece pontos de contato nos parâmetros dos instrumentos de modernização e distanciamento com padrões observados nas nações imperialistas.

> Esse período não representa, como muitos acreditam, a 'época de formação' dessa burguesia (muito anterior como vimos); nem, como sustentam outros, ele corresponde à 'época de crise da oligarquia' (pois esta crise se desenrolou, no Brasil, como uma recomposição das estruturas econômicas, sociais e políticas herdadas do passado, pela qual os estratos sociais de origem oligárquica, antiga ou recente, foram reabsorvidos pela organização da sociedade de classes em constituição e expansão). Não ocorreu, portanto, um verdadeiro deslocamento da 'velha classe' ou das 'velhas classes' dominantes, por 'novas classes' dominantes, de formação hodierna. Mas um fenômeno muito mais amplo e (embora não pareça) mais dramático: a coalescência estrutural dos vários estratos sociais e das várias categorias econômicas que formavam as 'classes possuidoras', crescentemente identificadas com uma concepção burguesa do mundo e com um estilo burguês de vida, graças à rápida e contínua aceleração da revolução urbano-comercial e, em seguida, à industrialização. Os estamentos dominantes do 'antigo regime' imergem e desaparecem, assim, nas estruturas da ordem social competitiva e da sociedade de classes em constituição ou em expansão (conforme a região ou a localidade do país que se considere). Contudo, as oligarquias, 'tradicionais' ou 'modernas' sofrem muito pouco com isso e a crise de reabsorção pela qual elas passam, não possui o mesmo significado histórico que o aparecimento da burguesia como uma categoria histórico-social e uma comunidade política (Fernandes, 1976, p. 311).

Desse modo, Florestan Fernandes destaca que os processos de inserção da América Latina como um todo, e do Brasil em particular, na lógica capitalista global sempre estiveram vinculados a uma postura de dependência em relação às nações centrais, pois a condição

periférica do Brasil, de uma inserção tardia ou hipertardia[10] no capitalismo mundial permitiu o controle externo das nações imperialistas sobre os processos históricos.

Renato Lemos (2014), ao associar a discussão sobre a contrarrevolução permanente e as concepções de tempo produzidas por Fernand Braudel (1976), estabelece que as estruturas que produzem, na longa duração, o golpe de 1964, se formam a partir da Primeira Guerra Mundial, contexto será marcado no Brasil pela crítica de setores tanto da direita como da esquerda ao "par liberalismo-democracia", consolidado pelo capitalismo monopolista. Além disso, o horizonte criado pela Revolução Russa (1917) eleva o anticomunismo a lugar de destaque na política nacional, principalmente com a criação do "Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922, a ação da Coluna Prestes (1925-1927) e a formação do Bloco Operário Camponês (BOC) em 1928" (Lemos, 2014, p. 115), contexto em que o anticomunismo passa a ter uma atuação preventiva, levando os golpistas de 1964 a assumirem o discurso do combate ao comunismo.

Outra mudança presente no pós-1ª Guerra, segundo Renato Lemos (2014), é percebida nas estruturas econômicas nacionais, que passam a registrar fortes indicadores de crescimento industrial, marcando uma fase de intensa transformação social no Brasil. O autor enfatiza que os números da produção industrial e agrícola se aproximaram do equilíbrio naquele contexto, o que impactou no deslocamento demográfico, com o crescimento de cidades médias e grandes e alterações nos direitos trabalhistas (Lemos, 2014).

Por fim, Renato Lemos destaca as mudanças vivenciadas no setor político, observando que as disputas políticas tenderam a seguir a rota do processo de urbanização da economia e da população (Lemos, 2014, p. 117). Paralelamente, as elites agrárias também conseguiram manter certa influência por meio da aliança com os setores econômicos urbanos.

> A aliança entre as frações do capital ligadas ao campo e as demais constitui, de resto, um dos fatores centrais da crise geral da sociedade brasileira na primeira metade da década de 1960, em que a propriedade da terra, a ação política dos trabalhadores rurais e a modernização capitalista da agricultura foram questões cruciais. O aprofundamento da integração econômica mundial e da dependência em relação aos centros imperialistas durante o regime ditatorial pós-1964 não tornou essa aliança insignificante. A industrialização e a monopolização capitalista avançaram na agricultura nas décadas de 1970-1980 (Lemos, 2014, pp. 117-118).

A aliança entre as diferentes frações de classe, nesse contexto, é entendida pela historiografia como um ponto de inflexão fundamental na explicação da reestruturação social e

[10] Para usar a terminologia atribuída por Renato Lemos (2014).

política identificada nos anos 1960. Desse modo, ao relacionar a estrutura que se produz após a Primeira Guerra Mundial a essa imbricação social, Renato Lemos (2014) enfatiza as rupturas e continuidades na estrutura socioeconômica nacional. Compreendemos, com Florestan Fernandes (1976), que a estrutura social e econômica entre 1920 e 1964 se constituía como "potencialmente pré-revolucionária" devido à fragmentação da dominação burguesa diante de sucessivas crises políticas e falta de hegemonia entre as frações dominantes. Renato Lemos (2014) afirma que a concepção de contrarrevolução preventiva se deu, principalmente, com o intuito de desarticular os elementos que pudessem constituir uma situação revolucionária, o que vai além das possibilidades reais de uma revolução. Desse modo, não havia uma percepção de ameaça revolucionária no horizonte político, mas "várias experiências históricas indicaram que o seu permanente estado de desunião belicosa constituía um elemento necessário para configurar-se uma situação revolucionária" (Lemos, 2014, p. 119).

Diante dessa relativa, mas evidente, aliança entre as frações da classe dominante é que o conceito de *modernização conservadora*, tal como estabelecido por Barrington Moore (1983), tem se constituído como principal interpretação das transformações observadas no campo após a ditadura empresarial-militar, pois buscam estabelecer uma conexão entre as diferentes frações, a partir de um processo gradual que reconfigura o controle sobre o Estado, ou seja, uma nova fração dirigente[11].

Apesar das divergências no que se refere ao início do processo de modernização no país[12], entre alguns dos principais analistas há um consenso sobre a sua compreensão como um longo e contínuo processo. Serão esses pressupostos que servirão de base para a análise do contexto ditatorial, já que naquela conjuntura, segundo esses autores, podem ser observados elementos significativos de um alargamento dessa modernização.

Essa interpretação é bastante profícua, pois, em um contexto historiográfico que busca responsabilizar os setores de esquerda e os movimentos sociais da década de 1960 pelo golpe, a compreensão teórica e empírica das relações entre as classes sociais, sua atuação preventiva, a reestruturação do capitalismo internacional e suas implicações no Brasil permitem dimensionar as capilaridades desse processo e seu impacto na formulação da

---

[11] Nesse sentido, não se pode relativizar a influência da interpretação gramsciana do Estado em seu sentido ampliado. Gramsci observa que uma classe é dominante de dois modos: é dirigente das classes aliadas e dominante das classes adversárias, o que exige uma relação constate entre coerção e hegemonia (Gramsci, 2001).

[12] Florestan Fernandes (1974), por exemplo, destaca que o processo de modernização capitalista tem seu início com a Independência, com a emergência de um mercado capitalista moderno; Elisa Reis (1982) destaca que esse processo se inicia na transição entre o trabalho escravo para o livre, com a abolição da escravidão; Werneck Vianna (1976), por sua vez, aponta o contexto da década de 1930, já que o Estado produzido naquele contexto permitiu a emergência de interesses privados disfarçados por um discurso comunitarista.

contemporaneidade nacional. Assim, o contexto histórico que conduz a deposição de João Goulart é marcado por processos conexos e concomitantes, que exigem complexificação. Se, por um lado, é evidente a presença de uma intensa mobilização social no intuito de ampliação da democracia capitalista restrita[13] em uma conjuntura "pré-revolucionária", como afirmam Fernandes (1974) e Lemos (2014), produzindo reações preventivas; por outro, a inserção do país em uma nova estrutura do capitalismo mundial – o *capital-imperialismo* – exigiu adequações socioeconômicas internas que reforçaram a expropriação da população, a concentração de capital e os instrumentos tecnológicos de produção no campo. Nas duas chaves de compreensão, a aliança entre as frações de classe foi fator determinante, seja no controle das camadas populares ou na recomposição das classes sociais, com a manutenção do poder político das elites agrárias.

Fernando Azevedo (1982) afirma que a relação entre a nova e a velha elite dominante se produzirá no interior do Estado, sendo que essa aproximação entre "terratenentes" e "burguesia nascente" não significava, na visão do autor, transformações substanciais nas formas de estruturação do poder político do Estado nacional; muito menos implicou em um antagonismo entre as classes "até mesmo porque esta última, mantendo o monopólio da terra, cobrará parte da mais-valia apropriada pelo capital investido no campo, a título de renda fundiária" (Azevêdo, 1982, p. 26). Além disso, como defendido por Werneck Viana (1983), a alteração das dimensões que conduziam, na longa duração, o processo de modernização brasileiro (unificação das classes dominantes, controle das classes subalternas e acumulação acelerada) punha em risco a manutenção de um bloco dominante que se constituíra historicamente, logo

> A *recomposição da unidade perdida entre "os de cima"* com a subordinação política da fração derrotada, se faz pela volta à política de acumulação acelerada, estabilizando o domínio burguês. E a condição para isso tem sido a de reconciliar a coalizão conservadora, que implica um retorno às práticas de *regulação da cidadania* (Viana, 1983, p.257, grifo meu).

Como se pode observar, a percepção do impacto das transformações políticas ao longo do processo de inserção do Brasil no contexto capitalista não pode ser distanciada das condições sociais que criam essas mesmas transformações: a relação entre as classes sociais,

[13] Caio Navarro de Toledo (2004b) observa o que o Golpe de 1964 foi contra "as reformas sociais defendidas por setores progressistas e [...] contra a incipiente democracia política, nascida em 1945" (Toledo, 2004b, p. 13). Afirmação que ganha substancialidade com a recuperação das afirmações de Florestan Fernandes: "movimento político-militar de 1964" foi para "impedir [...] a transição de uma democracia restrita para uma democracia ampliada" (Fernandes, 1980 *apud* Toledo, 2004b, p.14).

principalmente, o controle do acesso de amplos setores da sociedade à cidadania liberal foi elemento marcante da trajetória do processo peculiar de modernização, controlada pelas classes dominantes em detrimento de modelos democráticos instituídos nos países imperialistas.

Assim, a interpretação sobre a ditadura empresarial-militar, a partir de uma perspectiva da *modernização conservadora*, guarda uma estreita relação com a estrutura social que se consolida ao longo da história nacional. *Modernização conservadora*, portanto, é tida como a antítese da reforma agrária, como afirmam Alentejano e Pereira: "a política da ditadura acabou seguindo a via da modernização conservadora da agricultura, dispensando a reforma agrária" (Alentejano; Pereira, 2014, p. 79).

Desse modo, a modernização do campo brasileiro teria como principal característica a liberação de mão de obra e terras para a produção agropecuária, principalmente devido ao fato de que o desenvolvimento técnico incrementou a produtividade do trabalho, o que por sua vez permitiu uma maior produção agropecuária (Rangel, 2005b, p. 101). Além disso, os proprietários que não conseguiam ter acesso aos insumos industriais eram retirados da terra e inseridos, como mão de obra nos mercados de trabalho capitalistas, tornando tanto a terra como a força de trabalho abundantes e reduzindo os obstáculos à industrialização (Pires; Ramos, 2009, p. 421).

Nesse ponto, fica evidente a preocupação da análise interpretativa que busca identificar a relação entre as mudanças acentuadas no campo brasileiro a partir de 1964 e o favorecimento de uma dinâmica capitalista surgente, na medida em que esse processo de modernização agrícola, a "revolução verde"[14], envolvia um conjunto de transformações que, não só ampliava a expropriação da população do campo, como instituía novas formas de expropriações em espaços geográficos diversos.

Portanto, o descompasso entre a liberação da mão-de-obra do meio rural e sua integração aos mercados de trabalho capitalista é um ponto fundamental das análises sobre o impacto das mudanças políticas produzidas pelo bloco dominante no contexto rural pós-1964, sendo compreendido como elementos de uma verdadeira crise agrária.

> [Os] produtores rurais que perderam suas terras foram lançados ao meio rural como mão-de-obra livre. Como não conseguiram arrumar nenhum tipo de

[14] A, assim denominada, revolução verde foi um processo lento, não só de mudança técnica, mas sobretudo econômica e também cultural que impulsionou transformações na agricultura, associadas a um pacote tecnológico (fertilizantes, sementes, agrotóxicos e máquinas, fármacos, rações, instalações, matrizes e reprodutores animais), que induziu a especialização produtiva (monocultivos e confinamentos e criação extensiva de animais) em grandes extensões de terra, com objetivo de exportação de matéria-prima. A agricultura foi subordinada à indústria e assumiu sua lógica na produção agropecuária, constituindo o que se denomina complexo agroindustrial (Andrade; Hadich, 2021, p. 651)

> colocação, isto é, como colonos, agregados e moradores, foram para os principais centros urbanos e industriais do país em busca de novos postos de trabalho. Entretanto, o núcleo capitalista (industrial e urbano), em decorrência das crises econômicas vivenciadas pela economia brasileira, especialmente a partir dos anos 80 do século XX, não absorveu todo o excedente de trabalhadores expulsos da terra (Pires; Ramos, 2009, p. 421).

A questão agrária tornou-se então mais grave, haja vista que o descompasso entre a expulsão de mão de obra livre do setor rural foi mais forte vis-à-vis à absorção destes trabalhadores pelos núcleos capitalistas (Pires; Ramos, 2009, p. 421).Além disso, esse processo de modernização vivenciado no campo foi marcado pela exclusão autoritária de amplos setores das classes rurais do "acesso aos mercados de dinheiro, trabalho e terra". O acesso ao crédito, por exemplo, beneficiava, "à luz da lógica bancária adotada, as transações de maior porte, que são feitas, evidentemente, por grandes produtores e/ou intermediários e beneficiadores" (Szmrecsányi; Ramos, 2002, p. 245).

Portanto, os estudos que buscam analisar o contexto da ditadura empresarial-militar sob a ótica da *modernização conservadora* o inserem em uma dinâmica mais ampla que compreende a relação entre os setores industrial, financeiro e agrário na manutenção de um processo amplo de modernização circunscrito na longa duração. Logo, as alianças políticas produzidas e a construção do golpe de Estado em 1964 teriam como finalidade a manutenção de uma ordem social que permitiria a ascensão de um setor industrial e financeiro em coexistência com as antigas elites agrárias. Como afirmam Murilo Pires e Pedro Ramos (2009)

> a revolução burguesa que aconteceu no Brasil não teve forças suficientes para romper com o antigo regime e instituir no país um capitalismo democrático como aquele verificado na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos da América. Daí, que foi igual ao que aconteceu na Alemanha e Japão, até porque foi feito sob a ditadura militar (Pires; Ramos, 2009, p. 421).

Desse modo, é construída uma correlação entre os processos de modernização da agricultura pelos quais passa o Brasil e a manutenção das grandes unidades de exploração, que representaram a "*via prussiana"* para o capitalismo no Brasil, ou mesmo a *"modernização conservadora da agropecuária brasileira*" (Pires; Ramos, 2009, p. 418. Grifo meu), já que, no conjunto de classes favorecidas pela política ditatorial, o setor agrário não vê sua estrutura ser fragmentada.

Sonia Regina de Mendonça (2010), por sua vez, ao identificar os meandros dessas transformações na estrutura fundiária e agropecuária nacional, destaca que o período imediatamente anterior ao golpe de 1964 é marcado pelo estabelecimento de três pressupostos

ao desenvolvimento capitalista no Brasil: “o combate à inflação, a alteração da política externa e a chamada ‘modernização’ da agricultura” (Mendonça, 2010, p. 35), sendo que esta última seria considerada a verdadeira expressão da reforma agraria em oposição os movimentos de trabalhadores rurais.

> Portanto, o processo da "modernização agrícola” verificado no país no decorrer dos anos de 1960 e 1970 teve como uma de suas precondições a derrota de qualquer proposta de uma efetiva reforma agrária, já que sua premissa consistiu na afirmação do desenvolvimento do capitalismo no campo com a manutenção da estrutura fundiária (Mendonça, 2010, p. 51.).

Assim, a autora afirma que será introduzida a empresa na estrutura econômica nacional após o golpe de 1964, que permitiria a inserção do país na nova dinâmica instituída pelo capitalismo mundial, em paralelo à ascensão de novas formas de produção rural e de intermediação entre as relações internacionais e as necessidades mercantis.

Nesse mesmo sentido, Regina Bruno (1997) é ainda mais contundente ao afirmar que a “integração entre os capitais e a internacionalização da economia” (Bruno, 1997, p. 4) contribuíram significativamente para a consórcio entre as classes, que não mais se circunscrevem a espaços geográficos restritos de atuação (rural ou urbano) passando a uma ação mais abrangente e orgânica. Assim, a aliança entre os blocos dominantes não é resultado somente da conjuntura social e política, mas tem profundas raízes na reestruturação das forças políticas que inovam e reciclam continuamente a exploração e a opressão dos trabalhadores (Bruno, 1997).

Portanto, as reflexões realizadas até aqui convergem no sentido de uma compreensão mais complexa da estrutura erigida no contexto pós-golpe. A perspectiva da luta de classes como principal instrumento de interpretação das mudanças ali identificadas nos conduzem a um conjunto diversificado de questões que dão conta das capilaridades que marcam as transformações vivenciadas no campo brasileiro. Nesse caso, podemos destacar a *contrarrevolução preventiva* contra a organização crescente das massas camponesas, a aliança entre as frações de classe e, atrelada a isso, a inserção do país na lógica capital imperialista, o que recai sobre uma estrutura de dependência em relação às nações centrais e a subsunção do capitalismo nacional funcionante, ou associado, ao capitalismo monetário multinacionalizado.

Leonilde Servolo de Medeiros (2003) afirma que embora o objetivo principal fosse a manutenção das taxas de crescimento industrial, havia uma clara intencionalidade de modernizar a agricultura, mas sem alterar a estrutura fundiária. Para a indústria, esse mercado da agricultura “moderna” poderia abrir espaço para o mercado de “máquinas e equipamentos

pesados, insumos químicos etc., o que não pressupunha a redistribuição de terras" (Medeiros, 1983 *apud* Medeiros, 2003, p. 19)

A manutenção da estrutura fundiária fica evidente ao observarmos a forma como as demandas populares por reforma agrária foram apropriadas pela ditadura. O Estatuto da Terra, aprovado logo durante a chega dos governos militares ao poder – novembro de 1964 – foi um verdadeiro ataque às demandas populares, pois, embora contemplasse elementos *distributivistas*, de democratização da terra, tinha como mote principal a *produtividade*, relacionada à sua concentração, o que era evidenciado na concepção de empresa rural.

> Sob a ótica política e social, a instauração da empresa agrícola – nas brechas da derrota do Estatuto da Terra – deveria ocupar um espaço privilegiado no seio das novas categorias jurídicas em construção. A empresa rural não poderia conter, por exemplo, o mesmo estatuto que o latifúndio ou o minifúndio, tampouco uma definição similar à da pequena propriedade de exploração familiar. A empresa não seria, ademais, um mero espaço de produção, mas, sim, a expressão de novos corpos sociais e políticos (Mendonça, 2010, p. 51).

Virginia Fontes (2010), por sua vez, ao aprofundar a reflexão sobre a inserção do Brasil no contexto do *capital-imperialismo*, aponta para o processo de adequação da economia agrária às novas exigências do capitalismo global. A autora destaca que entre 1955 e 1964 pode ser observada a industrialização e "os grandes capitais nacionais" já davam sinais de maturidade, integrando-se de forma subalterna à "monopolização já vigente nos países preponderantes e aqui presentes através da estreita dependência que os ligava" (Fontes, 2010, p. 316).

Diante do exposto, essa nova estruturação do *capital-imperialismo*, na busca de novas formas de expropriação das populações e visando sua própria manutenção por meio da ampliação contínua da concentração de renda, mantinha persistente a propriedade agrária e a expropriação dos trabalhadores rurais, permitindo a ampliação consistente dos trabalhadores urbanos liberados para o mercado (Fontes, 2010, p. 316).

> Promovia-se o crescimento acelerado de uma classe trabalhadora urbana exasperadamente desigual, impulsionada pela monopolização da economia e pela continuidade da expropriação rural, aprofundada agora por políticas agressivas de abertura e adentramento de fronteiras rurais, escancaradas ao grande capital, sobretudo a partir dos anos 1970. Grandes investimentos nessa nova fronteira agrária modernizavam o campo, reincidindo na monocultura (caso da soja e da cana, por exemplo), mas agora sob o controle de capitais fortemente concentrados e tecnificados. Alterava-se o perfil da composição interburguesa e a própria composição da classe trabalhadora. No âmbito rural, na qual cresceu o assalariamento direto ou sazonal, a pressão econômica impulsionava levas de migrantes internos, expropriados em suas regiões de origem, para colonizar e fornecer os braços necessários à expansão agrária. Os

> camponeses e pequenos proprietários remanescentes, numerosos, passariam a defrontar-se com o grande capital monopolista, ao lado dos velhos latifúndios. Fomentavam-se as condições para a complexificação da monopolização do capital no país, pela abertura da economia para a participação ainda maior de capitais estrangeiros, consolidando o famoso tripé (Estado/multinacionais/ grandes empresas nacionais). Adubava-se um sistema financeiro, capturando recursos dos trabalhadores através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS [...], do Sistema Financeiro da Habitação - SFH e do estímulo às bolsas de valores; realizaram-se gigantescas obras de infraestrutura e de suporte ao grande capital, que se aproveitaram da enorme mobilidade territorial dos trabalhadores, politicamente jugulados (Fontes, 2010, p.317).

Logo, o desenvolvimento de uma estrutura técnica de produção, principalmente no meio rural – a chamada modernização da agricultura – trazia consigo as exigências de reformulações nas formas de produzir, mas não antagonizaram com a concentração da terra e de sua própria concepção enquanto capital. Pelo contrário, será exatamente a necessidade de ampliação, sem limites, das fronteiras de atuação do *capital-imperialismo* que permitiriam a sua concentração na busca pela transformação de tudo em mercadoria dentro de uma conjugação hierárquica de fatores que beneficiaria de forma progressiva as diferentes frações da classe dominante. Assim, como observa Graziano Silva (1982), o monopólio da terra não era considerado um obstáculo ao desenvolvimento capitalista no Brasil, mesmo deixando no ócio um importante meio de produção, pois permitiu a criação de um novo mercado, não apenas o mercado da produção agrícola alimentícia ou de matéria prima, mas também um mercado de meios de produção (Silva, 1982, p. 62).

Essa visão dialoga intimamente com a separação marxiana entre *capitalismo monetário* e *capitalismo funcionante*, apontada por Virginia Fontes (2010), e sua complexificação no contexto do *capital-imperialismo*, pois a exigência da concentração cada vez mais intensa de massas de capitais e sua transformação em "puro capital" exige formulações de novas fronteiras, de uma não exterioridade constante para a atuação do capitalismo, o que resulta em novas áreas de atuação, novas formas de expropriação e exploração. A fronteira aberta pelo capital financeiro, por exemplo, permitia uma atuação tentacular que levava a drenagem contante dos recursos financeiros de amplos setores do capital funcionante ao capital monetário, ou mesmo da mercantilização da terra por intermédio do capital a juros.

Portanto, os elementos que compõem esse processo, e que temos destacado até aqui, relacionam de forma complexa um conjunto amplo de transformações que compõem esse processo de *modernização dependente*, pois envolvem tanto a integração subalterna do país às exigências das nações imperialistas, quanto a manutenção de uma ordem interna, por meio da congregação de formas tradicionais e inovações técnicas.

Dessa perspectiva, a *modernização dependente* durante o *capital-imperialismo* não pode ser compreendida apenas como um fenômeno restrito ao setor agrário, mas sim como elemento constitutivo de um pacto social mais amplo, capaz de manter inalterados os fundamentos das desigualdades históricas brasileiras. A repressão aos movimentos sociais, o controle dos meios de comunicação, o cerceamento de liberdades políticas, bem como a concentração fundiária e de renda, são faces desse processo articulado que conjugou, sob o signo da ordem e da segurança, tanto a inovação tecnológica quanto a perpetuação dos privilégios de determinados segmentos.

Desse modo, não estamos retirando do centro das reflexões a importância das interpretações que entendem as transformações vivenciadas naquele contexto como uma *modernização conservadora*, pelo contrário, o que temos apontado até aqui é que a relação imperialismo/dependência não pode prescindir dessa análise, pois os elementos clássicos das transformações vivenciadas nas "modernizações capitalistas" analisadas por Barrington Moore sobre a Alemanha e Japão - a aliança de diferentes frações de classe - também se fazem presentes aqui, mas de formas diferentes, principalmente pela função de direção assumida pelos setores multinacionais no processo modernizador, cabendo à burguesia nacional o papel de associado, de dependente, diante da estruturação econômica internacional.

Diante do exposto, é bastante operacional o conceito de *transformismo* elaborado por Gramsci e presente nas reflexões do trabalho seminal de René Dreifuss (1981), pois a forma em que se estrutura a aliança entre as diferentes frações da classe dominante foi marcada pela atuação direta de organizações representativas de classe que buscaram estabelecer, em nível de consciência coletiva, os interesses multinacionais e associados e depois, consequentemente, permitiu a interpenetração dos capitais financeiro, industrial e do agronegócio viabilizando uma aliança de classes.

No entanto, é relevante compreender que essa interpenetração não envolvia uma relação paritária, que as diferentes frações da classe dominante não estavam em situação semelhante diante da estrutura econômica capital imperialista global. Pois, como já destacado, a imposição de uma progressivamente acelerada expansão do capital "favorece contraditoriamente o surgimento de burguesias e de novos Estados, ao mesmo tempo que reduz a diversidade de sua organização interna e os enclausura em múltiplas teias hierárquicas e desiguais" (Fontes, 2010, p. 140).

Portanto, é nesse sentido que compreendemos esse processo como dependente, pois ele não parte de necessidades produzidas internamente, não estamos falando de criação de mercados internos, de uma iniciativa unicamente relacionada à expansão das elites nacionais,

mas de uma extraterritorialidade crescente do *capital-imperialismo*, da transformação, massificação do capital portador de juros, subsunção do capitalismo funcionante, em suas mais diversas áreas de atuação, ao *capitalismo monetário*.

Virginia Fontes (2010) observa que o pano de fundo do processo de espraiamento do *capital-imperialismo* no Brasil envolveu dois processos concomitantes: de um lado, o aprofundamento "lento e hesitante" da industrialização desde finais do século XIX; e, de outro, a "difusão da *compulsoriedade à produtividade, medida tanto pelo mercado mundial*, quanto pelo mercado interno, no âmbito agrário". Esses processos serão produto principal da "expropriação e reexpropriação da população rural" (Fontes, 2010, p. 217, grifo meu).

Portanto, Virginia Fontes (2010) destaca que a complexidade desse processo,

> não se limitou a um desenvolvimento industrial ou a uma concentração de capitais, que também ocorreram; também não pode ser descrito unicamente *através da forte componente de dependência econômica, política e mesmo militar perante os países predominantes, em especial os Estados Unidos*, o que ocorreu de forma intensa. Apesar de verdadeiro, também não é suficiente enfatizar o forte papel desempenhado pelo Estado, induzindo o processo de industrialização, apoiando-o e garantindo a grande propriedade, rural ou urbana, contra as pressões populares. É preciso ir além e incorporar uma enorme série de outros fatores, como o avanço das expropriações originárias, que persistiu e se aprofundou na segunda metade do século XX; a ocupação das fronteiras internas ao capital, através da apropriação de terras pela grande propriedade (através dos mais escabrosos procedimentos, sempre com o apoio estatal) e do deslocamento de populações que, mais ou menos expropriadas alhures, partiam como colonizadoras, em busca da miragem da propriedade agrária, e que em muitos casos se converteu na mão de obra necessária para os grandes empreendimentos; uma nova sociabilidade de cunho mercantil, generalizada sob intensas contradições e, finalmente, profundas mudanças culturais (Fontes, 2010, p.218).

É essa visão de complexidade que é necessária imprimir nas transformações ocorridas no Brasil no contexto ditatorial, pois se trata de processos concomitantes de adequação ao *capital-imperialismo* e recolocações internas das classes burguesas. Em uma dinâmica que ampliou a dependência externa, e o aprofundamento da produção, principalmente agrária, para o mercado internacional. Isso permitiu um reposicionamento das classes latifundiárias, que se estabelecem de forma subalterna em relação ao capitalismo multinacional.

No que diz respeito às classes dominantes ligadas à produção agropecuária é interessante observar o que evidenciou Sônia Regina de Mendonça (2010). A autora destaca a oposição de dois Aparelhos Privados de Hegemonia do setor: a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), que reunia proprietários de todo país voltados à produção de gêneros que

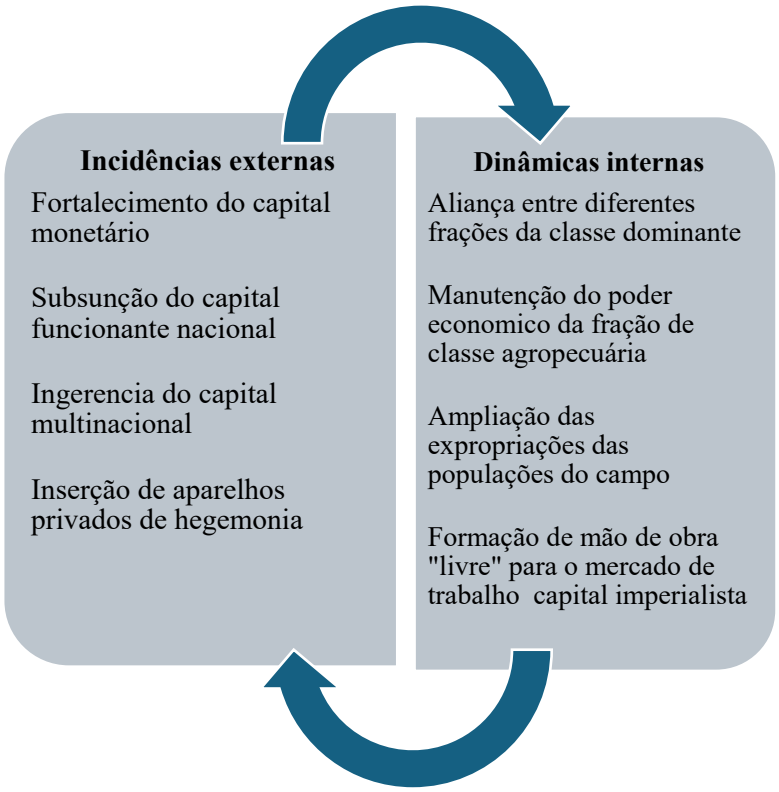
atendiam ao mercado interno e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), que agrupava grandes proprietários paulistas, principalmente cafeicultores e voltados à exportação.

A autora destaca que a intensificação das disputas entre a SNA e a SRB permitiu, contraditoriamente, a expansão das fronteiras de acumulação capitalista e da coligação entre industrialização e setor agrário. Isso se deu pois, embora a SRB tivesse se colocado como moderno ante ao atraso que representaria a SNA, aquela se apoiava nas estruturas do Estado elaboradas historicamente pela rival. Desse modo, se produzira, por meio de instrumentos diversos, a industrialização do campo brasileiro, que permitiu o fortalecimento do agronegócio associado aos capitais multinacionais externos, mas sem renunciar à burguesia agroindustrial nacional (Mendonça, 2010).

Portanto, a relação que se estabelece entre o moderno e o atrasado, como observa Francisco de Oliveira (2003) é meramente formal, pois "o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado 'moderno' cresce e se alimenta da existência do 'atrasado'" (Oliveira, 2010, p. 32). Ou seja, as mudanças vivenciadas na estrutura socioeconômica se constituem como um conjunto variado que envolve transformações nas formas de produzir; no aprofundamento da ingerência do capital, principalmente financeiro, na economia nacional; nas formas de associação política e formação de Aparelhos Privados de Hegemonia; mas, também, a permanência do privilégio de classes historicamente latifundiárias e ligadas à agroexportação.

Desse modo, a associação entre a concepção de modernização capitalista e dependência, em um contexto de crescimento vertiginoso do capitalismo monetário, permite matizar os diferentes meandros desse processo, compreendendo a existência de um conjunto variado, mas também associado de mecanismos de manutenção da ordem e fortalecimento da concentração de renda do capital portador de juros em sua mais alta escala.

Figura 1 – Interpenetração dependente da economia nacional ao capital-imperialismo



Fonte: Elaboração Própria

Portanto podemos destacar os presentes processos concomitantes e conectados da *modernização dependente* no campo:1) modernização da agricultura (relacionado à fração de classe ligada à agropecuária – dita tradicional); 2) acumulação de capital para expansão e centralização do capitalismo global: a terra como reserva de capital (relacionado às classes dirigentes do capital multinacional e associado); 3) acumulação capitalista por meio da venda de terras direcionados ao Estado, e posteriormente, a empresas privadas: do capital funcionante ao capital monopolista; 4) abertura de novos mercados ao capital monopolista, como a venda de maquinários e equipamentos agrícolas, fertilizantes, entre outros. Isso irá se traduzir numa dupla liberação de mão de obra, tanto para a produção rural, quanto para serem absorvidas pelo setor industrial crescente.

Dado que entre os interesses principais do presente trabalho está a mediação pedagógica do papel do Estado brasileiro na reconfiguração do capitalismo global durante a ditadura empresarial-militar e seus impactos no meio rural, a partir do caso maranhense, e, atrelada a isso, a violência protagonizada pelo Estado nesse processo de reconfiguração, cabe uma análise mais detida sobre elementos específicos da Área de Ciências Humanas, do componente curricular História e dos manuais didáticos de história em relação à interpretação sobre a

configuração econômica mundial a partir do *capital-imperialismo*, o papel desenvolvido pelos países dependentes nesse contexto e os impactos nas populações dessas nações.

1.2 Currículo, Dependência e Adaptação: Ensino de História e reprodução do capital

A concepção de currículo é uma temática recorrente e complexa no bojo das reflexões sobre a educação, podendo delinear uma multiplicidade de parâmetros educacionais e experiências propostas e vivenciadas por professores e alunos. De modo geral, como observam Alice Lopes e Elizabeth Macedo (2011), o currículo pode ser caracterizado pela "ideia de organização, prévia ou não, de experiências/situações de aprendizagem realizadas por docentes/redes de ensino de forma a levar a cabo um processo educativo" (Lopes; Macedo, 2011, p. 19).

A noção de currículo, no entanto, apesar dessa visão geral, é marcada pela diversidade semântica, resultado principalmente de sua localização no tempo. Assim, destacam-se algumas abordagens, produzidas historicamente, sobre o currículo e sua função. Alice Lopes e Elizabeth Macedo (2011) fazem um quadro dessas diferentes vertentes.

A primeira delas dá ênfase à relação entre currículo e eficiência, baseada principalmente em princípios de eficácia e produtividade, e na formação para a vida social urbana e industrial, como instrumento de redução das desigualdades[15], mediante a capacitação técnica.

Também como forma de controle das desigualdades, o chamado progressivismo busca a construção de uma sociedade "harmônica e democrática" (Lopes; Macedo, 2011, p. 23), compreendendo a origem social das assimetrias do poder e, portanto, a possibilidade de intervenção. Assim, a educação, na concepção progressivista, é entendida como a mobilização de experiências que permitam a ação na vida coletiva, por meio de uma atitude cooperativa. Desse modo, parte-se de problemas vivenciados socialmente e temáticas centrais na vida em sociedade para, a partir deles, intervir coletivamente[16]. No Brasil, a principal corrente que descende dessa perspectiva é a Escola Nova[17].

---

[15] Destaca-se nessa corrente o trabalho de Bobbitt (2018), que destaca a importância do currículo na preparação do "aluno para a vida adulta economicamente ativa", por meio do currículo direto e das experiencias indiretas (Lopes; Macedo, 2011, p. 22).

[16] A vertente progressivista é marcada por uma diversidade de divisões internas, com múltiplas leituras sobre o currículo e seu papel. Cabe destacar o trabalho de Dewey (1959) e sua concepção da aprendizagem como processo contínuo e harmônico como forma de resolução de problemas sociais e intervenção na realidade. Além disso, há a formulação do método de projetos de William Kilpatrick (2008); e a proposta de Ralph Tyler (1949), que busca articular as abordagens técnicas, como a eficientista, com o pensamento progressista (Lopes; Macedo, 2011).

[17] "Os princípios de Dewey estão na base das reformas educacionais ocorridas nos anos 1920, em alguns estados do Brasil, levadas a cabo por educadores conhecidos como escolanovistas. Anísio Teixeira e Fernando Azevedo, por exemplo, foram responsáveis pelas reformas ocorridas na Bahia (1925) e no Distrito Federal (1927). Mais

Outra vertente de interpretação sobre o currículo é a concepção crítica, que entende a composição curricular como "aparato de controle social", compreendendo que a escola ensina não "apenas o que é preciso saber para entrar no mundo produtivo, mas códigos a partir dos quais se deve agir em sociedade. Nessa perspectiva, a harmonia e o progresso social são gestados também na escola" (Lopes; Macedo, 2011, p. 27). Como observa Apple (1989):

> As escolas estão organizadas não apenas para ensinar o conhecimento referente a quê, como e para quê, exigidos em nossa sociedade, mas estão organizadas também de uma forma tal que elas dão conta, auxiliam na produção do conhecimento técnico/ administrativo necessário, entre outras coisas, para expandir mercados, controlar a produção, o trabalho e as pessoas, produzir pesquisa básica e aplicada exigida pela indústria e criar necessidades artificiais generalizadas entre a população (Apple, 1989, p. 37).

Além dessas três, deve-se destacar ainda a concepção fenomenológica, que busca dar destaque às experiências dos sujeitos em oposição a um "saber socialmente prescrito", argumentando que o foco em conhecimentos adaptados à vivência em sociedade ignora as individualidades.

A perspectiva crítica do currículo é um campo em debate, produto da própria tradição crítica da educação. Demerval Saviani (2011), por exemplo, observa que as proposições dos teóricos críticos da educação dos anos 1970, principalmente os trabalhos de Establet e Baudelot (1971) e Bourdieu e Passeron (1975), são caracterizadas por uma perspectiva crítico-reprodutivista, pois, embora evidenciem o caráter reprodutivo das relações sociais de produção, o apresentam como elemento invariável do papel da educação na sociedade capitalista, já que "qualquer tentativa na área da educação é necessariamente reprodutora das condições vigentes e das relações de dominação - características próprias da sociedade capitalista" (Saviani, 2011, p. 79).

Demerval Saviani propõe, desse modo, uma perspectiva educacional que se afaste de uma visão crítico-mecanicista, em direção a uma concepção crítico-dialética, histórico-crítica, que possa, desse modo, compreender o processo educacional por meio de seu "desenvolvimento histórico-objetivo", com a intenção de articulação de uma proposta pedagógica compromissada com a transformação da sociedade.

> Seus pressupostos, portanto, são os da concepção dialética da história. Isso envolve a possibilidade de se compreender a educação escolar tal como ela se manifesta no presente, mas entendida essa manifestação presente como

---

recentemente, a proposta pedagógica dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) traz alguns elementos do progressivismo de Dewey" (Lopes; Macedo, 2011, p.24).

> resultado de um longo processo de transformação histórica. Assim, [...] se refere à relação da pedagogia histórico-crítica com a realidade escolar do presente (Saviani, 2011 p. 80).

Diante do exposto, cabe ressaltar que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), principal documento curricular que busca estabelecer competências e habilidades comuns na educação básica, deve ser analisada por meio de seu processo de emergência histórica, como produto das relações de poder estabelecidas no seu contexto de criação.

Nesse sentido, é importante frisar que a emergência da Base Nacional Comum Curricular (2018) foi produto da reação de setores neoconservadores e neoliberais[18] às políticas sociais de combate à fome e distribuição de renda, identificadas nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2016), que culminou no golpe jurídico-midiático-parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff, abrindo caminho para um conjunto de transformações estruturais nos direitos trabalhistas e previdenciários e na política educacional, evidenciadas nos governos Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022) (Peroni; Caetano; Arelaro, 2019).

Assim, o processo de elaboração da BNCC perpassa a própria instabilidade política vivenciada nos anos de sua criação, o que se desdobrou na formulação de três versões. A primeira versão da BNCC teve início logo após a aprovação do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e como resultado dos encaminhamentos determinados por ele. Esse documento, sancionado pela presidenta Dilma Rousseff no final de seu primeiro mandato, apresenta a indicação da criação de uma base nacional comum (Juzwiak, 2021). Portanto, a construção da BNCC será perpassada por um conjunto de embates que marcam o contexto político da época, o que irá alterar profundamente a base social que fazia parte de sua estruturação.

Logo, diante do golpe sofrido por Dilma Rousseff (2016), o governo Temer retira do processo de elaboração da base comum curricular os atores sociais que se posicionavam de forma crítica a uma educação voltada para o mercado e que defendiam a educação pública. Assim, o protagonismo que, nas primeiras duas versões, recaía sobre acadêmicos, associações

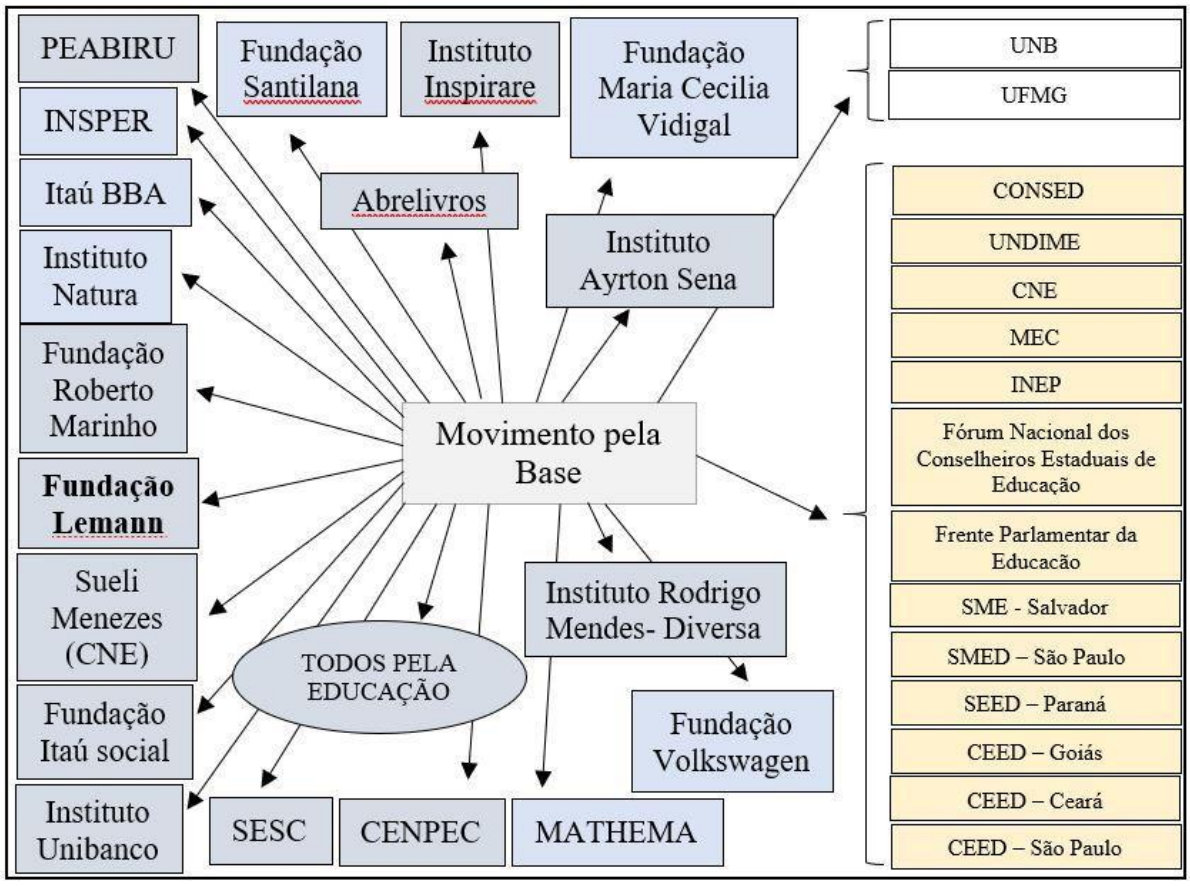
---

[18] As autoras defendem que, no atual contexto de globalização, aprofundamento do neoliberalismo e socialdemocracia (Terceira Via), o papel do Estado sofre uma redefinição com a transferência de responsabilidades do poder público para o privado, que não apenas executa determinadas políticas, como também as direciona. E mesmo as obrigações que recaem sobre o setor público sofrem influência dos princípios mercantis, passando a uma lógica gerencial. Já o neoconservadorismo, de acordo com as autoras, vai ao encontro do neoliberalismo em muitos aspectos, como, por exemplo, o poder corporativo, a supervalorização da "iniciativa privada, a restauração do poder de classe, a desconfiança da democracia, a governança pela elite". Quanto às diferenças, "[...] destaca a preocupação com a ordem em resposta ao caos e a defesa de uma moralidade inflexível como cimento social" (PERONI; CAETANO; ARELARO, 2019, p. 45).

científicas e organizações representantes dos entes da federação, foi deslocado para instituições privadas, que se articulavam com o chamado "Movimento pela Base".

Como é possível observar na figura abaixo, há uma ampla gama de interesses socioeconômicos no Movimento pela Base, representado por uma diversidade de fundações financiadas com capital privado.

Figura 2 – Organizações que compuseram o Movimento pela Base



Fonte: Peroni; Caetano; Arelaro, 2019, p.44.

Ao observarmos a figura acima, é possível identificar um conjunto de parcerias entre o setor público e o privado no movimento em defesa da formulação de uma base nacional comum. Em alguns casos, chegaram a propor conteúdos ao documento, "como exemplo, o Instituto Ayrton Senna, que apresentou recomendações para o desenvolvimento de competências socioemocionais" (Peroni; Caetano; Arelaro, 2019, p. 45).

Jacyelle Bento afirma que o governo de Michel Temer (2016-2018) assume uma agenda neoliberal ainda mais nefasta, que é caracterizada por uma limitação significativa de gastos públicos com áreas como saúde, educação e previdência, e que a construção da BNCC vai ao encontro desses interesses neoliberais (Bento, 2020). Atrelado a essa perspectiva, a autora

destaca que uma das características fundamentais da política educacional dessa agenda é o "saber fazer", em resposta a uma exigência dos órgãos internacionais, que condicionam a concessão de empréstimos para a educação nos países dependentes a mudanças no direcionamento da gestão pública educacional.

Um dos elementos que caracterizam a concepção de "saber fazer" na educação é a pedagogia das competências, onipresente como princípio norteador da BNCC. Segundo o próprio documento:

> a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem "saber" (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem "saber fazer" (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC (Brasil, 2018, p. 13).

Nesse mesmo contexto, a BNCC apresenta que a educação baseada nas competências, expressa na diretriz curricular, além de se relacionar com o texto da LDB, também está afinada com um conjunto de orientações que, desde a segunda metade do século XX, marcam tanto a educação em suas esferas municipais e estaduais, quanto as diretrizes curriculares em diversos países (Brasil, 2018). Além disso, o documento argumenta que é essa a estrutura avaliativa adotada pelos órgãos internacionais de avaliação do ensino (Brasil, 2018, p. 13).

A pedagogia das competências, conforme observa Saviani (2019), teve seu ponto de partida na psicologia behaviorista, a partir da década de 1960, e se relaciona a "objetivos operacionais". Assim, ser capaz de realizar determinadas operações significa, necessariamente, a aquisição de competências equivalentes. Essa perspectiva é fruto da concepção construtivista, na qual as "competências vão identificar-se com os próprios esquemas adaptativos construídos pelos sujeitos na interação com o ambiente num processo, segundo Piaget, de equilibração e acomodação" (Saviani, 2019. p. 510).

Essa concepção, no entanto, é atualizada nos anos 1990, retirando o seu caráter cognitivo, e focando em aspectos como a adaptação ao contexto, a uma concepção de "aprender a aprender"

> cujo objetivo é dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se às condições de uma sociedade em que as próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas. Sua satisfação deixou de ser um compromisso coletivo, ficando sob a responsabilidade dos próprios

> sujeitos que, segundo a raiz etimológica dessa palavra, se encontram subjugados à "mão invisível do mercado" (Saviani, 2019, p. 510).

Nesse contexto, concepções como "protagonismo", "projeto de vida", "empresário de si mesmo" tornam-se predominantes no léxico educacional. No entanto, o que elas trazem consigo é exatamente a desresponsabilização da estrutura social sobre a satisfação dos sujeitos diante ideia de impossibilidade de controle sobre o mercado, e, portanto, dos meios de vida. Essa perspectiva é perceptível na forma como se estrutura as políticas públicas, a legislação educacional, e mesmo as interpretações históricas presentes no livro didático, como se verá mais em seguida.

A área de ciências humanas é entendida por meio de três pilares principais: o tempo, o espaço e o movimento, em que a "crítica sistemática à ação humana, às relações sociais e de poder e, especialmente, à produção de conhecimentos e saberes" é um instrumento para o "desenvolvimento autônomo" e para a "intervenção mais responsável no mundo" (Brasil, 2018, p. 353-354). Desse modo, a compreensão sobre as relações sociais e de poder no mundo contemporâneo deve ser apreendida para a formação de um "senso de responsabilidade" que não ultrapasse os limites da democracia liberal, e não como produtos da sociedade capital-imperialista.

> [O texto continua afirmando que] as Ciências Humanas devem, assim, estimular uma formação ética, elemento fundamental para a formação das novas gerações, auxiliando os alunos a construir um sentido de responsabilidade para valorizar: os direitos humanos; o respeito ao ambiente e à própria coletividade; o fortalecimento de valores sociais, tais como a solidariedade, a participação e o protagonismo voltados para o bem comum; e, sobretudo, a preocupação com as desigualdades sociais. Cabe, ainda, às Ciências Humanas cultivar a formação de alunos intelectualmente autônomos, com capacidade de articular categorias de pensamento histórico e geográfico em face de seu próprio tempo, percebendo as experiências humanas e refletindo sobre elas, com base na diversidade de pontos de vista (Brasil, 2018, p. 354).

Assim, a formação de indivíduos com "responsabilidade social" produz um discurso sobre os direitos humanos, o respeito à coletividade, a solidariedade e o bem comum, não para reparação coletiva e transformação profunda da realidade, mas como instrumento de mitigação do impacto social vivenciado pela estrutura excludente do capitalismo.

Além disso, a concepção do "saber fazer" pode ser observada na forma como a BNCC trata a macroárea de Ciências Humanas, retirando de seu enfoque principal o sujeito e sua possibilidade de crítica e transformação estrutural da realidade. O papel dos estudos nesse campo passa a ser, contrariamente, a "resolução de conflitos", a mediação por meio do diálogo

e da facilitação comunicativa. Há um destaque para uma movimentação dentro de uma estrutura republicana de atuação, e de "responsabilização do cidadão diante do mundo em que vive". Isso fica evidente até mesmo nas competências gerais da área de Ciências Humanas.

> 2. Analisar o mundo social, cultural e digital e o meio técnico-científico-informacional com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo[...].
> 6. Construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, exercitando a responsabilidade e o protagonismo voltados para o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (Brasil, 2018, p. 357).

Essa valorização do instrumento comunicacional foi destacada por Fonseca (apud Saviani) ao considerar que a sociedade contemporânea altera os paradigmas do emprego seguro e exige concepções como adaptabilidade e empregabilidade e, com elas, novos tipos de raciocínios, como a capacidade comunicativa e as funções cognitivas, além da fuga do estável e familiar para o "inédito e imprevisível" (Saviani, 2019).

Esse princípio da adaptabilidade e da empregabilidade é destacado ainda na afirmação de que "a área de Ciências Humanas deve propiciar aos alunos a capacidade de interpretar o mundo, de compreender processos e fenômenos sociais, políticos e culturais e de atuar de forma ética, responsável e autônoma diante de fenômenos sociais e naturais" (Brasil, 2019, p. 356). Aqui observa-se claramente que o conhecimento histórico e geográfico não é compreendido como um elemento de emancipação e superação das condições estruturais vigentes, mas como um instrumento de preparação para um comportamento exigido pela conjuntura sócio-histórica vivenciada.

O princípio da interlocução, já citado aqui, aparece como um saber fundamental no componente curricular de História, com destaque para a "capacidade de comunicação e diálogo", que seria o "instrumento necessário para o respeito à pluralidade cultural, social e política" (Brasil, 2018, p. 398). Nesse sentido, as tensões resultantes dos embates políticos e sociais devem ser resolvidas por meio da mediação dialógica, da comunicação e não do confronto. Logo, "a lógica da palavra, da argumentação, é aquela que permite ao sujeito enfrentar os problemas e propor soluções com vistas à superação das contradições políticas, econômicas e sociais do mundo em que vivemos" (Brasil, 2018, p. 398).

O componente curricular de História destaca o desenvolvimento da "atitude historiadora" como um produto desse saber histórico procedimental. O documento entende que essa atitude é um elemento desejável na formação básica da educação histórica do ensino

fundamental. Partindo desse princípio, podemos identificar que existe uma preocupação maior com a forma do que com o conteúdo, já que a sistematização metodológica se impõe à instrumentalização teórica que permite a sua compreensão, reflexão e conexão com a realidade presente.

Ainda de acordo com o documento, alguns "processos" devem ser manejados no trabalho com os objetos históricos no meio escolar. É interessante observar que, no conjunto desses mecanismos adotados, o foco principal está nos instrumentos de análise e não na própria análise. Enquanto propõe detalhes de como proceder e quais as perspectivas devem ser abordadas para os procedimentos de identificação, comparação, contextualização e interpretação (Brasil, 2018), no momento de avaliação, o documento se resume a apontar a complexidade desse procedimento, pois na "busca de sentido [...] algo sempre escapa. [...] É impossível de ser concluído e incapaz de produzir resultados finais, exigindo do sujeito uma compreensão estética e, principalmente, ética do objeto em questão" (Brasil, 2018, p. 400).

Essa perspectiva pode ser considerada problemática, pois retira o papel de protagonismo de alunos e professores no processo de formação de uma consciência sobre a realidade vivida, retirando da escola a função de construtora de conhecimento, para a de consumidora do saber produzido no meio acadêmico. Portanto, o ponto focal do conhecimento histórico escolar será a interpretação como forma de capacitação para o ambiente comunicacional e não a análise, com seus limites e potencialidades.

Os processos supracitados são entendidos no interior do documento como um instrumento para a construção de uma "autonomia de pensamento", reconhecimento da relação entre ação humana e contexto espaço-temporal como meio de "preservar ou transformar hábitos e condutas" (Brasil, 2018, p. 400). Para a BNCC de História, "a percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania" (Brasil, 2018, p. 400).

Diante disso, é evidente a apropriação da concepção de "saber fazer" na diretriz curricular para o ensino de história. Entre as competências específicas da disciplina, por exemplo, estão:

> 1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.
> 3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.

> 4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
> 7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais (Brasil, 2018, p. 402).

Como é possível perceber, há a valorização de uma intervenção genérica no mundo contemporâneo, por meio do incentivo de valores como a mediação, o diálogo, a empatia, a resolução de conflitos, a cooperação, o respeito, a democracia, a ética, a inclusão, a sustentabilidade e a solidariedade. Todavia, não está presente uma formação analítica que incentive a criticidade de aspectos constitutivos da sociedade, suas fragilidades e possibilidades.

Na parte que trata especificamente do componente curricular de História na BNCC para o Ensino Fundamental – Anos Finais, o documento dá um foco, mais nítido, a um saber procedimental. Nele, o conhecimento histórico deve se pautar em "procedimentos básicos" e estabelece uma leitura pouco reflexiva sobre o papel dos sujeitos históricos e seu lugar/atuação no mundo. Desse modo, estabelece três métodos básicos para o ensino/aprendizagem nos Anos Finais em História: 1º) identificação de eventos importantes na história ocidental, sua ordenação cronológica e localização geográfica; 2º) compreensão sobre mecanismos de seleção, produção, circulação e utilização de documentos, bem como a elaboração de críticas às fontes documentais; 3º) reconhecimento e interpretação de um mesmo fenômeno por meio de uma multiplicidade de versões, possibilitando avaliações e conclusões sobre o fato histórico (BRASIL, 2018, p. 412).

Portanto, a reflexão ontológica sobre o ser social e suas interações com o restante do mundo é deixada em segundo plano, diante da formação para um pensamento funcional. Desse modo, é possível perceber uma perspectiva pragmática em sintonia com o que Saviani caracteriza como "neoescolanovismo"[19], ou seja, a busca por uma formação pautada na necessidade de enfrentar dificuldades pontuais de uma realidade preexistente e inquestionável.

Sendo assim, diante da lógica empregada pela pedagogia das competências, o componente curricular de História, como subárea imersa em uma concepção de Ciências Humanas extremamente utilitarista, busca estabelecer pressupostos educacionais condizentes com a formação para adequação em sociedade.

---

[19] Esse tema será mais bem aprofundado quando tratarmos do neoescolanovismo, no tópico: Educação Básica e Formação cidadã: uma análise a luz da Pedagogia Histórico-critica.

Os princípios da “atitude historiadora”, tidos como basilares no processo de ensino e aprendizagem da disciplina de história, se associam diretamente a essa visão, que prioriza os sujeitos em suas individualidades e em relação com os enfrentamentos cotidianos, ao invés de apontar para as potencialidades das mudanças estruturais. A concepção de sociedade é entendida, portanto, a partir de uma perspectiva estática. As noções de mudanças são acionadas apenas para a compreensão do ser e estar no mundo, como orientação no tempo e espaço, físico e psicológico, destacando a relação do ser consigo e com o “outro”, mas não são capazes de construir caminhos possíveis.

No componente curricular de História, embora se destaque expressamente que o foco principal da disciplina sejam as inquietações do presente, essa não é a abordagem identificada nas análises sobre a conjuntura socioeconômica global, já que o documento, devido à sua característica extremamente prescritiva, não apresenta reflexões de cunho teórico ou problemas conjunturais a serem analisados e questionados.

Além disso, o documento apresenta os conteúdos do Ensino Fundamental – anos finais a partir de uma abordagem cronológica que, como observa Kátia Abud (2016), constitui a história ensinada enquanto “guardiã das tradições”, pois, partindo da história política e de tradição eurocêntrica, obedece “às regras impostas de um código curricular que aglutina as formas consagradas e vem fechando as possibilidades de renovação” (Abud, 2006, p. 170) da história escolar.

Nesse sentido, a BNCC de história divide os conteúdos (objetos de conhecimento) de forma cronológica e linear, partindo dos “procedimentos próprios da história” e das “primeiras sociedades”, que devem ser trabalhados no 6º ano, até os tempos atuais, direcionados ao 9º ano. O reconhecimento desses fenômenos históricos, como já explicitado, é indicado como o passo inicial do estudo da matéria na sala de aula, o qual deve ser seguido de práticas metodológicas que dialoguem com a epistemologia da área, como o trabalho com documentos, e, por fim, por um de interpretação focada na diversidade.

De todo modo, não há nenhuma referência direta à estrutura econômica global e sua dinâmica nas proposições teórico-metodológicas do produto, muito menos à concepção de dependência a que esse trabalho se refere. O que há são indicações quanto ao recorte histórico pós-Segunda Guerra no 9º ano do ensino fundamental, que orienta o estudo com as circunstâncias de criação da Organização das Nações Unidas e o debate sobre os direitos humanos, principalmente no que diz respeito às “diversidades identitárias”, e a busca pela vinculação entre os diferentes continentes, suas “especificidades e aproximações”. O tema é

abordado de forma mais explícita nas “unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades” (Brasil, 2018, p. 418), que serão apresentados mais adiante.

O Documento Curricular do Território Maranhense (DCT-MA), texto criado com base nas orientações determinadas pela Base Nacional Comum Curricular, traz preceitos curriculares a serem implementados nas escolas de educação básica do estado do Maranhão. Nas reflexões sobre a área de Ciências Humanas, o currículo maranhense apresenta um resumo das informações presentes na diretriz nacional, com destaque, inclusive, para uma abordagem que valoriza a responsabilização individual na concepção de promoção dos “direitos humanos; respeito ao meio ambiente e à própria coletividade; o fortalecimento de valores sociais, tais como a solidariedade, a participação e o protagonismo [...]” (Maranhão, 2019, p. 389).

O componente curricular de História no DCT-MA, por seu turno, aponta as transformações que marcam o campo epistemológico da história como ciência, principalmente a partir da Escola dos Annales, destacando a contribuição da história-problema e da história total; da ampliação da concepção de documento histórico; e das noções de temporalidade para a formação histórica no contexto educacional.

Ao mesmo tempo, o documento curricular observa que é inconcebível o estudo da história do Maranhão sem um trabalho de antagonismo ao eurocentrismo, pois, como frisa o texto:

> a rejeição ao eurocentrismo é especialmente importante no estudo do Maranhão, um estado constituído por um emaranhado de culturas intercruzadas, pois somente assim a maioria dos estudantes poderá se reconhecer na história estudada, sentindo-se estimulada a aprendê-la para construir um passado que lhe seja útil para a compreensão da própria posição na sociedade (Maranhão, 2019, p. 436).

Essa posição é particularmente importante, pois questiona diretamente a estruturação da diretriz curricular nacional presente na BNCC, que, como já afirmado, é caracterizada pela permanência de um código curricular que favorece o eurocentrismo e a história política. No entanto, embora saliente a importância de estudos que evidenciem a participação de diversos grupos sociais na história do estado, como, por exemplo, a iniciativa de quilombolas, mestiços e campesinato livre durante a Balaiada, o material apresenta o debate sobre a trajetória do Maranhão a partir de uma perspectiva eurocêntrica, partindo da colonização, passando pelo papel da administração portuguesa, até a estruturação oligárquica do estado durante o período republicano.

Um ponto relevante do debate presente no componente curricular de História no DCT-MA é o reconhecimento do ensino da disciplina como um “lugar de fronteira” entre história e

memória, “pois, mediante a ação pedagógica, podemos ‘pôr em questão verdades estabelecidas e abrir perspectivas e novos horizontes, superando naturalizações que nos subjugam à nossa circunstância’” (Monteiro, 2007, p. 23 *apud* Maranhão, 2019, p. 437).

Essa visão, também pouco explorada na BNCC, é crucial para a compreensão das dinâmicas socioeconômicas e políticas produzidas a partir da segunda metade do século XX, já que as transformações evidenciadas naquele contexto marcaram profundamente a realidade da população camponesa, mesmo estando relacionadas ao desenvolvimento do estado na memória local.

Nesse mesmo sentido, em outra parte do documento é destacada a relevância da iniciativa em coletividade, pois “o estudo da ação coletiva dos grupos sociais ao longo do tempo pode demonstrar a complexidade e a multiplicidade da experiência humana, desnaturalizando o presente ao demonstrar que todas as sociedades estão sempre se transformando” (Maranhão, 2019, p. 437). Essa concepção de descontinuidade a partir da atividade humana coletiva é um ponto de inflexão fundamental para a compreensão da mobilização das populações do campo, por sua permanência na terra e melhorias das condições de vida, ajudando na formação de alunos que não simplesmente se adequam à realidade vivenciada, mas conscientes do poder da organização e da capacidade de transformação desse cenário por meio dela.

Essa concepção, de acordo com o DCT-MA de História, deve estar presente principalmente nas aulas com os alunos do 6º ao 9º ano, as quais devem pautar-se pela problematização de “temas sociais, políticos, culturais e econômicos que possibilitem a explicação histórica, feita por diferentes sujeitos, individuais ou coletivos, construída no cotidiano, com contradições e conflitos” (Maranhão, 2019, p. 439).

Essa reflexão teórica, praticamente ausente na BNCC, é elemento fundante para um debate educacional capaz de ir além das propostas de adequação ao mundo contemporâneo, pois a concepção de contradições ajuda a compreender as dinâmicas sociais e o papel dos sujeitos na história. Como o próprio documento aponta, “o trabalho com o método histórico [...] ‘esquadrinha os sujeitos, suas ligações sociais, suas intenções e interesses em jogo, para entender a informação que cada um deles traz’” (Maranhão, 2019, p. 440).

Por fim, ao tratar dos procedimentos pedagógicos e metodológicos para o ensino de História, o documento acaba por valorizar aspectos mais procedimentais, tal como a BNCC. Para o DCT-MA da disciplina, o desenvolvimento da capacidade analítica ajuda no diagnóstico de situações cotidianas, principalmente para a verificação de informações em um contexto de ampliação e popularização das tecnologias de comunicação. Assim, “aprender a organizar,

sistematizar, comparar, avaliar, contextualizar e dialogar é condição *sine qua non* para todos os cidadãos na sociedade da informação [...]" (Maranhão, 2019, p. 440).

Ora, embora não se possa negar a importância do papel do ensino de História na formação reflexiva diante da volatilidade e imprecisão das informações divulgadas nas tecnologias comunicacionais, é preciso pontuar que esse não pode ser entendido como produto fundamental do conhecimento histórico, que dialoga muito mais com uma perspectiva utilitarista da história escolar.

Portanto, como o próprio DCT-MA destaca,

> a ênfase no método histórico tem ainda uma função epistemológica: permitir que os alunos percebam que o conhecimento é produzido por pessoas e não estabelecido por uma autoridade desconhecida a partir de critérios insondáveis. Assim, aprendem que o conhecimento em História – e, por conseguinte, o conhecimento sobre a sociedade e a ação humana – é provisório, estando sempre em construção. A existência de múltiplas interpretações também pode ser destacada, desde que se enfatize que todas devem seguir regras metodológicas para poderem produzir resultados válidos (Maranhão, 2019, p. 440).

Logo, além de uma prática sobre os usos do conhecimento histórico na interpretação das informações como instrumento de protagonismo cidadão, é preciso que esse saber permita uma reflexão sobre o próprio conteúdo a ser estudado, sobre os sujeitos históricos e seus interesses, sobre a realidade vivida e suas implicações socioeconômicas, políticas e culturais, sobre a transitividade dos conhecimentos, dos valores e da própria história.

Na documentação curricular, além da apresentação das concepções teórico-pedagógicas que fundamentam as disciplinas, já supracitadas, está presente um conjunto de unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades que devem nortear o trabalho pedagógico. Considerando que as temáticas aqui abordadas estão previstas para serem trabalhadas com alunos dos 8º e 9º anos do ensino fundamental, o quadro abaixo traz um resumo das informações contidas no documento curricular sobre os conteúdos/habilidades relacionados a esses temas.

Quadro 1 – Unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades relacionadas com o tema da modernização dependente no currículo de História

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETO DE CONHECIMENTO BNCC	OBJETO DE CONHECIMENTO DCT-MA	HABILIDADES
Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946	O Brasil da era JK e o ideal de uma nação moderna: a urbanização e seus desdobramentos em um país em transformação.	A crise da indústria manufatureira do Maranhão.	**(EF09HI17)** Identificar e analisar processos sociais, econômicos, culturais e políticos do Brasil a partir de 1946.
	A ditadura civil-militar e os processos de resistência As questões indígena e negra e a ditadura	A Oligarquia Sarney Projeto Grande Carajás e expansão agrícola no Sul do Maranhão	**(EF09HI19)** Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos. **(EF09HI20)** Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar. **(EF09HI21)** Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura.
	O processo de redemocratização Os protagonismos da sociedade civil e as alterações da sociedade brasileira.		**(EF09HI22)** Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988.
A história recente	A Guerra Fria: confrontos de dois modelos políticos.		**(EF09HI28)** Identificar e analisar aspectos da Guerra Fria, seus principais conflitos e as tensões geopolíticas no interior dos blocos liderados por soviéticos e estadunidenses.
	As experiências ditatoriais na América Latina.		**(EF09HI29)** Descrever e analisar as experiências ditatoriais na América Latina, seus procedimentos e vínculos com o poder, em nível nacional e internacional, e a atuação de movimentos de contestação às ditaduras. **(EF09HI30)** Comparar as características dos regimes ditatoriais latino-americanos, com especial atenção para a censura política, a opressão e o uso da força, bem como para as reformas econômicas e sociais e seus impactos. Os processos de descolonização na África e na Ásia.

Fonte: Brasil, 2018; Maranhão, 2019

É possível perceber um conjunto significativo de objetos de conhecimento e habilidades voltados à temática da ditadura empresarial-militar e alguns de seus desdobramentos no Brasil. Podemos observar a falta de uma articulação entre o problema vivenciado no país com as transformações identificadas no próprio cenário global do capitalismo no contexto pós-Segunda Guerra.

Nesse sentido, embora faça referência à Guerra Fria, não busca estabelecer uma relação entre a conjuntura global e nacional, apontando como habilidade a ser construída o foco nas tensões geopolíticas, mas não nas implicações disso para a realidade vivenciada. Um ponto interessante na reflexão sobre as dinâmicas globais presentes no documento é a discussão sobre as experiências ditatoriais na América Latina, principalmente a habilidade EF09HI28, que indica a interferência internacional nas ditaduras do Cone Sul. No entanto, entende-se que esse debate deva ocorrer de forma concomitante às reflexões sobre a ditadura empresarial-militar no Brasil em um contexto de ampliação do *capital-imperialismo*, o que exigiria uma inversão na apresentação do conteúdo e em seu caráter teórico.

Embora devamos destacar que os objetos de conhecimento e habilidades presentes no currículo de História da BNCC representem um avanço no debate sobre as vinculações internacionais da ditadura, o seu foco principal, tal como já apresentado aqui, continua sendo a adequação à realidade imposta pela estrutura social vigente, pois, ao não apresentar de modo claro que a mobilização social não é um produto do regime, mas uma de suas principais causas, ela retira de evidência o impacto real da iniciativa dos movimentos sociais que lutavam pela ampliação da democracia no contexto que antecede a ruptura institucional.

Mais dramático é o caso do Documento Curricular do Território Maranhense, pois, embora apresente uma reflexão teórica um pouco mais aprofundada do que a BNCC, não consegue avançar quase nada na proposição de conteúdos e habilidades que de fato deem conta da realidade local e suas vinculações com o nacional/global.

Desse modo, o DCT-MA apresenta como objetos de conhecimento voltados à história local no período da ditadura empresarial-militar o tema da Oligarquia Sarney no Maranhão, o Projeto Grande Carajás e a extensão agrícola no sul do estado. Mesmo considerando que os temas são de fundamental importância para a compreensão das transformações vivenciadas no território no contexto do governo autoritário, é possível identificar a ausência de qualquer tipo de objetivo de aprendizagem, mesmo que na forma de habilidades defendidas pela BNCC e já criticadas neste trabalho.

O tema da Oligarquia Sarney, por exemplo, além de apontar para a manutenção de um sistema político com características específicas no estado, também permite compreender a penetração de uma política econômica nas estruturas estatais, complexificando os mecanismos de inserção e adequação do *capital-imperialismo*.

Ademais, as reflexões sobre o Projeto Grande Carajás e a expansão agrícola no sul do Maranhão não podem de forma alguma estar apartadas das políticas de "modernização" empreendidas pelo Estado maranhense naquele contexto, principalmente como

aprofundamento das estruturas de apropriação do puro capital e fortalecimento do papel de dependência local aos países centrais.

Por não destacar objetivos ou habilidades voltados às particularidades locais e sua conexão com o que é proposto pela BNCC, o DCT-MA propõe um conjunto de atividades que visa dar conta de aspectos relevantes para a historiografia regional. Um exemplo disso é um desses exercícios de interpretação de músicas, mas que não apresenta nenhum artista maranhense, focando em nomes já reconhecidos, como Caetano Veloso, Chico Buarque, Gilberto Gil e Geraldo Vandré.

Algumas dessas atividades merecem destaque. Duas delas estão relacionadas à unidade "Modernização, ditadura empresarial-militar e redemocratização: o Brasil após 1946": uma propõe a realização de um debate que evidencie a relação entre modernização e "ditadura militar", dando ênfase às mudanças vivenciadas no estado; a outra sugere a criação de uma linha do tempo sobre a atuação dos governos do regime no Brasil nas áreas social e econômica. Uma outra atividade, relacionada ao objeto de conhecimento "As experiências ditatoriais na América Latina", também sugere a realização de uma discussão para analisar as políticas econômicas na região e de que forma elas se relacionam com as desigualdades observadas.

Esse último conjunto de atividades aponta para as problemáticas apresentadas neste trabalho e sua relação com as questões vivenciadas atualmente no estado. No entanto, como não há a elaboração de objetivos pedagógicos claros ou de habilidades a serem construídas, as atividades não apresentam uma finalidade definida. Portanto, perdem significância teórica no fazer pedagógico.

Não se pode esperar que o professor seja um mero reprodutor de "atividades sugeridas" sem uma preocupação filosófica que sustente os debates realizados nas aulas. O que se exprime na composição de objetivos de aprendizagem, na formulação de temas e reflexões teóricas que indiquem, no caso da história do lugar, não meramente o isolamento ou o exotismo, mas o conjunto de interconexões entre o que se vive na localidade com as dinâmicas nacionais, regionais e globais.

De modo geral, nos currículos de História destacados predomina a concepção de dependência associada, formulada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, em ensaio intitulado "Dependência e Desenvolvimento na América Latina" (1969), a qual busca evidenciar as dinâmicas internacionais-nacionais presentes nas relações entre os países. Ou seja, o foco não se centrava meramente em uma dominação externa, "mas na caracterização da forma que ela assume e dos efeitos distintos, com referência às situações passadas, desse tipo de relação de dependência sobre as classes e o Estado" (Cardoso; Faletto, 1975, pp. 141-142). Isso

significa que sua preocupação ultrapassava "tanto os aspectos econômicos do subdesenvolvimento quanto os processos políticos de dominação de uns países por outros, de umas classes sobre as outras, num contexto de dependência nacional" (Cardoso; Faletto, 1975, p. 139).

Henrique Cardoso e Enzo Faletto, portanto, buscam se afastar de uma reflexão centrada na relação desigual entre os países, intentando complexificar a interação que se estabelece em nível internacional com aquela oriunda da realidade nacional, apontando para uma margem de atuação dos agentes nacionais na conformação da estrutura global.

> A dependência não é considerada meramente como uma variável externa, assim como a situação sócio-política nacional não deriva mecanicamente da dominação externa. Apesar da margem de manobra estar amplamente delimitada pelo sistema mundial, a configuração interna particular de um país determina a resposta específica aos mesmos eventos externos (Kay, 2016, p.173).

Desse modo, a complexa relação entre as classes sociais, tanto em nível nacional como internacional, será produtora e produto dessa intermediação global. A dependência é uma "forma de articulação subordinada entre uma das duas partes de um mesmo modo de produção e sobre a subordinação de um modo de produção a outro" (Cardoso, 1993, p. 82), ou ainda, um sistema em que uma estrutura desenvolvida, "em virtude de sua capacidade endógena de crescimento, é dominante, e a estrutura subdesenvolvida, dado o caráter induzido de sua dinâmica, é dependente; e isto se aplica tanto entre países como dentro de um país" (Cardoso, 1993, p. 189).

Essa concepção, porém, sofreu importante crítica da corrente marxista da dependência, já que, como aponta Theotônio dos Santos (2000):

> Desde 1974 [...] Cardoso aceitou a irreversibilidade do desenvolvimento dependente e a possibilidade de compatibilizá-lo com a democracia representativa. A partir daí, segundo Cardoso a tarefa democrática se convertia em objetivo central da luta contra um Estado autoritário, apoiado sobretudo numa "burguesia de Estado" que sustentava o caráter corporativo e autoritário do mesmo. Segundo ele, os inimigos da democracia não seriam, portanto, o capital internacional e sua política monopolista, captadora e expropriadora dos recursos gerados nos nossos países. Os seus verdadeiros inimigos são o corporativismo e uma burguesia burocrática e conservadora que, entre outras coisas, limitou a capacidade de negociação internacional do país dentro do novo patamar de dependência gerado pelo avanço tecnológico e pela nova divisão internacional do trabalho que se esboçou nos anos 70, como resultado da realocação da indústria mundial (Dos Santos, 2000, p.28).

Assim, cabe observar que, ao não colocar em evidência a possibilidade de reversão da dinâmica global de dominação, entendendo-a como uma viabilidade para o desenvolvimento dentro dos moldes do capitalismo, esse pressuposto teórico contribui para uma concepção conformista da realidade.

Diante da exigência estabelecida pela BNCC e pela predominância da historiografia revisionista sobre a ditadura empresarial-militar, os manuais didáticos também refletem uma perspectiva orientada para a adaptação, que dialoga com a concepção teórica de "fim da história", como será abordado a seguir.

1.3 A modernização dependente nos manuais didáticos

A percepção sobre o papel dos livros didáticos de História na formação discente e a reflexão axiológica sobre o que eles produzem são temas recorrentes de debates na esfera pública. Nesse sentido, Marieta Ferreira e Renato Franco (2008) destacaram há algum tempo o embaraço causado pelo jornalista brasileiro Ali Kamel, que atua em uma das principais redes de mídia do país, em sua crítica a uma pretensa ideologização do livro *Nova História Crítica*, de Mário Schmidt. De acordo com o comunicador, a obra apresentava uma unilateralidade do discurso histórico. Segundo ele: "querem fazer crer que o capitalismo é mau e a solução para tudo é o socialismo" (Kamel, 2007, apud Ferreira; Franco, 2008, p. 80). De todo modo, é interessante observar o que afirmam Fabiana Almeida e Sonia Miranda (2012):

> O livro didático de História, nesse contexto, assume lugar de grande relevância no ensino de História em nosso país, já que o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) situa-se entre os maiores programas de distribuição de livros didáticos do mundo, proporcionando, assim, profundos impactos no sistema de ensino e no mercado editorial brasileiro. Por este motivo, coube-nos pensar: como a distinção entre os campos de saber da Memória e da História é evidenciada e teorizada pelos autores no interior dos livros didáticos de História? (Almeida; Miranda, 2012, p. 264).

De acordo com Ferreira e Franco, as discussões foram direcionadas para duas críticas importantes: 1) a dimensão econômica que envolve a produção dos livros didáticos, atividade que gera significativo lucro às editoras e, consequentemente, uma necessidade de submeter as produções às demandas mercadológicas; 2) o controle sobre as narrativas históricas presentes nas obras por meio da elaboração do Guia de Livros Didáticos, que visa estabelecer resenhas como mecanismo de avaliação da qualidade, atualmente pautado pelos parâmetros estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular.

A primeira situação apontada, no que diz respeito ao mercado editorial, é um fator crucial de condicionamento da produção do material didático, pois é um fato que esse recurso deve atender à sua exigência didático-pedagógica, mas também a demandas mercadológicas, "ligadas ao mundo editorial e à lógica da indústria cultural do sistema capitalista" (Bittencourt, 2009, p. 301). Como observam Sonia Miranda e Tânia de Luca:

> [...]para o segmento voltado para as compras do setor público importa menos a orientação metodológica ou a ideologia contida em uma coleção didática e mais a sua capacidade de vendagem e aceitação no mercado. Nesse contexto o livro didático assume claramente a sua dimensão de mercadoria, sujeita a múltiplas interferências em seu processo de produção e vendagem (Miranda; Luca, 2004, p. 128).

Além disso, outro elemento apontado é o papel do *Guia de Livros Didáticos* na constituição das narrativas. Esse ponto, por sua vez, se relaciona a um aspecto ainda mais amplo, que diz respeito à própria política pública de aquisição do material didático, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). O programa, por seu turno, não pode ser separado de seu próprio contexto de formulação e regulação; como salienta Choppin:

> o estudo sistemático do contexto legislativo e regulador, que condiciona não somente a existência e a estrutura, mas também a produção do livro didático, é condição preliminar indispensável a qualquer estudo sobre a edição escolar. Escrever a história dos livros escolares — ou simplesmente analisar o conteúdo de uma obra — sem levar em conta as regras que o poder político, ou religioso, impõe aos diversos agentes do sistema educativo, quer seja no domínio político, econômico, linguístico, editorial, pedagógico ou financeiro, não faz qualquer sentido (Choppin, 2004, p. 561 *apud* Caimi, 2019, p. 37-38)

Portanto, é relevante destacar que o PNLD, criado em 1985, representa um marco na política de materiais didáticos no Brasil, pois, além de incorporar os professores na aquisição dos livros, implantou, a partir de 1996, a avaliação pedagógica das obras didáticas por meio da estipulação de regras e da inscrição prévia dos títulos pelas editoras. Cabe ressaltar que essas regras foram sendo aperfeiçoadas ao longo dos anos, como é o caso da avaliação por coleção, e não mais por obra, a partir de 2002 (Miranda; Luca, 2004).

Desse modo, o PNLD está sujeito a diferentes interferências em seus diversos processos, desde a produção e avaliação até a aquisição e distribuição. Um exemplo disso foi citado por Herik Alves (2024), ao relatar a tentativa de interferência nos critérios de avaliação, realizada em 2019, durante o governo Jair Bolsonaro. Essas mudanças foram logo detectadas e divulgadas à imprensa, o que levou à imediata revogação (Alves, 2024, p. 46). Logo, o PNLD é marcado por um conjunto de problemas, que vão desde falhas na escolha dos livros pelos

professores até atrasos na entrega das obras, como frisam Sonia Miranda e Tânia de Luca (2004):

> Pesquisas realizadas em território nacional e patrocinadas pelo próprio MEC indicaram, em momentos distintos, que há problemas incontestáveis envolvendo atrasos sistemáticos na edição e distribuição do guia para as escolas, incongruências de toda ordem no tocante à escolha feita pelos professores e envio das obras pelo FNDE, atrasos na recepção dos livros por parte das escolas, bem como fragilidades envolvendo o processo de utilização das obras enviadas, que chegam até mesmo a ser desprezadas e desconsideradas pelos professores (Miranda; Luca, 2004, p. 126)

Como destaca Circe Bitencourt, há uma relação intrínseca entre os materiais didáticos como suporte de conhecimentos escolares e a presença do "Estado na existência do livro didático", pois este tem atuação indireta na criação de currículos a serem veiculados nos livros; no estabelecimento de critérios para sua produção mediante editais; e na avaliação com base nos pressupostos curriculares (Bitencourt, 2009, p. 301).

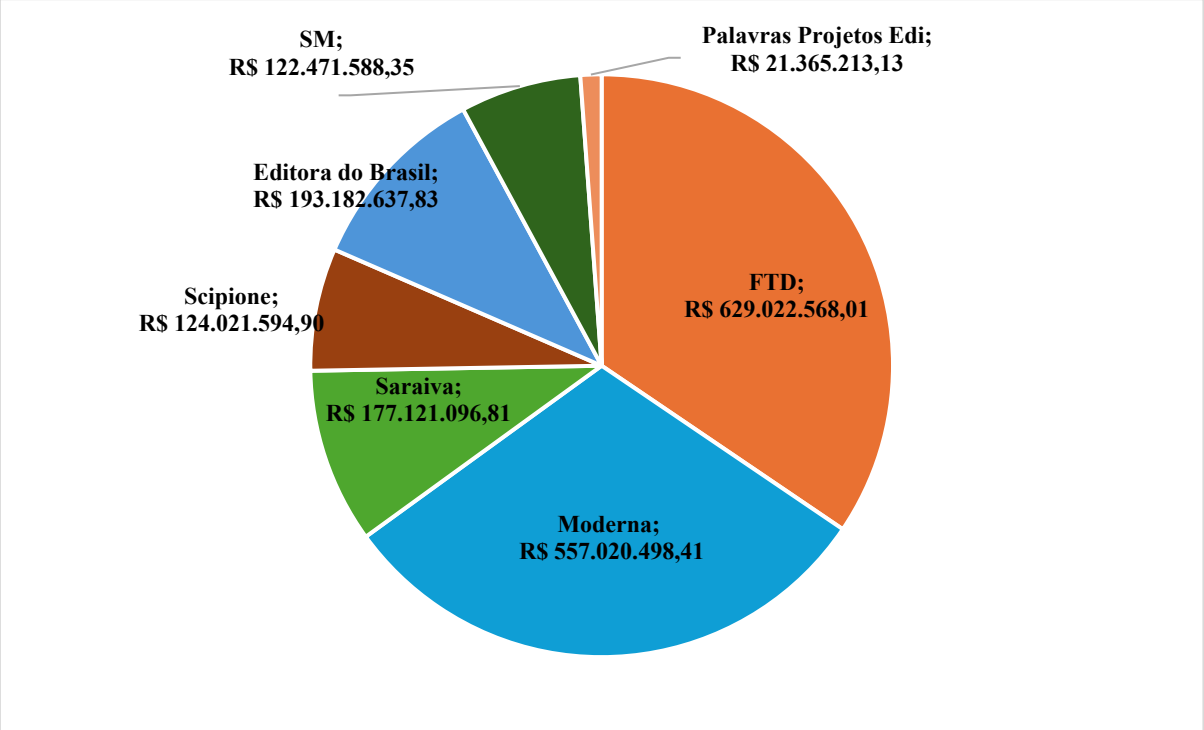
Além das questões relacionadas ao contexto de produção dos manuais didáticos, como a dimensão econômica e o controle sobre as narrativas, eles são fortemente atravessados por uma dimensão pedagógica, que está presente em sua busca em "associar conteúdo e método de ensino", o que implica diretamente a sua relevância "na constituição da disciplina ou do saber escolar" (Bitencourt, 2009, p. 302)

As obras que serão analisadas a seguir são aquelas vigentes no momento de produção deste trabalho (2025) e voltadas para o público-alvo do presente estudo, alunos do 9º ano do Ensino Fundamental - anos finais. A aquisição dos títulos didáticos do referido ano/ciclo foi regida pelo edital 01/2022[20] e exigiu das editoras, além dos livros físicos convencionais, a disponibilização de livros digitais que deveriam contar com a presença de mídias extras que permitissem o aprofundamento dos conteúdos estudados. A compra dos manuais didáticos do mencionado edital foi marcada por uma diversidade de problemas, principalmente devido à aprovação, em 2022, de um orçamento insuficiente para a obtenção dos materiais, o que levou à demora dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e, por conseguinte, ao atraso na produção e distribuição dos exemplares (SOBOTA, 2025, p. 1).Além disso, deve-se destacar a falta de transparência nos valores de repasses às editoras, uma vez

[20] BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Edital de Convocação nº 02/2020 - CGPLI: Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e pedagógicas para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD 2022). Brasília: MEC/FNDE, 21 de maio de 2020. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais/edital-pnld-2022/EditalPNLD2022Consolidado6RETIFICAO22.03.2023.pdf. Acesso em: 24 abr. 2024.

que, ao contrário dos anos anteriores, não se apresenta a compilação dos dados no site oficial (PNLD dados estatísticos). Portanto, o levantamento a seguir foi realizado no Portal da Transparência.

Gráfico 1 – Valores em reais recebidos pelas editoras de livros didáticos entre agosto de 2023 e junho de 2024[21]



Fonte: Portal da Transparência (2025)

Como se pode observar, as editoras FTD e Moderna são as que mais venderam livros para a política nacional do livro didático entre os anos de 2023 e 2024, momento de aquisição e distribuição do material escolar. Isso se deve não apenas à capacidade de produção, mas também à influência no processo de escolha e na diversidade de obras ofertadas, produtos principalmente do poder econômico e de persuasão dessas empresas. Considerando o enorme volume de vendas dessas editoras, decidiu-se por selecioná-las para a análise da presença do debate sobre o processo de *modernização dependente* nos livros didáticos de História do 9º ano.

[21] Considerando a total ausência de dados sobre os valores repassados às editoras de livro didático no site do "PNLD – dados estatísticos" (https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos), os dados aqui apresentados foram obtidos por meio do Portal da Transparência (https://portaldatransparencia.gov.br/), utilizando os filtros: Período (01/07/2023 a 31/07/2024), Fase da despesa (pagamento), programa orçamentário (5011 - Educação de qualidade), e Ação orçamentária: 20rq - Produção, Avaliação, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica.

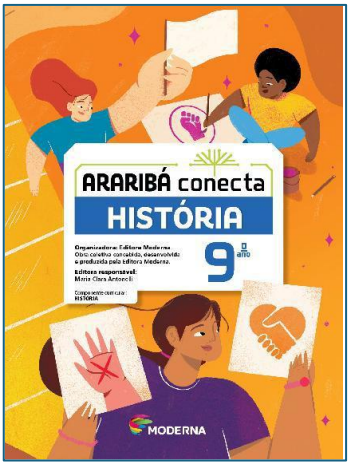
A editora Moderna foi a que teve o maior número de coleções aprovadas no processo de avaliação dos materiais didáticos para o Ensino Fundamental – Anos Finais. Foram 5 coleções (*Araribá Conecta - História*, *Se Liga na História*, *Expedições da História*, *Viver História com Leandro Karnal*, *Superação História*). Entre as obras, é possível encontrar materiais consagrados e que estão há muito tempo sendo reeditados, como a coleção *Araribá* e *Expedições da História*, e novas empreitadas, como a coleção *Viver História com Leandro Karnal*, que tem entre um de seus autores esse historiador, bastante presente nos meios de comunicação.

Já a editora FTD, mesmo com o grande volume de vendas, teve apenas duas coleções aprovadas para o Ensino Fundamental – Anos Finais: *A Conquista da História* e *História Sociedade & Cidadania*, esta última tendo como autor Alfredo Boulos Júnior.

Para a análise realizada neste trabalho, foram selecionadas 4 obras. Como não foram disponibilizados os dados sobre as edições mais vendidas, decidiu-se selecionar os títulos em dois blocos: o primeiro de autores reconhecidos no meio da produção de materiais didáticos, como é o caso da coleção *Araribá Conecta*, da editora Moderna; e *A Conquista da História*, da FTD. Em outro bloco, optou-se por selecionar trabalhos de autores com reconhecimento acadêmico, como ocorre com a coleção de Alfredo Boulos Junior: *História Sociedade & Cidadania*, da FTD, que está em sua 3ª edição; e a nova coleção *Viver História com Leandro Karnal.*

A obra *Araribá Conecta – História*, primeira a ser analisada, é avaliada de forma bem positiva pelo *Guia do Livro Didático*. O parecerista observa a existência de uma narrativa cronológica que intercala temas de História da Europa, do Brasil, da América e, em menor medida, da África. (Brasil, 2022).

Figura 3 – Capa do livro didático *Araribá Conecta – História* (Editora Moderna: 9º ano)



Fonte: Moderna, 2022

O parecerista destaca ainda que o material tem importante potencial para uma formação pautada por princípios pertinentes do campo científico da História e por conceitos-chave da historiografia, como temporalidade, memória, patrimônio e identidade. A coleção é avaliada positivamente também pela apresentação de uma variedade de interpretações sobre os acontecimentos, por uma linguagem acessível e pelo incentivo ao protagonismo na interpretação, argumentação, levantamento de hipóteses e soluções a partir de suas atividades. No entanto, a obra é criticada pela falta de aprofundamento em temas como a história e cultura afro-brasileira e africana, e pelo espaço secundarizado que é dado à questão de gênero, como a história das mulheres (Brasil, 2022).

O livro do 9º ano, em sintonia com as habilidades definidas pela BNCC, foca em aspectos da história republicana brasileira e das transformações da dinâmica mundial a partir da Primeira Guerra Mundial. O tema da ditadura empresarial-militar no Brasil é trabalhado na unidade VII, intitulada "Democracia e Ditadura na América do Sul". A partir de uma concepção de continuidade e progressão, o tópico é abordado depois de elementos conectados e simultâneos, como a Guerra Fria, reformas e revoluções na Europa — como o movimento de 1968 —, a questão palestina e os processos de independência na África e na Ásia.

A unidade "Democracia e Ditadura na América do Sul" está subdividida em três capítulos: "O Brasil dos 'anos dourados' à ditadura", "Brasil: a resistência à ditadura e a redemocratização" e "Ditaduras na América do Sul", a qual busca tratar da dicotomia entre o contexto democrático da redemocratização pós-Estado Novo (1945-1964) e o regime autoritário (1964-1984).

O primeiro desses capítulos, "O Brasil dos 'anos dourados' à ditadura", ao apresentar o contexto de redemocratização (1945-1964), enfoca três principais governos: o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o de Jânio Quadros (1961) e o de João Goulart (1961-1964).Nesse capítulo, merece destaque a apresentação da análise sobre o desenvolvimentismo durante os anos do governo JK, com os investimentos em infraestrutura, estímulo ao investimento estrangeiro — principalmente através das multinacionais — e expansão de um empresariado nacional voltado para a indústria de bens de consumo duráveis. Além disso, cabe ressaltar o debate sobre os limites desse desenvolvimentismo, apontando para as desigualdades regionais e socioeconômicas[22].

[22] Os autores apontam que o propalado desenvolvimento não se dividia de forma igualitária entre as regiões, já que eram favorecidas as Regiões Sudeste e Sul em detrimento das demais — causando impacto, inclusive, na indústria têxtil da Região Nordeste. Na estrutura social, essa desigualdade era evidenciada pela permanência da falta de

Na área destinada às orientações no *Manual do Professor*, o livro propõe que o docente faça uma reflexão sobre o sentimento de otimismo que marcou o governo JK, afirmando, porém, que na década seguinte o resultado foi o crescimento da inflação, o endividamento e o agravamento das desigualdades sociais. Busca-se estabelecer, ainda, como linha interpretativa da ditadura a concepção de dupla responsabilização, ao afirmar que:

> a intensa radicalização política que marcou o início da década de 1960 no Brasil somou-se o contexto da Guerra Fria, formando, assim, o cenário que favoreceu o início da ditadura civil-militar, em 1964, que suprimiu a democracia no país (Editora Moderna, 2022, p. 179).

Por outro lado, a obra aponta que as Reformas de Base, durante o governo João Goulart, "tinham como objetivo modernizar o capitalismo brasileiro" (Editora Moderna, 2022, p. 184). Essas reformas, por sua vez, seriam produto da ampliação das mobilizações sociais nos primeiros anos do governo Jango. Além dos movimentos urbanos, o livro enfatiza a organização dos trabalhadores do campo, principalmente das ligas camponesas, que são ressaltadas em um box explicativo apontando seu papel de mobilização e apoio às propostas de reforma do governo Goulart, sobretudo a reforma agrária.

O subtópico seguinte, intitulado "A ditadura civil-militar", inicia evidenciando a insatisfação de setores conservadores tanto com as reformas idealizadas por Jango quanto com as dificuldades econômicas. A interpretação foca-se, portanto, em uma pretensa resposta desses grupos contra a política de João Goulart, tanto contra a tentativa de impor as reformas por meio de decretos quanto às medidas de estatização e desapropriação de terras. Contudo, em sintonia com a interpretação de ampla responsabilização, os autores salientam de forma isolada no texto que a "radicalização dos setores da esquerda e da direita era cada dia maior" (Editora Moderna, 2022, p. 185).

No entanto, no box destinado às orientações aos docentes, a interpretação do golpe traz uma concepção de "processo político preventivo". Nesse bojo interpretativo, a obra elenca autores de concepções antagônicas, como Florestan Fernandes, Jacob Gorender, Caio Navarro de Toledo e Lucilia Delgado. Embora esses autores concordem com a visão de um "golpe preventivo", as visões sobre a responsabilização dos setores da esquerda e direita são diversas[23].

---

acesso à educação e à saúde pelas camadas mais pobres e, no caso dos trabalhadores do campo, pela continuidade da ausência de direitos trabalhistas; logo, os benefícios do desenvolvimento acelerado eram usufruídos pelas classes média e alta, que tinham acesso aos eletrodomésticos e aos automóveis.

[23] O foco principal de Florestan Fernandes (1976) ao caracterizar o golpe de 1964 como uma "contrarrevolução preventiva" foi apontar para o protagonismo de setores conservadores que buscavam barrar as reformas defendidas naquele contexto. Por outro lado, a concepção de autores como Jacob Gorender e Lucília Delgado busca

Portanto, mesmo que a obra busque se apresentar como um texto "eclético", que dialogue com diversas perspectivas historiográficas, a interpretação predominante é a concepção de responsabilização das esquerdas, o que silencia o debate sobre o protagonismo social do golpe e da ditadura.

A seguir, no subtópico "A democracia acuada", os autores passam a focar exclusivamente na atuação ditatorial. Nesse ponto, o texto é apresentado a partir de uma escalada do autoritarismo, por meio dos atos institucionais, e pela política de austeridade econômica e alinhamento político com os Estados Unidos e o Fundo Monetário Internacional (FMI). O ponto mais alto dessa guinada autoritária seria o Ato Institucional nº 5[24] de dezembro de 1968, promulgado no governo do general-presidente Arthur da Costa e Silva, apresentado pela obra como um representante da linha-dura.

Do governo Médici, por seu turno, deve-se ressaltar a apresentação de dois elementos principais: sua política econômica (o chamado "Milagre Econômico"), voltada para o grande volume de empréstimos internacionais e investimentos na indústria, na agricultura, no setor energético e na construção civil, evidenciando que esse contexto é reconhecido pelo bom momento da economia global e pelo alto crescimento nacional (média de 11,2% entre 1968 e 1973). O texto aborda ainda as discrepâncias desse processo diante do achatamento dos salários, que ampliou a desigualdade social, e os impactos da Crise do Petróleo (1973), que reduz a oferta de crédito e eleva os juros da dívida, produzindo o crescimento da inflação, a recessão e o desemprego. Os autores acrescentam o forte contexto de repressão que caracteriza a gestão Médici, principalmente no combate à luta armada, que se fortaleceu desde a instauração do AI-5 (Editora Moderna, 2022).

O capítulo 16, intitulado "Brasil: a resistência à ditadura e a redemocratização", elenca os principais movimentos de oposição ao regime, entre eles: o movimento estudantil, as manifestações culturais (música, teatro e cinema), os movimentos negro e populares e a atuação da população indígena. Merece evidência, por um lado, o espaço dado ao movimento indígena, que ocupa uma página do livro, dando ênfase à forte repressão sofrida pela população — com dados que "revelaram que ao menos 8350 indígenas foram mortos, presos, torturados ou

---

responsabilizar setores da esquerda pelo golpe, que, por seu caráter radical, teriam contribuído para o desfecho da ruptura institucional pelos setores da direita. Essa concepção é criticada por Caio Navarro de Toledo (2014), que, em sintonia com Florestan Fernandes, enfatiza o interesse e o papel das elites econômicas na desestabilização de João Goulart e na instauração do golpe de 1964.

[24] O Ato Institucional nº 5, entre outras coisas, dava ao presidente o poder de fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos parlamentares, intervir em estados e municípios e suspender direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos.

expulsos de seus territórios entre 1964 e 1985" (Editora Moderna, 2022, p. 197) — e à resistência dessa população. Essa atenção se deve principalmente às exigências da BNCC, como já pontuado anteriormente neste trabalho.

Por outro lado, o tema sobre as demais populações do campo, principalmente quilombolas e camponeses, é abordado em apenas um parágrafo, em que é apresentado o impacto da presença de diversos empreendimentos no meio rural. O texto segue enfatizando que:

> A ação desenvolvimentista do Estado brasileiro não ofereceu garantias a essas populações. Consequentemente, diversos movimentos sociais começaram a ser organizados no campo para lutar por direitos, pelo reconhecimento dos modos de vida e das terras tradicionalmente ocupadas por diferentes comunidades, como também contra as desigualdades e a violência que até hoje atingem populações que vivem em áreas rurais (Editora Moderna, 2022, p. 196).

Apesar de o texto ressaltar a ação do Estado brasileiro na política desenvolvimentista, ele não apresenta dados mais relevantes sobre os impactos dessa política e os setores que ela beneficiava. Além disso, oculta os sujeitos da ação: tanto as vítimas, tema bastante debatido na Comissão Nacional da Verdade e na Comissão Camponesa da Verdade, quanto os algozes desse processo, que, por sua vez, ultrapassavam a fronteira do Estado restrito.

O capítulo final, intitulado "Ditaduras na América do Sul", inicia apontando a crescente insatisfação de setores da elite com os governos caracterizados como populistas no continente sul-americano, por relacionar a condução política desses governos às ideias socialistas, principalmente depois de a China adotar o comunismo em 1949 e Cuba em 1961. O livro salienta a interferência estadunidense nos países latino-americanos por diferentes instrumentos, como a "propaganda ideológica", a manipulação de informações, boicotes econômicos, pressões diplomáticas, acordos secretos com a oposição, fornecimento de armas e treinamento das Forças Armadas da América Latina.

Merece atenção o enfoque dado pelo livro didático às características em comum das ditaduras sul-americanas, como a centralização do poder, a censura, a tortura e a repressão aos opositores. Além disso, a obra evidencia o apoio e o favorecimento das elites nacionais no contexto ditatorial. Esse aspecto fica evidente ao apresentar as políticas econômicas das ditaduras no Paraguai, Uruguai, Chile e Argentina, baseadas no arrocho salarial, no grande volume de empréstimos internacionais, principalmente dos Estados Unidos, e na entrada de investimentos estrangeiros.

A obra *Viver História com Leandro Karnal*, segunda a ser analisada neste trabalho, tem como principal mérito na avaliação presente no *Guia do Livro Didático* a sua abordagem coerente em seu propósito teórico-metodológico de construção de "visões éticas e plurais da história, principalmente, em relação à crítica da naturalização de estereótipos raciais e de gênero" (Brasil, 2022), com ênfase na narrativa positiva e na participação de mulheres, afrodescendentes e indígenas em espaços de poder.

> A narrativa histórica aborda a diversidade de experiências por meio da pluralidade social, cultural e étnico-racial, fomentando atitudes de questionamento, empatia histórica, respeito, responsabilidade, cooperação e repúdio a quaisquer formas de preconceito ou discriminação (Brasil, 2022).

Em sintonia com a concepção de "atitude historiadora" presente na BNCC, o documento ressalta que a obra tem como um de seus pontos principais a elaboração de argumentos sintonizados com o debate científico e que enfatizam os métodos de pesquisa e, atrelado a isso, o estímulo à investigação científica, por meio da indicação de propostas de "revisão metodológica, entrevistas, análise de documentos e outras fontes históricas, construção de questionários, entre outros" (Brasil, 2022, p. 81-82). Para os pareceristas, "essas atividades oportunizam o uso das metodologias ativas por instigar trabalhos colaborativos que envolvem, além das pesquisas, os debates sobre seus resultados" (Brasil, 2022, p. 82).

Figura 4 – Capa do livro didático *Viver História com Leandro Karnal* (Editora Moderna - 9º ano)



Fonte: Karnal *et al.*, 2022

O livro do 9º ano também tem como foco aspectos da história republicana brasileira e da história global, principalmente a partir da Primeira Guerra Mundial até as dinâmicas mais

recentes, como estabelecido pela BNCC. O tema da ditadura no Brasil se inicia na unidade III, intitulada “A Guerra Fria e seus reflexos no Brasil e no Mundo”. Logo, a coleção discute a conjuntura do golpe em um contexto internacional de Guerra Fria, de expansão do pensamento socialista — com destaque para as Revoluções Chinesa e Cubana — e de descolonização da África e da Ásia.

O contexto brasileiro entre os anos de 1946 e 1964, intitulado no livro como “O Brasil Democrático”, é apresentado a partir dos governos do período: Eurico Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964). O texto busca apresentar essas gestões com base nas divergências no controle da política econômica e nas relações com a sociedade.

Um tema recorrente no debate apresentado na obra é a concepção de política identificada com o “nacionalismo” ou o “entreguismo”, como, por exemplo, as divergências entre a política econômica adotada por Dutra, focada no arrocho salarial, na facilitação ao capital estrangeiro e na importação de mercadorias, e as propostas adotadas no governo Vargas, que centrou esforços na restrição do investimento estrangeiro, no fortalecimento da indústria nacional e na nacionalização do petróleo.

Cabe observar que a dicotomia entre 'nacionalismo' e 'entreguismo' é mobilizada pela obra essencialmente como um recurso didático para organizar a apresentação dos governos, e não como um posicionamento crítico do próprio material. Ao adotar essa suposta neutralidade pedagógica, o livro trata ambos os projetos como meras escolhas administrativas, esvaziando o debate sobre os interesses de classe que permeavam cada um deles.

Assim, são apresentados importantes elementos que determinavam os bastidores da política nacional, principalmente no que diz respeito aos interesses econômicos, com ênfase nos setores estrangeiros, sobretudo nos Estados Unidos. A apreciação desses fatores dá conta, mesmo que de forma tímida, da penetração desses interesses na política nacional e de sua capacidade de composição com os aparelhos privados de hegemonia.

A obra caracteriza o governo Juscelino Kubitschek como “nacional-estatista”, dando ênfase ao seu Plano de Metas e apontando para os diferentes níveis de investimento pretendidos: tanto do Estado, voltados à indústria de base e à infraestrutura, quanto do setor privado nacional e internacional, direcionados, respectivamente, para bens de consumo não duráveis e duráveis. Essa proposta demandou um grande volume de empréstimos e, consequentemente, endividamento e crescimento da inflação. Entre os limites desse projeto de desenvolvimento, o livro observa que se investiu pouco em educação e alimentação (apenas 7%) e que disfarçou “injustiças históricas, principalmente das relacionadas ao preconceito racial” (Karnal *et al.*,

2022, p. 211b), apontando para o crescimento das cidades, para o processo de gentrificação e favelização. Acrescenta ainda as desigualdades regionais no acesso aos investimentos, que foram focados nas Regiões Sudeste e Sul do país.

Um ponto importante da narrativa sobre o governo JK apresentada no livro é o crescimento dos movimentos no campo, que estão vinculados, entre outras coisas, ao processo de modernização agrícola e, atrelado a isso, a "uma grande expansão do latifúndio" (Karnal *et al.*, 2022, p. 213). A obra observa que esse cenário impulsionou as lutas por reforma agrária, com foco nas Ligas Camponesas, criadas em 1955 em Pernambuco. Salienta ainda o impacto desse processo de modernização e expansão da ocupação de terras sobre a população indígena. Por fim, no *Manual do Professor*, a obra indica o *site Conflitos no Campo*, que conta com textos e documentos para o aprofundamento do tema (Karnal *et al.*, 2022, p. 213).

Seguindo a mesma linha interpretativa da oposição entre as políticas econômicas adotadas nos governos, a obra salienta que, em seu curto governo, Jânio Quadros adotou uma proposta de austeridade para o controle da inflação, enquanto favorecia setores do empresariado internacional por meio de sua reforma cambial, ao mesmo tempo que congelava salários e reduzia a oferta de crédito.

O governo de João Goulart, por sua vez, é caracterizado como "turbulento". O texto evidencia as dificuldades de Jango para assumir o poder e o contexto de crise econômica herdada do período JK, intensificada pelo aumento da inflação, o que só fazia crescer as resistências ao governo.

Essa caracterização, no entanto, precisa ser melhor especificada, já que o maior ponto de instabilidade do governo Goulart foi exatamente o crescimento da oposição de determinados setores da sociedade devido à proposição das Reformas de Base. Como salientou Demian Melo (2014), com base nas pesquisas de opinião reveladas por Antonio Lavareda[25], constatou-se "uma enorme popularidade do governo Goulart e de suas propostas reformistas" (Melo, 2014, p. 15). Desse modo, não é suficiente constatar a turbulência do período sem observar o que a produziu.

O tema das Reformas de Base, por seu turno, ganha centralidade na obra, sendo apresentado de forma resumida, com ênfase na reforma agrária. O livro salienta ainda os grupos que estavam em rota de colisão em torno das reformas. De um lado: "os grandes empresários brasileiros, a parte dos oficiais das forças armadas e ao clero católico, bem como a alguns

[25] Em comunicação ao XIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais. *Apud* Bandeira, Luiz Alberto Moniz. O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil (1961-1964). 7ª ed. revista ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: UNB, 2001, p.185 (Melo 2014, p. 15).

jornais de grande circulação nacional" (Karnal *et al.*, 2022, p. 218); e, de outro, os movimentos sociais, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Universitária Católica (JUC) e as Ligas Camponesas (Karnal *et al.*, 2022, p. 218).

Assim, na parte voltada para o professor, a obra observa que

> O contexto do golpe foi um momento claro de disputa em torno dos caminhos da nação brasileira. Possibilidades de mudanças estruturais importantes estavam em jogo. Enquanto alguns grupos lutavam para radicalizar e viabilizar essas mudanças, outros atuaram para manter a ordem e as estruturas vigentes (Karnal *et al.*, 2022, p. 220).

Esse aspecto merece atenção, pois, ao contrário da obra já analisada anteriormente, aqui é possível identificar uma preocupação maior em estabelecer uma caracterização dos setores da sociedade que estiveram no centro do processo de desestabilização do governo Goulart e do golpe de 1964, com foco nos projetos de sociedade em disputa. Nesse mesmo sentido, o *Manual do Professor* ressalta a existência de um debate historiográfico sobre quais setores da sociedade civil contribuíram para o golpe, afirmando adotar a concepção de ditadura empresarial-militar em concordância com o que determina a BNCC.

Outra questão enfatizada na obra é o apoio do governo estadunidense desde a campanha de desestabilização de João Goulart, por meio da atuação da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), que contribuiu na propagação da campanha anticomunista, passando pelo apoio logístico ao golpe e pelo reconhecimento do governo ditatorial. O livro relaciona isso com um contexto geopolítico mais amplo de Guerra Fria e de controle dos Estados Unidos sobre a América Latina.

Tal como a obra anterior, o livro aqui analisado traz uma pretensa divisão no interior do comando da ditadura, entre oficiais moderados, dando como exemplo o governo de Castelo Branco e Geisel; e linhas-duras, como os generais-presidentes Costa e Silva e Médici. Para os autores, o crescente processo de recrudescimento da ditadura, visibilizado nos atos institucionais, é entendido como resultado dessa disputa interna.

Importantes elementos relacionados à *modernização dependente* são apontados ao apresentar o governo do general Médici (1969-1974), com ênfase em sua política econômica focada na entrada de "empresas multinacionais, atraídas pela isenção de impostos, matéria-prima abundante e mão de obra barata", no investimento estatal em indústrias de base e na infraestrutura. Além disso, mesmo que de forma tangencial, a obra salienta, no *Manual do Professor*, as políticas de colonização e ocupação da Amazônia por migrantes —

principalmente nordestinos —, que, por sua vez, são produto do Programa de Integração Nacional (PIN) do governo federal.

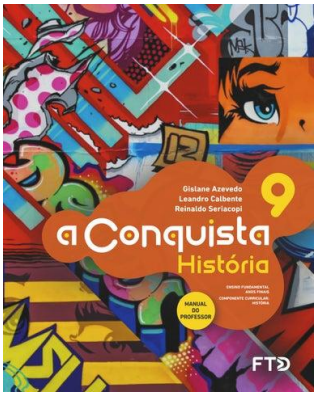
Ao expor os resultados dessa política de ampliação dos investimentos em infraestrutura e de colonização de terras na Amazônia, a obra enfatiza os impactos sobre as comunidades indígenas, principalmente o povo Waimiri-Atroari (ou Kinja), e sobre o meio ambiente. Observe-se que as consequências dessas políticas sobre a população indígena são fundamentais para a compreensão do resultado do projeto de modernização defendido pela ditadura; no entanto, o entendimento global desse processo deve levar em conta uma ampla diversidade de populações, como camponeses, comunidades quilombolas e ribeirinhos, entre outras.

Ao tratar das ditaduras na América Latina, a obra apresenta os contextos nacionais marcados pela disputa de diferentes projetos políticos, que, entre outras coisas, defendiam temas como a "reforma agrária, a distribuição de renda e riquezas, a nacionalização e estatização de empresas, a educação e a cultura como bens acessíveis" [...] (Karnal *et al.*, 2022, p. 242). O texto aponta ainda a atuação dos Estados Unidos sobre os países latino-americanos, que buscavam impedir a expansão do socialismo na região e, portanto, apoiaram a instauração de regimes autoritários para impedir uma suposta ameaça socialista. Para ilustrar esse cenário, a obra focaliza, além do Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Chile. No *Manual do Professor*, os autores acrescentam que:

> O imperialismo dos Estados Unidos atuava fortemente em sua área de influência nas Américas Central e do Sul e qualquer ameaça a essa hegemonia poderia ser respondida com a transferência de capital ou o uso da força. O governo estadunidense por vezes estimulava a manutenção das oligarquias locais, inibindo ações de transformação social e distribuição de renda (Karnal *et al.*, 2022, p. 242).

O livro *A Conquista da História*, da Editora Moderna, terceira obra aqui analisada, é apresentado na resenha do *Guia do Livro Didático* como um material organizado de forma "cronológica e linear, que intercala história da Europa, do Brasil e outros continentes" (Brasil, 2022, p. 221). Ademais, a coleção é amplamente elogiada por sua capacidade de relacionar temas do passado com questões atuais, articulação que ocorre pela inserção de temas do presente em conexão com os conteúdos estudados em cada unidade e capítulo e por sua materialização nas seções "Abertura de unidade", "Abertura de capítulo", "Vamos falar sobre" e "Fechando a unidade".

Figura 5 – Capa do livro didático *A conquista: História* (Editora FTD 9º ano)



Fonte: Seriacopi; Câmara; Seriacopi, 2022

Assim como ocorreu nas coleções anteriores, os pareceristas ressaltam a capacidade da obra de contribuir para a compreensão de métodos de investigação próprios da história, em conexão com a concepção de "atitude historiadora" defendida pela BNCC. Por fim, é importante observar que, mesmo apontando para a presença da representação de diversos sujeitos por meio de textos e imagens, o que contribui para uma concepção de defesa da igualdade, a obra apresenta uma visão excessivamente passiva dos escravizados, com foco na violência sofrida durante o contexto de escravidão no Brasil.

O conteúdo da ditadura empresarial-militar está dividido entre as unidades "Meios de comunicação de massa" e "Equidade". Por sua vez, a primeira dessas unidades trata de uma infinidade de temas subdivididos em três capítulos: "Da Revolução de 1930 à ditadura civil-militar", "A Guerra Fria e a expansão do socialismo" e "África e Ásia lutam pela independência". É interessante perceber que a presente obra, ao contrário das demais, apresenta o tema da ditadura em um desencadeamento histórico que remonta à década de 1930; outrossim, o tema é abordado antes da reflexão sobre a Guerra Fria.

Ao apresentar uma ampla quantidade de temas sobre a história republicana brasileira, desde a década de 1930 até o início da década de 1960, o texto não se aprofunda em determinadas temáticas, entre elas os governos de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e Getúlio Vargas (1951-1954), direcionando sua análise para os governos de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e João Goulart (1961-1964).

Sobre Juscelino Kubitschek, o livro também evidencia o Plano de Metas, com ênfase no favorecimento das multinacionais, que recebem uma explicação mais aprofundada, nos investimentos na indústria e na melhoria de vida de setores da classe média. A obra chega a afirmar que "o processo de modernização mudou a vida da maioria da população brasileira"

(Seriacopi; Câmara; Seriacopi, 2022, p. 151), sem especificar quais as características dessa mudança.

Em oposição a essa "melhoria", o material expõe a desigualdade regional, o crescimento da dívida pública, a ampliação das migrações, o aumento desordenado das cidades e os impactos no transporte urbano e no meio ambiente.

O volume analisado faz uma interessante introdução sobre o avanço da luta pela terra, principalmente a partir do surgimento das Ligas Camponesas. Estas são apresentadas resumidamente, com foco na repressão sofrida por parte dos fazendeiros e em sua capacidade de propagação na Região Nordeste. Na seção destinada ao professor, é disponibilizado um texto que dá detalhes sobre a condição dos trabalhadores rurais, a pressão exercida pelo bloco agrário e o ambiente de surgimento das Ligas Camponesas. Todavia, é fundamental salientar que há um esvaziamento na apreciação das correlações de força socioeconômicas no conteúdo destinado ao estudante.

As Reformas de Base, tema central abordado durante o governo Goulart, são apresentadas em rota de colisão com os interesses das elites políticas e militares, preocupadas com o avanço do socialismo; das multinacionais, que temiam a possibilidade de nacionalização de empresas; e das elites agrárias, que receavam o avanço da proposta de reforma agrária (Seriacopi; Câmara; Seriacopi, 2022, p. 154).

O livro procura criticar a perspectiva de "revolução" defendida pela ditadura, ressaltando que esse conceito retrata mudanças profundas em uma sociedade, o que não ocorre no caso brasileiro, cujo golpe foi "conduzido pelas elites político-econômicas" (Seriacopi; Câmara; Seriacopi, 2022, p. 155). Por outro lado, ao mesmo tempo em que aponta essa condução, em outra parte do texto faz uma apresentação bastante ampla da participação civil no regime, indicando "empresários, políticos, policiais e outros setores da sociedade" (Seriacopi; Câmara; Seriacopi, 2022, p. 211). Além disso, a obra cita Daniel Aarão Reis, para quem a especificação de elites econômicas e a condução estritamente militar seriam uma narrativa "das esquerdas derrotadas" com o objetivo de "isolar a ditadura" (REIS, 2014 apud Seriacopi; Câmara; Seriacopi, 2022, p. 211).

A reflexão sobre a ditadura no Brasil é apresentada dentro de um debate a respeito da ascensão de regimes autoritários na América Latina, que, por sua vez, compõe uma discussão integrada ao contexto de Guerra Fria e da atuação dos Estados Unidos no território latino-americano.

São elencados, portanto, a interferência do governo estadunidense por meio de diferentes instrumentos, entre eles: o treinamento e a modernização dos militares dos diversos

países latino-americanos; a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1948, que defendia o desenvolvimento da região e o combate ao comunismo; e a formação da Aliança para o Progresso, em 1961, que, em resposta à instauração do socialismo em Cuba, treinava militares na América para o combate ao comunismo.

O texto aponta como características gerais das ditaduras na América do Sul o "intenso uso da violência e da repressão contra todos os grupos considerados uma ameaça aos interesses dos Estados Unidos e das elites nacionais" (Seriacopi; Câmara; Seriacopi, 2022, p. 213), aliado a técnicas de tortura e censura. Ademais, a obra da FTD é a única que faz referência à Operação Condor, evidenciando tanto a cooperação entre as ditaduras na América Latina na perseguição aos seus opositores quanto o apoio do governo estadunidense a essa operação.

O contexto ditatorial é apresentado a partir de três momentos: "os primeiros tempos" (1964-1968), "endurecimento" (1969-1978) e "crise" (1978-1985). No primeiro desses momentos, abrangendo exclusivamente o governo do general Castelo Branco (1964-1968), é examinada a criação de uma rede de informações destinada a controlar, reprimir e censurar os oposicionistas, bem como a decretação do fim de suas atividades políticas. Outro elemento que marca esse contexto, de acordo com o livro, é a instauração de um sistema partidário limitado a dois partidos: um de apoio ao regime e outro de "oposição consentida".

O segundo momento elencado na obra são "os anos de chumbo" (1969-1978), contexto de vigência do AI-5, período apontado como o mais repressivo da ditadura e como produto do aumento da oposição. Nesse contexto, é dado destaque ao chamado "milagre econômico", que é caracterizado na obra pelas "grandes obras", pelo aumento de investimentos internacionais, intervenção estatal e redução de salários. O texto aponta como consequência principal o aumento da concentração de renda, omitindo, por exemplo, outras questões como a ampliação dos empréstimos internacionais e o crescimento da dívida pública.

A obra faz uma curta apresentação da situação no campo, principalmente no contexto do dito "milagre econômico", tratando do aumento da concentração de terra, o que resulta no crescimento do êxodo rural. Enfatiza a situação da expropriação de terras de povos quilombolas, com o favorecimento de "grandes fazendeiros e da monocultura" (Seriacopi; Câmara; Seriacopi, 2022, p. 222). No entanto, o debate mais explorado no livro da FTD é a questão indígena, principalmente a partir das políticas de ocupação da Amazônia: nesse ponto da obra, é ressaltada a atuação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) na remoção dos indígenas de suas terras para "o avanço da fronteira agrícola" (Seriacopi; Câmara; Seriacopi, 2022, p. 224), evidenciando ainda os impactos dessa política na vida da população indígena.

O derradeiro momento abordado na obra é o contexto de crise (1978-1985), que vai da dissolução do AI-5 à eleição de Tancredo Neves. O processo de distensão é entendido na obra como um produto da crise enfrentada pela ditadura: de um lado, pela incapacidade de atender aos anseios econômicos, principalmente diante da crise do petróleo (1973); atrelado a isso, pelo crescimento das manifestações contrárias à regime ditatorial.

A última obra analisada é o livro *História, Sociedade & Cidadania*, da editora FTD. De acordo com o Guia do Livro Didático, a obra apresenta uma cronologia linear, que aborda de forma integrada a história da Europa, do Brasil, da América, da África e da Ásia, e está pautada historiograficamente, sobretudo, nos princípios da história nova, "tomando o documento como ponto de partida dos debates, visando à compreensão da história, ainda que boa parte da abordagem dos conteúdos priorize uma narrativa predominantemente política" (Brasil, 2022, p. 126).

Figura 6 – Capa do livro didático *História, Sociedade & Cidadania* (Editora FTD 9º ano)



Fonte: Boulos Junior, 2022

Além do uso de fontes históricas variadas, outro ponto de relevo na resenha do Guia do Livro Didático sobre a obra seria a apresentação, no manual do professor, da fundamentação teórico-metodológica das correntes historiográficas e das prescrições curriculares, além dos objetivos, competências e habilidades a serem desenvolvidos em cada unidade e capítulo. De antemão, deve-se salientar que, em relação à temática da ditadura, a obra apresenta certa superficialidade nesses itens apontados no Guia, tanto pela ausência do debate teórico-metodológico quanto pela pouca profundidade dos objetivos elencados, que se limitam apenas a reproduzir pontos da narrativa presente na obra.

Três críticas feitas pelo Guia e que puderam ser observadas nas análises realizadas são: primeiro, a ausência de contextualização das imagens trabalhadas, "visto que em diversos momentos as imagens se atêm ao papel de ilustrar o conteúdo e não são dadas a ler e ao exercício de problematização histórica" (Brasil, 2022, p. 128); segundo, a valorização de metodologias ativas no texto do manual do professor, que geralmente não são observadas de forma plena como proposta didática; e, terceiro, a tentativa pouco efetiva de relacionar temas do passado e do presente, já que os contextos são apresentados de forma estanque.

Tal como as demais obras, o volume *História, Sociedade & Cidadania* da Editora FTD direcionado ao 9º ano, com base nas diretrizes curriculares, se volta à história global dos processos históricos, tendo como ponto de partida o fim do século XIX até os dias atuais. Ele parte da história republicana brasileira, desde o processo de Proclamação da República até o Estado Novo. Logo após, são tratados temas como as guerras mundiais e os totalitarismos. Portanto, na primeira metade do século XX, não há uma relação direta entre os temas nacionais, regionais e globais.

A segunda metade do século XX, por sua vez, parte da temática sobre a Guerra Fria e seus desdobramentos em diferentes contextos nacionais. Portanto, o contexto do golpe e da ditadura é trabalhado em dois capítulos – "Brasil: uma experiência democrática (1945 a 1964)" e "Ditaduras na América Latina" – que compõem a unidade sobre a Guerra Fria.

No primeiro desses capítulos, é abordado o contexto político e social que caracteriza os governos entre o Estado Novo e o golpe de 1964. O foco principal é o confronto de dois projetos políticos: de um lado estava o projeto nacionalista, que tinha como características principais a intervenção do Estado em áreas estratégicas da economia em associação ao incentivo a investimentos privados; o controle sobre a entrada do capital estrangeiro e da remessa de lucros; e a independência em relação aos Estados Unidos.

De outro lado, estaria o projeto liberal, que defendia a interferência mínima do Estado na economia, com o desenvolvimento sendo apoiado por empresas privadas nacionais e internacionais; a liberdade de atuação de empresas estrangeiras no país; e o alinhamento com os Estados Unidos. Portanto, os governos que sucedem o período do Estado Novo são apresentados em relação a essas concepções políticas: de um lado, aqueles que se relacionavam com a concepção trabalhista e defendiam o projeto nacionalista e, de outro, aqueles que defendiam a perspectiva liberal.

Nesse sentido, o governo Dutra, por exemplo, é apresentado em um contexto de ascensão da Guerra Fria e em alinhamento com o governo estadunidense, com intenso crescimento das exportações nacionais. Em oposição a isso, o período de governo de Getúlio

Vargas é marcado como um momento de crescimento das tensões entre liberais e nacionalistas, principalmente diante da nacionalização do petróleo e das propostas de limitação das remessas de lucros das empresas estrangeiras.

A gestão de Juscelino Kubitschek, por sua vez, é enfatizada a partir de sua política desenvolvimentista, baseada no Plano de Metas, com foco na atração de capital estrangeiro para a instalação de indústrias, principalmente no setor automobilístico. A obra apresenta um gráfico interessante apontando a porcentagem dos reais investimentos nas áreas consideradas prioritárias no Plano de Metas. Ele ajuda a refletir sobre a prioridade dada a setores como o transporte, energia e indústria, em detrimento da alimentação e da educação.

Na seção do professor, há a apresentação de um trecho da obra do historiador Boris Fausto sobre o debate entre nacionalismo e nacional-desenvolvimentismo. O texto argumenta que "a expressão nacional-desenvolvimentismo [...] sintetiza uma política econômica que tratava de combinar o Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro para promover o desenvolvimento, com ênfase na industrialização" (Fausto, 2015 apud Boulos Junior, 2022, p. 215b). O excerto acrescenta ainda que o governo de Kubitschek foi o prenúncio da política econômica desenvolvida na ditadura.

Essa concepção vai ao encontro das formulações de Aarão Reis (2013), já tratadas neste trabalho, sobre a existência de uma cultura política nacional-desenvolvimentista, que não leva em consideração a origem teórica dessa perspectiva, nem sua concepção básica: o fortalecimento de uma burguesia nacional. Ao contrário disso, o que se observa no Brasil, principalmente depois do golpe de 1964, é uma subjugação profunda da economia nacional ao *capital-imperialismo*, disfarçada por um discurso de patriotismo.

A obra também apresenta os limites do crescimento identificado no governo Juscelino Kubitschek. Além do baixo investimento em educação e alimentação já mencionados, a obra evidencia a desigualdade de investimento entre as regiões do Brasil e o baixo investimento em transporte público, mesmo com o crescimento do setor automobilístico. No manual do professor, é indicada a obra da historiadora Vania Moreira, que trata da convergência entre o desenvolvimentismo observado naquele contexto e os interesses das elites agrárias. Esse tema, fundamental para a compreensão da aliança de classes, no entanto, não é abordado no livro do aluno.

Além da Campanha da Legalidade, o foco no governo João Goulart se volta para as Reformas de Base. Nesse ponto, o livro apresenta um quadro dos sujeitos históricos que eram contra – "grandes empresários; parte do alto clero e dos oficiais das Forças Armadas; grandes jornais [...]; organizações como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e o Instituto

de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes)" (Boulos Junior, 2022, p. 288b) – e a favor das reformas – os movimentos sociais, principalmente o estudantil, o de trabalhadores e o do campo. Sobre os movimentos do campo, a obra dá ênfase à organização e às reivindicações das Ligas Camponesas.

É com base nessa composição social que é explicada a campanha de desestabilização de Goulart. Constrói-se, portanto, um discurso de incapacidade de João Goulart de implementar as reformas por vias democráticas diante das pressões de seus opositores. Em um texto de apoio, presente no manual do professor, afirma-se claramente que não havia disposição e nem capacidade para "resolver dentro das regras democráticas. Faltava ao governo habilidade de convencimento, e sobrava radicalismo às forças políticas que atuavam dentro e fora do Congresso Nacional" (Schwarcz; Starling, 2015 apud Boulos Junior, 2022, p. 221).

Além de buscar responsabilizar setores à esquerda e à direita pelo golpe, a obra também utiliza uma concepção de participação popular opaca e ampla, salientando no manual do professor, por meio de citação de Daniel Aarão Reis, que "é impossível não ver as multidões – civis – que apoiaram ativamente a instauração da ditadura. A ampla frente política e social que apoiou o golpe era bastante heterogênea" (Reis, 2013 apud Boulos Junior, 2022, p. 221).

Como instrumento de compreensão ampla das ditaduras na América Latina, a obra recorre à concepção de Doutrina de Segurança Nacional, criada pelos Estados Unidos e difundida pelos países latino-americanos por meio dos militares. Essa é a única obra que faz referência à noção de desenvolvimento presente nessa perspectiva, no entanto não como um conjunto teórico coerente, mas como um produto da "garantia de segurança".

O livro da FTD frisa o alinhamento do governo Castelo Branco com os Estados Unidos, com uma política econômica de controle dos gastos públicos, aumento de impostos e empréstimos internacionais, arrocho salarial, favorecimento aos investimentos externos e fim da estabilidade no emprego após dez anos.

A principal linha de interpretação do processo de endurecimento da ditadura é a oposição entre "castelistas", que seriam mais moderados, e "linhas-duras", que desejavam uma atuação mais firme do regime. Portanto, é a partir dessa divergência interna que os atos institucionais seriam editados e, por conseguinte, a ditadura teria se aprofundado. Desse modo, a chegada de Costa e Silva e Médici ao governo é caracterizada, na obra, como a ascensão da linha-dura, o que explica a decretação do AI-5.

O livro traz um debate interessante sobre o fortalecimento dos movimentos quilombolas a partir da década de 1970, concentrando suas demandas, sobretudo, no combate ao racismo e na "redistribuição e regulamentação das terras no país" (Boulos Junior, 2022, p. 237). Todavia,

embora reconheça no manual do professor que essas demandas eram uma contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura, a obra omite no manual do aluno os choques entre os dois projetos.

Nesse sentido, o livro da FTD aponta que Médici tinha um amplo apoio da sociedade, tanto devido à forte propaganda governamental quanto às conquistas no plano econômico. Todavia, esse apoio é indicado de forma geral e pouco problematizado, sem levar em consideração o contexto da censura e da perseguição aos opositores.

A obra dedica maior atenção que as demais ao contexto do chamado "milagre econômico", apontando três fatores: o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a redução relativa nos índices de inflação e a expansão do comércio exterior e avanço da dívida externa[26]. Ademais, observa que esses números na economia são produto da junção de fatores externos, como o crescimento da economia mundial naqueles anos, e internos, com os incentivos fiscais, o congelamento de salários, a redução do custo da mão de obra e o equilíbrio das contas públicas. Assim, "o capital acumulado por esses meios alimentou um extraordinário crescimento da indústria, especialmente a de bens de consumo duráveis, como eletrodomésticos e automóveis" (Boulos Junior, 2022, p. 242).

O "fim do milagre", por sua vez, seria produto de um contexto internacional de crise diante do aumento do preço do petróleo e da redução do poder de compra dos trabalhadores, provocada pelo achatamento dos salários. Além disso, a obra salienta o crescimento da dívida externa e da desigualdade social. Assim, os dados apresentados na obra, apesar de bastante diversificados e com informações importantes sobre o crescimento da dívida pública, carecem de aprofundamento na narrativa, tanto sobre os avanços da política desenvolvimentista da ditadura em diversas áreas — entre elas a prática agropecuária e mineradora — quanto sobre o resultado desses dados na vida das pessoas. Desse modo, os dados econômicos são apresentados de forma deslocada da vida social.

Isso fica mais evidente quando são apresentadas as reivindicações de movimentos indígenas e do movimento negro, pois, ao não apresentar detalhes da estrutura de desapropriação, sobretudo no território amazônico, fica difícil de compreender a profundidade dessas reivindicações e os impactos vivenciados por populações indígenas e quilombolas.

O governo Geisel é o último abordado sobre a temática da ditadura brasileira no livro da FTD, sendo apresentado como "castelista" e, portanto, disposto a uma "abertura lenta,

[26] Os dados são apresentados em uma tabela que aponta os números da economia entre 1968 e 1973: crescimento de 10% para 14% no PIB, redução da inflação de 27% para 23%, aumento das exportações e importações de 1,9% para 6,2% e avanço da dívida externa de 3,8% para 12,6%.

gradual e segura". A obra coloca Geisel em uma posição intermediária e de controle da "oposição democrática" e "dos generais da linha-dura", o que explicaria os avanços e recuos do projeto de abertura.

Assim, o processo de distensão é entendido como uma disputa entre os setores mais duros dos militares e o crescimento da pressão popular pelo fim da ditadura, o que é uma contradição com uma citação de Carlos Fico presente no manual do professor, na qual se lê que "o general Geisel delineou um processo paulatino de institucionalização — que objetivava incorporar 'salvaguardas' na Constituição no lugar do AI-5, cujo fim ele decretou em outubro de 1978, para valer a partir de janeiro de 1979" (Fico, 2016 apud Boulos Junior, 2022, p. 246).

Uma interpretação mais geral das obras analisadas permite afirmar que, diante do consenso presente no currículo de história da educação básica, a interpretação predominante da ditadura nos livros didáticos é aquela difundida pela historiografia revisionista. Embora nem sempre isso esteja claramente presente, ficam evidentes pontos importantes do debate.

O primeiro deles é a culpabilização de setores da esquerda pela ditadura, perspectiva preponderante nas obras *Araribá Conecta* da Editora Moderna e *História, Sociedade & Cidadania* da Editora FTD. Nelas, é possível observar afirmações sobre um processo de radicalização crescente da esquerda e da direita, ou relacionadas a uma falta de capacidade de João Goulart de resolver os conflitos diante da pressão dos movimentos sociais. Desse modo, o que se observa é uma construção narrativa de um golpe iminente da esquerda e, por isso, os movimentos à direita se viram obrigados a tomar o poder.

Como argumenta Demian Melo, essas concepções são produto de uma perspectiva sobre "a democracia, [essencialmente liberal], que os conduz a uma interpretação equivocada do golpe de Estado, que acaba por reproduzir argumentos dos verdadeiros golpistas em abril de 1964" (Melo, 2006, p. 123).

As outras obras – *Viver História com Leandro Karnal* da Editora Moderna e *A Conquista História* da FTD – dão ênfase ao contexto turbulento que antecede o golpe, ressaltando os grupos sociais e seus projetos em disputa. No entanto, apesar de não apresentarem diretamente esse discurso, carecem de maior aprofundamento histórico para a compreensão do que estava em jogo. Como observa Caio Toledo, os grupos de esquerda e os trabalhadores não podem ser responsabilizados pela reação de setores da sociedade civil que viam na mobilização e no "questionamento do sistema político" um risco para a "ordem econômica e social que, a rigor, deveriam permanecer sob o estrito controle e domínio das classes possuidoras e proprietárias" (Toledo, 2004a, p. 42).

Outro ponto a se destacar é a falta de reflexão teórico-historiográfico sobre o apoio da sociedade ao golpe e a ditadura. Nas narrativas predominantes nos materiais didáticos analisados é possível identificar ou uma referência opaca sobre a temática da participação civil, ou uma concepção direta de apoio amplo da sociedade à ditadura.

No livro *Araribá Conecta* da Editora Moderna essa reflexão é silenciada, sem nenhuma referência ao debate sobre o papel da sociedade civil na ditadura, estando presente apenas a terminologia: "ditadura civil-militar". A outra obra da Editora Moderna investigada – *Viver História com Leandro Karnal* – há uma referência aos embates historiográficos sobre o caráter da social da ditadura, no entanto não é apresentado nenhum detalhe das interpretações, nem no livro do aluno, nem no manual do professor. Destaca-se apenas uma explicação para o uso da nomenclatura devido às exigências curriculares.

Os livros didáticos da editora FTD, por sua vez, defendem diretamente uma participação ampla da sociedade civil ao golpe e à ditadura, isso é observado tanto por meio das narrativas voltadas aos alunos, quanto por meio das citações a obra de Daniel Aarão Reis (2016) nos manuais do professor, afirmando diretamente a heterogeneidade dos grupos que apoiaram o golpe e tecendo críticas à interpretações que privilegiam o protagonismo militar, por considera-las uma tentativa esquecimento da participação civil.

Desse modo, a concepção de ditadura empresarial-militar com base em uma caracterização socioeconômica, tal como defendido nesse trabalho, não recebe nenhuma referência nas obras estudadas. Apesar de se destacar em algumas delas o favorecimento de determinados setores da elite nacional e internacional, fazendo referência inclusive a instituições como o Ipes e o Ibad, não são destacados os interesses desses grupos e a profundidade de seu protagonismo. Assim, como afirmou Demian Melo,

> [...] em vez de o termo "civil" se ligar à participação de fortes interesses classistas tanto na articulação golpista quanto no caráter do regime ditatorial, parte da historiografia vem defendendo a mistitificação calcada na ideia de algo como uma cumplicidade da "sociedade brasileira" com a ditadura, como se fosse possível a existência de uma tal "sociedade", capaz de resumir responsabilidades" ou "esquecer" (talvez até "arrependida" colocar-se "em frente do espelho") nada mais faz que reabilitar a mitologia criada por aqueles que assaltaram o poder em 1964, segundo a qual a intervenção militar se fez por "exigência do povo brasileiro" (Melo, 2014, p.14).

Outro ponto digno de atenção nas obras analisadas é o pretenso embate entre castelistas e linhas-duras. Na maioria das obras o processo de endurecimento do regime não é entendido, como observou Maria Alves (1984), como um produto da relação dialética entre Estado e oposição, mas como um produto das disputas das facções militares. Essa perspectiva retira,

portanto, do centro do debate a natureza "contrarrevolucionária" da ditadura, e sua "vinculação prioritária ao grande capital multinacional e associado" (Lemos, 2014, p. 130).

Por fim, deve-se destacar que a questão agrária nas obras se circunscreve principalmente a situação da população indígena, tema exigido pela BNCC. No entanto, a reflexão raramente está conectada com as concepções de desenvolvimento defendidas pela ditadura e muito menos são compreendidas como um projeto socioeconômico que aprofunda a ingerência do capital multinacional e associado no país, abrindo espaço para a ampliação das expropriações, entre elas a expulsão das populações do campo.

Logo, a reflexão sobre os aspectos da política econômica nos livros didáticos analisados se circunscreve principalmente ao contexto do chamado "milagre econômico". Portanto, a compreensão de estruturação do Estado delineada por meio do intercâmbio entre setores empresariais e militares não é apontada nas obras nem como possibilidade interpretativa presente na discussão historiográfica.

Ademais, questões como a presença de um projeto de desenvolvimento na Doutrina de Segurança Nacional, que incluía a concepção de colonização e ocupação do território sequer são indicadas nas obras. Ou ainda, os projetos de integração e colonização, marco da política econômica da ditadura nas regiões norte e nordeste e traço distintivo da política agrária identificada no pós-1964 são tratados de forma secundária e não como elementos que ajudam a conceber a capilaridade do regime ditatorial e seu projeto de poder. Desse modo, o que se observa é a valorização da narrativa sobre a ditadura a partir do eixo sudeste, centrada em uma historiografia que privilegia a cultura política.

Assim, dois pontos são fundamentais para a compreensão do ensino sobre a ditadura: de um lado, a predominância da historiografia revisionista e de outro a valorização da pedagogia construtivista, ou seja, do "*saber fazer*". Esses dois pontos se relacionam, em derradeira instância, a uma perspectiva de fim da história que recusa o processo histórico e exalta o capitalismo como auge da evolução humana. Assim, só cabe ao sujeito se adaptar a essa realidade.

Como afirma Circe Bittencourt

> Alguns dos atuais currículos de História [...] indicam um retorno a determinados conceitos e explicitam de forma mais evidente que o objetivo da história é o estudo do tempo do capitalismo[...]. A história da Idade Antiga mantém a concepção de sociedade atrasada x sociedade moderna, a História medieval, limitada a uma configuração do feudalismo da cristandade, se interessa apenas pelo seu declínio que propicia o advento da burguesia e do capitalismo mercantil, e a Idade Moderna e a Contemporânea se consolidam

> pelo triunfo do capitalismo em sua expansão mundial, pelas suas revoluções industriais e pelas guerras mundiais (Bittencourt, 2018, p.143).

Assim, o estudo da ditadura empresarial-militar na educação básica ajuda a contribuir para essa visão, seja por sua natureza curricular, que se foca principalmente em um saber procedimental; bem como pelos aspectos gerais da narrativa histórica, que deslegitima a atuação dos setores da esquerda, criticando-as por não ter "apego a democracia", ou pela simplificação dos interesses socioeconômicos que dominam a ação dos agentes da ditadura.

Diante da predominância da historiografia revisionista na proposta curricular e nas interpretações presentes nos manuais didáticos, que acabam por contribuir para uma formação escolar focada no "saber fazer" e na adaptabilidade, é importante pensar propostas pedagógicas que possam instrumentalizar professores e alunos para refletir sobre sua própria *prática social*, dando subsídios para uma formação crítica e carregada de potência. Nesse sentido, a compreensão dos elementos que impõem mudanças substanciais na político-econômica nacional a partir da segunda metade do século XX e seus impactos diretos na vida das populações do campo a partir da realidade maranhense ajudam a entender os elementos que conformam a realidade presente e propiciam o debate sobre as possibilidades de transformação.

CAPÍTULO 02 – A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA E SEUS IMPACTOS NO MARANHÃO

Nesse capítulo abordar-se-á de que forma as transformações estabelecidas pela ação planejadora do Estado no sentido de adequação da estrutura político-econômica para o contexto do *capital-imperialismo* através do projeto *modernizante dependente* impactou diretamente na realidade vivenciada pelas populações do campo no Maranhão.

Além disso, destaca-se ainda de que forma o capital multinacional e associado dependente foi beneficiado nesse processo, diante da criação de um fluxo do capital que garante a concentração nos graus mais elevados do capital monetário, por meio das *expropriações* das populações camponesas e da subsunção do capital operante.

2.1 A modernização dependente no planejamento do Estado

O projeto modernizante dependente, embora não tivesse como ponto de partida o golpe empresarial-militar de 1964, se aprofundou significativamente ao longo do período ditatorial, se utilizando, principalmente, do Estado de exceção daquele contexto, pois um de seus objetivos fundamentais era exatamente a expansão do *capital-imperialismo*.

Guilherme Delgado (1985) destaca que o processo de modernização da agricultura brasileira se divide em três momentos distintos: primeiro, pela elevação dos índices de mecanização e de fertilizantes "facilitada e estimulada pelo governo federal e por *empresas norte-americanas*" durante a década de 1950, momento do surgimento de um "novo padrão tecnológico" (Delgado, 1985, p. 80, grifo meu). Segundo, já no final da década de 1950, através da implementação de um processo de industrialização da produção rural, com a "implementação de setores industriais de bens de produção e de insumos básicos para a agricultura" (Delgado, 1985, p. 80). O terceiro, já a partir de meados dos anos 1960, marcado por um "processo de fusão ou integração de capitais intersetoriais" (Delgado, 1985, p. 80), compreendendo as relações interindustriais e "outras formas de integração e conglomeração sob o comando do grande capital" (Delgado, 1985, p. 80).

Como bem observa Dreifuss (1981), já durante o governo de Juscelino Kubitschek "o capital transnacional que tendo penetrado os setores dinâmicos da economia, controlava o processo de expansão capitalista" (Dreifuss, 1981, p. 36), tendo sido privilegiada principalmente a área de agroexportação, que sofria uma escassez relativa de maquinário equipamento e *know-how* (Dreifuss, 1981, p.34).

Nesse sentido, a campanha de desestabilização de João Goulart foi amplamente protagonizada por instituições da Sociedade Civil, como o IPES e o IBAD, o Conselho Nacional

das Classes Produtoras (CONCLAP) (Dreifuss, 1981) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) (Prieto, 2017), que buscavam tanto pôr fim às propostas de reforma de base defendidas por amplos setores da sociedade, como pretendiam aprofundar as mudanças na estrutura do Estado, como afirma José de Souza Martins (1985):

> [Assim,] o golpe de 1964, articulado por militares e pelos grandes empresários, teve, entre outras finalidades, a de impedir o crescimento das lutas sociais no campo e o fortalecimento político dos trabalhadores rurais, que pela primeira vez na história ingressavam maciçamente no cenário político (Martins, 1985, p. 21).

Desse modo, tratam-se de dois processos concomitantes e que seguiam em rota de colisão: de um lado o processo de organização e fortalecimento político dos trabalhadores rurais; de outro, a reestruturação das estruturas produtivas agroexportadoras, que pretendiam expandir a produção por meio de uma *modernização dependente* e conectada ao *capital-imperialismo*. Portanto, é fundamental compreender que esse processo não se inicia com o golpe, mas que esse ajudou a pôr em marcha e, mesmo, aprofundou o processo de transnacionalização da economia brasileira. O binômio segurança nacional e desenvolvimento econômico está bem delineado no conjunto teórico da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND) conforme destacado por Maria Moreira Alves (1984), e já destacado em outro ponto desse trabalho. Nesse sentido, esse importante instrumento de direcionamento da política social e econômica do país estabelecia instrumentos básicos para controle dos "inimigos internos" e promoção do "desenvolvimento econômico" (Alves, 1984).No que diz respeito ao desenvolvimento econômico nacional, o estabelecimento de três elementos básicos se fazia imperativo: integração do território nacional, "por meio do tamponamento eficaz das possíveis vias de penetração"; colonização de áreas despovoadas; e desenvolvimento regional, principalmente com foco na região amazônica (Alves, 1984, pp. 48-49).

Associado à essas iniciativas, estava ainda a importância conferida à segurança interna. A concepção de "desenvolvimento com segurança" empreendida pela ditadura empresarial-militar, como destacou Maria Helena Alves, tinha como foco fundamental a "necessidade de controlar o meio político e social, de modo a garantir um clima atraente para o investimento multinacional" (Alves, 1984, p. 51). Portanto, não era tolerável a existência de uma sociedade cada vez mais consciente de seu potencial político construtivo, que pudesse brigar por maior protagonismo e acesso aos espaços de poder.

Desse modo, com a instauração da ditadura empresarial-militar um conjunto de reformulações legais marcou a trajetória de aprofundamento do capital sobre a questão agrária no Brasil, o que se redundou em ações práticas do Estado, seja em nível nacional ou local.

No primeiro momento, que compreende, principalmente, aos governos dos generais Castelo Branco e Costa e Silva, é possível perceber o pontapé inicial do processo de aprofundamento dessa *modernização dependente* do campo. Nesse sentido, pode-se observar a determinação de marcos legais, linhas gerais de atuação, criação de agências e aprofundamento do capital financeiro sobre a agricultura. Portanto, em sintonia com o projeto de modernização compreendido pela ditadura empresarial-militar, será criada uma infraestrutura legal e a partir dela, serão adequadas agências, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e criadas outras, como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA), para o auxílio na adequação do Estado e na propositura de projetos de investimento.

Isso posto, pode-se destacar esse primeiro contexto como um período de adequação do sistema jurídico formal, de constituição de instituições para implementação do projeto de desenvolvimento dependente, com a formação de base legal e técnica.

Nesse sentido, é interessante observar o que destaca José de Sousa Martins (1985), ao afirmar que a partir da década de 1970 há uma redefinição da questão agraria no sentido de aprofundamento do favorecimento de grandes empresas, principalmente relacionadas ao capital industrial, comercial e bancário. Esse processo será marcado pela vitória dos empresários rurais, já que o INCRA passou a ser ligado ao Ministério da Agricultura, depois ao Ministério do Interior e, ainda, à Secretaria de Planejamento, ao contrário do seu antecessor, o IBRA, que estava diretamente ligado à presidência da República (Martins, 1985, p. 23).

O favorecimento das “empresas rurais” com base na inserção do país em uma estrutura capital imperialista, ficara evidente pela ação direta do governo federal na construção de planos que permitissem a capilarização de um tipo específico de investimento, como a produção agropecuária modernizada, tributária da mecanização, dos fertilizantes, do agrotóxico e capaz de atender à demanda de mercado internacional. Assim, o aprofundamento do processo de “modernização da agricultura” será tema recorrentes no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) de 1971 e no II Plano Nacional de Desenvolvimento de 1974 (II PND), bem como terá impacto direto na condução da política socioeconômica local, que buscará se adaptar estrategicamente às propostas nacionais.

O IPND, construído durante o governo do general Emílio Medici, em 1971, destaca entre as prioridades para o setor primário o “aumento da exportação de produtos *agrícolas não*

tradicionais" (Brasil, 1971), evidenciando o interesse da mudança na pauta de exportações. Incluía ainda a expansão da "*fronteira agrícola*, para incorporar os vales úmidos do Nordeste, notadamente o do São Francisco, e novas áreas na *Região Amazônica e no Planalto Central*" (Brasil, 1971, p. 24, grifo meu). Portanto, as propostas voltadas para a região nordestina e amazônica, que incluem o Maranhão, envolviam diretamente um projeto de ocupação dos espaços com base em uma racionalidade produtiva especifica.

Como destaca o documento, a proposta era o investimento massivo em infraestrutura de rodovias e portos para construção de "corredores de transportes", fortalecimento do crédito rural e ampliação de estocagem (Brasil, 1971, p. 24). Além disso, o I PND destaca claramente que seriam priorizados os setores com "alta elasticidade-renda", como a "pecuária de corte e de leite, a pesca e outros produtos de origem animal" e ainda "a *industrialização de produtos agrícolas para reduzir os efeitos da entressafra e permitir a conquista de novos mercados, no país e no exterior"* (Brasil, 1971, p. 24, grifo meu). Por fim, o documento priorizava "*aumento da exportação de produtos agrícolas não tradicionais, in natura ou industrializados*, para criar, com a [exportação] de minérios, nova categoria de exportação que, nos próximos cinco anos, alcance seu volume, o dos produtos manufaturados e do café" (Brasil, 1971, p. 24, grifo meu).

Essa preocupação em ampliar e modernizar a atividade agropecuária voltada ao mercado externo, será evidenciada em propaganda de 1971, que diz "cada lavrador brasileiro tem 3 milhões de bocas para alimentar":

Figura 7 – Propaganda "Plante que o governo garante", veiculada no governo Médice



Fonte: *O Estado de São Paulo*, 22 de agosto de 1971 *apud* Oliveira 2013, p. 163.

Como aponta a propaganda acima, se desenha enquanto projeto estatal o fortalecimento do setor agropecuário, com a disponibilização de crédito para consolidação dos produtos agrícolas como uma das principais pautas de exportação, com a intensificação dos investimentos voltados para um projeto de atendimento do mercado externo, baseado em uma proposta de modernização marcadamente dependente.

Atrelado ao I PND, destaca-se a criação, por meio do Decreto-Lei nº 1.106, do Programa de Integração Nacional (PIN), com o objetivo de "promover a maior integração à economia nacional das regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM" com um aporte de 2 bilhões de cruzeiros[27]. Entre as principais medidas estava a "construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém" que visava a integração do Amazonia ao litoral nordestino e com o planalto central, o centro-sul e o "sistema rodoviário interamericano"

[27] 18, 8 bilhões de reais em janeiro de 2025, corrigidos pelo indexador IGP-DI na calculadora do cidadão, disponível no site do Banco Central do Brasil: https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1#

(Brasil, 1970). Envolvia ainda a implementação de projetos de colonização na faixa de 10 km nas laterais das rodovias, tendo como principal requisito a "ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica" (Brasil, 1970) com destaque para a região da Transamazônica e "em associação à iniciativa privada" para o estabelecimento de escolas, "postos de saúde, igreja, *escritório do Banco do Brasil*, postos de comunicação e *postos do Ministério da Agricultura*" (Brasil, 1971, p. 30)

Outros instrumentos presentes no PIN eram a criação do projeto RADAM, responsável pelo mapeamento geofísico, geológico e geomorfológico de toda a região do programa, com o objetivo, entre outras coisas, de fazer um levantamento do potencial do solo; o plano de irrigação nordestino, que visava elevar a "produtividade da faixa semiárida", com irrigação de 40.000 hectares; e os investimentos na construção de "corredores de transporte [...] que permita, inclusive *a exportação, em larga escala, de produtos agrícolas e manufaturados*" (Brasil, 1971, p. 30, grifo meu).

Na área de atuação do PIN, ou seja, nas regiões Norte e Nordeste, o I PND criou o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), indicando, desse modo, mais uma vez, quais as principais estratégias econômicas entendidas para as regiões. Assim, com base nessa proposta, o plano apresentava como objetivo: "o desenvolvimento da agricultura do Nordeste para *mudar em economia de mercado* a sua agricultura tradicional, com a racionalização da estrutura agraria e a *introdução de tecnologia* em suas culturas básicas" (Brasil, 1971, p. 24, grifo meu).

A atuação do PROTERRA seguia, em conexão com a política de segurança e desenvolvimento da ditadura empresarial-militar, duas medidas concomitantes: de um lado, apoio ao pequeno agricultor, por meio da distribuição de terras com base em crédito fundiário, assistência técnica e social, mas tendo como principal pressuposto a "racionalização da estrutura da propriedade"; e de outro, a implementação de "projetos agrícolas com sentido empresarial, para expandir a empresa agrícola no Nordeste e Norte" (Brasil, 1971, p. 31), assim:

> Além dos financiamentos a longo prazo e juros baixos, que assegurem a rentabilidade dos projetos e permitam elevar a produtividade básica da região, será facilitada a comercialização, *para abrir também frentes de exportações em grande escala*. Realizar-se-á, igualmente, em particular no Nordeste, amplo programa de *industrialização de produtos agrícolas* (Brasil, 1971, p. 31, grifo meu).

Tanto o PIN como o PROTERRA eram entendidos, portanto, como uma proposta conjunta no documento, que envolvia o "aproveitamento racional da dimensão continental do

país" e, atrelado a isso, o aumento da densidade populacional no Nordeste. Assim, a estratégia envolvia o uso de mão de obra, terra e recursos naturais abundantes, atrelados ao forte incentivo fiscal, além do estabelecimento de programas de "baixo custo, em áreas delimitadas, para produtos de certo valor econômico" (Brasil, 1971, p. 27).

No documento é visível a presença constante das concepções de racionalização da produção e modernização técnica da agropecuária, o que dialoga diretamente com uma perspectiva de desenvolvimento da região, que atenda um dinâmica global do capital. O Estado é entendido, recorrentemente, como instrumento para ampliação do capital monopolista e financeiro global, seja por meio do atendimento de maneira dependente a um mercado cada vez mais interconectado, ou mediante à absorção dos riscos inerentes aos projetos desenvolvidos.

Ademais, foi instituída, por meio do Decreto-lei nº 1164/71, uma reserva de 100 km de largura em torno das rodovias da Amazônia Legal, com o pretexto de serem "indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional, bem superior àquela faixa de 10km que, em tese, era destinada à colonização. Essa concepção de segurança e desenvolvimento oriunda da DSND permitia a ação direta do Estado no controle de mobilizações no campo e favorecia a instalação de capital privado naquela região.

Esses projetos terão importante impacto na condução político-econômica da economia maranhense, pois o estado passou a ser beneficiário direto dos aportes financeiros destinados as campanhas de colonização e desenvolvimento rural. Além das mudanças na estrutura legal já destacadas, principalmente pela criação da Lei de Terras Sarney e, atrelada a ela, do Departamento de Desenvolvimento Agrário (DDA)[28], deve-se destacar ainda a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO) que, em conjunto com a SUDEMA, passou a ter papel fundamental da efetivação da concepção de modernização instituída pela ditadura empresarial-militar.

Durante o governo de Pedro Neiva de Santana (1971–1975), o planejamento econômico maranhense inseriu-se no contexto mais amplo de fortalecimento da ação planejadora do Estado brasileiro e de crescente articulação entre as estratégias de desenvolvimento formuladas nas esferas federal e estadual. Nesse período, foi implementado o 4º Plano Estadual de Desenvolvimento (1971–1974), cuja vigência coincidiu, em grande parte, com a execução do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), implementado pelo governo Médici entre 1972 e 1974. Embora não seja possível caracterizar o plano estadual como simples desdobramento

[28] A Lei de Terras Sarney foi o instrumento jurídico que reconfigurou o regime de propriedade da terra no Maranhão e o DDA era a agência do estado responsável pela venda e titulação de áreas à particulares, eles serão objeto de discussão a seguir.

do I PND, observa-se uma convergência entre as diretrizes de expansão econômica e modernização produtiva formuladas em âmbito nacional e as prioridades estabelecidas pelo governo maranhense. No plano institucional, essa aproximação foi acompanhada pela criação, em 1972, da Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan) e do Sistema Estadual de Planejamento, ampliando a capacidade administrativa do governo estadual para a formulação e coordenação das políticas de desenvolvimento. Segundo Jhonatan Almada, o 4º Plano Estadual de Desenvolvimento distinguiu-se dos planos anteriores pela maior concentração de investimentos no setor primário, ao qual foram destinados 29% do montante total previsto, evidenciando a centralidade atribuída à agropecuária e às atividades vinculadas à exploração dos recursos naturais na estratégia de desenvolvimento estadual (ALMADA, 2017, p. 56).

Nesse mesmo sentido, Almeida e Mourão destacam que, na década de 1970, o "setor primário" era amplamente defendido como a efetiva proposta de desenvolvimento do Maranhão, sendo amplamente difundido em:

> cada ato público: inaugurações de rodovias, circunstâncias comemorativas a criação de novos organismos de atuação na área rural; reuniões com empresários, investidores no setor agropecuário; solenidades de entrega de títulos de propriedade a agricultores e cerimônias referidas a visitas de autoridades federais ao Maranhão (Almeida; Mourão, 2017, p. 75).

Assim, os autores apontam que a opção pela concepção de setor primário abordada estava decomposta em duas justificativas: 1) "a constituição de unidades produtoras de dimensão familiar", com o objetivo de "transformar a massa rural", por meio da introdução dela no "mercado consumidor de manufaturas", e por seu papel fundamental na produção do principal produto agrícola, do estado: o arroz. E, 2) o estabelecimento de grandes empresas agropecuárias, voltadas, principalmente, a "pecuária de corte", que utilizariam "tecnologia avançada, [...] reduzida mão-de-obra *e pretendem destinar sua produção ao mercado internacional* (Almeida; Mourão, 2017, p. 75). No entanto, embora o plano governo do quadriênio 1971-1974 tenha se fundamentado nessa dupla atuação, na prática o que se observa é que "os projetos passam a constituir principalidade. Estes, por sua vez, se dedicando, com raras exceções, quase que exclusivamente à atividade pecuária" (Almeida; Mourão, 2017, p. 75).

A partir de 1974, será criado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que, com base em uma suposta condição privilegiada do Brasil no mundo devido a sua disponibilidade de espaço, buscava favorecer a manutenção da expansão da fronteira agrícola. Defendia, portanto, a fertilidade da terra e da existência de um sistema viário já instituído em

anos anteriores, principalmente, a rodovia Transamazônica. Assim, a manutenção dos investimentos no setor agropecuário permitiria um aprofundamento do dinamismo econômico nacional, seja pela elevação da renda média do produtor e, com isso, o favorecimento do mercado de insumos e bens de consumo (Brasil, 1974, p. 33).

Monica Piccolo destaca que o II PND estará intimamente relacionado à fração da classe dominante no poder sendo "marcado pela consolidação do campo da produção doméstica e expansão de setores novos", buscando uma "política realista de substituição de exportações" (Piccolo, 2022, p. 182). A autora observa que:

> O II PND apresentava como metas a criação de novas frentes de exportação, a disciplina na pauta de importações, o ajuste do balanço de pagamentos, a manutenção de um adequado escalonamento da dívida externa e de um elevado volume de reservas monetárias como forma de captação da poupança externa. Além disso, defendia ainda a diversificação das fontes de financiamento dos mercados externos e do investimento direto estrangeiro (Piccolo, 2022, p. 182).

Desse modo, no documento fica evidente a busca pelo fortalecimento da empresa agropecuária em detrimento da agricultura familiar, com base na manutenção do elemento distributivo apenas "nas áreas de tensões" em oposição ao objetivo central de aprofundamento da "capacidade empresarial"

> Através da ampla disseminação da empresa agrícola - pequena, média e grande -, principalmente pelo apoio financeiro e fiscal do Governo, melhor se equacionarão problemas coma a de induzir ao usa de projetos, de levar em conta os cálculos de rentabilidade e estímulos de preços, de empregar mais moderna tecnologia; considerando a relação entre preços de insumos e de produtos (Brasil, 1974, p. 35).

Além disso, o II PND destaca a importância de programas como PIN e PROTERRA, apontando a necessidade de aprofundamento da contribuição desses projetos para o PIB, principalmente nas áreas de "agricultura, pecuária e mineração". Esse aprofundamento deveria vir da manutenção na escala de investimentos (165 bilhões de cruzeiros[29]) entre 1975-1979, principalmente no Nordeste, na Amazônia e no Centro-Oeste. Para isso, seriam criados os blocos integrados de investimentos, que incluíam a constituição de "polos agroindustriais".

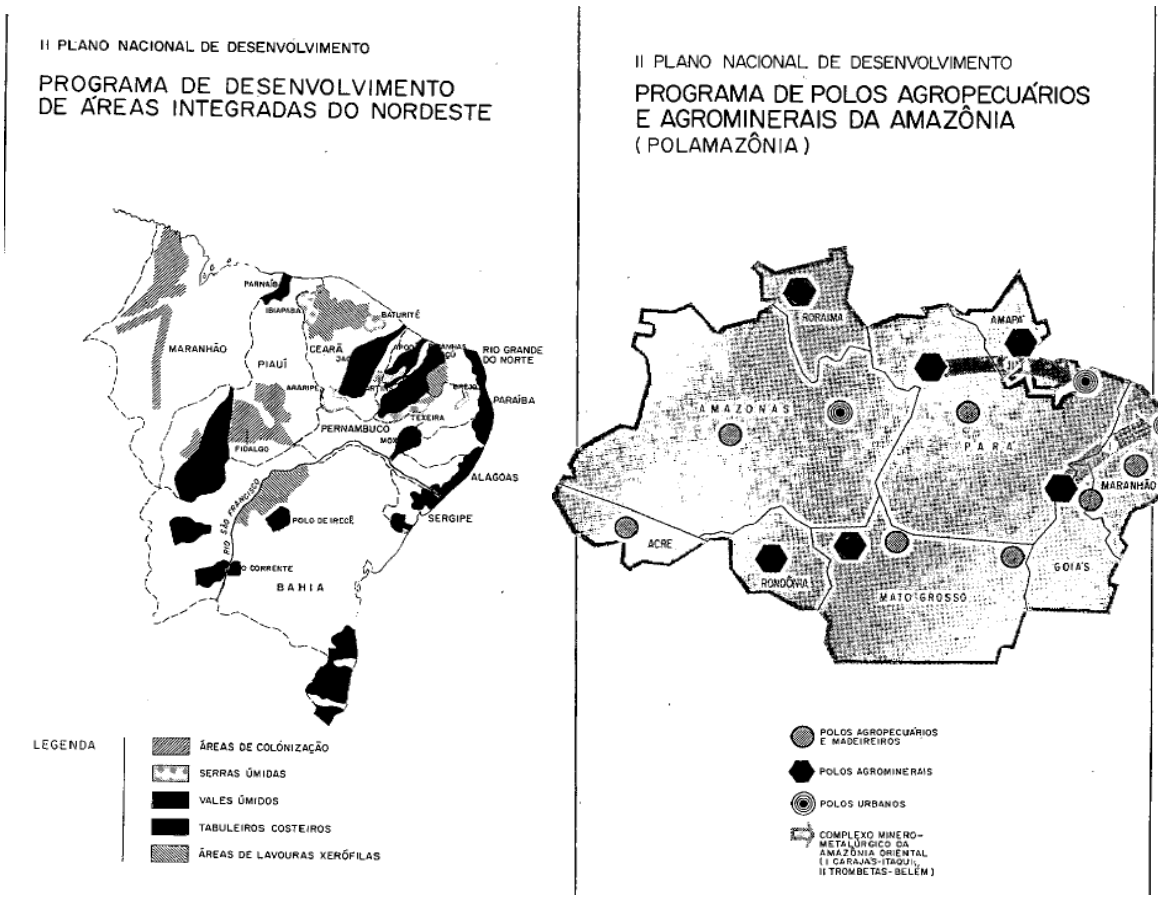
---

[29] 763, 8 bilhões de reais em janeiro de 2025, corrigidos pelo indexador IGP-DI na calculadora do cidadão, disponível no site do Banco Central do Brasil: https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1#

No Nordeste e na Amazônia, respectivamente, seriam criados o Programa de Polos Agrícolas e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZONIA) e o Programa de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), que visavam

> permitir ação concentrada do Governo e do setor privado, e para permitir tirar vantagem de economias de escala, economias externas, economias de aglomeração (ou seja, de relações de complementaridade entre diferentes projetos) (Brasil, 1974, p. 43).

Figura 8 – Áreas de atuação do POLONORDESTE E POLAMAZÔNIA



FONTE: II PND, 1974.

Desse modo, a principal proposta do projeto envolvia "a modernização do 'setor primário' pela implantação de projetos agropecuários. Assim, a instauração do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974), instituído durante o governo do general Geisel, marcará um aprofundamento da relevância dada à produção agropecuária na composição do Produto Interno Bruto diante da crise internacional do Petróleo. Como destaca o documento, a concepção geral é "exigir muito mais do setor agropecuário" atrelando o aumento da renda do

agricultor, a melhoria de vida do trabalhador rural, mas, principalmente "*a vocação do Brasil como supridor mundial de alimentos, matérias primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados*" (Brasil, 1974, p. 34).

É possível identificar o forte interesse dado a pecuária de corte nos dois projetos. No caso do POLONORDESTE falava-se na ampliação da área destinada a bovinocultura por meio de uma ação conjunta entre o Ministério da Agricultura, o Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), governos dos estados nordestinos e bancos oficiais. Dever-se-ia ampliar a produção pecuária em uma área de 1,4 milhão de hectares (Brasil, 1974, p. 46), Na Amazonia, a proposta era elevar o número de cabeças de gado para 5 milhões até o fim de 1970 (Brasil, 1974, p. 49).

Outro ponto de destaque do documento é a exploração mineral, com a criação do "esquema integrado Carajás – Itaqui (minério de ferro e siderurgia), que será objeto de análise mais a frente nesse trabalho, quando tratarmos do Programa Grande Carajás (PGC).

Em sintonia com o II Plano Nacional de Desenvolvimento foi elaborado no Maranhão o II Plano de Desenvolvimento do Maranhão (II PDM) de 1976, construído durante o governo de Osvaldo Nunes Freire, que aponta para a continuidade/ aprofundamento do projeto de "modernização" iniciado no governo de José Sarney e continuado por seus sucessores. Seguindo os princípios apresentados no II PND, o II PDM marca a manutenção dos esforços de fortalecimento da "infraestrutura econômica e estímulo aos setores produtivos" (Maranhão, 1976, p. 5), com destaque para o setor agropecuária, por meio "do estímulo às atividades produtivas, visando a sua *modernização* e a elevação da produtividade da terra e do trabalho" (Maranhão, 1976, p. 5).O documento dava ênfase ainda à implantação no estado de um polo exportador de minérios e siderúrgico, questão presente, inclusive, no objetivo do II PDM

> Elevar a economia maranhense à nova dimensão resultante fundamentalmente da Decisão Nacional de instalar no Estado um polo industrial-exportador, assegurando uma equilibrada difusão social, espacial e setorial dos benefícios dos investimentos programados (Maranhão, 1976, p. 5)

Desse modo, a implantação da indústria de beneficiamento e exportação da extração mineral, oriunda de projetos do governo federal, era entendida, no documento, como um instrumento para o desenvolvimento urbano industrial do estado, principalmente na região da capital, São Luís (Maranhão, 1976, p.13).

No que diz respeito à política de "desenvolvimento regional" o governo dividiu o território maranhense em quatro regiões de atuação: "Baixada e Litorais Norte o Nordeste; Centro e Pré-Amazônia Maranhense; Cerrado o Chapadões; e Planalto" (Maranhão, 1976, p. 16). A região do Centro e da Pré-Amazonia Maranhense recebe destaque devido ao importante aporte de recursos oriundos dos projetos federais (POLAMAZÔNIA E POLONORDESTE), que para o Maranhão orçaram 1,4 bilhões de cruzeiros[30].

Nessa região, como destaca o II PDM, o programa POLAMAZÔNIA, já em execução em uma área de 73.233 km², destinou recursos para a "agropecuária, abastecimento e colonização, recursos, florestais, recursos humanos e urbanização, serviços básicos, indústria e serviços" (Maranhão, 1976, p. 16). Já o no que diz respeito às áreas compreendidas pelo programa POLONORDESTE, o estado indicava a aprovação e financiamento do projeto criado pelo governo estadual do Baixo Parnaíba, envolvendo 8 municípios em uma região de 10.657 km². Orçado em 518, 7 milhões de cruzeiros[31], o programa incluía diferentes ações, dentre elas: a "construção de estradas, eletrificação rural, educação, saúde, pesquisa e experimentação agrícola, assistência técnica e extensão rural, armazenamento e comercialização, fomento agropecuário, mecanização agrícola e crédito rural" (Maranhão, 1976, p. 16).Portanto, fica clara a importância dada à produção agropecuária no programa governamental, não apenas devido à valorização da atividade em diferentes momentos do documento, mas também com base na defesa de um tipo específico de produção, que seja capaz de elevar "quantitativamente e qualitativamente os níveis de produtividade e produção", com "desenvolvimento tecnológico, reorganização fundiária, fortalecimento da agroindústria e aproveitamento racional dos recursos naturais e racionalização do sistema de comercialização e abastecimento" (Maranhão, 1976, p. 18).

Entre as propostas governamentais estavam, entre outras, a pesquisa e a experimentação; assistência técnica e extensão rural; estímulo ao desenvolvimento tecnológico no campo; popularização do uso da mecanização agrícola; incentivo à introdução de novas culturas (cacau, café, soja e pimenta-do-reino) com maior valor agregado; aprimoramento genético da criação

---

[30] 3,198 bilhões de reais em janeiro de 2025, corrigidos pelo indexador IGP-DI na calculadora do cidadão, disponível no site do Banco Central do Brasil: https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1#

[31] 1,212 bilhões de reais em janeiro de 2025, corrigidos pelo indexador IGP-DI na calculadora do cidadão, disponível no site do Banco Central do Brasil: https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1#

bovina; expansão do emprego de inseminação artificial; "promoção do espirito empresarial rural" por meio da assistência técnica e financeira (Maranhão, 1976, p. 18).

As transformações evidenciadas na ação planejadora do Estado beneficiaram e foram beneficiadas por um contexto bastante específico da realidade política maranhense. Aquela conjuntura é marcada pelo crescimento da contestação do grupo que dominava a política no estado desde a década de 1940, conhecido como vitorinismo.

Desse modo, a atuação direta do governo federal, atrelado a lógica da *modernização*, garantiu o fortalecimento de um novo personagem na política local, José Sarney, que deu vazão ao projeto *modernizante dependente* no Maranhão, garantindo um ambiente favorável à essas transformações, como se verá adiante.

2.2 Modernização dependente no Maranhão: As estruturas oligárquicas e a reformulação fundiária

Uma ampla gama de produção historiográfica tem apontado que a construção da hegemonia em torno do projeto modernizador foi produzida *pari-passo* à figura de José Sarney a partir de sua vitória eleitoral como governador do estado em 1965 e o estabelecimento de seu programa de governo, nominado como "Maranhão Novo". A bibliografia maranhense sobre o contexto do golpe e seus impactos na condução política no Maranhão tem apontado para três principais implicações diretas: inicialmente, a repressão às mobilizações sociais que eclodiam durante a década de 1960; o impacto direto sobre os mecanismos de transferência do poder político; e o apoio à candidatura de José Sarney (COSTA, 2006, p. 81).

No primeiro caso, é importante destacar que a instauração do golpe empresarial-militar 1964 e, subsequentemente, do Ato Institucional nº 1[32] permitiu a prisão de importantes lideranças políticas e sindicalistas do Maranhão, como o padre Alípio de Freitas[33], o deputado

[32] A AI-1, instituído em 9 de abril de 1964, atribuiu poderes especiais ao general-presidente, permitindo a cassação de mandatos políticos, a suspensão de garantias institucionais de funcionários públicos, e a possibilidade de suspensão de direitos políticos por 10 anos. A partir dessa medida, foi realizada uma verdadeira devassa no país, conhecida como "operação limpeza". Para detalhes, ver Alves, 1984.

[33] Nasceu em Portugal e ordenou-se padre da Igreja Católica em 1952. Em 1957, mudou-se para o Brasil, estabelecendo-se em São Luís, onde foi professor universitário de História Antiga e Medieval e atuou junto aos movimentos sociais e políticos. No Congresso Mundial da Paz, em Moscou, teve contato com dirigentes soviéticos, com o poeta chileno Pablo Neruda e com a revolucionária espanhola Dolores Ibárruri Gómez, La Pasionaria. Em razão de divergências com a Igreja Católica, abandonou a vida religiosa. Em 1958 participou da fundação da Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão; ao lado de Francisco Julião fundou as Ligas Camponesas. Teve destacada atuação nas lutas pela reforma agrária e, durante o governo de João Goulart, nas ações pelas Reformas de Base, tendo atuado na Superintendência da Reforma Agrária (Supra). Perseguido pela ditadura militar implantada em 1964, Alípio de Freitas esteve fora do Brasil por um período, morando no México e em Cuba. Ao retornar ao país passou a atuar clandestinamente, integrou a resistência armada e foi preso e torturado pelo regime militar por 10 anos. Liberado em 1979, mudou-se para Moçambique, em 1981. Mais tarde, voltou para Portugal e

Neiva Moreira[34], Augusto José do Nascimento, líder da ATAM[35]; Maria José Aragão[36] e Willian Moreira Lima[37], ambos do Partido Comunista Brasileiro.

A devassa nacional sobre os movimentos pela reforma agrária ficou explícita na forte perseguição as associações e organizações em defesa do nacionalismo, em destaque no contexto pré-1964, momento em que esses movimentos passam a tomar a cena no cenário político nacional e colocar suas reivindicações no centro do debate público. No Maranhão, os movimentos de trabalhadores rurais sofreram um forte golpe com a ascensão ao poder da aliança empresarial-militar ao poder. O golpe representou, portanto, a oposição à ampliação de direitos; o controle sobre as demandas por terra; o enfraquecimento das formas de acesso da população de modo geral, e dos trabalhadores rurais de modo mais específico, ao poder e seus

---

integrou-se, como jornalista, à equipe de profissionais da RTP. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/freitas/. Acesso em: 07 de jul. de 2026.

[34] Nascido na cidade de Nova Iorque, no estado do Maranhão, em 1917, filho de mãe professora e pai pequeno comerciante, Neiva Moreira desde cedo apresentou interesse pelo jornalismo. Tornou-se candidato pelo PSP em 1950, sendo eleito pela primeira vez para a Assembleia Legislativa. No ano seguinte, houve a movimento grevista de 1951, no qual Neiva Moreira teve grande atuação, tanto na Câmara Federal, quanto nos escritos do Jornal do Povo. Neiva Moreira atuou em outras três legislaturas na Câmara Federal (1955-1959) (1959-1963) (1963-1964), período em que se destacou pela sua atuação na Frente Parlamentar Nacionalista. O deputado preparava-se para disputar nas eleições de 1965 o posto de governador do estado, quando diante do golpe e instauração do regime empresarial-militar viu sua carreira política ser destroçada: foi preso, cassado, teve seu jornal fechado e seus direitos políticos retirados por dez anos. Quando em liberdade, exilou-se em diversos países da América Latina, atuando na imprensa e ganhando renome no cenário jornalístico da América Latina, retornando ao Brasil em 1979, devido à Lei da Anistia (Abreu, 2010).

[35] Augusto José do Nascimento foi um dos fundadores da 3ª da Associação dos trabalhadores rurais do 3º Distrito de Caxias, eleito como primeiro presidente da ATAM e depois como presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais, que absorveu toda a estrutura da ATAM. Nascimento foi perseguido, preso, torturado, acusado de problemas mentais e internado em um sanatório, local que teria morrido anos depois (Almeida, 2015).

[36] Originária do atual município maranhense de Pindaré-Mirim, nasceu em 1910 em uma região chamada à época de Engenho Central. Em 1934 foi para o Rio de Janeiro no intuito de cursar medicina, conseguido no ano seguinte aprovação para a faculdade. A médica inicia seu contato com o movimento comunista em 1937, momento em que se aproxima de um grupo de maranhenses recém libertos da prisão, que foram mantidos em cárcere no Rio de janeiro desde 1935, acusados de participação no Levante de 1935. Anos depois, em 1945 filiou-se ao Partido Comunista do Brasil (PCB). Como o contexto era de redemocratização e reorganização do partido, recentemente de volta à legalidade, Maria Aragão dirigiu-se, com alguns companheiros, ao Maranhão para reerguer o PCB. Atuava sobretudo na distribuição e venda de livros da Editora Vitória e dos jornais Voz Operária e Tribuna do Povo, sendo este último um órgão do PCB do qual ela era também redatora. Após a instauração do golpe de 1964, foi presa juntamente a outros comunistas maranhenses. Permaneceram três meses na prisão e o processo foi arquivado. Depois, em 1973 voltou a ser presa por sete meses. Condenada, teve que em 1977 cumprir pena de 1 ano e 2 meses. Posteriormente, em 1981, saiu do PCB. No processo de redemocratização, aproximou-se do Partido Democrático Trabalhista (PDT), ao lado de Jackson Lago. Em 1983, participou da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Maranhão. Atuou na Campanha Nacional da Reforma Agrária no Maranhão e militou nas Diretas já, em 1984 (Sousa, 2018).

[37] William Moreira Lima nasceu no dia 26 de setembro de 1917, na cidade de Colinas. Na década de 40, começou a sua luta política e na década de 1950 integrou o antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB). No início da década de 1960, Lima chegou a ser suplente de deputado federal pelo antigo PCB. Com o golpe empresarial-militar, Willian Lima foi perseguido e preso pela ditadura tendo ficado110 dias preso na sede do 24º Batalhão de Caçadores, acusado de subversão. A acusação ocorreu justamente quando ele lutava pela implantação da reforma agrária no Maranhão. William Moreira Lima também teve importante participação na luta pela redemocratização do país durante a campanha das Diretas Já, na década de 1980. Lima participou da fundação do PPS no Maranhão (Morre, 2022).

mecanismos; a ocorrência de múltiplas violências às populações do campo, tanto por meio da readequação impositiva da estrutura produtiva no campo, quanto por sua expulsão de suas terras.

Desse modo, o projeto modernizante dependente introduziu o Maranhão no cenário global do *capital-imperialismo* por meio da reformulação de estruturas políticas, econômicas e sociais preexistentes, o que permitiu uma ampliação quase sem limites da concentração e da expropriação das populações.

A adequação da estrutura política maranhense a esse novo contexto é exemplar nesse sentido. Compreendida histórica e bibliograficamente como uma estrutura oligárquica, ela será rearranjada mantendo seus fundamentos oligárquicos, tanto nos discursos sobre rupturas e continuidades, quanto nas práticas, como será apresentado a seguir.

Sobressai na interpretação historiográfica sobre a política local a existência de uma cisão entre facções políticas rivais, que disputam entre si, no contexto das décadas de 1950 e 1960, o controle sobre o estado e mecanismos de acesso ao poder central. De um lado, um grupo histórico, representado por Vitorino Freire, que ganha destaque no estado devido à sua atuação no processo de instalação do Partido Social Democrático (PSD) no Maranhão[38].Do outro lado, e principalmente a partir da década de 1950, se impõe na política local a existência de um grupo rival, que propunha se opor politicamente ao grupo vigente (vitorinismo), que se apresentava à opinião pública como instrumento da descontinuidade, novidade política diante de uma estrutura prévia apresentada como desonesta e fraudulenta.

Conhecida como Oposições Coligadas, o movimento, que se fez presente em boa parte das eleições entre 1950 e 1964, terá suas origens nas disputas pelo poder no interior da facção política dirigente até então: o vitorinismo. Esse grupo oposicionista, que depois vai se autodenominar Oposições Coligadas, tem seu ponto de partida nas eleições de 1950, principalmente por meio de uma aliança entre diferentes partidos para derrotar o vitorinismo, e ganhará força através de sua campanha contra as fraudes eleitorais, no movimento denominado greve de 1951[39] (Mendes, 2021a).

---

[38] A chegada de Vitorino Freire à política maranhense se deu com a sua nomeação para o cargo de secretário-geral do Estado pelo capitão Antônio Martins e teve como uma de suas principais incumbências a organização do Partido Social Democrático no estado. No entanto, o processo de dominação vitorinista no estado tem seu início a partir de 1945 com o processo de redemocratização.

[39] A Greve de 1951 no Maranhão foi resultado da disputa política pela escolha do governador do Maranhão no ano de 1950. Essa disputa foi endossada pela contestação do poder exercido por Vitorino Freire no estado, e sobretudo pelo racha produzido pela preterição de Saturnino Belo a concorrência do cargo de governador maranhense pelo grupo vitorinista. O concurso eleitoral, portanto, foi formado por Eugênio de Barros, representado o bloco vitorinista e Saturnino Belo, que encabeçava uma frente ampla oposicionista. Durante a contagem dos votos Belo saia na frente com uma ampla vantagem, no entanto Vitorino Freire, ao prever a derrota, exerceu sua influência

Na ocasião demonstrou-se a heterogeneidade do movimento que participou de todas as eleições entre 1950 e 1962, observando que esse grupo passou por diferentes reconfigurações, a depender das circunstâncias políticas vivenciadas, mas que jamais fora capaz de romper a hegemonia eleitoral vitorinista, pautada, principalmente, nas fraudes eleitorais (Mendes, 2021a).O processo de derrocada da liderança política do vitorinismo no Maranhão teve como ponto de partida as eleições estaduais de 1965 para o governo, momento em que se consolidaram os instrumentos para a reformulação do Estado maranhense, em sintonia com o projeto modernizante dependente, por meio de uma atuação direta e consistente do presidente general Castelo Branco, em apoio a José Sarney.

A ascensão sarneista no Maranhão, direta ou indiretamente, foi atribuída, inicialmente, às crescentes disputas internas no interior do PSD, partido de sustentação do grupo no estado e controlado por Vitorino Freire. Essas disputas foram protagonizadas em diferentes momentos e por diferentes razões, mas levaram a um crescente esfacelamento da importância política eleitoral do PSD[40] (COSTA, 2006, p. 81).

Todavia, uma das mais importantes disputas internas no PSD se deu em torno do nome que disputaria as eleições de 1965 para o governo do estado. Newton Belo, então governador, indicara o nome de Renato Archer como seu sucessor, em desacordo com o que defendia Freire. A oposição de Freire ao nome de Archer se dava por um lado, por sua participação na extinta Ala moça do PSD, que era um grupo de jovens políticos que se identificavam com a bandeira desenvolvimentista encampada por Juscelino Kubitschek e que exigia uma renovação nos quadros políticos e a substituição dos "caciques" que controlavam o partido, entre eles o próprio Vitorino Freire.

Renato Archer, além de reprovado por Vitorino Freire devido ao seu posicionamento crítico à sua política oligárquica, teria sido rejeitado ainda pelo General Castelo Branco devido a sua crítica contundente a instauração do regime empresarial-militar e da cassação de mandatos. Benedito Buzar, relevante memorialista do contexto ditatorial, aponta ainda que

---

nas estruturas estatais por meio da anulação de 16 mil votos da capital, o que produziu a vitória de Eugênio de Barros. Nesse cenário, produziu-se em São Luís, capital do Maranhão, um intenso clima de contestação, principalmente devido a morte de Saturnino por meio de um infarto, atribuído pelos contestadores à anulação dos votos. A greve foi aprofundada ainda mais com a validação da eleição e diplomação de Eugenio de Barros (Mendes, 2021a).

[40] Um desses primeiros momentos deu-se na disputa em torno do controle sobre o PSD entre Vitorino Freire e Clodomir Cardoso que, aliado a Genésio Rego, levou o grupo vitorinista a concorrer pelo Partido Social Trabalhista (PST) em 1950. Outro momento de dissenção interna no PSD foi a disputa em torno da candidatura de Assis Chateaubriand que, tendo perdido por seu estado de origem, concorreu pelo PSD maranhense em 1955 com o apoio de Vitorino Freire, levando ao afastamento de deputados do partido. Além disso, digno de destaque é a debandada de 6 deputados maranhenses do PSD em 1963, que passaram a integrar o PTB regional (Mendes, 2021a , p. 84).

Archer era considerado uma importante força eleitoral, o que entrava em choque com os interesses políticos da ditadura empresarial-militar no Maranhão, representados em José Sarney (Buzar, 1998 p. 341).

O próprio Vitorino Freire em sua autobiografia (1978) destaca a relevância dada aos interesses políticos conduzidos pelo regime empresarial-militar, que ele chama de revolução. O autor observa que a não aceitação do Renato Archer à candidatura do estado pelo PSD teria sido prontamente acatada por ele, o que aponta para uma busca de reposicionamento político diante das novas estruturas erigidas pela ditadura. Isso fica mais evidente, quando Vitorino Freire renúncia, decisivamente, ao controle do governo do estado devido à sua disputa com Newton Belo, que indicará o nome de Costa Rodrigues, que também será reprovado por Freire, entendendo a indicação de Rodrigues como uma afronta pessoal. Diante desse cenário, Freire teria, de forma intencional ou despropositadamente, contribuído para a eleição de José Sarney ao governo do estado. Como ele próprio afirma, em reunião com o general Castelo Branco, teria proposto a candidatura de Renato Archer pelo PTB/PSD, anteriormente rejeitada por ele, como uma forma de divisão dos votos que poderiam ser destinados a Costa Rodrigues, indicado por Newton Belo, o que inevitavelmente conduziria à eleição de Jose Sarney (Freire, 1978, p. 272).

Por outro lado, o nome que se destacava historicamente como principal oposição ao vitorinismo era Neiva Moreira, que controlava o *Jornal do Povo* no Maranhão e que transformara o PSP (Partido Social Progressista) no maior partido oposicionista, conferindo popularidade a Adhemar de Barros em São Luís e fazendo de Neiva Moreira o símbolo da resistência aos governistas [...]" (Buzar, 2001, p.259), sendo ainda quem melhor se apropriou das representações da Greve de 1951 (Costa, 2006).

Sarney, que chegara à política maranhense com o apoio direto de Vitorino Freire, ao romper com o vitorinismo[41] construiu sua carreira política no estado ao lado das forças de oposição. Portanto, já em 1965, Sarney abandona o PSD, partido controlado por Freire no Maranhão, e passa a compor a UDN, principalmente por meio de sua relação com a chamada "ala moça", que defendia um discurso de modernização e moderação política, e que o aproximara da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN)[42], permitindo uma maior inserção no eleitorado maranhense.

---

[41] O processo de ascensão de José Sarney na política maranhense toma novos rumos com a sua saída do PSD em 1955, ano em que Sarney passa a compor a oposição, seja por não concordar com a política desenvolvida por Vitorino Freire ou porque "estava claro que ele não teria futuro no PSD [...]" (ECHEVERRIA, 2011, p.81). Ter futuro aqui, pode ser compreendido como a impossibilidade de uma eleição.

[42] A FPN "era formada por parlamentares de vários partidos políticos, mas, na sua composição, a hegemonia ficava com Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que contribuiu com 60% de seus filiados. Além de petebistas também

A mudança para a oposição no Maranhão conferiu a Sarney uma inserção no eleitorado por meio de sua participação nas Oposições Coligadas, que nas eleições de 1958 formara um "bloco relativamente 'coeso'". O fortalecimento da imagem política de Sarney junto ao eleitorado local passa por sua aproximação com os setores nacionalistas, tendo, inclusive, figurado em campanha política em prol do nacionalismo em jornal coordenado pela comunista Maria José Aragão – *Jornal Tribuna do Povo*, de 2 de outubro de 1958 (Mendes, 2022a, p. 91). Essa mudança permitiu a José Sarney sair de 3.271 votos em sua primeira eleição, em 1954, para 15.081 votos nas eleições de 1958 (Mendes, 2021a, p. 90-91).

Concomitantemente a essa aproximação com as Oposições Coligadas, Sarney também apoiou Newton Belo, candidato do grupo vitorinista ao governo do estado em 1960, por meio de uma aliança entre PSD e UDN, o que lhe rendeu algumas críticas entre os setores oposicionistas, mas lhe permitiu um certo protagonismo como principal mediador entre o governo federal e a administração local, já que havia apoiado as candidaturas de Jânio Quadros para presidência e Newton Belo.

O retorno às hostes oposicionistas se deu quando da renúncia de Jânio Quadros e, estrategicamente, no ano das eleições legislativas de 1962. Naquele ano, o PSP, partido de Neiva Moreira, não participou das Oposições Coligadas, o que permitiu uma maior visibilidade de José Sarney, permitindo-lhe alcançar 21.294 votos[43] contra 11.731 de Neiva Moreira.

Neiva Moreira terá uma trajetória ascendente na política regional maranhense pelo menos até as eleições de 1962, ano em que haverá uma redução em seu eleitorado. Wagner Costa aponta que isso ocorreu devido a sua aproximação crescente com a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), principalmente a partir das eleições de 1958, ano em que afirmava que "Quem NÃO apoiar a Reforma Agrária, uma Política Externa Independente, a Nacionalização da Economia, a Liberdade Sindical, a Educação e Saúde para todos NÃO vote em Neiva Moreira" (COSTA, 2006, p. 76).Seu posicionamento político ideológico, portanto, impactaria diretamente sua carreira como postulante natural de cunho progressista ao governo do estado, principalmente devido a intensa e crescente campanha anticomunista, patrocinada por "setores

---

se integraram à Frente Parlamentar Nacionalista políticos do PSD, da UDN e de partidos menores como o PSB o próprio PR, que agregava em seus quadros, majoritariamente, proprietários rurais. O primeiro Manifesto oficial da FPN [...] referia-se a questões como: revisão de acordos internacionais de comércio, procurando acrescentar cláusulas que atendessem aos interesses nacionais; controle da remessa de lucros; defesa dos estoques financeiros e das jazidas de minerais do país; defesa da indústria nacional; defesa das organizações estatais de monopólio já constituídas; esforços para a constituição de novas empresas de monopólio; defesa da cultura brasileira; estímulo ao cinema nacional, dentre outras" (Neves, 1994. p.65).

[43] Sarney ocupou o terceiro lugar entre os mais votados para a Câmara dos deputados naquelas eleições, sendo que os primeiros lugares foram respectivamente ocupados por José Burnett Silva (23.156) e Renato Archer da Silva (21.662) candidatos pelo PSD e respaldados nas reconhecidas fraudes eleitorais (TSE, 1962).

empresariais e clericais" (Buzar, 1998, p. 311).O golpe empresarial-militar de 1964 poria fim a carreira política de Neiva Moreira. Com o AI-1 ele teria seu mandato como deputado federal cassado e a suspensão de seus direitos políticos por 10 anos. No entanto, José Sarney, que ganhava relevante espaço político como oposicionista ao grupo vitorinista, seria, contraditoriamente, o principal beneficiado nesse processo.

Portanto, a conjugação de fatores que permitiram a eleição de José Sarney em 1965 incluía uma trajetória de oposição ao vitorinismo, tido como uma representação do atraso; a perseguição da ditadura aos movimentos em favor das reformas de base e de políticos alinhados à esquerda; o combate às fraudes eleitorais[44]; as disputas entre Newton Belo e Vitorino Freire; e, consequentemente, a divisão do eleitorado do PSD.A trajetória eleitoral de José Sarney, em sintonia com a imagem desenvolvida pela ditadura sobre si própria, propôs um discurso oposicionista e anti-vitorinista, que defendia uma higienização da política local, com uma forte propaganda modernizadora. A constituição do discurso e do projeto político de modernização estava alicerçado na ideia do "Maranhão Novo".

A propaganda eleitoral em torno do "Maranhão Novo" apoiava-se, contraditoriamente, na ideia de retorno a um passado de glorias, em que o Maranhão ocupava lugar de destaque entre as províncias, e que havia entrado em decadência devido a más administrações anteriores, em referência ao vitorinismo (Gonçalves, 2000). No discurso de José Sarney:

> O Maranhão parecia um território inimigo, apenas destinado ao saque e à usurpação. Quando afirmamos hoje que nossa vitória é a libertação do Maranhão, não se trata de uma simples frase de um fato social e político de incontestável realidade e valor. O **slogan** da nossa campanha foi sempre o de liberdade e progresso liberdade através do expurgo desses métodos e dessa crosta, sem o que seria impossível qualquer desenvolvimento e qualquer tentativa de caminhar para oferecer melhores condições de vida ao povo. O eleitorado, felizmente, compreendeu e apoiou entusiasticamente, com sacrifícios, com determinação e com lutas de grande heroísmo, a batalha da liquidação total desse Maranhão da vergonha, do atraso, do desencanto. Cabe-nos agora comandar a batalha do progresso. Na nossa vitória esteve presente o desejo de mudar; o desejo de sepultar uma era toda de nepotismo, obscurantismo, de marasmo, de subserviência, de crime, de suborno, de

[44] As fraudes eleitorais foram consideradas um dos principais mecanismos de manutenção do poder pelo vitorinismo, já que por meio dela era possível eleger, em sua maioria, candidatos ligados àquele grupo. Para isso, eram utilizados eleitores "fantasmas", ou seja, eram contabilizados votos de eleitores que não existiam, ou que já tinham falecido. Essa prática gerou uma importante contestação contra o vitorinismo, que culminou na Greve de 1951. No Entanto mesmo com o movimento contestatório, a prática continuou ocorrendo, e só seria combatida pelo general-presidente Castelo Branco em seu interesse de eleger José Sarney. Para se ter uma ideia, em 1962 o colégio eleitoral maranhense contava com 497.436 eleitores e após revisão, encomenda por Castelo Branco, em 1965, passa a ser constituído de 291.230 eleitores, sendo suprimidos, portanto 206.206 'eleitores', incluídos na categoria de 'fantasmas'. Ou seja, no período 1962/1966, o colégio eleitoral do Maranhão teve seu contingente reduzido a 58,55% (Caldeira, 1978, p. 43).

> dilapidação do erário público e de abastardamento da pessoa humana... (Sarney, 1970 *apud* Gonçalves 2000, p. 131) (sublinhado do autor)

Portanto, a noção de um "Maranhão Novo" estava diretamente associada a uma concepção de libertação do Maranhão, de controle sobre os rumos a serem tomados, de rompimento com o atraso e a corrupção representada pelo grupo que o precedia. Além disso, esse rompimento com o passado identificado em uma relação direta com a ascensão da ditadura empresarial-militar, que romperia com o "sistema feudal" que sobrevivera, nas palavras de Sarney, até 1964. "Por isso, a Revolução, nestas plagas, era inadiável" (Sarney, 1970 *apud* Gonçalves 2000, p. 137).

Pacheco Filho destaca que o principal recurso utilizado por José Sarney naquela ocasião, foi o "recurso da palavra" por meio da "alegoria do novo" (Pacheco Filho, 2015, p. 70). Com uma forte capacidade de difusão na impressa local, o projeto político encabeçado por Sarney conseguiu produzir um consenso em torno do discurso sobre o progresso, a educação, a industrialização, saúde, saneamento básico, a tecnocracia, o planejamento.

Além disso, como aponta Maria de Fátima Gonçalves (2000), no discurso é apresentada uma oposição entre as condições geográficas privilegiadas do Maranhão – entre a região amazônica e o Nordeste –, com "suas terras férteis, seus vales úmidos, seus babaçuais ondulantes e suas fabulosas riquezas potenciais" e "a miséria, a fome, o desespero" (Sarney, 1970 *apud* Gonçalves 2000, p. 116).

Nesse sentido, estarão presentes no discurso sobre o progresso do Maranhão essas "fabulosas riquezas potenciais", encarnadas na escavação de petróleo na região de Barreirinhas e na construção da Usina de Boa Esperança, que permitiria o "desenvolvimento econômico do Maranhão" (Sarney, 1965 *apud* Pacheco Filho 2015, p. 72)

Figura 9 – Cartaz de campanha política de José Sarney como candidato do governo no Maranhão (1965)



Fonte: *https://noticias.uol.com.br/album/mobile/2013/04/24/jose-sarney.htm*

O posicionamento eleitoral de José Sarney como oposicionista do bloco vitorinista e referendado pelas Oposições Coligadas permitiu ainda, e contraditoriamente, a sua inserção no eleitorado rural. A sua trajetória política junto aos movimentos sindicalistas rurais, tendo inclusive participado ativamente dos movimentos em prol da reforma agraria justamente com a ATAM[45], permitiu que o fortalecimento de seu nome entre esse eleitorado.

Como destaca Alfredo Almeida (2015), nas eleições de 1965 houve uma intensa movimentação da campanha eleitoral de José Sarney pelo apoio dos grupos sindicais, que haviam sido postos na clandestinidade com a ascensão da ditatura empresarial-militar, para a arregimentação do eleitorado rural. Os trabalhadores rurais, como destaca o autor, viam na eleição de José Sarney, que outrora havia apoiado pessoalmente a sua causa, "a possibilidade de serem reativadas as suas agremiações" (Almeida, 2015, p. 95)

Manoel da Conceição, em entrevista concedida a Pereira (2008) rememora as eleições de 1965 ao governo do estado e destaca que assumiu a campanha de José Sarney como dirigente sindical na região de Pindaré. Manoel da Conceição destaca que Sarney anunciou que, "se fosse eleito, iria fazer no Maranhão uma verdadeira reforma agrária para os trabalhadores e iria garantir, também, o preço justo da produção do nosso arroz" (Conceição, 2007 *apud* Pereira 2008, p. 39). Acrescenta ainda:

---

[45] A assinatura de José Sarney encontra-se, inclusive, em abaixo-assinado de 1968

> No discurso que ele fazia pra nós, no interior, nos palanques em cima de caminhão, ele falava e dizia assim: 'meus irmãos, com o Maranhão Novo vai ter reforma agrária, vai ter preço para a produção, vai ter saúde, garantia pra todo mundo, vai ter estrada, vai ter pontes de igarapé que, no inverno, corta; vou fazer ponte em tudo'. E ainda tem mais uma coisa: muitos companheiros da política, a estudantil, principalmente, diziam que Sarney era um homem que merecia a nossa confiança. Porque ele era conhecido no Brasil como anti-imperialista e antilatifúndio, aí eles acreditaram nessa história, que ele era anti-imperialista e antilatifúndio (Conceição, 2007 *apud* Pereira 2008, p. 40).

Portanto, para ir ao encontro dos anseios do eleitorado rural, Sarney se apropria dessa trajetória junto às forças nacionalistas de seu passado recente, se colocando como quem realmente poderia atender as demandas dessa população, que sofria com a perseguição crescente às suas organizações, postas na clandestinidade. Assim, a construção do consenso em torno de sua imagem como o libertador do Maranhão e da oligarquia vitorinista aglutinou importantes forças sindicais dos trabalhadores rurais, que lutavam contra as elites agrárias, associadas com a política do vitorinismo, do atraso. No entanto, não foi esse o projeto político posto em prática pelo "Maranhão Novo". Na historiografia local o governo de José Sarney, iniciado em 1966, tem sido identificado como o momento de verdadeira inserção do Maranhão na lógica empresarial-militar, através da transformação das estruturas estatais e políticas para o atendimento do projeto modernizador dependente. Como afirma Costa

> [...] a incorporação do Maranhão ao projeto autoritário, excludente e repressor do regime militar, ao seu projeto de modernização conservadora. Significou ainda uma maior abertura ao processo de expansão do capitalismo monopolista na Amazônia, o qual aprofundou as desigualdades sociais, acelerou o processo de concentração fundiária, assim como a violência, a grilagem e a expulsão dos trabalhadores de suas terras, aumenta nutrindo enormemente os conflitos no campo em toda a região. Por outro lado, o governo Sarney (1966-70) anunciava um Maranhão Novo, uma nova época de prosperidade e modernização (Costa, 2002, p.14).

Diante disso, a eleição de José Sarney foi o ponto de partida da verdadeira transformação na estrutura político-econômica estadual. A partir daquele momento uma gama de adequações jurídicas foi realizada, uma multiplicidade de instituições foi criada, um conjunto de investimentos públicos foi realizado, abrindo espaço para o *capital-imperialismo*, ao mesmo tempo em que se mantiveram elementos do passado recente, ampliado estruturas de expropriação.

Alguns elementos compuseram essa transformação político-econômica estatal, entre eles a apropriação de um discurso de racionalidade burocrática e tecnocracia. Maria de Fátima Goncalves observa que o que era defendido por José Sarney como "desenvolvimento regional"

tinha como instrumento de sustentação principal a criação de um corpo técnico, que se ocuparia da criação de um plano de governo, que objetivava a "moralização e eficiência da máquina estatal" (Goncalves, 2000, p. 144). Essa perspectiva ia ao encontro da ideologia do desenvolvimentismo, defendida pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND), já tratada nesse trabalho. Nesse sentido, foi eleito um quadro de secretariado estadual afinado a tal perspectiva, dominado pela formação jurídica, devido "à preponderância no campo intelectual da Faculdade de Direito de São Luís, [...] os bacharéis que compõem o aparato burocrático [...] estão referidos a essa Faculdade e ao exercício de atividades na vida intelectual do Maranhão" (Goncalves, 2000, p. 149). O que aponta, segundo a autora, para uma concepção de universalidade por meio da "ordem jurídica" (Goncalves, 2000, p. 149).

Quadro 2 – Constituição do aparato burocrático: Secretários de Governo

Nome	Formação Acadêmica	Função no aparelho de Estado
Cícero Neiva[46]	--	Secretário de Interior e Justiça
José Rodrigues Paiva[47]	Coronel da PM/MA	Secretário de Segurança Pública
José Dualibe Murad[48]	Médico	Secretário de Saúde Pública
Haroldo Tavares[49]	Engenheiro	Secretário de Viação e Obras Públicas

[46] Cicero de Neiva Moreira "nasceu em Pastos Bons, em 30 de julho de 1894. Coletor estadual do Maranhão 1914-1945); adjunto de procurador da República no Estado do Maranhão (1919-1933); deputado estadual (1927-1930); diretor da Contadoria Geral do Estado (1945-1946). Por ato do interventor Saturnino Belo, foi nomeado juiz do Tribunal de Contas do Estado, no dia 2 de janeiro de 1947, tomando posse na mesma data. Aposentou-se em 1961. Exerceu, ainda, o cargo de Secretário de Interior e Justiça do Estado do Maranhão, durante o governo José Sarney (1966-1970). Faleceu em São Luís, em 7 de agosto de 1980" (Maranhão, 2017, p. 65).

[47] José Rodrigues Paiva era subcomandante do 24º Batalhão de Caçadores (Bitencourt, 2019b, p. 282).

[48] José Duailibe Murad nasceu em Codó em 14 de abril de 1920. Se mudou para São Luís ainda na adolescência, se afastando da cidade para cursar Medicina na Faculdade da Praia Vermelha no Rio de Janeiro, tendo se especializado, ainda, em cardiologia na Santa Casa daquela cidade, regressa à São Luís em 1940, onde foi considerado pioneiro da especialidade cardiológica no Maranhão, ministrando aulas na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), teve importante papel na expansão e interiorização da rede hospitalar do estado durante sua atuação como Secretário de Saúde (1966-1970). Com destaque para a reforma de grandes hospitais maranhenses. Foi, ainda, vice-governador do estado durante o governo de Osvaldo Nunes Freire (1975-1978). José Murad morreu em São Luís, no dia 27 de maio de 2011 (Morre, 2011).

[49] Haroldo Olympio Lisboa Tavares nasceu em 22 de novembro de 1932, em Salvador, na Bahia. Filho do engenheiro Jayme Tavares, foi também prefeito, de 1926 a 1929, no governo Magalhães de Almeida, e diretor da Estrada de Ferro São Luís – Teresina até a Revolução de 30. A nomeação como secretário da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado do Maranhão, ocorreu logo no início de sua carreira. Foi presidente do Clube de Engenharia e formou a comissão que organizaria uma Escola de Engenharia Civil autônoma, que foi integrada à estrutura do Estado a pedido de José Sarney. Inaugurada em 1968, a Escola já tinha adquirido seu computador, um IBM-1130. A novidade lhe valeu o apelido de "sonhador", do qual nunca se livrou. Assumiu a prefeitura em março de 1971, nomeado por Antonio Jorge Dino, vice de José Sarney. Haroldo Tavares teve papel marcante na política de "modernização" empreendida pelo governo de José Sarney (Academia Maranhense de Ciências, [s.d.]).

Nywaldo Macieira[50]	Bacharel em Direito	Secretário de Agricultura
José Maria Cabral Marques[51]	Bacharel em Direito	Secretário de Administração / Secretário de Educação e Cultura
Orlando Medeiros[52]	Bacharel em Direito	Secretário de Educação e Cultura
Eliezer Moreira Filho[53]	Bacharel em Direito	Secretário Sem Pasta Assuntos do Gabinete do Governador
Lourenço Vieira da Silva[54]	Engenheiro Agrônomo	Secretário de Agricultura

[50] Nywaldo Guimarães Macieira nasceu em São Luís – MA, no dia 15 de agosto de 1930. Era advogado e professor na Universidade Federal do Maranhão, por quase trinta anos, tendo sido coordenador do curso e chefe do Departamento de Direito da UFMA, na década de 1980. Participou, no mesmo período, da reforma curricular do Curso de Direito. Ex-presidente do IHGM (2002 a 2006) [...]. Nomeado ministro do TCE, em 27 de dezembro de 1967, na vaga deixada por Edson Freitas Diniz, tomou posse no dia 22 de janeiro de 1968 e aposentou-se em 14 de agosto de 2000. Faleceu aos 26 de dezembro de 2015 (Maranhão, 2017, p.72).

[51] José Maria Cabral Marques nasceu em São Luís, a 17 de setembro de 1929. Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Luís e em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da antiga Universidade do Maranhão. Doutorou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Recife – UFPE e fez mestrado em Ciência Política, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade Técnica de Lisboa. Fez ainda os cursos de Filosofia Jurídica, de Direito Político e de Teoria Geral do Estado, todos pela Universidade de Mogúncia, Alemanha; de Planejamento Educacional, patrocinado pela ONU/Unesco-Ilpes-CEPAL, Buenos Aires; Estágio em Administração de Rádio e TV Educativos, sob a supervisão do *Institut Pédagogique National*, Paris; em Capacitação de Recursos Humanos, no Centro Interamericano do Instituto de Relações Humanas, Universidade de Loyola, New Orleans, Estados Unidos; Foi *Visiting Scholar* em Estudos e Pesquisas, no Centro de Estudos Latino-Americanos, da Universidade da Flórida, Gainesville, Estados Unidos. Foi Secretário de Estado da Administração; da Fazenda (interino); da Educação e Cultura; do Trabalho e Ação Social no Maranhão. E no estado do Amazonas atuou como Secretário da Educação e Cultura; Presidente da Fundação Educacional do Amazonas; Presidente da Fundação Cultural do Amazonas; Presidente da Fundação Televisão Educativa do Amazonas. Teve passagem ainda por diferentes instituições privadas, como Diretor-geral do Departamento Regional do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), no Maranhão; diretor-geral da Associação Brasileira de Teleducação – ABT, Rio de Janeiro. Teve, ainda, atuação docente em diversas instituições de ensino superior no Maranhão, como a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e o Centro de Ensino Universitário do Maranhão (CEUMA) (Academia Maranhense de Letras, [s.d.]a).

[52] Era professor das Faculdades de Farmácia e Odontologia de São Luís (Bitencourt, 2019b, p. 282).

[53] Eliezer Moreira Filho nasceu no Rio de Janeiro, mudou-se para o Maranhão aos 7 anos de idade. Advogado formado na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil e Pós-Graduado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas. exerceu diversos cargos no executivo e legislativos estadual e federal. Dentre eles: Superintendente (Secretário) de Desenvolvimento do Maranhão, Secretário de Estado da Administração e Previdência Social (2vezes), Secretário de Estado Sem Pasta da Reforma Administrativa, Secretário de Estado Chefe da Casa Civil (2 vezes), Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Turismo, Secretário de Estado da Cultura, Secretário de Estado de Articulação Política e Secretário (Gerente de Estado) de Desenvolvimento Regional, e outros cargos executivos estaduais e federais. No legislativo estadual, como parlamentar, exerceu o cargo de Vice-Presidente, e no legislativo federal o de Deputado Federal e Constituinte, subscritor da Constituição Brasileira de 1988. Em Brasília exerceu funções técnicas no IPEA – Ministério do Planejamento, de 1976 a 1983. É Diretor de Secretaria aposentado do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. (Academia Maranhense de Letras, [s.d.]b)

[54] Lourenço José Tavares Vieira da Silva ingressou, em 1962, na Escola de Agronomia da Amazônia e, ao se formar, com 24 anos, logo foi chamado para assumir a Secretaria de Agricultura do Maranhão. No cargo entre 1969 e 1974, Lourenço criou sistemas de apoio ao desenvolvimento da agropecuária maranhense e tocou projetos que tiveram grandes impactos nacionais, como a proposição da Lei de Terras, promulgada em 1969. Foi o responsável pela criação da Escola de Agronomia do Maranhão em 1972, e a Fazenda-Escola, em 1973. Em 1974, passou a presidir o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a pedido do presidente da República Ernesto Geisel. Mais recentemente, em 2006, Lourenço assumiu a Secretaria de Educação do Maranhão (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, [s. d.]).

Joaquim Itapary[55]	Bacharel em Direito	Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA)
Pedro Neiva de Santana[56]	Médico	Secretário da Fazenda

Fonte: Gonçalves, 2000, p. 148

A predominância de nomes da área jurídica, além da busca de consenso em torno da legitimidade técnico-burocrático, apontava para a existência de um reduto intelectual de constituição da perspectiva de progresso do Maranhão, destacando-se, portanto, como importante espaço de circulação das ideias naquele contexto. É interessante observar que, além do governador José Sarney - que também se graduou em Direito na Faculdade de Direito de São Luís -, nomes como Joaquim Itapary também tiveram passagem pela faculdade, sendo que

[55] Joaquim Salles de Oliveira Itapary Filho nasceu em São Bento/MA, a 23 de abril de 1936. Joaquim Itapary é Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Luís, Especialista em Problemas de Desenvolvimento Econômico pela Cepal-ONU/BNDES e em Política Internacional e Desenvolvimento pela Cepal-ONU/Ministério das Relações Exteriores. Especializou-se também em Programação Orçamentária pela Sudene. Ingressou no serviço público em 1954, como escriturário do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão; foi secretário-executivo da Comissão de Planejamento Econômico do Maranhão, 1961-1962; procurador autárquico da Sudene, desde 1963, órgão no qual exerceu as funções de assistente do Gabinete do Superintendente (gestão Celso Furtado) e chefe da Divisão de Coordenação do Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste, 1963-1965; membro da Assessoria Técnica do Governador José Sarney, 1966; diretor e a seguir titular da Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão – Sudema, 1967-1970; secretário de Planejamento e Urbanismo da Prefeitura de São Luís; diretor de Relações Industriais da Companhia Nacional de Álcalis – Cabo Frio – RJ, 1976; coordenador regional do Incra (Maranhão e Piauí), 1979-1982; secretário da Cultura do Maranhão, 1983-1985; secretário-chefe do Gabinete Civil do Governador do Maranhão, 1984-1985. Teve importante atuação como diretor de jornais como *Jornal do Povo, O Combate, Diário da Manhã,* Diretor-geral de *O Estado do Maranhão,* e diretor da revista *Legenda,* todos de São Luís. Foi eleito Deputado da Assembleia Legislativa do Maranhão (1971-1974). Foi, também, professor titular fundador da Escola de Administração Pública do Estado do Maranhão, membro do Departamento de Economia e Matemática da Universidade Estadual do Maranhão. Diretor-superintendente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) do Maranhão. Morreu em 29 de julho de 2024 (Academia Maranhense de Letras [s.d.]c; G1 Maranhão, 2024).

[56] Pedro Neiva de Santana nasceu em Nova Iorque (MA) no dia 27 de setembro de 1907, filho do coronel Manuel José de Santana e de Ana Neiva de Santana. Transferindo-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, ingressou em 1929 na Faculdade de Medicina, pela qual se diplomou, especializando-se depois em medicina legal. Foi diretor do Instituto Médico-Legal do Maranhão. Foi, ainda, também professor e diretor das faculdades de Direito e de Ciências Médicas e reitor da Fundação Universidade do Maranhão. Secretário da Fazenda do Maranhão durante o governo de José Sarney (1966-1970), em outubro de 1970, como candidato da Aliança Renovadora Nacional (Arena), foi eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa para substituir o vice-governador Antônio Dino, que assumira o governo do estado com a desincompatibilização de Sarney. Assumiu o Executivo maranhense em março do ano seguinte e, nesse período, suas relações com Sarney sofreram um esfriamento devido à atitude do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que não apoiou o ex-governador tão ostensivamente quanto os presidentes anteriores. Em 1974, por ocasião da escolha de seu sucessor, Pedro Neiva, que juntamente com Sarney detinha o controle de grande parte dos diretórios da Arena maranhense, elaborou uma lista de nomes a ser submetida ao presidente da República Ernesto Geisel (1974-1979). Ainda assim, a escolha recaiu sobre o nome de Osvaldo da Costa Nunes Freire, ligado a outro chefe político do Maranhão, Vitorino Freire. Pedro Neiva deixou o governo em março de 1975, afastando-se, em seguida, das atividades políticas, abrindo espaço para o filho. Titular do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, tornou-se membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia, da Sociedade Brasileira de Oftalmologia e da Sociedade de Medicina Legal. Faleceu em São Luís no dia 19 de janeiro de 1984 (Alaôr; Hartz, 2009).

este assumiu a presidência da Associação Comercial do Maranhão em 1965, órgão de representação da empresarial no Maranhão[57].

Conforme apontou Drielle Bittencourt, havia uma forte relação entre a base de sustentação burocrática do governo de José Sarney e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)[58]. Como a autora demonstra, boa parte dos que compunham o Grupo de Trabalho e Assessoria e Planejamento (GTAP)[59], espécie de "hiper-secretaria que funcionava junto ao Gabinete do Governador" eram oriundos da SUDENE E "haviam feito curso na Comissão Econômica para América Latina (CEPAL)" (Bitencourt, 2019a, 10 p. 48).

A relação simbiótica com o discurso e prática da ditadura empresarial-militar também se faz presente na criação do Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA), órgão criado como uma versão local da SUDENE e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)[60]. A SUDEMA, criada no primeiro ano do governo de José Sarney, por meio da Lei nº 2669 de 29 de julho de 1966, tinha como objetivo fundamental a "tarefa de planejar o progresso do Estado, a fim de que se obtenha a mais alta rentabilidade nos investimentos" com a presença de "técnicos altamente qualificados" (Sarney, 1966 *apud* Gonçalves, 2000, p. 143).

Entre as finalidades apresentadas em lei para a atuação da SUDEMA estavam:

---

[57] Logo no início do mandato do José Sarney no governo do estado do Maranhão (28/03/1966) a Associação Comercial do Maranhão, na pessoa de seu presidente (José Antônio Itapary) entregou-lhe um documento "contendo sugestões das classes produtoras", de acordo com a nota noticiada no Jornal " as sugestões apresentadas pelos empresários ao governo do Estado, se relacionam com Educação, Minas e Energia, Finanças, Transporte e Comunicações, Saúde e Agricultura" (Jornal do Maranhão, 03/04/1966, página 05, disponível em https://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20151221153315.pdf . Acesso em: 09 de ago de 2025).

[58] Criada pela lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, foi uma forma de intervenção do Estado no Nordeste, como objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região. Sua instituição envolveu, inicialmente, a definição do espaço que seria compreendido como Nordeste e passaria a ser objeto da ação governamental: os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais. A SUDENE foi criada como uma autarquia subordinada diretamente a Presidência da República, e sua secretaria executiva coube a Celso Furtado. De 1959 a 1964, Celso Furtado foi responsável pela estratégia de atuação do órgão. A partir de 1964 ela foi incorporada ao Novo Ministério do Interior, e sua autonomia, seus recursos e objetivos foram enfraquecidos e deturpados. Foi fechada em maio de 2001, a partir de denúncias de que estava favorecendo clientelas. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene. Acessado em: 08.06.2025.

[59] A GTAP concentrava "as funções de planejamento a nível de programação governamental, o GTAP passa a desempenhar papel de grande relevância no traçado das diretrizes políticas e econômicas que viriam a ser adotadas pelo Governo do Estado" (BONFIM, 1982, p. 75).

[60] Criada pela lei 5.173, de 27 de outubro de 1966, durante o governo do primeiro general-presidente Castelo Branco, e era responsável pela elaboração do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEM). "A estratégia da Sudam para o desenvolvimento da Amazônia baseou-se na utilização de eixos naturais de penetração para a região e na ocupação de áreas selecionadas por polos agropecuários e minerais. Orientava-se pelo incentivo a atividades de exploração por meio de corredores de exportação, visando a obter vantagens no mercado internacional a partir de produtos como carnes, minérios, madeiras e celulose" (Moreira, 2003, p. 210).

> a) Estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Estado; b) Estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Estado; c) Coordenar programas de assistência técnica, nacional ou externa, ao Estado e aos Municípios; e d) Promover o treinamento, a capacitação, a formação e ao aperfeiçoamento do pessoal necessário à execução dos programas integrantes do Plano de Governo (Maranhão, 1966, p. 1).

Portanto, este órgão teve importância fundamental no processo de inserção do Maranhão na lógica do *capital-imperialismo*, relacionando desenvolvimento regional a transformações profundas na estrutura do Estado, e da criação de um "grupo de técnicos altamente qualificados" (Sarney, 1966 *apud* Gonçalves, 2000), que de modo geral ajudariam a estabelecer mecanismo de relação entre o Estado restrito e a Sociedade Civil. Destaca-se, ainda nesse contexto, a criação do I Programa de Governo do Estado do Maranhão, produzido apenas em 1968, e que foi considerado um instrumento relevante das transformações que se pretendia pôr em prática no Maranhão naquele contexto. Segundo Maria de Fátima Gonçalves, o documento estava dominado por uma linguagem de "racionalidade técnica, pretendendo estabelecer uma ideia de consenso em torno dos "problemas oficiais" (Gonçalves, 2000, p.). Além disso, o programa de governo de José Sarney tem sido entendido como início de um processo de centralização das decisões e de isolamento do aparelho burocrático como estratégia de "*desenvolvimento* e da *modernização*", destacando-se por ter "sido ele o primeiro a montar um programa de governo no sentido mais técnico" (Guilhon, 2007, pp. 11-12).

É interessante observar aqui, portanto, que o soerguimento de uma estrutura burocrática e técnica na condução das ações estatais permitiam, ao contrário de um isolamento como estratégia de "desenvolvimento e da modernização", como afirma Guilhon (2007), uma liberdade de atuação por meio da conformação do discurso de progresso técnico científico, o que permitiu uma significativa ampliação da ingerência multinacional e associada nas estruturas do Estado. Portanto, observa-se uma necessidade constante de reprodução de um consenso em torno de uma legitimidade centrada na constituição de "métodos de planejamento baseados na ciência e na técnica" (Sarney 1970 *apud* Goncalves), o que dava sustentabilidade às transformações profundas na estrutura do Estado vivenciadas naquele contexto.

Entre as propostas apontadas pelo I programa de Governo do Estado do Maranhão estavam o estabelecimento de metas básicas, como 1) criação de uma infraestrutura; 2) estímulo à produção; 3) adequação dos recursos humanos; 4) promoção da justiça social e 5) Mobilização administrativa (Kreutz, 1982, p.51).

Quadro 3 – Metas do I programa de Governo do Maranhão (1967-1970)

Metas	Programas	% do orçamento a ser investido
Criação da infraestrutura	Energia, comunicações, transportes, urbanismo, saneamento	56,3 %
Estímulo à produção	Recursos minerais, agropecuária, Industria, serviços cooperativismo	17,7 %
Adequação dos recursos humanos	Educação, cultura, adequação hospitalar	16,9 %
Promoção da justiça social	Habitação, previdência, ação comunitária	6,3%
Mobilização administrativa	Reforma administrativa, estatística, municipalismo	2,3%

Fonte: KREUTZ, 1982, p.51-55. Elaboração própria.

A priorização dada ao setor de infraestrutura no programa de governo de José Sarney permite depreender a relevância atribuída a abertura de novas formas de extração de valor, implicando na necessidade de colocar o Estado à disposição da expropriação resultante da reformulação infraestrutural que resulta, indubitavelmente, na ampliação de mercados de múltiplas características, atendendo de formas diversa a ampliação da acumulação de capital sob o *capital-imperialismo.*

Segundo informações levantadas por Pereira na *Revista Veja*, os investimentos públicos duplicaram durante o governo de José Sarney, tendo contribuído para um aumento de 2000% no orçamento público do estado do Maranhão (*Revista Veja*, 11/03/1970 *apud* Pereira, 2008, p. 45). Entre os setores que mais receberam atenção em seu governo, se destaca a ampliação da malha viária que foi ampliada de "zero para 500 quilômetros de estradas asfaltadas e mais de dois mil quilômetros de estradas de terra". Além disso, foi elaborada uma "rede de telecomunicações cobrindo 85 municípios; elevou-se de um para 54 o número de ginásios estaduais; e ampliaram-se de 100 mil para 450 mil as matrículas escolares" (*Revista Veja*, 11/03/1970 *apud* Pereira, 2008, p. 45). Esse processo ficou conhecido como o "Milagre Maranhense". Além disso, na área de estimo à produção são apontados investimentos para a "elaboração de estudos para reconhecimento das potencialidades econômicas do Maranhão, assistência aos produtores rurais, à mecanização da agricultura, à colonização, à concessão de créditos, estímulos ao pequeno empresário e ao cooperativismo" (Mendes, 2020, p. 107).

Em seu projeto de ampliação da ingerência do *capital-imperialismo* em múltiplos mecanismos estruturais, o Maranhão, além dos investimentos mediatizados pelo governo local, também receberá investimentos diretos do governo federal em setores estratégicos, se destacando a produção de energia, com a construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança,

pela companhia Hidrelétrica de Boa Esperança (COHEBE), a construção da BR 135, ligando o São Luís a Teresina e o Porto do Itaqui, como aponta o próprio Sarney:

> Estamos asfaltando a estrada S. Luís-Teresina, rasgando as estradas que ligam o Nordeste à Amazônia e que passam pelo Maranhão (BR: 135, BR: 316 e a rodovia Belém-Brasília, obras do Governo Federal), preparando as cidades para receber a energia de Boa Esperança (outra obra do Governo Federal), construindo sistemas de comunicação por microondas, sistemas de abastecimento de água, ampliando os programas de fomentação de projetos de pequenas e médias indústrias, implantando um Distrito Industrial junto ao Porto do Itaqui (mais uma obra com investimento Federal), enfim preparando as bases, no Maranhão, para um crescimento rápido e ininterrupto (Sarney, 1970 *apud* Souza, 2009, pp. 70-71)

A ampliação dos investimentos em infraestrutura aponta para um crescimento vertiginoso de uma multiplicidade de possibilidades produtivas de interesse da classe empresarial, criando de fato uma plataforma de produção que priorizava o setor agropecuário e de exploração mineral e vegetal (como se verá mais a frente) com para a abertura de estradas e construção do Porto do Itaqui para escoamento dessa produção e da criação de agências de captação de recursos e fomentos – caso da SUDEMA.

Uma das áreas que mais receberá recursos oriundos da SUDENE será exatamente o setor de agropecuária, como se pode observar na tabela abaixo:

Tabela 1 – Investimentos da SUDENE por estado (1959-1977)

Estados	Todos os setores	Agropecuária	Indústria	Serviços
Maranhão	2,6%	17,4%	0,3%	-
Bahia	48,5%	16,9%	54,4%	6,4%
Pernambuco	17,8%	14,1%	17,8%	50,9%
Ceará	11,7%	16,6%	11%	6,4%
Outros	19,4%	35%	16,5%	36,3%
Nordeste	100%	100%	100%	100%

Fonte: PEREIRA, 2008, p. 86

Os investimentos da Sudene no Maranhão entre 1959 e 1977 apontam exatamente uma forte concentração no setor primário, com a permanecia de uma tendencia que se inicia antes mesmo do contexto da ditadura empresarial-militar e reforça a concepção de uma *contrarrevolução preventiva*, como apontado por Renato Lemos (2014). Essa tendência será ampliada com a ascensão de José Sarney ao governo do Estado, por meio dos investimentos

direcionados pela SUDEMA e a elaboração de uma infraestrutura, além de uma intensa reformulação no aparato legal.

Quadro 4 – Cronologia de reestruturação do regramento jurídico fundiário (1964-1979)

ANO	BRASIL	MARANHÃO
1964	**Lei nº 4.504/64:** -Institui o Estatuto da Terra -Contempla, antagonicamente, elementos distributivistas e produtivistas	
	Decreto nº 55.2286/64: -Instruções e determinações dos Ministérios, Agências e Institutos responsáveis pela Reforma Agrária e Política Agrícola. -Desvinculação entre Reforma Agrária e Política Agrícola.	
1965	**Decreto nº 55.891/65:** -Dispõe sobre a metodologia da Reforma Agrária e Política Agrícola -Atuação das Agências de crédito no desenvolvimento agropecuário. -Subordinação do Ministério da Agricultura ao Ministério do Planejamento. -Caracterização da Empresa Rural e sua linha de atuação-Zoneamento econômico das Regiões -Submissão das Diretrizes de Desenvolvimento Agrário de cada Região ao Plano de Ação do Governo (PAEG)	
	Decreto nº 56.792/65 -Apresentação dos critérios básicos para a tributação. -Dispõe sobre o ITR (Imposto Territorial Rural)	
	Decreto nº 56.798/65 -Regulamentação do Fundo Agroindustrial, que passa a atuar no amparo aos proprietários rurais nos projetos de fomento agropecuário e industrial, projetos esses financiados pelo BNDE e Empréstimos.	
	Lei nº 4829/65 Institucionaliza o crédito Rural	
1966	**Lei nº 4.947/66** **-** Cria e obriga o Cadastro de Imóveis Rurais -Prioridades dos órgãos responsáveis pela Reforma Agrária e liberalização para os estados atuarem juntamente ao IBRA na expedição de títulos.	**Lei nº 2669/66** Cria a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão
	Decreto nº 59.428/66 -Estabelece os critérios de acesso à terra com prioridade às políticas de colonização, assim como	

	a implantação de núcleos de colonização agrícola ou agroindustrial e cooperativas em programas de colonização oficial e particular.	
	Lei nº 5.173/66 -Conversão do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia e Criação do Banco de Investimentos Privados da Amazônia e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).	
1967	**Decreto nº 61.867/67** -Estabelece o Seguro Rural Obrigatório	
1968		**Lei nº 3.831/1968** - Cria a reserva Estadual de Terras - Cria as Delegacias de Terras ligadas ao Ministério da Agricultura, responsáveis pela titulação de terras.
		Criação do I Programa de Governo do Estado do Maranhão **-** Foco principal em infraestrutura e desenvolvimento da produção.
1969	**Decreto-lei nº 582/69** -Criação do GERA (Grupo Executivo de Reforma Agrária); Identificação das áreas de prioritárias para execução de novas unidades de exploração agrícola.	**Lei nº 4.028/69** Facultava a venda de terras sem licitação.
	Decreto-lei nº 494/69 -Autoriza brasileiros e estrangeiros a aquisição de áreas para o desenvolvimento de projetos industriais e agropecuário de interesse para economia nacional	**Lei nº 2979/69 (Lei de Terras Sarney)** - Autorizava o Governo a vender as terras devolutas do Estado, em grandes extensões de território, por um simples requerimento, criando sociedades anônimas sem número limitado de sócios, podendo requerer cada sócio, três mil hectares.
1970	**Decreto-lei nº 1.110/70** -Extinção do IBRA e INDA e criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	**Lei nº 3.079/70** Efetivação do Departamento de

	(INCRA). Inicia-se o processo de perda de autonomia dos estados sobre as terras estaduais **Decreto-lei nº 1.106/70** Criação do Plano de Integração Nacional. Plano orientador do modelo de integração das áreas do Norte e Nordeste de interesse social para o desenvolvimento do país.	Desenvolvimento Agrário (DDA) e responsável pela análise dos pedidos de concessão de títulos provisórios das terras pleiteadas.
1971	**Decreto-lei nº 1164/71** Declarou indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional as terras devolutas situadas na faixa de 100 km de largura em cada eixo das rodovias da Amazônia Legal. **Decreto-lei nº 1179/71** Criação do Programa de Redistribuição de Terra (Proterra) de fomento da agroindústria das regiões da SUDAM E SUDENE. **Lei nº 5.727/71** **-** Cria o I Plano Nacional de Desenvolvimento - Incorpora o Plano de Integração Nacional (PIM) e o Programa de Redistribuição de Terra (Proterra) - Expansão da malha rodoviária para conectar o estado e dar suporte a futuros projetos. - Incentivo à modernização do campo e à instalação de empresas para processamento de produtos agrícolas. - Previa um aporte financeiro de 6 bilhões de cruzeiros (47 bilhões de Reais[61])	**3.230/1971** Criação da Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO) e tinha como metas a execução de projetos de colonização, a ordenação das ocupações já existentes, e a localização de médios e grandes empreendimentos agropecuários, de interesse socioeconômico para o Maranhão **Criação do I Plano de Desenvolvimento do Maranhão (1971-1974)** Intenso investimento no setor primário, com 29% do montante total
1974	**Lei nº 6.151/74** **-** Cria o II plano Nacional de Desenvolvimento. - Instituiu os programas POLAMAZÔNIA E POLONORDESTE voltados para a modernização da agricultura e melhoria de vida nas áreas rurais. - O aporte financeiro era de 6,8 bilhões (29 bilhões de reais) para o POLONORDESTE e 4 bilhões (17 bilhões de reais) para o POLAMAZÔNIA[62].	
1976		**Criação do II Plano de Desenvolvimento do Maranhão** -A agricultura era colocada como prioridade principal

[61] Valor corrigido pelo indexador IGP-DI na calculadora do cidadão, disponível no site do Banco Central do Brasil: https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1#

[62] Valores em janeiro de 2025, corrigidos pelo indexador IGP-DI na calculadora do cidadão, disponível no site do Banco Central do Brasil: https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1#

		- Aporte financeiro de 1,4 bilhões (3,1 bilhões de reais)[63] para programa de integração regional provenientes dos programas POLAMAZONIA E POLONORDESTE
1979		**4.036/1979** Criação da Companhia de Colonização de Terras do Maranhão (COTERMA), unificando o DDA e a COMARCO

Fonte: Ferreira (2008); Piccolo, Friderichs (2025); Sulidade (2018a). Elaboração própria

No conjunto legal abordado acima observa-se um processo contínuo de avanço sobre a estrutura fundiária brasileira e maranhense. Tendo como ponto de partida o Estatuto da Terra (1964), como já mencionado, uma das primeiras reformulações legais da ditadura empresarial-militar. Tendo como base a perspectiva da empresa rural, presente naquele aparato jurídico, serão estabelecidos um persistente e progressivo processo de instrumentalização do Estado para a ampliação dos interesses empresariais no campo.

Observa-se que a implementação nacional de instrumentos legais será concomitantemente adequada na dimensão estadual como forma de estabelecer parâmetros de segurança jurídica no estado e dando vazão aos projetos econômicos concebidos nacionalmente, como é o caso da criação da GETAT e da SUDEMA, como ferramenta de implementação de uma plataforma de planejamento e direcionamento de esforços e recursos, com priorização para o setor agrário.

Chama atenção, ainda, a aprovação subsequente do Decreto-lei nº 494/69 que autorizava a venda de terras a brasileiros e estrangeiros e da Lei nº 2979/69 (doravante Lei de Terras Sarney) que permitia ao governo do estado do Maranhão a venda de terras sobre propriedade do estado. Isso aponta a sintonia em relação ao projeto modernizador empreendido, já que a compra dessas terras exigia a apresentação de um plano de trabalho, apontando para atenção prioritária aos investimentos privados.

[63] Valor em janeiro de 2025, corrigidos pelo indexador IGP-DI na calculadora do cidadão, disponível no site do Banco Central do Brasil: https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1#

Portanto, a concepção de "desenvolvimento" adotada pelo Estado maranhense condicionava a compra de terras públicas à apreciação de "plano esquemático de implantação, ampliação ou exploração da área" (Maranhão, 1969, p. 4). Diante disso, foi criado em 1970 o Departamento de Desenvolvimento Agrário (DDA), já previsto na Lei de Terras Sarney, agência estatal voltada a apreciação desses planos.

Além disso, é interessante observar que a Lei de Terras Sarney se apropria da possiblidade aberta pelo Decreto-lei nº 494/69 que viabilizava a aquisição de terras, inclusive por estrangeiros, mediante organização em sociedades anônimas. Como aponta o texto da Lei de Terras Sarney:

> No caso da apresentação de diversos requerimentos de pessoas físicas para áreas contíguas e cujo objetivo seja incorporação em sociedades anônimas para a exploração agropecuária, florestal, industrial ou extrativa, o conjunto desses requerimentos deverá ser encaminhado ao Departamento de Desenvolvimento Agrário, juntamente com o anteprojeto de aproveitamento envolvendo área total o qual deverá indicar as fontes dos recursos mediante os quais serão implantadas as atividades programadas (Maranhão, 1969, p. 5)

Esse instrumento legal funcionava como manobra jurídica para a aquisição por grupos privados de grandes extensões de terra, já que a lei apontava dispositivos que buscavam impedir a apropriação de latifúndios[64]. Desse modo, criou-se caminho para que essas sociedades anônimas pudessem realizar a compra de terras "sem número limitado de sócios, podendo requerer, cada um, até três mil hectares" (Asselin, 2009, p. 152).

Ademais, outro ponto crucial no processo de incorporação nacional na dinâmica capital imperialista presente na política econômica empresarial-militar diz respeito ao avanço do capital financeiro, que passará a assumir um papel preponderante nas reformulações legais. No caso da reformulação legal fundiária e agropecuária, observa-se claramente a criação de fundos de investimento, como o Fundo Agroindustrial (Lei nº 56.798/65) nacional, e o Fundo Especial do Programa de desenvolvimento Agrário do Estado do Maranhão,local (Lei nº 2979/69); a institucionalização do crédito rural (Lei nº 4829/65); a criação de bancos, como o Banco da Amazônia e o Banco de Investimentos Privados da Amazônia (Lei nº 51.173/66); ou a obrigatoriedade de seguro rural (Lei nº 61.867/67)

---

[64] O artigo 10º da lei destaca que: "A utilização das terras do domínio estadual visa primordialmente à melhor distribuição de riquezas entre os seus habitantes vedada em qualquer hipótese a formação de latifúndios" (Maranhão, 1969, p. 3). Essa concepção ia ao encontro do que determinava o Estatuto da terra ao definir que o latifúndio por extensão, o seja aqueles que detivessem mais de 600 módulos, deveriam ser objetos de desapropriação (Medeiros, 2003, pp. 23-24).

Sobre o Fundo Especial do Programa de desenvolvimento Agrário do Estado do Maranhão, a Lei de Terras Sarney estabelecia que este seria produto da alienação ou concessão de terras e seria destinado ao Programa de Desenvolvimento Agrário do Estado, sendo que 40% do valor adquirido seria destinado ao Banco de Desenvolvimento do Estado do Maranhão "para aplicação em projetos agrícolas, pecuários ou de exploração florestal" (Maranhão, 1969, p. 7). Portanto, o mesmo valor investido por empresas privadas na aquisição das terras retornava para as empresas rurais para ser reinvestido.

A elaboração desse aparato legal, além da importante campanha de construção de consenso já citada, também contou com o controle exercido por José Sarney sobre o poder legislativo, pois a hipertrofia do executivo identificada no governo federal[65] também se fazia presente na estrutura política local.

Nesse sentido, é interessante perceber como o controle sobre a oposição exercido pela ditadura empresarial-militar, com a extinção dos partidos (Ato Institucional nº 2) e a instituição do bipartidarismo (Lei complementar nº4), facilitou a penetração do projeto de *modernização dependente* no estado. A Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação da ditadura empresarial-militar, será capitaneado pela linguagem de modernização e progresso evidenciado no discurso de Sarney, embora nele também estivessem inseridos os representantes do vitorinismo[66]. Como destaquei em trabalho anterior, José Sarney terá, portanto, um papel predominante no processo de organização e recrutamento da ARENA no Maranhão, viajando o interior do estado e fazendo discursos públicos em favor do partido e de sua importância para o projeto de "modernização" do Maranhão. Assim, o poder legislativo no Estado, que funcionara durante todo o contexto ditatorial, será instituído como base de apoio das transformações no aparato legal, incluindo, inclusive, o partido de oposição consentida, pouco expressivo no estado (Mendes, 2021a).

A presença de José Sarney como governador do Maranhão será finalizada em 1970, quando renunciará ao cargo para concorrer, e ser eleito, ao Senado Federal pelo estado de Amapá, assumindo, desse modo, o vice-governador Antônio Dino (1970-1971), dando continuidade ao projeto iniciado no governo de Sarney. É interessante perceber que, tal como

---

[65] A percepção quanto ao fortalecimento do Executivo pode ser evidenciada, entre outras coisas, desde a implantação da Ato Institucional nº 1 por meio da cassação de mandatos, passando pela promulgação do Ato Institucional nº 2 que extinguiu os partidos e do Ato Complementar nº 4 que determinava os parâmetros para formação de novas agremiações partidárias e mesmo com as ações mais diretas de fechamento do Congresso Nacional através do Ato Institucional nº 5, além da multiplicação dos Decretos-lei, principal instrumento utilizado para reformulação federal legal agrária e fundiária durante a ditadura empresarial-militar.

[66] Wagner Cabral Costa aponta que [a ARENA] era simultaneamente um partido dilacerado pelos conflitos intestinos entre a ARENA 1 (José Sarney) e a ARENA 2 (Victorino Freire) (Costa, 2015, p.200).

Vitorino Freire, que utilizava seu trânsito no Senado como instrumento para manutenção do controle sobre a política local, Sarney também escolherá o Senado para dar continuidade à sua trajetória.

A partir de 1971 quem assume o governo maranhense é Pedro Neiva de Santana (1971-1975), por meio de eleições indiretas[67], ao contrário de seu antecessor. Neiva de Santana era secretário da Fazenda do estado durante o governo de José Sarney e rompeu com este na disputa pelo controle do governo estadual, já que, como destacou Wagner Costa (2005), o poder executivo passa a ter centralidade na "decisão acerca da 'eleição' dos governadores, transformando o conflito numa imensa 'guerra de bastidores' entre os grupos rivais, cada qual procurando ganhar espaço e obter 'trânsito' junto aos militares" (Costa, 2015, p.199). Assim, durante o governo do general Médici, quem passa a ter um maior trânsito no governo federal é Neiva de Santana.

Neiva de Santana aparece em documentação do Sistema Nacional de Informações (SNI) como "homem de personalidade e irreverente espírito crítico. Tem vontade firme e pretende ser independente, apartidário e representante do Poder Central (Revolução)" (SNI, 1971a), destacando ainda a problemática relação deste com a sua base partidária, já que não estaria preocupado em preparar o "continuísmo". Essa informação aponta o trânsito que Neiva de Santana tinha no meio militar, o que garantia a sua escolha em 1971.

Esse processo sucessório é revelador no sentido da compreensão das estruturas oligárquicas constituídas historicamente no estado, já que Neiva Moreira, que participava do grupo político liderado por José Sarney naquela ocasião, decide não mais manter essa relação, buscando "construir o seu próprio [grupo]" (Costa, 2015, p.199). Essa iniciativa é uma marca recorrente nas estruturas oligárquicas do estado, e foi caracterizada por Flavio Reis como "disputa intra-oligárquica" (Reis, 2013, p.51). Nesse sentido, destaca-se o uso dos aparelhos de exceção da ditadura empresarial-militar como instrumento de perseguição política dos adversários, que pode ser exemplificado através da presença constante de importantes nomes que despontam na estrutura de governo José Sarney em dossiês por parte do SNI. Um importante caso a ser mencionado é o de Joaquim Salles Itapary Filho, primeiro superintendente da SUDEMA e que aparece em relatório do SNI como de ideologia "comunista", por sua relação com Celso Furtado e suas atividades no movimento estudantil (SNI, 1971b). No entanto, enquanto superintendente da SUDEMA, ajudou a criar um importante dispositivo de

[67] As eleições indiretas aos governos estaduais foram instituídas por meio do Ato Institucional nº 03 (1966).

reestruturação fundiária do Maranhão (a Lei que será tratada mais a frente) em sintonia com as transformações político-econômicas empresariais militares.

Além de Joaquim Itapary Filho, outros importantes nomes que integraram o governo também estiveram presentes em levantamentos do SNI, e apontados como "comunistas", entre eles José Pinheiro Gomes (Bandeira Tribuzzi) que era presidente da SUDEMA; José Antonio Moreira (assessor de Impressa do estado); Sálvio Dino (consultor da Secretaria de Finanças); José Bento Neves (promotor público); Reginaldo Teles (diretor de impressa oficial); Luiz Carlos Belo Parga (diretor do Banco do Nordeste do Brasil); José Ribamar Araújo (diretor do Departamento de Segurança Pública do Estado); Edison Vidigal (diretor da COHAB[68]); João Alberto de Sousa (diretor de Fazenda do Tesouro do Estado); Eliezer Moreira (técnico da GTAP) (SNI, 1971c).

Como já destacado anteriormente, boa parte dos nomes apresentados ajudaram a constituir a estrutura de *modernização* dependente, inclusive em muitos casos atuando ativamente na reformulação legal, como no caso da Lei de terras Sarney, e na atuação da SUDEMA por meio da destinação de investimentos a empreendimentos privados. Portanto, o contexto de desconfiança causado pelo Estado ditatorial fomentava a manutenção/ reformulação das estruturas políticas. Nesse caso, podemos inferir tanto a atuação direta de Neiva de Santana como forma de ampliação de sua influência, como a tentativa de reestabelecimento do vitorinismo, que na verdade ainda detinha importância nos bastidores políticos do Estado.

Nesse mesmo sentido, a ascensão de Osvaldo Nunes Freire (1975-1979) ao governo do Estado ajuda a compreender de que forma, mesmo com todo o discurso de modernização ditatorial, há uma manutenção das estruturas oligárquicas. A nomeação de Freire ao governo do estado em 1974 era considerada consensual entre Sarney e Vitorino Freire, já que este detinha importante trânsito no governo do general Ernesto Geisel, como ele próprio destaca em sua autobiografia[69], tendo ajudado, inclusive, a elegê-lo.

A partir de 1975, como destaca Wagner Cabral Costa (2005), é possível observar uma presença mais contante e frequente de José Sarney na política local, principalmente devido ao "controle sobre o processo sucessório estadual", considerando sua expressividade eleitoral no estado (Costa, 2005, p.11), o que lhe conferiu a indicação de João Castelo ao governo do estado

---

[68] A Companhia de Habitação Popular do Estado do Maranhão (COHAB-MA) foi criado em 1966 responsável pela realização de um vasto programa habitacional com apoio do Banco Nacional de Habitação.

[69] Essa relação entre Ernesto Geisel e Vitorino Freire é evidenciada em seu livro "A laje da Raposa – memórias", quando destaca que matinha com o "presidente e amigo" longas conversas, ficando, inclusive, incumbido de "algumas missões" (Freire, 1978, p. 295-297).

(1979-1982), mesmo tendo seu nome barrado por influência de Nunes Freire e Geisel. O que se repete em com Ivar Saldanha (1982-1983), membro do grupo sarneysta, e Luís Rocha (1983-1987), eleito com o apoio de José Sarney.

Portanto, desde 1964, e inclusive com o apoio da ditadura empresarial-militar, se estabeleciam dois grupos antagônicos: o primeiro, historicamente presente no estado, o vitorinismo, e o segundo, que se formara com a chegada de José Sarney no governo do estado em 1965. Esse antagonismo é apontado por Igor Gastar Grill (2012), para quem:

> [...] o 'vitorinismo' e o 'sarneyismo' são construções fundamentalmente fabricadas para demarcar uma ideia de descontinuidade e de ruptura política, apresentadas como 'necessárias' em vistas do 'atraso', do 'arcaísmo', etc, recortando a história política regional em 'ciclos', 'etapas', 'tempos'. Dois 'períodos' que se sucedem, para uns, e que perpetuam a 'dominação oligárquica', para outros. Convergindo todos sobre o imperativo da derrubada do 'passado'. (...). Passado simbolizado por Vitorino Freire e por José Sarney (ou por ambos), estendendo-se aos seus 'grupos' (categoria nativa que, paradoxalmente, informa a rede de seguidores das lideranças em situações de conflitos, de realinhamentos contínuos, de deslocamentos constantes, mas que remete a uma ideia de permanência e de perenidade). As fronteiras entre as coalizões rivais que se enfrentam com base nessas classificações são movediças, as bases de interconexão são fundadas em cadeias interpessoais e o recrutamento é socialmente endógeno e/ou por cooptação. Os movimentos mútuos e interdependentes entre elas, nas últimas décadas, têm como centro de gravitação a exaltação ou a crítica a José Sarney, como líder de um 'grupo político', por consequência reforçando o 'sarneyismo' como elemento de localização das demais posicionalidades (Grill, 2012, p. 215).

Essa interpretação dualista da realidade política maranhense serve muito mais como instrumento de diálogo com o eleitorado, e de manutenção de privilégios e controle sobre a política local, do que como um elemento que possa determinar paramentos para atuação dos agentes políticos. Esses grupos, tidos como rivais na esfera pública, nem sempre, ou quase nunca, se opunham na forma de entender a condução das ações estatais subordinadas aos projetos socioeconômicos das elites locais, nacionais, e, na conjuntura do *capital-imperialismo* surgente, multinacional. Assim, "se institui uma aliança entre Estado-capital privado e na subordinação da máquina estatal aos interesses da acumulação capitalista, sem prejuízo da forte presença oligárquica" (Barbosa, 2003, p.3).

Logo, embora houvesse uma disputa direta entre os grupos pelo controle da política local, pela influência no partido de sustentação da ditadura (ARENA), ou pelo trânsito junto ao governo federal, essas disputas não atingiam a plataforma de ação modernizante dependente em curso. Cabe observar, ainda, que embora as propostas de "modernização" tivessem como ponto de partida fundamental a chegada de José Sarney ao governo do estado, com criação da

SUDEMA, da instituição da reserva de terras e da Lei de Terras, sua efetivação se dará nos governos subsequentes, como é o caso da Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO), já no governo de Neiva de Santana.

No governo de Nunes Freire esse projeto se faz presente por meio da inserção do Maranhão no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), como se verá mais a frente, mesmo este tendo sido indicado pelo grupo rival, em função da maior influência do vitorinismo no governo federal através do general Ernesto Geisel.

Essa aparente divergência entre modernização econômica e política é produto das ambiguidades inerentes ao *capital-imperialismo* em sua necessidade de expansão constante de expropriação do capital. Como já mencionamos anteriormente, Virginia Fontes destaca que a tendencia globalizante do capital em sua forma imperialista mesmo quando "permite a manutenção" ou "incita a reprodução" de "formas históricas diversas", "as converte em modalidades alteradas de subordinação ao capital" (Fontes, 2010, p.73).

Portanto, como observado, a manutenção da estrutura política oligárquica no Maranhão não impediu as intensas modificações na estrutura econômica. Ao contrário, podemos concluir que chegou mesmo a contribuir na reformulação da estrutura legal do Estado no Maranhão para o favorecimento da expansão da fronteira agropecuária, de uma posição dependente na divisão internacional do trabalho, e do capital financeiro, por meio da ampliação sem limites da expropriação das populações do campo, em um contexto de intensa concentração de capital.

Diante dessa realidade, o estado do Maranhão, tido historicamente como importante espaço de expansão de fronteiras, principalmente a agropecuária, seria inserido de forma peculiar no processo de *modernização dependente*. Esse processo foi marcado por uma diversidade de questões, entre elas: organização de aparelhos privados de hegemonia e formulação de consenso em torno do projeto modernizador, mudanças na condução política sem alterações profundas da estrutura de poder, adaptações legais para ampliação das expropriações, implementação de uma infraestrutura para aprofundamento da produção, objetos de análise das próximas páginas.

2.3 Os reflexos da modernização dependente na estrutura socioeconômica Maranhense

Conforme apontado por Maria Teresa Fonseca (1985), a concepção de Extensão Rural adotada no Brasil atendeu a um projeto de educação rural voltada para o capital. O processo de desenvolvimento da extensão rural, tem seu início já durante o final da década de 1940, por meio de um projeto encabeçado por *Nelson Rockfeller* no estado de Minas Gerais. A autora destaca que a inserção dos "serviços institucionalizados de Extensão Rural" no Brasil serão

produto das “conversações e convênios realizados entre o Brasil e Estados Unidos” (Fonseca, 1985, p. 59).

Com base nos “bons resultados” obtidos em Minas Gerais, Juscelino Kubitschek assina um acordo com o governo estadunidense em 1954, e cria o Projeto Técnico de Agricultura (ETA), “visando uma cooperação técnico-financeira, para execução de projetos de desenvolvimento rural” (Peixoto, 2008, p. 18), e por meio dele a difusão de escritórios de Extensão Rural. No ano seguinte, seguindo esse processo de aprofundamento da ingerência estadunidense na produção rural brasileira, seria criado o Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER) que unia a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) e suas filiais no estados: as Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR).

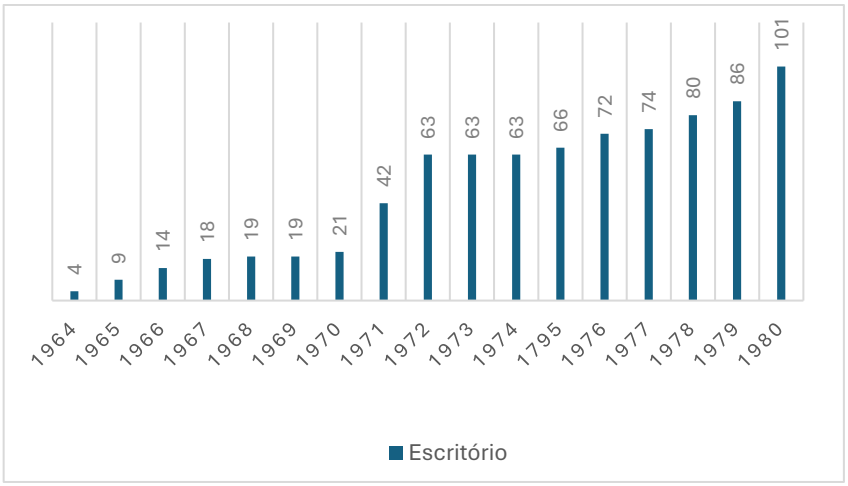
Esse processo é revelador, já que permite inferir a ingerência do capital multinacional no setor agropecuário nacional.

Com base no Estatuto da Terra de 1964, foi criado o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), que passa a ser responsável pela prestação de assistência técnica aos projetos de reforma agrária. Assim, os escritórios de extensão rural, embora não tenham tido início durante a ditadura empresarial-militar, serão ampliados significativamente naquele contexto, principalmente na região nordeste e na Amazonia. A ampliação dos escritórios de extensão rural estava em conformidade com a Lei nº 58.382 de 10 de maio de 1966, e destacava que as atividades de extensão rural deveriam estar subsumidas aos “planos diretores plurianuais elaborados pela Associação de crédito e Assistência Rural” (Brasil, 1966, p. 1), o que denota um conjunto de ações planejadas para a racionalização da atividade agropecuária.

Torna-se relevante destacar que a concessão de crédito para o setor primário da produção econômica passava pela atuação desses escritórios de Extensão Rural, como destaca Marcus Peixoto “o crédito supervisionado por um serviço de assistência técnica foi uma inovação no modelo brasileiro” (Peixoto, 2008, p. 18), já que nos Estados Unidos, de onde foi importado o modelo de assistência técnica rural, os produtores eram acostumados a se relacionarem diretamente com os bancos. Portanto, no caso brasileiro, esses escritórios funcionavam como verdadeiros mediadores entre os produtores e o acesso ao crédito, por meio da ABCAR, permitindo a implementação dos planos de *modernização dependente*, principalmente a partir de 1970, que, como se observa, passa a atender prioritariamente os “médios e grandes produtores, capazes de consumirem a alta tecnologia difundida pelos extensionistas, preocupados com resultados concretos do aumento da produção” (Oliveira, 2013, p.142).

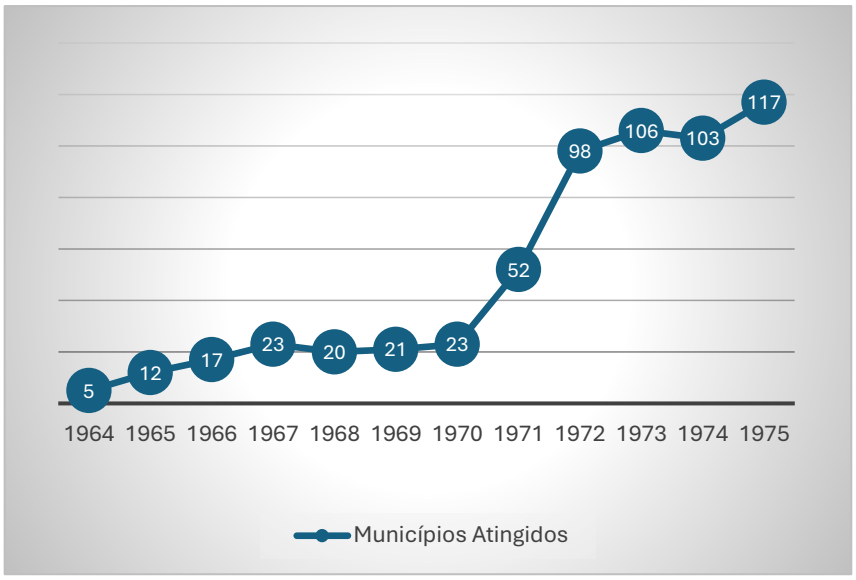
Nos gráficos abaixo é possível observar a intensificação do processo de penetração de uma estrutura de difusão de conhecimentos técnicos, alinhados ao processo de *modernização dependente* supracitado.

Gráfico 2 – Evolução dos escritórios de Extensão Rural no Maranhão



Fonte: Anuários estatísticos (1965 a 1981) – IBGE

Gráfico 3 – Municípios maranhenses atingidos pelos escritórios de Extensão Rural



Fonte: Anuários estatísticos (1965-1976) – IBGE

No gráfico 2 é possível perceber que o número de escritórios de Extensão Rural terá um crescimento constante e expressivo desde os primeiros anos do governo ditatorial. No entanto, ele se tornará mais evidente a partir do início dos anos 1970, que será o contexto de aprovação

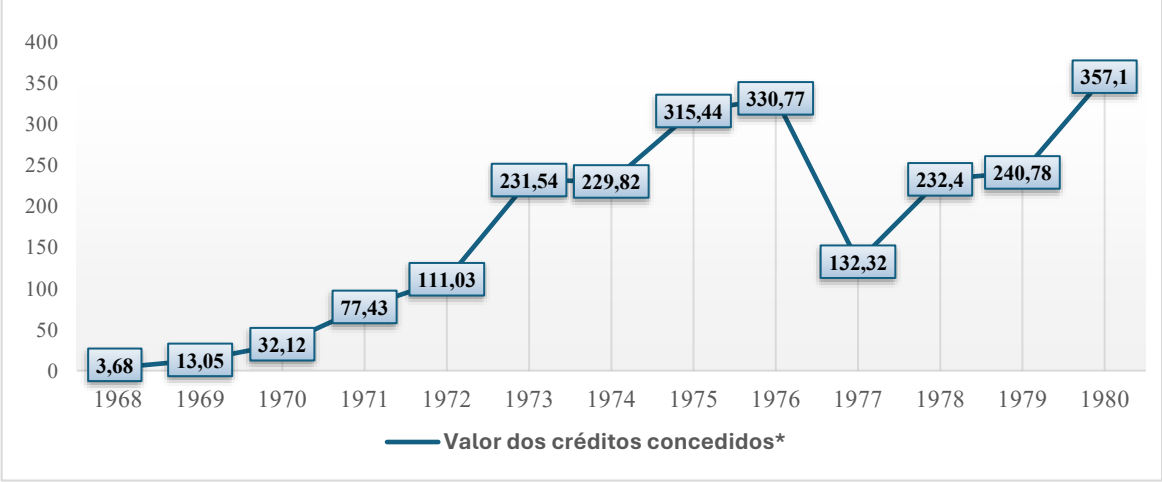
da Lei de Terras Sarney no Maranhão e de implementação do processo de ampliação da fronteira agropecuária no Maranhão.

Além disso, o gráfico 3, que destaca a quantidade de munícipios que passaram a ser atendidos por esses escritórios de Extensão Rural, permite depreender o impacto geral da busca por uma atividade agropecuária baseada em princípios de racionalidade técnica, com um crescimento evidente ao longo da década de 1970, tendo saído de um 5 em 1964 para a totalidade dos municípios maranhenses em 1975 (117 municípios).

No bojo desse processo de "modernização e racionalização" da agricultura deve-se destacar, ainda, a criação da Escola Superior de Agronomia em 1969, que teve como primeiro diretor Lourenço Tavares da Silva, formado na Escola de Agronomia da Amazônia, que dividiu a função de diretor da Escola e Secretário de Agricultura do governo de José Sarney, o que permite deduzir a atuação coordenada entre o projeto de modernização empreendido, a formação de agrônomos para atuarem nesse projeto e a ampliação da rede de profissionais atuantes nos escritórios de Extensão Rural.

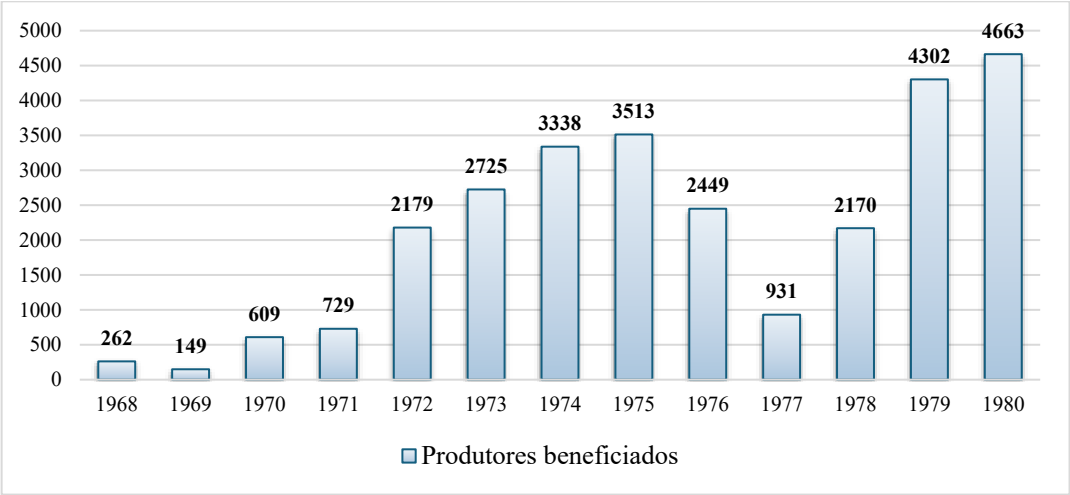
Portanto, com base na institucionalização dos escritórios de Extensão Rural e em seu papel como mediador entre os produtores e acesso ao crédito ver-se-á que o crescimento dos empréstimos voltados ao setor agropecuário no Maranhão deu um salto entre 1968 e 1976.

Gráfico 4 - Empréstimos concedidos aos produtores rurais através do Crédito Educativo (1968-1981)



Fonte: Anuários estatísticos do IBGE (1970-1981)
* Valores corrigidos pelo indexador IGP-DI (FGV) por meio da calculadora do cidadão no site do Banco central: https://www.bcb.gov.br/meubc/calculadoradocidadao

Gráfico 5 - Produtores beneficiados com o Crédito Educativo por meio dos escritórios de Extensão Rural (1968-1980)



Fonte: Anuários estatísticos do IBGE (1970-1981)

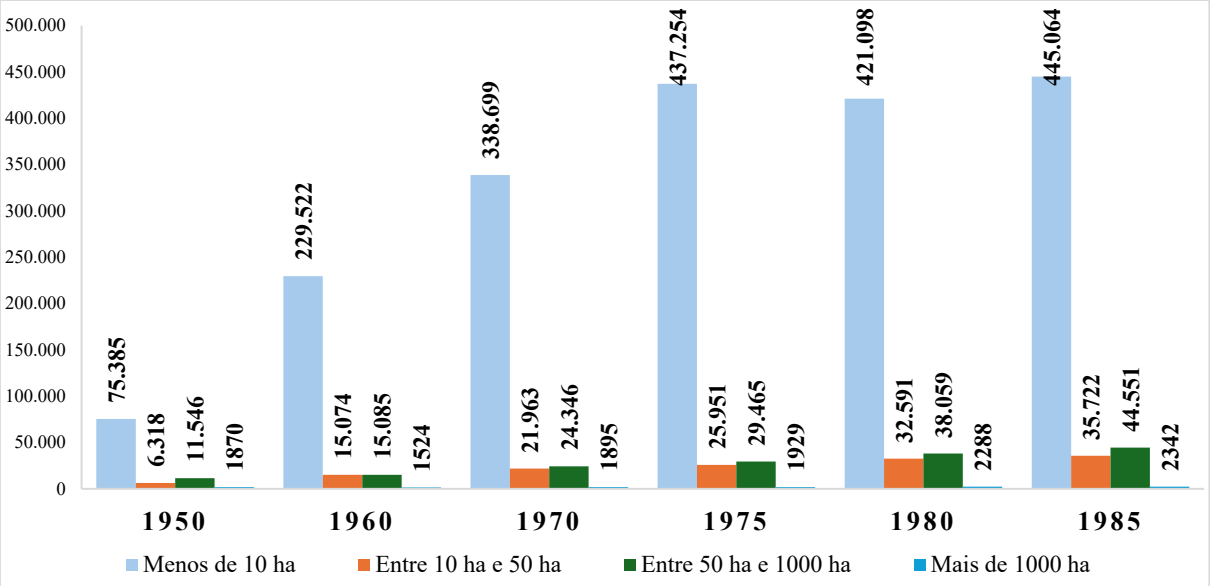
É perceptível nos gráficos o crescimento do volume dos empréstimos concedidos aos produtores rurais no Maranhão, principalmente a partir de 1970, que, como já mencionado, é o momento de finalização da readequação dos parâmetros fundiários legais, e de efetivação do Departamento de Desenvolvimento Agrário, abrindo espaço para uma atuação mais consistente dos órgãos de apoio à agropecuária. Cabe destacar ainda que os primeiros anos dos governos ditatoriais no Maranhão são marcados pelos investimentos massivos em infraestrutura, com construção de rodovias e do Porto do Itaqui, que contribuíam para a expansão da fronteira agropecuária que resultaram no crescimento do crédito observado.

Ao compararmos o gráfico 4 e o gráfico 5, podemos observar que a elevação dos empréstimos concedidos aos produtores rurais e o número de produtores beneficiados não seguem um padrão de crescimento compatível, principalmente entre os anos de 1968 e 1969, em que o montante de empréstimos mais que quadriplica, mas a quantidade de produtores que recebeu os valores terá uma redução quase pela metade. Esse cenárioe se repete também entre 1970 e 1971, quando o valor dos empréstimos mais que dobram e há uma redução dos produtores beneficiados.

É possível depreender que a iniciativa de financiar a "modernização" da agricultura, e de atribuir-lhe um caráter mais racional só conseguia atingir uma mínima quantidade de estabelecimentos rurais, o que permite inferir o foco na produtividade, tal como destacado em relatório da Empresa Maranhense de Extensão Rural - EMATER (criada em 1975 em substituição da ACAR-MA), cujo o foco é "[...]fazer os produtores absorverem uma tecnologia

adequada que lhes deem uma maior produção e produtividade [...]" (EMATER/ MA, 1979 *apud* Dias, 2007, p.36)

Gráfico 6 - Número de estabelecimentos rurais agropecuários por área no Maranhão (1960-1985)



Fonte: Censo agropecuário de 1985 (IBGE, 1991), elaboração própria.

Antes de continuar com a análise do gráfico, deve-se ressaltar que os dados dos censos agropecuários ajudaram a compor boa parte das análises presentes nessa parte do trabalho. O primeiro censo foi realizado em 1920 e tinha a promessa de acontecer de forma decenal, mas as condições político-sociais do ano de 1930 adiaram a realização do censo por mais dez anos, sendo assim realizado o segundo somente em 1940. Os próximos seriam realizados em 1950, 1960, 1970, 1975, 1980 e em 1985; depois em 1995-1996, 2006 e 2017. A presente pesquisa se concentra principalmente nos censos entre 1960-1985. Buainain e Souza Filho (2014) observam que, desde 1950, a política agrícola foi sendo implementada com dados sobre financiamentos, assistência técnica (Ater) e intervenção dos governos nas políticas de preços, o que se refletiu nas informações constantes nos censos, como: informações relacionadas à estrutura agrária, com o uso da categoria empreendimento dirigido por ocupante, e, posteriormente, com detalhes sobre a condição legal das terras, discriminando-a em terras próprias, arrendadas, ocupadas, próprias e arrendadas, próprias e ocupadas e arrendadas e ocupadas (Buainain e Souza Filho, 2014, p. 220).

A partir de 1970, há uma ampliação dos dados presentes nesse levantamento estatístico, que passou a abranger, entre outras coisas, ao uso do solo, disponibilidade de infraestrutura

básica, uso de tecnologia, acesso ao crédito, produção e destino do produto, entre outros, principalmente porque o censo passou a ser um mecanismo de "referência para a análise da política de promoção de *modernização* baseada no tripé crédito abundante e barato, tecnificação por meio da mecanização, introdução de sementes selecionadas e adubação, e garantia de preço" (Buainain e Souza Filho, 2014, p. 245).

Dois elementos marcam os censos agropecuários a partir daquele ano: 1) a sua relação com a política de desenvolvimento da agricultura defendida pela ditadura empresarial-militar, em direção ao "Brasil Potência" (Buainain e Souza Filho, 2014, p. 245), e 2) a busca pela inserção dos censos agropecuários em uma estrutura global de coleta de dados sobre a produção rural. Assim, buscava-se atender às "recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU), do Instituto Interamericano de Estatística (IASI), e da Organização dos Estados Americanos (OEA), ficando, então, assegurada a uniformidade internacional de conceitos e a comparabilidade de seus resultados no âmbito das Américas".

Em 1975 há uma mudança importante quanto ao conceito de estabelecimento rural, pois passou a "considerar como um único estabelecimento as parcelas descontínuas localizadas em um mesmo setor de enumeração, desde que utilizassem o mesmo pessoal e maquinaria, e estivessem sujeitas a uma única administração" (Florido, s/d., p. 12), o que permitiu uma maior compreensão do processo de concentração fundiária.

Os censos seguintes marcam exatamente essa mudança no sentido de favorecimento do processo de reestruturação da produção agropecuária, demonstrando o espaço ocupado pela concepção de planejamento e apontando com maior detalhamento "os aspectos da política e da estrutura produtiva e tecnológica", com destaque para a política de assistência técnica e de financiamento. Um ponto fundamental a se destacar sobre os censos agropecuários é a "subestimação da concentração" pois o conceito de "estabelecimento utilizado nesta estatística pressupõe a pesquisa de unidades de exploração e não de unidades de propriedade" (Arcangeli, 1987, p. 143), o que dificulta a identificação de mudanças na dinâmica de propriedade no campo, pois os posseiros que trabalham em determinada área que se torna propriedade privada de outrem continuam a serem incluídos nos dados estatísticos, como produtores na terra em questão (Arcangeli, 1987, p. 143).

> [Assim,] ficam excluídos dos dados [...] aquelas modificações no grau de concentração fundiária relativas aos cercamentos abusivos, de intuito especulativo que ainda não expulsaram os produtores diretos. Estas modificações apareceram quando a grilagem, com a ajuda dos cartórios, acaba se transformando em propriedade definitiva, e concretiza a expulsão dos

> camponeses e efetiva a implementação da *atividade pecuária* (Arcangeli, 1987, p. 143).

Essa questão é fundamental na interpretação dos dados apresentados, pois há uma sobreposição das propriedades, já que mesmo produzindo em espaços delimitados da terra legalmente de outrem e, portanto, estando prestes, ou já tendo vivido o esbulho, os posseiros eram incluídos na estatística oficial como proprietário de estabelecimento rural, o que inflou os dados sobre os pequenos proprietários. Desse modo, os dados são tomados como tendência, pois embora não possam refletir a realidade *ipsis litteris* dão um forte indicativo das mudanças que se esboçam no campo, principalmente considerando os casos das grandes extensões de terra e aquelas com propriedade definida a partir das categorias de estabelecimentos próprios, arrendados, ocupados e sob regime de parceria.

Para finalizar esse adendo, ressalto que uso a categoria de pequenas propriedades, para aquelas com até 50 hectares, observa-se o que foi destacado por Arcangeli ao considerar que acredita "definir o intervalo do tamanho da unidade produtiva camponesa" (Arcangeli, 1987, p. 144).

Isso posto, podemos retornar à análise do gráfico 6 em que é possível identificar um crescimento de todos os tipos de propriedade entre os anos de 1950 e 1975, com destaque para o avanço, mesmo que relativo, das propriedades com menos de 10 hectares. Nesse sentido, é importante destacar o espaço ocupado pelo Maranhão, principalmente durante a década de 1950 e início da década de 1960, como polo atrativo de retirantes nordestinos, como destaca Marcia Milena Ferreira (2015):

> A natureza exuberante seria uma promessa e uma possibilidade de progresso para o estado do Maranhão. O desenvolvimento, uma das palavras-chave da década de 1950 – especialmente durante do governo JK –, só seria alcançado, com o incentivo a ocupação dos espaços "despovoados" e com a assistência técnica e sanitária indispensável ao trabalhador rural (Ferreira, 2015, p. 117).

Embora a autora destaque que boa parte do período republicano seja marcado pela chegada de retirantes nordestinos, em diferentes contextos de seca, considerado como "teias migratórias", Márcia Milena observa que o contexto dos anos 1950, além dos diferentes situações de seca (1951-1953 e 1958), foi marcado pela existência de um esforço conjunto do governo do estado e do governo federal presente, inclusive, no discurso do então governador Eugenio de Barros (1952) para atrair "mão de obra dos trabalhadores rurais nordestinos,

representados como valorosos para o desenvolvimento dos espaços vazios do estado"[70] (Ferreira, 2015, p.118).

Esse incentivo para a ocupação de áreas "desocupadas" do Maranhão e a busca por melhores condições de vida de populações de diferentes regiões do Nordeste, em situações de seca, deram a tônica do crescimento de pequenas propriedades identificado entre os anos 1950 e 1960, atingindo o patamar de 199,3%, um dos momentos de maior destaque de ocupação de áreas de pequeno porte. Todavia, esse crescimento foi se reduzindo a partir da década 1960 (47,4%), chegando a 28,4% entre 1970 e 1975. O relativo aumento dessas propriedades, nesse contexto, pode ser explicando, entre outras coisas, pelo aprofundamento da atividade sindical rural no início da década de 1960, o que permitia um maior reconhecimento dos territórios ocupados pelos posseiros; e depois, pela relativa política distributivista do Estatuto da Terra, instaurado em 1964, já nos anos da ditadura empresarial-militar. No entanto, é fundamental ressaltar que essas propriedades se concentravam principalmente em uma extensão de até 2 (dois) hectares. As propriedades com essa extensão saíram de 33.371, em 1950, para 330.208 em 1975, ou seja, um crescimento de 889,5%. A expansão das propriedades até 2 (dois) hectares, principalmente a partir de 1964, aponta para o duplo papel atribuído ao Estatuto da Terra (1964): o papel principal, de reestruturação da produção agropecuária, como já apontado aqui, e o *complementar* de "distribuição de terras para aliviar as tensões sociais", como instrumento de controle das demandas crescentes no campo (Jones, 1997, p. 13).

De fato, o crescimento das propriedades menores de 10 hectares até 1975 no Maranhão seguiu uma tendencia inversa ao observado no Brasil como um todo, que teve uma queda de 13% entre 1940 e 1975 (Martins, 1985, p. 37). Essa tendencia, além das questões já apontadas, como a chegada significativa de migrantes nordestinos e a progressiva organização dos trabalhadores rurais, pode ser explicada, principalmente após 1964, pela "ênfase nos assentamentos, ou seja, esta medida destinava-se a resolver problemas 'sociais' de pobreza, ou tensões e conflitos pela terra, não a maximização da eficiência econômica" (Jones, 1997, pp. 13-14). No Maranhão, devido a disponibilidade de terras, esse processo será maximizado, considerando que esse tipo de ocupação atendia principalmente "aqueles que foram obrigados a se deslocar de seus antigos locais de trabalho" (Yokota, s/d., p. 8), seja dentro do próprio estado ou oriundos de outras regiões do país.

---

[70] Só na região do Baixo Mearim, foco do seu estudo, Márcia Milena Ferreira aponta a chegada de pelo menos 259.305 migrantes, durante a década de 1950, isso em uma população de 456.706, o que representa um crescimento populacional de cerca de 59% (Ferreira, 2015. p.116,). O Maranhão como um todo recebeu 319.154 pessoas segundo dados do censo demográfico de 1960 (IBGE, 1963, pp. 33-34).

Os dados do Censo Demográfico referente às décadas de 1960 e 1970 dão conta de uma intensa movimentação intermunicipal, principalmente em comparação com a década de 1950, representando um crescimento de 18,1% (379.935) em 1960 e 37,9% (524.037) em 1970. De acordo com os dados recolhidos pelos censos de 1970 e 1980, os entrevistados indicaram ter migrado principalmente nos últimos 5 anos das décadas: 256.564 em 1960 e 395.036 em 1970 (IBGE, 1960, 1970 e 1980), o que permite inferir uma constante movimentação rumo à frente de expansão[71], o que pode ter relação direta com o avanço da concentração fundiária mediante ação direta do Estado, ou com base nos projetos de colonização, sobretudo a partir da década de 1970. Além disso, deve-se destacar o intenso processo de êxodo rural, que será tratado mais adiante.

Essa movimentação em direção às frentes de expansão foi resultado, sobretudo, de uma concepção diferente de relação com a terra, pois no Maranhão a relação predominante entre o lavrador e a terra tinha outras características. Conforme observou Regina Luna (2003) a abundância de terras reproduzia a concepção de que a *terra era liberta* e, portanto, o seu uso poderia era condicionado às necessidades. Como observa José de Sousa Martins (1998):

> Na fronteira, ainda hoje, o pobre sem terra para trabalhar não está excluído do direito de dar utilidade à terra já trabalhada por outrem e em repouso, momentaneamente desocupada no que é justamente entendido como terra do comum. Dirige-se ao posseiro original e pede-lhe licença para fazer o seu próprio roçado na terra que já é de outrem. Portanto a terra está dotada de uma ambiguidade fundante que vem de suas peculiaridades como instrumento de produção e das peculiaridades do trabalho que a torna produtiva (Martins, 1998, p. 673)

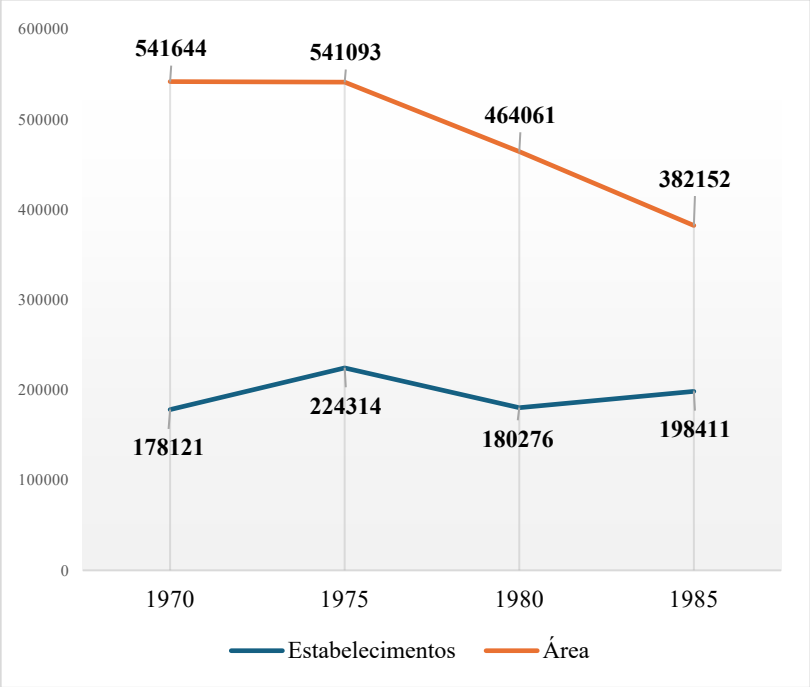
Nesse mesmo sentido, é interessante o que aponta José de Sousa Martins sobre a dinâmica de ocupação das terras dentro dessa cosmovisão de direito consuetudinário, pois, como observa o autor, os posseiros "têm uma história longa, secular, de deslocamentos em direção ao que chamam de "terras livres", terras sem sinal de ferro. Portanto, não se convertem necessariamente em mão-de-obra dos novos fazendeiros" (Martins, 1998, p. 678), o que explicaria o avanço da fronteira e a manutenção porcentual do número da área ocupada (gráfico 07).

---

[71] José de Sousa Martins caracteriza a frente de expansão pela predominância de características econômicas não diretamente ligada ao mercado, nela a economia não tem uma essência natural, já que embora dela resulte produtos que recebem valor de troca, mas não é determinada pelo mercado, pois seus participantes estão voltados à essencialmente à subsistência e, apenas de forma secundária, à troca de seus produtos. Essa expansão de fronteira é diferente, por exemplo, da frente pioneira, que, como explica Martins, a frente pioneira é um "movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado" (Martins, 1975, p. 45).

Nos dados disponíveis nos censos agropecuários é possível perceber esse processo, sobretudo, nas terras até 50 hectares sob a condição de terras ocupadas[72], conforme gráfico abaixo.

Gráfico 7 – Estabelecimentos e área total das terras ocupadas até 50 hectares (1970-1985)



Fonte: Censo Agropecuário de 1970 a 1985 (IBGE, 1970; 1979; 1984; 1991). Elaboração própria

No gráfico podemos observar que há uma manutenção do número de posseiros (ocupantes de acordo com o censo agropecuário), com um crescimento sensível em 1975 e 1985. Mas ao contrário disso, os dados sobre as terras por eles ocupadas vai caindo significativamente ao longo dos anos. Esse dado é fundamental para entender o impacto das transformações ocorridas no campo para a relação tradicional com a terra, nessas regiões.

Os estabelecimentos com mais de 50 hectares sob a condição de ocupados, por sua vez, apresentam uma redução significativa entre os anos de 1970 e 1985, saindo de 2599 em 1970, que já era um número pequeno se comparado com os estabelecimentos próprios (23329), para 1399 em 1985, uma diminuição de 46,1%.

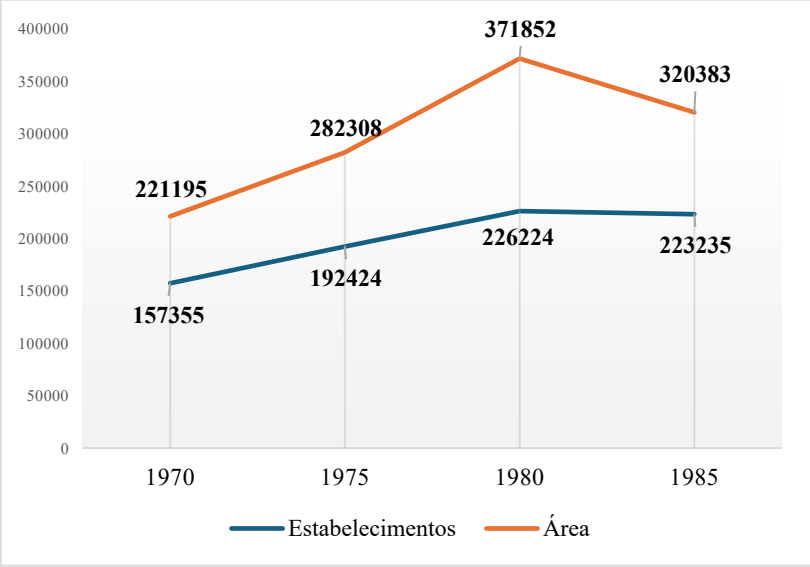
[72] Os ocupantes eram reconhecidos nas situações "em que a exploração se processasse em terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário), nada pagando o produtor pelo seu uso" (IBGE, 1984, p. 13).

Nos casos em que não há esse movimento rumo à frente de expansão, Martins destaca a conversão dos posseiros em "arrendatários forçados" por pretensos proprietários que alegam a propriedade da terra, "geralmente grileiros", que vai ao encontro do que foi destacado sobre a relativização dos dados devido a concepção de unidade de exploração, já que a manutenção dos posseiros poderia representar, até determinado momento, o "beneficiamento" da terra. Assim, o arrendamento costumava durar entre 3 e 4 anos, e:

> Em troca de permissão para plantio do arroz, do milho, do algodão e de outras plantas de ciclo curto, esses arrendatários forçados as sumiam o compromisso de derrubar a mata, preparar o terreno, e enquanto cuidavam dos próprios cultivos em terra virgem, formavam pastagens para os supostos donos da terra (Martins, 1998, p. 679).

Esse processo de conversão dos posseiros em arrendatários forcados também fica evidente ao observamos o crescimento do número de estabelecimentos até 50 hectares sob condição de arrendamento[73] e parceria[74] entre os anos de 1970 e 1985, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 8 – Estabelecimentos e área total das terras arrendadas e parceiras até 50 hectares (1970-1985)



Fonte: censo agropecuário de 1970 a1985 (IBGE, 1970; 1979; 1984; 1991). Elaboração própria

[73] O censo agropecuário entende por arrendamento as condições em que "as terras do estabelecimento tivessem sido tomadas em arrendamento, mediante o pagamento de uma quantia fixa em dinheiro, ou sua equivalência em produtos ou prestação de serviços" (Brasil, 1984, p. 13).

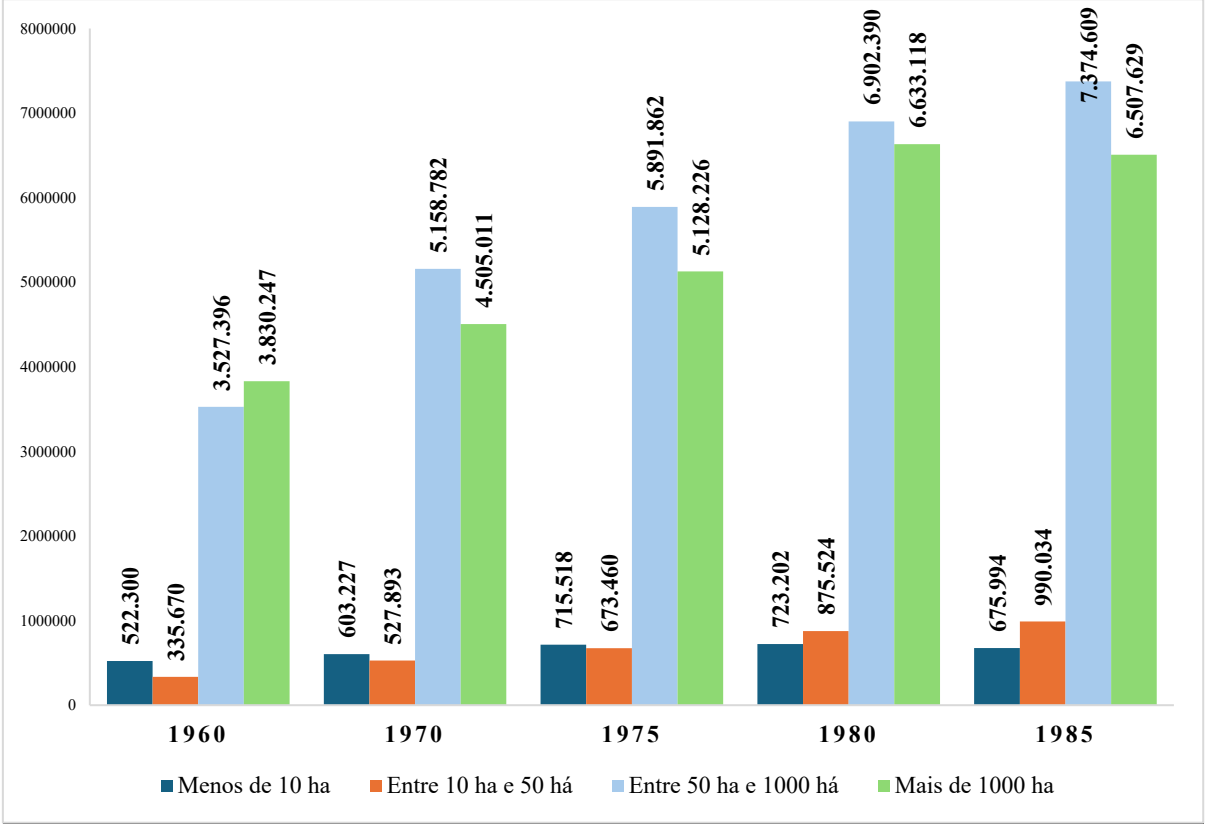
[74] O censo agropecuário entende por parceria as situações em que "as terras do estabelecimento fossem de propriedade de terceiros, e estivessem sendo exploradas em regime de parceria, mediante contrato verbal ou escrito, do qual resultasse a obrigação de pagamento, ao proprietário, de um percentual da produção obtida" (Brasil, 1984, p. 13).

Os dados apontam um avanço significativo, pelo menos até o ano de 1980, tanto do número de arrendatários e parceiros, quanto da terra por eles trabalhada, o que permite perceber a intensificação do processo de expropriação da terra, e do papel dos posseiros no beneficiamento da terra expropriada, conforme apontado por José de Souza Martins (1998), indicando um duplo processo de expropriação: da terra e da mão de obra.

Outrossim, o crescimento das propriedades com mais de 50 hectares aponta para o tipo de propriedade que passa a se constituir a partir daquele contexto. Ao observamos o crescimento percentual do número de estabelecimentos rurais entre 1960 e 1985, é possível observar o avanço significativo das propriedades com maior extensão em comparação com as propriedades de menos de 50 hectares. Entre 1960 e 1985, a expansão das médias e grandes propriedades foi de 158,6%, enquanto o crescimento das pequenas propriedades foi de 96,5%.

Embora os dados já indiquemum crescimento no número de propriedades, o processo de concentração fundiária fica mais evidente quando observamos a disparidade entre a área ocupada pelas propriedades até 50 hectares e as propriedades com mais de 50 hectares, como pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico 9 – Concentração fundiária de acordo com os grupos de área



Fonte: Censo agropecuário de 1985 (IBGE, 1991). Elaboração própria.

Os dados indicam a itensificação do processo de concentração da terra no Maranhão, principalmente das propriedades entre 50 e 1000 hectares e daquelas com mais de 1000 hectares. Embora a serie histórica já indique que a concentração é uma marca permanente na estrutura fundiária estadual, o recorte acima aponta para uma intensificação desse processo a partir de 1960.

Nesse sentido, um dos primeiros pontos a se destacar é que o I programa de governo do Maranhão do governo de José Sarney, intitulado como "Maranhão Novo", indicava como um de seus pilares fundamentais os investimentos em infraestrutura, sobretudo de rodovias, o que abriu espaço para ocupação ampla de terras devolutas, permitindo matizar o crescimento da ocupação rural em amplos setores em torno das rodovias, principalmente a partir da criação da Reserva Estadual de Terras pela Lei nº 3.831/1968, que instituiu as Delegacias de Terras em diferentes regiões do estado, ligadas à Secretaria de Agricultura e objetivando "disciplinar a ocupação e titular as áreas de terras devolutas" (Sader, 1986, p. 44).

A criação da Lei de Terras Sarney em 1969 irá adensar ainda mais a concentração fundiária no Maranhão ao permitir a venda das terras devolutas, sem licitação, e com baixo custo, pois a fixação dos valores foi determinada pelo custo da regularização e 50% dos "valores de produção e localização" a serem divididos em 48 meses (Maranhão, 1970) – ao menos legalmente o valor da terra já era reduzido pela metade.

A Lei de Terras Sarney, determina um limite de área para a aquisição de terras públicas – três mil hectares –, essa limitação, que buscava estabelecer uma relação com o Estatuto da Terra, aprovado em 1965, que visava, em tese, combater o latifúndio e fortalecer a concepção de empresa rural. No entanto, a lei estadual, estabeleceu a possibilidade de aquisição de terras por sociedades anônimas, o que permitia a grupos privados a aquisição de um território muito superior aos limites iniciais (Maranhão, 1970).

Nesse mesmo sentido, a forma de acesso à terra mediante ao instrumento legal, era condicionada à apreciação de um plano esquemático, o que dificultava, sobremaneira, o acesso da população rural em geral à compra de terras, se tornando basicamente um instrumento voltado à concentração fundiária, já que exigia instrumentos técnicos de viabilidade produtiva. Foi criado ainda, o Departamento de Desenvolvimento Agrário (DDA), responsável pela apreciação dos projetos e pela titulação das terras (Maranhão, 1969).

Atrelado a isso, dificultava-se ainda o acesso ao crédito, pois *os posseiros, trabalhadores da terra*, empresários, capitalistas do campo e especuladores, "para [...] se qualificarem para obtenção de recursos financeiros, incentivos e subsídios, teriam que justificar

a propriedade da terra no estado do Maranhão (Tavares, 2008, p. 198). Nesse sentido, observa-se que ao contrário das terras ocupadas, arrendadas e em regime de parceria com menos de 50 hectares que cresceram, indicando uma insegurança fundiária, os grupos de áreas com mais com mais de 50 hectares avançaram com maior índice de propriedade[75] sobre a terra. Em 1970, os dados apontam 23.329 estabelecimentos com mais de 50 hectares sob o regime de propriedade com uma área estimada em 8.897.717 hectares. Esse número aumentou para 44.156, com uma área de 13.243.267 hectares em 1985 (IBGE, 1970; IBGE, 1991).

No caso das situações de estabelecimentos com mais de 50 hectares nas condições de terras ocupadas, arrendadas e em regime de parceria, observa-se uma redução significativa, tanto na quantidade desses estabelecimentos, 2.912 em 1970 para 1.590 em 1985, quanto no tamanho total da área ocupada, 776.074 em 1970 para 405.915 em 1985 (IBGE, 1970; IBGE, 1991).

Embora as propriedades com menos de 50 hectares também tivessem apresentado crescimento naquele contexto, saindo de 25.186 em 1970 para 53.295 em 1985, a área deles (914.488) não chegava a 7% das áreas das propriedades com mais de 50 hectares. Se concentrando, como já destacado, principalmente nas condições de ocupantes, arrendatários e parceiros (IBGE, 1970; IBGE, 1991).

Como destacado, atrelado à concepção de segurança nacional e integração, umas das principais propostas de desenvolvimento regional era a política de colonização presente na reestruturação legal da questão agraria, nos planos nacionais de desenvolvimento e em seus desdobramentos a nível local.

A política de colonização no Maranhão não foi criada durante o período ditatorial[76], porém, as empresas de colonização iniciadas e/ou os projetos desenvolvidos naquele contexto favoreceram, sobremaneira, o processo de expansão da fronteira agropecuária. O estudo desses projetos permite depreender o impacto real das mudanças na condução da política econômica e

---

[75] A condição de proprietário é entendida nas situações em que "as terras do estabelecimento, no todo ou em parte, fossem de propriedade dos declarantes (inclusive por usufruto, enfiteuse, herança, etc.)" (IBGE, 1984, p. 13).

[76] A política de colonização sob direção da Sudene no Maranhão é produto de uma complexa iniciativa, que data do início da década de 1960-70. A concepção de desenvolvimento mediante colonização esteve presente desde o I Plano Diretor da SUDENE (1961-1963) e teve como resultado o Projeto de Povoamento do Maranhão (PPM). No II Plano Diretor (1963-1965) e no III Plano Diretor (1966-1968), "a execução ficou no âmbito do Projeto de Colonização do Alto Turi (PCAT) com o funcionamento dos primeiros núcleos de colonos na região de Zé Doca. As metas a serem alcançadas previam 25.000 famílias assentadas em lotes de 50 hectares num prazo de cinco anos. No plano discursivo garantia-se aos colonos do Projeto de Colonização do Alto Turi (PCAT) o acesso à terra e ao crédito, à educação e assistência técnica, bem como serviços de saúde, além da comercialização da produção agrícola. Esta iniciativa foi classificada como 'experimental' e já que não houve resultados expressivos a SUDENE" (Almeida; Mourão, p. 83).

de seu projeto de modernização do campo com base em uma dinâmica global dependente, sem renunciar a estrutura fundiária preexistente.

No Maranhão, foi introduzida uma diversidade de projetos de colonização com o objetivo de alienar uma gigantesca extensão territorial. O quadro abaixo indica os principais projetos de colonização e suas áreas de atuação.

Quadro 5 – Projetos de colonização (1972-1980)

Projeto de colonização	Início	Objetivo	Área	Localização	Subordinação
Projeto de colonização do Alto Turi	1972	Incorporar terras produtivas e ociosas maranhenses; reduzir pressões populacionais em áreas críticas do Nordeste.	939.000	Municípios de Candido Mendes, Carutapera, Godofredo Viana, Luís Domingues, Monção, Penalva, Pinheiro, Santa Helena e Turiaçu	COLONE
Projeto Pioneiro de Colonização	1973	Executar as políticas estaduais de colonização e fundiária	1.700.000 (gleba Buriticupu)	Munícipios de Santa Luzia, Bom Jardim, Amarante do Maranhão, Santa Inês e Pindaré-Mirim	COMARCO
	1979		400.000 (gleba Maracaçumé)	Municípios de Carutapera, Luís Domingues Godofredo Viana, Candido Mendes e Turiaçu.	COTERMA
POLONORDESTE	1976	Proceder a regularização fundiária e a promoção socioeconômica e cultural do pequeno e médio produtor	2.448.900	Baixo Parnaíba, Médio Mearim e Baixada Maranhense	Governo Estadual e Federal
Projeto fundiário Bacabal	1976	Desapropriar com regime de colonização	7.487.000	33 municípios do Centro, leste e	INCRA

				Baixada Maranhense	
Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins	1980	Proceder a titulação de pequenos produtores assentados por agencias oficiais, o assentamento de lavradores sem-terra e a regularização da situação fundiária urbana	5.770.000	Municípios de Imperatriz, João Lisboa, Montes Altos, Carolina, Porto Franco, Grajaú, Amarante do Maranhão, Sítio Novo, Santa Luzia, Riachão, Carutapera, Bom Jardim e Açailândia	INCRA

Fonte: Ferreira, 2008, p. 142

Uma dessas primeiras empresas responsáveis pela campanha de colonização foi a Companhia de Colonização do Nordeste (COLENE)[77], empresa de economia mista subordinada à SUDENE, criada em maio de 1972, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento e Reconstrução (BIRD), tendo como acionista majoritário a SUDENE, seguida pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o INCRA e o governo do Maranhão. Com base no Projeto de Colonização do Alto Turi (PCAT) a perspectiva era assentar 5.200 famílias em um território de 939.000 hectares, em nove municípios maranhenses: Candido Mendes, Carutapera, Godofredo Viana, Luís Domingues, Monção, Penalva, Pinheiro, Santa Helena e Turiaçu.

Por sua vez, a Companhia de Colonização do Maranhão (COMARCO), criada pelo governo do estado do Maranhão em 1971, também era uma empresa de economia mista e tinha como reponsabilidade a "implementação de projetos agropecuários" e o "assentamento de 10.000 famílias camponesas, na região Centro-Oeste do estado". Em 1973, o Senado Federal permitiu à COMARCO a alienação de terras no Centro-oeste e Noroeste do estado (Almeida; Mourão, 2017, p. 81). Com isso, a empresa:

> passou a contar com duas áreas de terras, uma localizada na região Centro-Oeste com hum milhão e setecentos mil hectares e a outra na região Noroeste do Estado com 400.000 ha. Esta área maior circunscreve, em linhas gerais, uma extensão delimitada entre o Município de Santa Luzia, descendo até o

[77] A COLENE foi resultado de um projeto de redefinição da política de colonização durante o período ditatorial. Assim, a manutenção do PCAT envolveu uma ação da SUDENE na busca por apoio de "agências internacionais como a FAO, a USAID e a ODA (*Overseas Development Administration*), agência britânica. A nova proposta de colonização foi elaborada por uma empresa de consultoria inglesa, que finalizou o trabalho em 1971. O governo brasileiro solicitou ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) uma análise para fins de financiamento" (Almeida; Mourão, 2017, p. 83).

> Município de Grajaú, pelo Leste, e confinando, pelo lado Oeste, com Amarante, rio Buriticupu e Monção (Almeida; Mourão, 2017, p. 81)

Alfredo Wagner Mourão e Laís Almeida destacam que a COMARCO só podia alienar 25.000 hectares para projetos agropecuários e que, a partir de 1974, recebeu autorização do INCRA (Portaria nº.170/1974) para atuar na gleba Buriticupu e nas áreas destinadas aos projetos nacionais de Polos Agrominerais (POLAMAZONIA E POLONORDESTE) em parceria com a SUDAM, SUDENE, Superintendência de Desenvolvimento do Centro-oeste (SUDECO) e (Banco da Amazônia) BASA (Almeida; Mourão, 2017, p. 81).

Assim, é preciso compreender que os projetos desenvolvidos eram marcados por uma estrutura articulada, com base em uma parceria interinstitucional, o que permite depreender suas características como resultado de uma perspectiva de planejamento global da economia nacional.

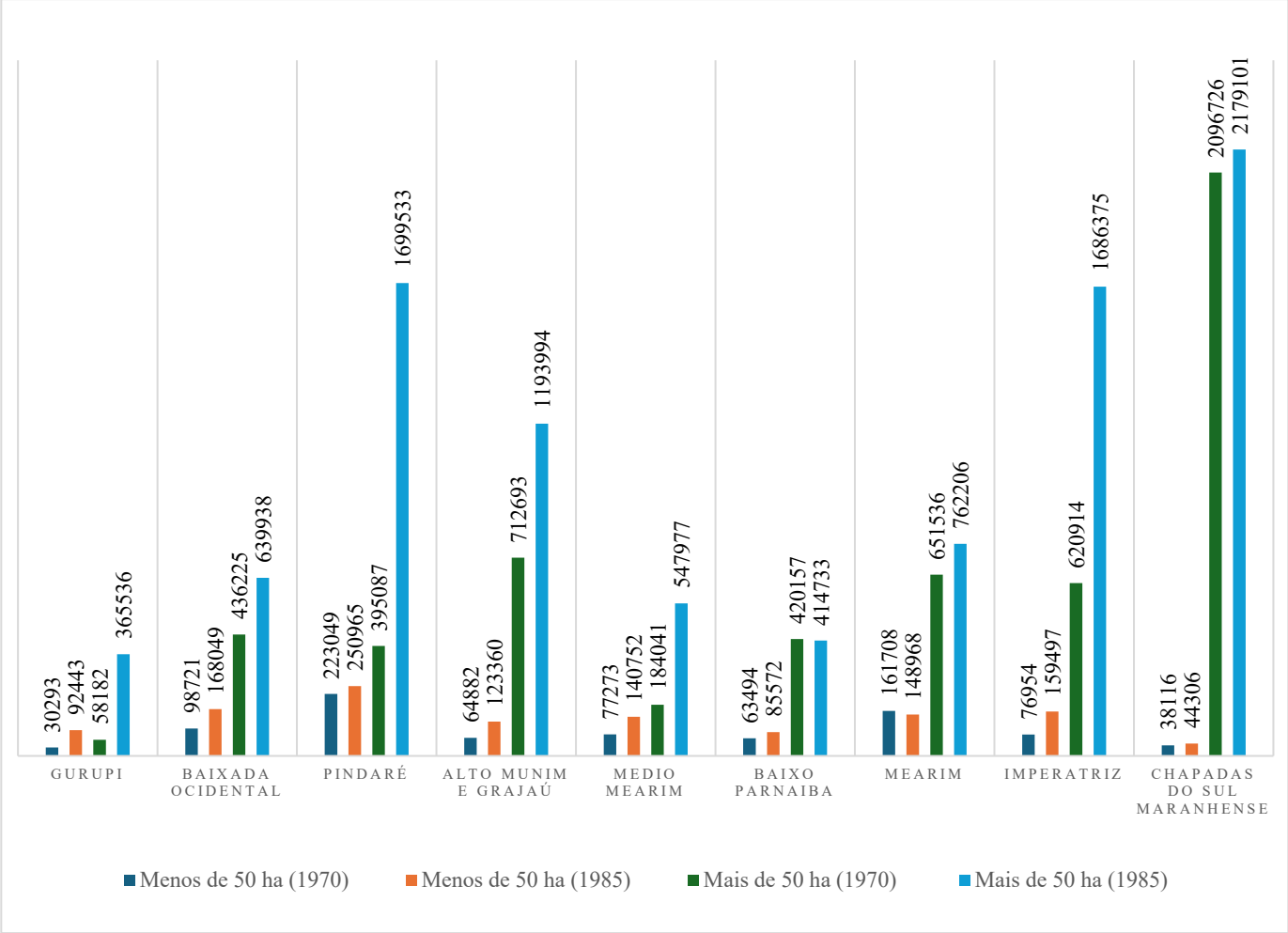
O impacto desses projetos fica evidente ao observamos a intensificação da concentração fundiária em suas áreas de atuação, o que pode ser percebido quando fazemos o levantamento da relação entre estabelecimentos agrícolas e áreas utilizadas nos anos de 1970 e 1985 nas microrregiões do estado sob influência desses projetos, conforme tabela e gráfico a seguir.

Tabela 2 – Quantidade de estabelecimentos de acordo com os grupos de área nas microrregiões de influência dos projetos de colonização (1970-1985)

Microrregiões	1970		1985	
	Até 50 ha	Mais de 50 ha	Até 50 ha	Mais de 50 ha
Gurupi	7342	158	17881	2201
Baixada ocidental	60692	1194	94899	3024
Pindaré	42239	2246	47365	7424
Alto Mearim e Grajaú	13243	1849	16528	4867
Médio Mearim	23991	768	26520	2275
Baixo Parnaíba	24210	1422	36312	1485
Mearim	46393	2845	38398	3575
Imperatriz	11736	2448	27232	6075
Chapada do Sul Maranhense	5382	4252	7689	4380

Fonte: censo agropecuário de 1970 a1985 (IBGE, 1970; 1979; 1984; 1991), elaboração própria

Gráfico 10 – Concentração fundiária nas microrregiões de influência dos projetos de colonização



Fonte: censo agropecuário de 1970 a1985 (IBGE, 1970; 1979; 1984; 1991). Elaboração própria

Há uma variação significativa nos dados oriundos do crescimento fundiário nas áreas de atuação dos projetos de colonização. Inicialmente, deve-se observar que o avanço das pequenas propriedades nessa região segue, mais ou menos, a tendência do estado como um todo. No caso do número de propriedades, enquanto o Maranhão apresentou um crescimento de 33,3%, nas microrregiões impactadas pelos projetos de colonização, esse aumento foi de 32,9%. Essa mesma tendencia é observada no caso do avanço das áreas (46,8% e 45,4% respectivamente). Ou seja, nos dois casos os números se aproximam, revelando uma tendencia à manutenção do ritmo de crescimento

No caso do crescimento identificado entre as propriedades com mais de 50 hectares, ocorrerá tanto na quantidade de estabelecimentos, quanto nas áreas observadas. Pode-se perceber que no caso dos estabelecimentos, esse avanço será de 105,4%, enquanto no Maranhão

o número de estabelecimentos com essa área cresceu 78,7%. Já a área total desse grupo aumentou 70,1%, contra 43,6% no Maranhão como um todo. Esse dado é revelador do impacto dos projetos de colonização na reestruturação fundiária do Maranhão pois demonstra que as áreas de atuação desses projetos se tronaram prioritárias na ação estatal e que a instrumentalização de suas propostas não se limitou a manter a concentração de terras, mas sim a acelerá-la de forma supreendentemente significativa. Essa estratégia de "modernização" acabou por promover o aprofundamento da desigualdade e da dependência local e nacional.

Algumas situações merecem ser destacadas. Primeiro o caso do Gurupi, onde o crescimento dos estabelecimentos com mais de 50 hectares e sua área total aumentou 1293% e 528%, respectivamente, enquanto as propriedades menores tiveram um acréscimo de 143,5% em seus estabelecimentos e 205% na área total. O dado, que demonstra um processo intenso de ocupação nessa região, é produto, principalmente, da atuação a longo prazo e conjunta de duas companhias de colonização da região: a COLENE, que tem início em 1972 e a COTERMA, em 1979. Isso permitiu o aceleramento da venda e ocupação de "terras livres".

Nesse mesmo sentido, podemos destacar o caso da microrregião do Pindaré, que apresentou um crescimento aproximado de 12% nas propriedades até 50 hectares e em sua área total, enquanto nas propriedades médias e grandes o número de estabelecimentos cresceu 230,5%, com a área total aumentando 330,1%.

Destaca-se, ainda, a microrregião da Baixada Ocidental, que teve uma evolução de 153,2% na quantidade de estabelecimentos até 50 hectares, com um crescimento de área total de 46, 6%. No caso das pequenas propriedades, os estabelecimentos tiveram uma expansão de 56,3%, em uma área de 70,2%, porém, tal como na totalidade do estado, o crescimento se deu principalmente nas propriedades com menos de 2 hectares, que tiveram um acréscimo de 51%.

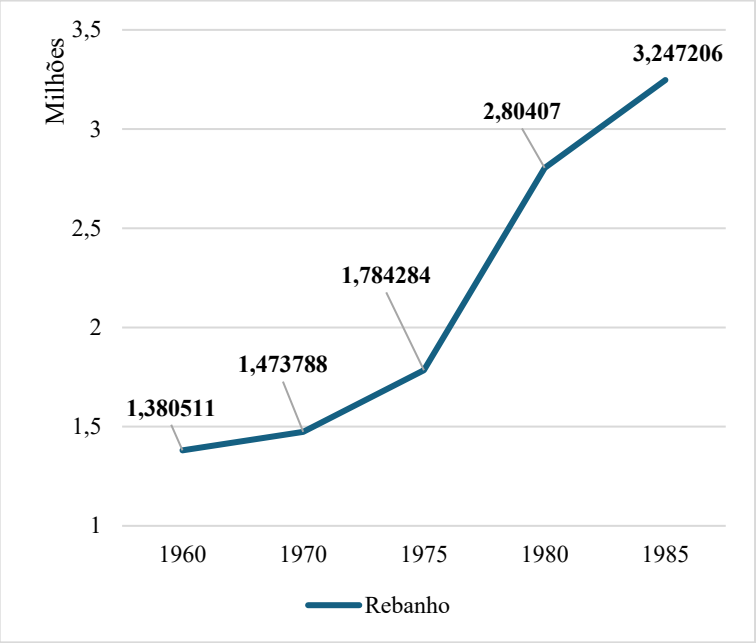
Esse mesmo movimento ocorre na microrregião de Imperatriz, que embora manifeste uma expansão nos pequenos estabelecimentos e em sua área total (132% e 107,2% respectivamente), apresenta um intenso avanço da área total dos estabelecimentos com mais de 50 hectares (cresce 148%) e em sua área total (avanço de 171,5%)

A crescente concentração da terra nas microrregiões do Gurupi, do Pindaré, da Baixada Ocidental e de Imperatriz, que juntas compõem a chamada pré-Amazônia Maranhense, aponta para o papel estratégico atribuído à região na proposta de *modernização dependente*, presente nos planos governamentais e nos discursos. Essa valorização da região da pré-Amazônia Maranhense, que acredito possa estar relacionada aos recursos naturais e fatores climáticos, também pode ter ocorrido em detrimento de microrregiões, como o Baixo Parnaíba. No Maranhão, a principal área de atuação do POLONORDESTE, focado na implantação de

projetos agrominerais na região nordestina, também foi a região amazônica, como é possível observar nas figuras 2 e 3, que tratam das áreas de atuação dos projetos oriundos do II PND. Desse modo, a microrregião do Baixo Parnaíba pode não ter atraído o interesse de projetos empresariais, devido a necessidade de maiores investimentos, diante de sua localização no cerrado.

Alberto Arcangeli (1987) faz um levantamento dos principais projetos aprovados pela SUDENE, com financiamento da Finor, da SUDAM e nas áreas de atuação da COMARCO entre os anos de 1967 e 1981 (danos nos anexos). Como o autor demonstra, há uma concentração dos referidos projetos no setor de pecuária bovina, principalmente de corte. Além disso, o autor observa que a maioria dos projetos passam a ser implantados a partir da década de 1970, em conexão com os projetos de desenvolvimento supracitados e com atuação direta do Estado.

Gráfico 11 – Rebanho bovino (1960-1985)

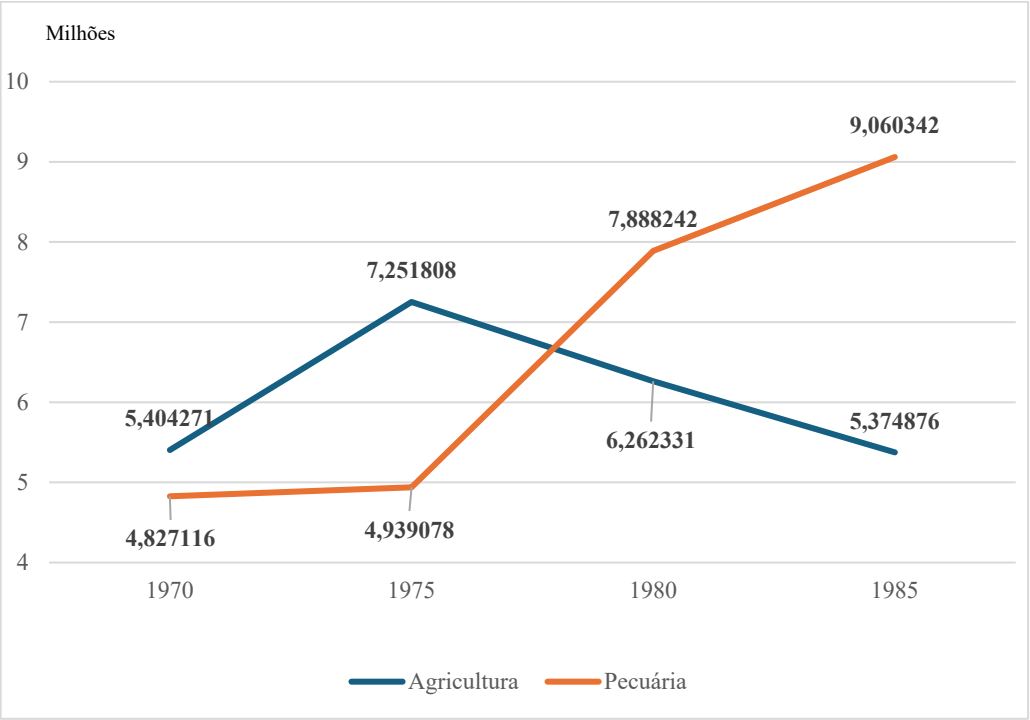


Fonte: Censo Agropecuário de 1970 a 1985 (IBGE, 1970; 1979; 1984; 1991). Elaboração própria

O gráfico acima indica o intenso crescimento do rebanho bovino no Maranhão entre 1960 e 1985, com elevação mais acentuada, principalmente, na década de 1970. Esse processo será resultado do crescimento da terra disponibilizada a projetos agropecuários desenvolvidos por instituições públicas em parceria com empresas privadas. A expansão da pecuária bovina no Maranhão ficará evidente ainda quando estabelecemos uma comparação entre essa atividade

e a produção agrícola, principal atividade até a segunda metade da década de 1975, como indica o gráfico a seguir:

Gráfico 12 – Área total destinada às principais atividades econômicas (em hectares)



Fonte: Censo Agropecuário de 1970 a1985 (IBGE, 1970; 1979; 1984; 1991). Elaboração própria

Logo, embora nos primeiros anos da década de 1970 tenha havido um crescimento das áreas destinadas à agricultura, isso se revertera no quinquênio seguinte, quando há uma extensão significativa das áreas destinadas à pecuária. Esse processo é coincidente com a implementação dos projetos de colonização no estado, principalmente ao observarmos que esse crescimento dos espaços voltados a pecuária teve como foco principal a pecuária bovina, especialmente nas áreas com maior extensão de terra.

Os dados apontam que o espaço total destinado especificamente à pecuária bovina quase dobrou entre os anos de 1970 e 1985, saindo de 4.628.093 hectares para 8.468.833, um crescimento porcentual de 82,9%. A relação com as mudanças na estrutura socioeconômica fica mais evidente quando observamos qual o grupo de área que mais destinou sua produção à pecuária bovina, em comparação com a principal produção agrícola do estado naquele contexto: o arroz. A área total destinada a produção de arroz entre as propriedades com menos de 50 hectares se manteve praticamente no mesmo patamar: saindo de 769.660 ha, em 1970, para 749.454, em 1985, uma redução de 2,6%. Já nas propriedades maiores de 50 hectares, essa

redução foi de 17%. Por outro lado, embora tenha havido um avanço das áreas destinadas a pecuária bovina nas unidades produtivas menores, partindo de 73.619 ha, para 333.165 há, esse valor foi infinitamente menor que o crescimento dos grupos de áreas com mais de 50 hectares, que aumentou de 4.554.474 ha, para 8.135.630 ha.

Em última análise, esses dados apontam o impacto das políticas de colonização e, principalmente, de seu favorecimento à pecuária bovina, pois a redução da área destinada a produção de arroz não se equipara a evolução dos espaços disponibilizados à criação de gado. Nesse sentido Arcangeli (1987) destaca que

> Os incentivos fiscais proporcionados ao Maranhão [...] nas últimas décadas [...] são os responsáveis por esta dinamização do setor [da pecuária bovina] que, antes litado às áreas de ocupação mais antiga, trilhando rumos virgens ou já percorridos pela lavoura, tem, nos últimos anos, desempenhado um violento papel expropriador da economia camponesa produtora de alimentos de origem vegetal. A corrida às terras com objetivos pecuaristas tem provocado a consolidação e difusão no estado da propriedade privada deste meio de produção, que, até pouco tempo atrás, ainda se encontrava relativamente livre (Arcangeli, p. 1987, p. 104).

Assim, destaca-se o duplo papel atribuído à terra nesse contexto, não apenas como modo de produção disponível aos capitalistas funcionantes, mas como um verdadeiro instrumento de renda e especulação frente a necessidade do capital de tudo monopolizar, pois, como observa o autor, “a grilagem e a especulação fundiária que antecede a presença do gado nas terras, lhe tem elevado sobremaneira os preços” (Arcangeli, p. 1987, p. 104).

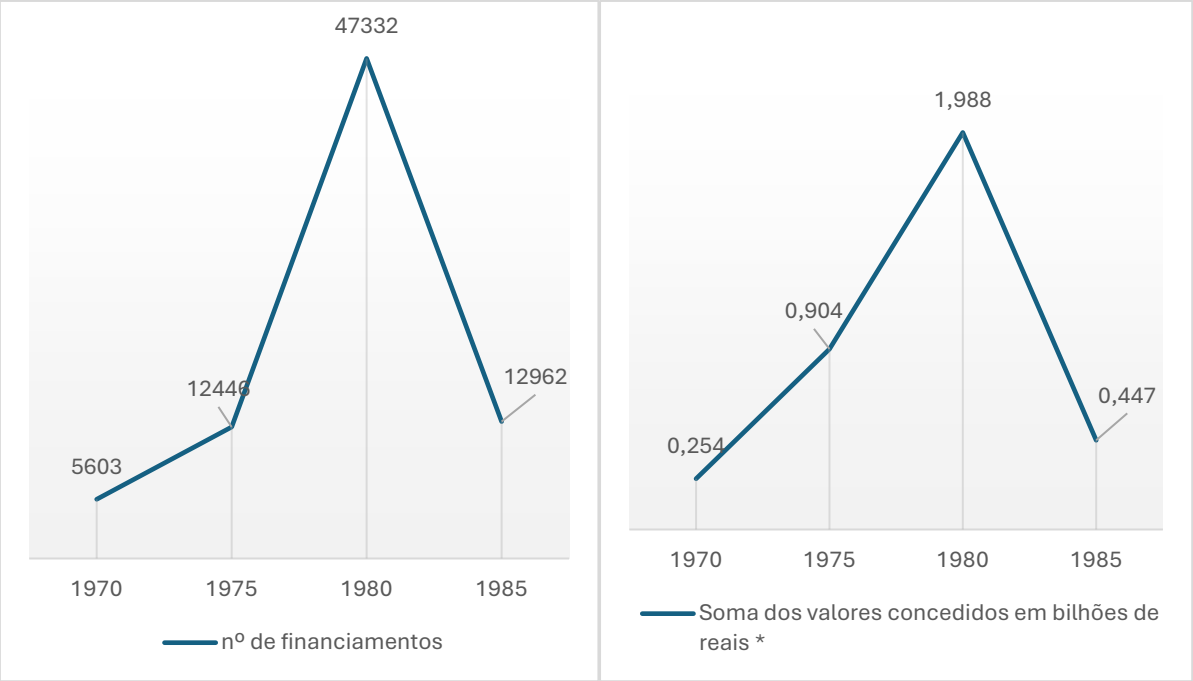
Virginia Fontes destaca esse processo de multiplicação da esfera de atuação de empresas, que passam a “atuar numa gama crescente de atividades econômicas conectadas ou não entre si” (Fontes 2010, p. 168). Portanto, a valorização da terra pode ser entendida como um instrumento de ampliação da concentração de renda, tanto por meios de controle direto sobre a terra e sua produtividade, quanto pelo estímulo a “geração controlada de burguesias locais”, o que permitia a ampliação de bens de consumo e produção dessas empresas, principalmente multinacionais. A criação da necessidade do uso de agrotóxicos e maquinários nas produções agrícolas diante do intenso processo de aprofundamento da modernização agropecuária aponta para essa ampliação de mercado consumidor e criação de instrumentos de drenagem de recursos das regiões periféricas do capitalismo para as regiões centrais.

No Censo Agropecuário de 1970, 1.510 informantes declararam ter usado algum tido de fertilizante, sendo que o uso de fertilizantes químicos foi declarado em apenas 369 estabelecimentos. Já em 1985, 5.103 indicaram o uso de fertilizantes, com 2.696 apontando o

uso de fertilizantes químicos. Mais interessante ainda é a utilização de “defensivos” que não aparece no ano de 1970, porém, em 1985, 94.027 informaram sua utilização, sendo que seu uso é indicado tanto nas grandes quanto nas pequenas propriedades (Brasil, 1984, p.16)

Além disso, o uso de tratores no campo maranhense também deu um salto, saindo de apenas 168 em 1970 para 2.975 em 1985. Esse crescimento se dará principalmente entre produtores na condição de “proprietários” (2.722) e em terras com mais 50 hectares (2.829). Destacam-se ainda os dados sobre irrigação que, mesmo estando disponíveis apenas para os anos de 1980 e 1985, observa-se um crescimento de 875 estabelecimentos usando algum método de irrigação, em 1980, para 1615, quase o dobro, no ano de 1985. Nesse mesmo sentido, os censos agropecuários apontam um avanço significativo no uso de financiamentos, como é possível observar nos gráficos abaixo.

Gráfico 13: Quantidade de financiamentos e soma dos valores emprestados aos estabelecimentos rurais (1970-1985)



* Optou-se por fazer a correção dos valores para uma melhor comparação da evolução. Valores corrigidos pelo indexador IGP-DI (FGV) por meio da calculadora do cidadão no site do Banco central: https://www.bcb.gov.br/meubc/calculadoradocidadao.

Fonte: censo agropecuário de 1970 a1985 (IBGE, 1970; 1979; 1984; 1991). Elaboração própria

Entre 1970 e 1980 é possível perceber um crescimento constante do número e do montante dos financiamentos da produção agropecuária, principalmente em 1980, produto, sobretudo, do impacto dos valores previstos pelos planos governamentais para a implementação de projetos. Tomando como exemplo o ano de 1980, em que o volume de financiamentos foi o

mais significativo, observa-se uma clara disparidade de quantidade de créditos concedidos e valores financiados em relação ao tamanho das propriedades. Nas unidades produtivas menores (até 50 ha), 34.764 das propriedades receberam algum tipo de financiamento, representando apenas 7,6% das propriedades com esse tamanho. Já nas propriedades com mais de 50 ha, esse porcentual foi significativamente maior: 31% da quantidade total (12.534).

Essa diferença fica mais evidente quando observamos a soma do valor emprestado. Enquanto as propriedades menores receberam apenas 28,1% do montante (Cr$ 1.784.216.000,00[78]), as propriedades maiores receberam 71,7% dos empréstimos (Cr$ 4.547.431.000,00[79]). Essa diferença na quantidade de financiamentos concedidos e, principalmente, dos valores emprestados, ajuda a compor a análise que temos apontado até aqui sobre o favorecimento de um tipo específico de unidade produtiva: a grande propriedade.

O acesso a fertilizantes e maquinário, oriundos, principalmente, de multinacionais estadunidenses, bem como o aumento no volume dos créditos concedidos às unidades produtivas, ajudam a deslindar as capilaridades do processo de aprofundamento do capitalismo monopolista no estado, já que a criação de novas demandas tecnológicas e a redefinição das estruturas em atendimento ao capital financeiro permitem uma ampliação de mercados, necessários ao processo de expansão e expropriação do capital.

Some-se a esse processo expropriador a, já citada, capitalização da terra com a intensificação da concentração fundiária, inclusive diretamente por empresas multinacionais, o que permitiu, em última instancia, o aprofundamento da especulação e, consequentemente, do lucro. Ou seja, abriam-se caminhos para o aprofundamento da acumulação, exigência sempre crescente no capitalismo e principalmente em sua fase recente: o *capital-imperialismo*.

Como buscamos demostrar, o Estado, em suas diferentes esferas, buscou estimular um tipo específico de produção, que unia a configuração histórica da estrutura fundiária, com uma crescente construção de consenso em torno de um projeto de modernização e de sua implementação prática, por meio de ações diretas, como os projetos de colonização e os financiamentos agropecuários.

No Maranhão, além da intensa concentração da terra e, atrelado a isso, da expulsão do camponês, tema que será mais aprofundado adiante, fica evidente a intencionalidade da criação de instrumentos de modernização produtiva. Esse processo produziu uma certa mudança

---

[78] R$ 559.733.603,64 em janeiro de 2025, valores corrigidos pelo indexador IGP-DI (FGV) por meio da calculadora do cidadão no site do Banco central: https://www.bcb.gov.br/meubc/calculadoradocidadao.
[79] R$ 1.426.592.935,47 em janeiro de 2025, valores corrigidos pelo indexador IGP-DI (FGV) por meio da calculadora do cidadão no site do Banco central: https://www.bcb.gov.br/meubc/calculadoradocidadao.

técnica na produção rural, mas, e como produto, teve como principal resultado a expansão da pecuária bovina. Não em vão, o Maranhão assumiu no ano de 2024 a dianteira das exportações de carne bovina na região Nordeste[80]

Alguns autores questionaram o pretenso processo de modernização agrícola maranhense. Maristela Andrade aponta que o "mito da modernização da agricultura" esconde o fato de que as medidas de colonização se sobrepunham às de produtividade (Andrade, 1983. p.67). Além disso, Regina Luna (1984) afirma que:

> a tão propalada "modernização" que as autoridades do governo Maranhão previram não se realiza na prática: não houve inovações tecnológicas que incidissem no aumento da produtividade e na produção não se implantaram projetos agropecuários significativos, que gerassem empregos para a força de trabalho destituída de seu meio de produção — a terra. Simplesmente substituiu-se o homem pelo boi e os camponeses passaram a sofrer, por parte do Estado, as maiores pressões para deixar a terra (LUNA, 2003, p. 60).

Nesse sentido, é preciso fazer algumas ponderações. Primeiro, que o processo de *modernização dependente* do qual estamos tratando não se resume à mera introdução de tecnologias no campo, embora elas também façam parte, relacionando-se, mesmo, com a própria reformulação do capitalismo durante o fim da Segunda Guerra Mundial. Como apresentado, é visível no discurso e na atuação estatal o interesse em reformular os métodos de produção, levando a um crescimento na produção agrícola estadual, como é o caso da cana-de-açúcar produzida, principalmente, em estabelecimentos maiores, com maior infraestrutura, cuja produção passou de 166.513 toneladas em 1970, para 793.826 toneladas em 1985. Produto, entre outras coisas, do aprofundamento técnico. No entanto, o que é fundamental de se destacar é que a inserção dependente do Maranhão na estrutura econômica mundial perpassa, como já destacamos, pela readequação do modelo produtivo em conjunto com a criação de necessidades tecnológicas que fomentavam e fomentam a acumulação do capital na ponta, nos países imperialistas.

Segundo a alegada priorização da política de colonização em detrimento de um projeto de modernização da agricultura precisa ser mais bem aprofundado, pois de fato não se pode negar que exista uma ampliação da ocupação da terra por pequenas propriedades, que se aprofunda durante os anos 1950 e se mantem, em menor escala, durante o contexto ditatorial. Esse processo pode ser compreendido a partir do conceito gramsciano de hegemonia cuja

---

[80] https://redeglobo.globo.com/ma/tvmirante/noticia/mirante-rural-ma-se-transforma-no-maior-exportador-de-carne-bovina-do-nordeste.ghtml

manutenção depende de um certo equilíbrio entre consenso e coerção. Logo, o fenômeno de ampliação da mobilização dos trabalhadores rurais durante a primeira metade da década de 1960 por maior participação na política exigiu, daqueles que golpearam a democracia então incipiente, uma resposta que veio por meio do fortalecimento da coerção e do relativo distributivismo nas áreas de conflito, principalmente quando comparamos o porcentual de acesso legal à propriedade da terra, já discutido anteriormente. Todavia, como demostrado, essa política distributivista era secundária diante da primazia dada ao projeto de *modernização dependente*, que envolvia a criação de estruturas para a capilarização do *capital-imperialismo* durante a segunda metade do século XX, como o que será visto a seguir com a análise do Projeto Grande Carajás.

2.4 O Projeto Grande Carajás: aprofundando a modernização dependente

Além da reformulação da estrutura fundiária e da produção agrícola, bem como o estabelecimento de uma "bovinocracia" no Maranhão, como descrito por Alberto Arcengeli (1987), outro importante avanço do que chamamos de *modernização dependente* no Maranhão foi a implementação do Projeto Grande Carajás (PGC) em 1980.

Vários estudos[81] apontam a relação entre o setor de mineração, principalmente multinacional, e o golpe de 1964, considerando, principalmente, o avanço da perspectiva nacionalista e, relacionado a isso, o questionamento às ações de empresas do setor[82], essas multinacionais passaram a atuar ativamente para a deposição de João Goulart.

Ana Carolina Moraes (2020) aponta a relação entre o setor de mineração e o Ipes, órgão que, como já destacado, teve uma importante atuação na deflagração do golpe em 1964. A autora destaca o protagonismo da instituição na aglutinação de forças contra Goulart em Minas

[81] Dreifuss (1984); Almeida (1992); Mata-machado (2003); Fernandes et al (1982), Moraes (2020)

[82] Destaca-se especialmente a situação de 17 empresas do Quadrilátero ferrífero de Minas Gerais que tiveram seus registros suspensos por irregularidades ainda durante o governo Jânio Quadros cuja suspensão foi confirmada durante reexame do governo de João Goulart, entre elas os grupos multinacionais: "Icominas/Icomi, Mannesmann Mineração S.A./Siderúrgica Mannesmann, Sobramil/grupo Chamma, Cia. Minas de Jangada S.A./grupo Jafet, Cia. Mineração Trindade/Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira e Cia. Mineração Novalimense/grupo Hanna" (Moraes, 2020, p. 52). Ana Carolina Moraes destaca ainda a situação de disputa entre o governo de Minas Gerais e a empresa Dema de propriedade da multinacional Wah Chang, em associação com capital nacional, pelo avanço da empresa sobre terras de propriedade da empresa estatal Companhia Agrícola de Minas Gerais (Camig). Outra situação é a da empresa S.A. Mineração de Amianto (SAMA), de capital francês, que entrou em disputa com a empresa estatal Metais de Goiás S.A. por jazidas de amianto descobertas no estado goiano (Moraes, 2020, p. 53). Descarta-se, ainda, nesse sentido, a apresentação de projeto de lei da bancada gaúcha no Congresso Nacional para criação da estatal Minerobrás, com base em estudos da Executiva Nacional dos Estudantes de Geologia (Eneg), que apontavam uma série de irregularidades nas licenças concedidas a empresas estrangeiras (Moraes, 2020, p. 54), que, apoiada por importantes setores da esquerda brasileira, representava um verdadeiro ataque aos interesses de mineradoras multinacionais.

Gerais, estado chave na questão da mineração. Ela observa que a presença de importantes nomes da mineração no interior do Ipes, assumindo, inclusive, cargos durante o governo ditatorial, como é o caso de Oscar de Oliveira, que assumiu a presidência da Companhia Vale do Rio Doce durante o governo do general Castelo Branco. A autora demostra inclusive que esses mineradores tinham importante papel no financiamento do Ipes (Moraes, 2020, p. 55).

Portanto, a tomada de poder em 1964 representava, entre outras coisas, um avanço da empresa mineradora sobre o Estado, como forma de estancar a ascensão da política nacionalista e de abrir novos espaços para a atuação do capital no setor. Assim:

> No contexto do regime civil-militar, a mineração industrial torna-se política central do Estado principalmente a partir do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1974-1979), particularmente, através do Polamazônia, em que a grande maioria dos polos de desenvolvimento planejados para a região girava em torno de indústrias da mineração, e posteriormente, com o III Plano de Desenvolvimento da Amazônia e o Programa Grande Carajás – PGC, que consolidou, já na década de 1980, a mineração industrial como via principal do planejamento do desenvolvimento regional (Malheiro et al, 2021, p. 31).

A importância dada ao setor de mineração e sua relação com as concepções de integração e desenvolvimento regional da ditadura empresarial-militar explicitam-se na região amazônica, principalmente a partir da descoberta da jazida de ferro na região do Carajás, que ocorreu em 1967 como produto da ingerência do capital multinacional aprofundada pela ditadura empresarial-militar. Os geólogos Erasto B. de Almeida e João E. Ritter, responsáveis pela descoberta, trabalhavam para a Companhia Meridional de Mineração (CMM), cessão da empresa estadunidense *United States Steel Corporation* – (USSCo).

Em 1970, a CMM, que havia entrado com o pedido para o direito de lavra na região de Carajás, aceitou associar-se a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), dessa associação sendo criada a Amazonia Mineração S.A. Mesmo sendo uma empresa de capital misto com capital majoritário da CVRD, que detinha 51% contra 49% da CMM, "o acordo de acionistas estipulava a igualdade das partes no processo decisório" (Feitosa, 1988, p. 10), tendo conseguido concessão de 18 das 28 áreas requeridas.

Durante a primeira fase de implementação do projeto, a CMM alegou divergências na capitalização e, considerando o contexto internacional de crise econômica e incertezas, alegou a inviabilidade do empreendimento, o que levou a um progressivo desinteresse da empresa, até o seu desligamento do programa em 1977, tendo recebido uma significativa indenização da CVRD, que assumiu a direção das atividades.

Mas o interesse pela produtividade mineral na Amazônia se exprimia na sua própria prioridade nos planos de desenvolvimento. O I PND, por exemplo, definia importantes investimentos em relação a região amazônica, principalmente o mapeamento radamétrico, por meio do projeto RADAM, que permitia o levantamento do potencial geral de produção mineral, e, atrelado a isso, o avanço de estrutura infraestrutural na região, baseados principalmente no que era definido pelo Projeto de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA).

Outro ponto de aprofundamento da política de mineração na região amazônica foi produto da implementação do II PND (1974) e dos programas agrominerais, que conforme apontado nas figuras 2 e 3, estabeleciam áreas prioritárias de atuação.

Monica Piccolo (2022) observa que o II PND indicava o papel primordial da empresa privada no desenvolvimento capitalista, assim, cabendo-lhes os investimentos e a produção rentável. Assim, "os projetos das empresas governamentais só seriam aprovados caso a iniciativa privada não tivesse condições de realizá-los, seja em função do volume dos investimentos, da baixa rentabilidade dos projetos ou da tecnologia exigida (Piccolo, 2022, p.182), o que ocorre com o setor de siderurgia. Conforme destaca o próprio II PND:

> Complexo Mínero-Metalúrgico da Amazônia Oriental, compreendendo o esquema integrado Carajás - Itaqui (minério de ferro e siderurgia), o conjunto bauxita-alumina-alumínio (Trombetas-Belém) e inúmeros outros empreendimentos associados ao aproveitamento do potencial hidroelétrico da região Araguaia-Tocantins (São Félix e Tucuruí). Os investimentos, até agora, estão estimados em Cr$ 16 bilhões, na primeira fase (Brasil, 1974, p. 49).

O governo de Figueiredo, em um contexto de crise internacional devido ao segundo choque do petróleo (1979) e na dificuldade de liquidez, será marcado pelo:

> […] aumento das taxas de juros internacionais puxado pelos EUA, que reduziu a liquidez mundial e dificultou a captação de novos empréstimos, ao mesmo tempo em que aumentou os encargos da dívida externa brasileira, contratada a juros flutuantes; a deterioração da situação fiscal do governo, com redução da carga tributária bruta, aumento do pagamento de juros da dívida interna, aumento do déficit das estatais etc. (Bellingieri, 2005, p. 16).

Diante desse contexto de crise, o governo lançou o III Plano Nacional de Desenvolvimento, que tinha uma cessão voltada para o setor de mineração, dando destaque ao aprofundamento da pesquisa geológica e tecnológica; melhoria do impacto do setor nas exportações nacionais e na balança comercial; ampliação do setor para outros modalidades de exploração, como a marítima; incentivo da participação do setor privado; aumento da

produtividade; e efetivação de “projetos de investimentos já decididos ou em execução, ajustando-se suas metas e prazos às efetivas disponibilidades de recursos” (Brasil, 1979, p.79).

Além disso, o documento determinava como deveria ser a atuação especifica na região amazônica, indicando o fortalecimento das instituições ali atuantes, entre elas a SUDAM, com foco no desenvolvimento regional. Nesse sentido, ele aponta tal como em planos anteriores que

> A progressiva ocupação da região e a consolidação da infraestrutura econômica e social das áreas que apresentam grande potencial econômico - especialmente para geração de energia e *atividades agrominerais,* agropecuárias, agroindustriais e pesqueiras - deverão considerar a necessidade de diversificar, ampliar e fortalecer a economia regional e absorver fluxos migratórios (Brasil, 1979, p. 86).

Nesse sentido, seguindo os instrumentos instituídos nos planos anteriores, o III PND também institui como fundamental a atuação de empresas privadas, mas sem renunciar à atuação estatal nos investimentos de desenvolvimento regional e com a manutenção do PIN e do PROTERRA.

Portanto, em linhas gerais, o objetivo era dar continuidade aos projetos pensados ainda durante o II PND, sobretudo por meio do fortalecimento do setor de mineração, como forma de fazer frente à intensificação do endividamento externo. O Projeto Grande Carajás (PGC) será produto, portanto, desse contexto de pressão econômica internacional e de necessidade de ampliação do mercado nacional, em atendimento à demanda imperialista de minerais.

Deve-se destacar que a criação do projeto ocorre em meio ao processo de abertura política, que, conforme destacado por Renato Lemos (2002) buscava “preparar a transição do regime, não necessariamente para outro qualitativamente diferente, mas para outra forma, que incorporasse novas forças políticas, sem descartar a tutela militar” (Lemos, 2002, p. 293). Desse modo, a concepção de uma transição “lenta, gradual e segura” era uma garantia da manutenção das transformações socioeconômicas estabelecidas durante a ditadura. Como destaca Luciano Martins (1988), o modelo de liberalização pode ser caracterizado da seguinte forma

> 1) Restauração progressiva dos direitos civis e políticos; 2) restabelecimento de alguns canais de representação de interesses e 3) adoção de formas de validação legal para a escolha de dirigentes e para os atos do governo. Mas ao mesmo tempo, controles autoritários foram institucionalizados para conter o exercício desses direitos e funções políticas dentro dos limites impostos pela autoridade executiva. Esses limites podiam ser ampliados ou reduzidos, de acordo com a fase do processo político, a mentalidade política do dirigente e a intensidade das demandas expressas por grupos estratégicos e pela imprensa (Martins, 1988, p.129).

Assim, a instauração do PGC pode ser entendida como uma continuidade estratégica da política de *modernização dependente* da ditadura, pois a manutenção da ação planejadora do Estado na direção da formação de novos mercados garantia a ampliação da extração e acumulação de capitais de regiões periféricas para os centros imperialistas. Essa continuidade era perceptível de dois modos: de um lado, pelo criação de instrumentos de controle do processo de abertura política, e de outro, pela intensificação dos investimentos públicos em setores de interesse do grande capital multinacional.

Além disso, o contexto abertura política, como destaca Maria Alves (1984) é marcado pelo controle sobre a aposição, já que "os parâmetros da 'democracia forte' eram definidos de modo a limitar a participação de setores da população até então excluídos e permitir que o Estado determine qual é a oposição aceitável e qual é intolerável (Alves, 1984, p. 225). Portanto, o Estado garantia a partição de uma "oposição de elite", enquanto mantinha a forte repressão contra trabalhadores e camponeses. Desse modo, o contexto de abertura política não abria espaços para contestações de movimentos populares, o que garantia a tranquilidade na condução do PGC.

O Projeto Grande Carajás será instituído pela Lei nº 1.813 de 24 de novembro 1980, e à exemplo de programas anteriores, previa a atuação em diferentes frentes, por meio do avanço sobre as "terras livres" da região amazônica. Entre as áreas de atuação estava:

> [...] I - Serviços de infraestrutura, com prioridade para:
> a) o projeto da Ferrovia Serra de Carajás - São Luís;
> b) a instalação ou ampliação do sistema portuário e de outros investimentos necessários à criação e utilização dos corredores de exportação de Carajás;
> c) as obras e instalações para a criação e utilização de hidrovias com capacidade para transporte de grandes massas;
> d) outros projetos concernentes a infraestrutura e equipamentos de transporte que se façam necessários à implementação e ao desenvolvimento do Programa Grande Carajás;
> e) o aproveitamento hidrelétrico das bacias hidrográficas;
> II - Projetos que tenham por objetivo atividades de:
> a) pesquisa, prospecção, extração, beneficiamento, elaboração primária ou industrialização de minerais;
> b) agricultura, pecuária, pesca e agroindústria;
> c) florestamento, reflorestamento, beneficiamento e industrialização de madeira; aproveitamento de fontes energéticas;
> III - outras atividades econômicas consideradas de importância para o desenvolvimento da região (Brasil, 1980, p. 01).

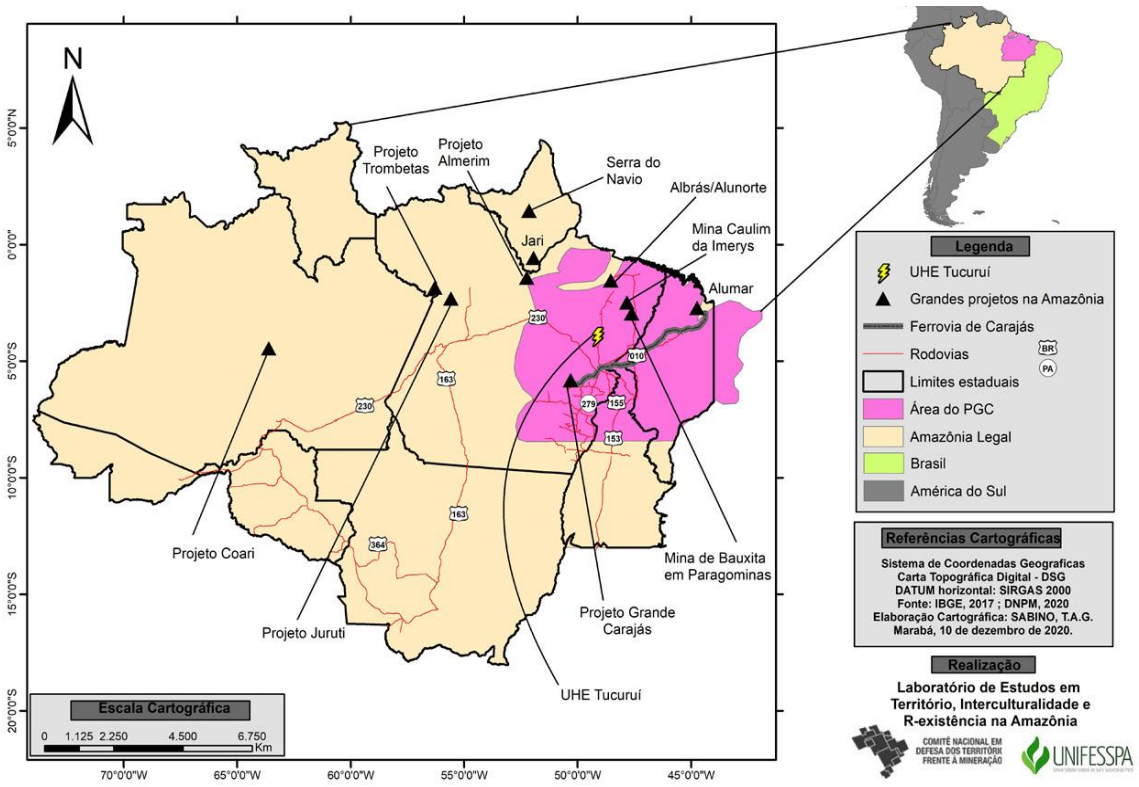
Portanto, observa-se uma diversidade de atuações, apontando a permanência dos grandes projetos, da ocupação dos espaços e do desenvolvimento, como produto da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND). Como o apontado por Alfredo Wagner, o

Programa Grande Carajás era um “amplo teatro de operações dos múltiplos projetos da CVRD” (Almeida, 1994, p. 28). Assim:

> A criação do PGC era apenas uma consequência do fato de que o Governo Federal já estava envolvido na implantação de projetos minero-metalúrgicos de ferro e de alumínio na região, além de estar implantando a hidrelétrica de Tucuruí e a infraestrutura de transportes (rodovias, ferrovias e porto) centralizava, entretanto, todo o poder em Brasília e se superpunha às três Superintendências Regionais de Desenvolvimento; SUDAM, SUDENE e SUDECO, todas operando em macrorregiões respectivamente Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País (Gistelinck, 1988, p. 60).

Nesse sentido, os projetos, definidos pelo Polamazônia, incluíam a implementação de processos extrativistas e obras de logísticas “como a exploração da jazida da Serra dos Carajás pela Companhia Vale do Rio Doce atrelada à construção da Ferrovia Carajás-Itaqui e à construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT)” (Malheiro *et al*, p. 31). Como pode ser observado na imagem a seguir, que demostra as áreas de atuação do projeto, em rosa.

Figura 10 – Áreas de influência do Projeto Grande Carajás na Amazônia Legal



Fonte: LaTierra, 2021 *apud* Malheiro et al, p. 32

Um dos produtos principais do PGC era o Programa Ferro Carajás da CVRD, que compreende um sistema integrado, envolvendo a atividade de mineração na Serra do Carajás

no Pará, o transporte por meio da Estrada de Ferro Carajás até São Luís (uma distância de 890 km) e as instalações portuárias no Porto da Madeira, em São Luís, além de atividades de administração, operação e manutenção. O projeto se instituiu em uma área de 10.719 ha, somando os espaços do porto, da ferrovia e da mina, permitindo à CVRD apropriar-se de uma intensa faixa de terra no Pará e no Maranhão.

Dirigido pela CVRD, as obras tiveram início em 1978 e depois foram integradas ao programa Grande Carajás, recebendo prioridade de investimentos do governo federal. As atividades tiveram início no ano de 1985.Em 2024, o sistema norte, que abriga Carajás, produziu 177,5 milhões de toneladas de minério de ferro, conforme dados divulgados pela Vale[83], antiga CVRD.

Ainda no setor de mineração, deve-se destacar a implementação do Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR), se se originou de uma associação entre a ALCOA alumínio S/A e a Billington Metais S/A (pertencente ao Grupo Shell). A fábrica teve suas obras iniciadas em 1980, com o investimento de 1,5 bilhões de dólares, e começou a operar em 1984, com capacidade de 1 milhão de toneladas de alumina por ano e 350 toneladas de alumínio por ano.

A extração mineral oriunda da região do Carajás tinha como destino principal, durante a década de 1980, o mercado asiático, representando 48% das exportações, principalmente para o Japão. Observa o crescimento das exportações durante a segunda metade da década de 1980, conforme tabela abaixo:

Tabela 3 – Volume físico das exportações do Maranhão para o exterior 1985-1990 – principais produtos (em 1000t)

Produtos	1985	1987	1990
Minério de Ferro	583.132	48.612.253	31.410.139
Manganês	36.269	53.700	169.385
Ferro gusa	-	-	139.082
Alumínio	50.844	168.500	234.274
Alumina	8.812	36.600	163.239
Outros	10.500	4.100	101
Total	689.557	48.875.153	32.116.220

Fonte: Codomar, 2004 *apud* Lopes (2004, p. 55)

[83]https://www.infomoney.com.br/mercados/vale-producao-de-minerio-de-ferro-em-carajas-pode-subir-a-200-mi-toneladas-em-2030/

Desse modo, a implementação do Programa Grande Carajás, além de composição nos problemas já apresentado sobre a questão agraria diante da expropriação da terra, representava o projeto de *modernização dependente* encabeçado pela ditadura empresarial-militar, contribuindo significativamente para as alterações sociais que se delineiam naquele contexto. O desenvolvimento do PGC aprofunda problemáticas que já assolavam o meio agrário maranhense. Como afirma Gistelinck (1988), sua implantação irá fomentar ainda mais o processo de êxodo rural: por um lado, pela atração de migrantes para as áreas de atuação dos investimentos em busca de melhores condições de vida, e por outro, pela especulação em torno das áreas à margem da ferrovia que, atrelado aos efeitos da Lei de Terras Sarney, aprofundará ainda mais a grilagem de terras (Gistelinck, 1988).

Êxodo Rural no Maranhão (1960-2000)

	1960	**1970**	**1980**	**1991**	**1996**	**2000**
Pop. Urbana	442.995	752.027	1.255.156	1.972.421	2.711.175	3.355.577
%	18 %	25 %	31 %	40 %	51,9%	59,5%
Pop. Rural	2.034.376	2.240.886	2.741.248	2.957.832	2.511.008	2.282.804
%	82 %	75 %	69 %	60 %	48,1%	40,5%
Pop. Total	2.477.371	2.992.686	3.996.404	4.930.253	5.222.183	5.638.381

Fonte: Cabral, 2002, p. 4.

Assim, a soma dessas transformações foi fator preponderante para as alterações que incluíram o Maranhão no contexto geral do *capital-imperialismo*, pois além dos elementos já apresentados de criação de um mercado de terras, ampliação do financiamento da produção rural, criação de demandas por insumos e produtos tecnológicos oriundos da indústria na produção agrícola, ajudando a compor de forma dependente o mercado global, destaca-se também outro importante elemento desse processo: a liberação de mão de obra ao mercado que, sobretudo em uma estrutura de capitalismo periférico, ajudou a compor um importante exército de reserva que barateou ainda mais os custos de produção. Desse modo, o Maranhão passa a se constituir em mero fornecedor de bens alimentícios e matéria-prima para o mercado internacional, estabelecendo a sua posição periférica em relação às estruturas econômicas globais, mas também regional e nacional. Como destaca José Martins (1981)

> Os trabalhadores expropriados são livres para vender o que lhes resta, a sua força de trabalho, a quem precise comprá-la, quem tem as ferramentas e os materiais, mas não tem o trabalho. São iguais ao capitalista, ao patrão, no sentido de que um vende e o outro compra força de trabalho, um trabalha e o outro paga um salário pelo trabalho. A relação de compra e venda só pode existir entre pessoas formalmente iguais. Só pessoas juridicamente iguais podem fazer contratos entre si (Martins, 1981, p.153).

Essa perspectiva pode contribuir de forma significativa na formação de alunos que possam ir além da mera adaptação a realidade, pois a compreensão do contexto social, político e econômico em que estão inseridos e a trajetória de expropriação dos camponeses permite dimensionar a complexidade dos instrumentos de dominação e os limites da democracia liberal, contribuindo para uma reflexão sobre formas de superação.

Ao se propor pensar estratégias de mediação didática dos temas em questão é fundamental pensar as próprias características do processo de escolarização e suas limitações, que não são apenas limitações de ordem técnica, mas de caráter estrutural profundo, produto da proposta de adequação dos indivíduos, o que exige a proposição de uma nova perspectiva, pautada na própria *prática social* e nos meios de sua transformação.

CAPÍTULO 3 – ENSINO DE HISTÓRIA E FORMAÇÃO PARA EMANCIPAÇÃO: SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DO *OBSERVATÓRIO DO CAMPO MARANHENSE*

Neste capítulo, busca-se analisar os limites da perspectiva de formação cidadã que está impregnada no currículo de História e na própria literatura sobre o ensino da disciplina. Argumenta-se que essa perspectiva tem como preocupação principal a adaptação dos alunos a uma estrutura preconcebida. Acredita-se que, a partir da própria experiência dos camponeses expropriados, é possível perceber os interesses da sociedade capitalista na formação de uma cidadania instrumental, que prioriza a igualdade jurídica como forma de manutenção da liberdade de comprar e vender, inclusive a força de trabalho, como se verá a seguir.

3.1 Educação Básica e Formação cidadã: uma análise a luz da Pedagogia Histórico-critica

> Nossa Justiça, tradicionalmente omissa e indiferente em relação aos direitos costumeiros, só reconhece no posseiro, no ocupante, no lavrador em terra devoluta a condição de sujeito de contrato, juridicamente igual, portanto cidadão, no momento em que o priva de seus direitos que ele supõe ter com base no consuetudinário, no momento em que reveste de legalidade o ato de sua expulsão da terra em que mora e trabalha, no momento em que desfaz o suposto contrato entre o pretenso proprietário e o pretenso invasor (José Martins, 1998, p. 675).

A condição histórica das populações do campo e a forma como estas têm sido sistematicamente alijadas do direito à cidadania nos permitem uma reflexão sobre o papel da educação e, mais especificamente, do ensino de História na elaboração de princípios axiomáticos relacionados à formação da cidadania. Ou seja, o estudo das violações de direitos pelas quais passaram esses sujeitos pode ter um enorme potencial para uma discussão mais profícua com os alunos da educação básica sobre os limites e as potencialidades do ideário cidadão.

A formação para a cidadania tem sido elencada como um dos principais objetivos da educação, de modo geral e, particularmente, para o ensino de História. Acumulam-se, portanto, trabalhos que apontam para a relevância do processo educacional na formação de uma cidadania crítica e atenta às necessidades da vivência em sociedade.

Deve-se observar que essa questão fundamental aparece na própria Constituição Federal, em seu artigo 205, em que se indica como objetivo educacional o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil, 1988).

Essa necessidade de preparo para a cidadania está em acordo com a perspectiva primordial que compõe a conjuntura de produção da Constituição de 1988, dita "cidadã". Como observa Neves, a Constituição de 1988 é resultado das profundas mudanças ocorridas no país, no cenário econômico e nas relações sociais de poder, que se consolidaram nos últimos vinte anos, "introduzindo temas, incorporando às instituições sociais segmentos historicamente marginalizados, sem, no entanto, alterar substantivamente as relações sociais vigentes" (Neves, 1999, p. 99).

Sem dúvida alguma, o processo de redemocratização e a ampliação da participação de alguns setores da sociedade na política brasileira permitiram uma maior reflexão sobre a formação de indivíduos inteirados dos instrumentos de acesso ao poder. Portanto, a inclusão do tema da cidadania relacionado à educação e a noção desta como um direito de todos se apresentam como um importante momento de inflexão, que contribuiu para uma série de avanços no que diz respeito ao acesso e à permanência dos alunos nas escolas.

Seguindo o mesmo princípio, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) replica, em seu artigo 2º, o texto da Constituição de 1988, evidenciando que, embora o processo educativo não se restrinja à educação formal, a escola tem uma dupla função básica: no exercício da cidadania e na qualificação profissional.

Além disso, no que diz respeito à formação para a cidadania, a LDB aponta ainda que, entre os objetivos da educação básica indispensáveis para essa formação cidadã, estão a plena alfabetização e a formação leitora, percebidas, nesse caso, como instrumentos precípuos da atuação do indivíduo em sociedade. Nesse mesmo documento, estabelece-se como diretriz básica, a ser observada na composição dos conteúdos, "a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática" (Brasil, 1996, p. 25). Iria Brzezinski argumenta que o processo de tramitação da LDB revelou um campo de disputas ideológicas entre o público e o privado. De um lado estava:

> a defesa da escola pública, laica, gratuita para todos e de qualidade socialmente referenciada em todos os níveis de escolarização, e [de outro,] o ensino privado, administrado pelos empresários que não encontraram obstáculos da sociedade política para transformar em mercadoria o direito à educação preceituado na Constituição de 1988 (Brzezinski, 2010, p 190)

Essa disputa implica não apenas os interesses de determinados setores da sociedade sobre a lucratividade do processo educacional, mas também os princípios que regem uma concepção de educação influenciada pelo desejo de manutenção de determinados privilégios das classes possuidoras.

De todo modo, a dualidade "preparo para o exercício da cidadania e qualificação profissional", presente nas supracitadas legislações, tornou-se o vetor central na construção dos documentos curriculares legais subsequentes, entre eles: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e a Base Nacional Comum Curricular.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), por sua vez, buscam desenvolver a concepção de educação integral, apontando para a relação necessária entre cuidar e educar como base para a ação educacional de “criaturas humanas em formação” (BRASIL, 2010). Essa visão holística da educação ajuda a construir, portanto, um olhar sobre o aluno como um ser dotado de necessidades formativas que não se restringem apenas à formação intelectual formal, mas que abarcam a integralidade do indivíduo em suas múltiplas demandas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica são o aparato legal que mais intenciona aprofundar a discussão sobre a temática da cidadania e da formação cidadã; não à toa, a palavra cidadania e suas derivações aparecem 52 vezes no documento. É relevante observar que o texto faz uma crítica a um pretenso caráter “essencialmente social” de que a ideia de cidadania se reveste no Brasil. Isso ocorre pois, embora a concepção de cidadania tenha recebido uma conotação mais política no sentido de participação ativa nas decisões “pertinentes à vida cidadã”, no Brasil essa concepção ainda está atrelada a um momento histórico em que os movimentos sociais lutavam por uma “existência mais digna” (Brasil, 2010, p. 18).

Diante disso, o documento busca fazer uma reflexão sobre as formas de exclusão vivenciadas, que são caracterizadas por serem “cada vez mais sutis e humilhantes”. Nesse contexto, a cidadania se apresenta como um importante instrumento de sociabilidade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que, por sua vez, busca estabelecer competências e habilidades comuns na educação básica, apresenta a discussão sobre a construção da cidadania nas competências gerais do documento. De acordo com o texto, espera-se que o aluno possa:

> Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (Brasil, 2018, p.9)

Deve-se observar que a BNCC, em suas linhas mais gerais, não se aprofunda de forma significativa na temática da construção da cidadania, limitando-se a citar trechos dos instrumentos legais que a precederam no sentido de reiterar o papel da educação em sua dupla tarefa de formação para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho. É perceptível,

nesse primeiro momento, a necessidade de evidenciar a importância do fundamento da pedagogia das competências, presente na BNCC. Nesse sentido:

> a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem "saber" (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem "saber fazer" (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC (Brasil, 2018 p. 13).

Nesse mesmo contexto, a BNCC indica que a educação baseada em competências, expressa na diretriz curricular, além de se relacionar com o texto da LDB, também está afinada com um conjunto de orientações que, desde a segunda metade do século XX, marcam tanto a educação em suas esferas municipais e estaduais quanto as diretrizes curriculares em diversos países[84] (Brasil, 2018). Além disso, o documento argumenta que essa é a estrutura avaliativa adotada pelos órgãos internacionais de avaliação da educação[85] (Brasil, 2018, p. 13).

Desse modo, a compreensão sobre as noções de cidadania presentes no aparato legal é limitada à manutenção dessa ordem democrática. O olhar sobre o que é ser cidadão, portanto, não escapa de um tipo de cidadania que tem como parâmetro os limites do liberalismo, ou ainda, em conexão com as transformações socioeconômicas do último quartel do século XX, do neoliberalismo.

O que se deve ensinar é produto de determinado contexto socioeconômico, político e cultural, que se liga, em última instância, aos objetivos da sociedade e ao que se espera de cada grupo social. Como observa Chervel:

> A instituição escolar é, em cada época, tributária de um complexo de objetivos que se entrelaçam e se combinam numa delicada arquitetura pela qual alguns tentaram fazer um modelo. É aqui que intervém a posição entre *educação* e *instrução*. O conjunto de finalidades consigna à escola sua função *educativa*. Somente uma parte delas obriga a escola a dar *instrução*. Mas essa instrução está integrada ao esquema educacional que governa o sistema escolar, ou o ramo estudado. As disciplinas escolares estão no centro desse dispositivo. Sua

---

[84] Austrália, Portugal, França, Colúmbia Britânica, Polônia, Estados Unidos da América, Chile, Peru, entre outros (Brasil, 2018, p.13).

[85] O documento destaca a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE) (Brasil, 2018, p. 13).

> função consiste, em cada caso, em colocar um conteúdo de instrução a serviço de uma finalidade educativa (Chervel, 1992 *apud* Bittencourt, 2004, p. 17).

Nessa sociedade neoliberal, pautada por "políticas como o equilíbrio fiscal, desregulação dos mercados, a abertura das economias nacionais e a privatização dos serviços públicos, [...] crítica às democracias de massa" (Fiori, 1998 apud Saviani, 2019, p. 499), a pedagogia é caracterizada pelo discurso do "fracasso da escola pública, justificando sua decadência como algo inerente à incapacidade do Estado de gerir o bem comum. Com isso, advoga-se [...] a primazia da iniciativa privada regida pelas leis do mercado" (Saviani, 2019, p. 500).

Saviani também observa que nem sempre é fácil identificar e caracterizar as novas ideias pedagógicas surgidas no contexto da década de 1990, pois não são marcadas por um núcleo coeso e positivo, principalmente porque suas referências estão nos movimentos que as antecedem. Desse modo, Saviani procura denominá-las pelo uso de anteposições do tipo "pós" e "neo", tendo como categorias centrais: "neoprodutivismo, neoescolanovismo, neoconstrutivismo, neotecnicismo" (Saviani, 2019, p. 500).

O autor relaciona o neoprodutivismo com o processo de aprofundamento da individualidade. Logo, nesse novo contexto, a preparação para o mercado de trabalho não é mais uma iniciativa dos setores de planejamento do Estado, mas resultado da capacidade de decisão do indivíduo na busca pela sua preparação diante do ambiente de competitividade. Desse modo, o que se torna central é o princípio da empregabilidade, já que a escolarização não garante o acesso ao emprego.

Diante disso, a educação serve como um "investimento em capital humano". Os graus de escolarização são, desse modo, instrumentos que facilitam o acesso ao emprego, mas que não o garantem, já que na sociedade atual há uma convivência aceitável com altos índices de desemprego. Saviani denomina essa perspectiva de pedagogia da exclusão, pois, de um lado, admite-se que na atual ordem econômica não há espaço para todos; e, de outro, observa-se a crescente automação dos processos produtivos, dispensando de modo cada vez maior a mão de obra.

> Trata-se de preparar os indivíduos para [...] se tornarem cada vez mais empregáveis, visando a escapar da condição de excluídos. E, caso não o consigam, a pedagogia da exclusão lhes terá ensinado a introjetar a responsabilidade por essa condição. Com efeito, além do emprego formal, acena-se com a possibilidade de sua transformação em microempresário, com a informalidade, o trabalho por conta própria, isto é, sua conversão em empresário de si mesmo, o trabalho voluntário, terceirizado, subsumido em organizações não governamentais etc. Portanto, se diante de toda essa gama

> de possibilidades ele não atinge a desejada inclusão, isso se deve apenas a ele próprio, a suas limitações incontornáveis. Eis o que ensina a pedagogia da exclusão (Saviani, 2019, p. 503).

O neoescolanovismo, por sua vez, faz referência ao "aprender a aprender", que tem como ponto de partida o "escolanovismo" dos anos 1960, que compreendia o indivíduo como um ser dotado de responsabilidade junto ao "corpo social". Essa concepção, no entanto, tem sido substituída por uma visão que privilegia a necessidade constante de atualização dos indivíduos para um mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Segundo Dermeval Saviani, essas mudanças são produto da própria transformação da estrutura produtiva, quando a escola passa a ser adaptada à substituição de uma estrutura econômica keynesiana e de plataforma produtiva fordista, pautada no pleno emprego como instrumento do desenvolvimento, por um pós-keynesianismo e pós-fordismo. Esse novo modelo tem como base principal a exclusão, considerando, por um lado, que não há lugar para todos na ordem econômica vigente, e, por outro, que os processos de automação da produção substituem o "trabalho vivo" pelo "trabalho morto" (capital), maximizando o lucro por meio da mais-valia apoiada na concepção de produtividade do trabalhador (Saviani, 2019).

Essa perspectiva do "aprender a aprender", que é um traço marcante do neoescolanovismo, é resultado do "Relatório Jacques Delors" ou "Educação: um Tesouro a Descobrir", publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 1996, que buscou estabelecer diretrizes para a educação do século XXI. Nele, como aponta Saviani, afirma-se que a educação é uma resposta às emergências "de um mundo em rápida transformação" (Delors, 2006 apud Saviani, 2019, p. 506).

Se no escolanovismo o "aprender a aprender" significava a capacitação para a busca de conhecimentos de forma pessoal, na atual perspectiva ele ganha novos contornos: diante da concepção de empregabilidade, o "aprender a aprender" está ligado à constante necessidade de atualização do indivíduo. Portanto, o que predomina é a necessidade ininterrupta de adaptação.

Já o neoconstrutivismo é uma atualização da concepção construtivista que tem como principal referência Jean Piaget, para quem a inteligência "não é um órgão que imprime, que reproduz os dados da sensibilidade, mas que constrói os acontecimentos" (Saviani, 2019, p. 509). No neoconstrutivismo, por outro lado, o foco deixa de ser o desenvolvimento da inteligência e passa a se concentrar em uma "retórica reformista", que, em sintonia com o pós-modernismo e sua crítica às metanarrativas, obedece frequentemente a regras que lhe fixam a pragmática (Lyotard, 2002 apud Saviani, 2019, p. 509).

Por fim, essas mudanças nas abordagens pedagógicas com base nas estruturas produtivas e, principalmente, no princípio da empregabilidade e da flexibilidade, também se apropriaram de forma renovada da concepção tecnicista: se no passado essa pedagogia era pautada por princípios como racionalidade, eficiência e produtividade por meio da iniciativa e direção do Estado, hoje ela é definida pela valorização dos mecanismos de mercado e pela redução de custos, por meio da transferência ou divisão de responsabilidades com a iniciativa privada — "parceria é a palavra da moda" (Saviani, 2019, p. 512).

> o controle decisivo desloca-se do processo para os resultados. É pela avaliação dos resultados que se buscará garantir a eficiência e produtividade. E a avaliação converte-se no papel principal a ser exercido pelo Estado, seja mediatamente, pela criação das agências reguladoras, seja diretamente, como vem ocorrendo no caso da educação. [...] Trata-se de avaliar os alunos, as escolas, os professores e, a partir dos resultados obtidos, condicionar a distribuição de verbas e a alocação dos recursos conforme os critérios de eficiência e produtividade (Saviani, 2019, p. 512).

Essas concepções – neoprodutivismo, neoescolanovismo, neoconstrutivismo e neotecnicismo – não apenas buscam ajustar o perfil dos indivíduos como trabalhadores, mas também como cidadãos dentro de uma sociedade. Diante dessa perspectiva, o principal objetivo é a produtividade e a maximização da eficiência, seja no trabalho ou na participação social (Saviani, 2019).

No bojo dessas transformações, a história escolar, de acordo com a BNCC, ganha centralidade como formadora de uma cidadania que se baseia na "percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias" (Brasil, 2018, p. 400). Esse olhar para a diversidade estimularia o "pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania" (Brasil, 2018, p. 400). Desse modo, a concepção de cidadania aqui presente deve ser entendida como um elemento limitado de emancipação política, um instrumento que, paradoxalmente, exige adaptação ao diverso, mas permanece fundamentado na imobilidade das estruturas sociais.

Ivo Tonet (2005) assinala que, a partir de 1980, o ideário da cidadania passou a ser um lugar-comum no discurso pedagógico, inclusive entre os pedagogos de esquerda. O autor observa que essa concepção de cidadania tem sido historicamente tomada como sinônimo de liberdade, sendo impregnada pelo princípio da propriedade privada, já que na sociedade capitalista a noção de liberdade está diretamente associada à busca da realização pessoal (Tonet, 2005).

Tonet demonstra a partir de Marx, no entanto, que o trabalho é o ato fundante do ser social, pois é a mediação entre o homem e a natureza, que, ao produzir bens materiais, "põe-se

como o fundamento de toda e qualquer forma de sociabilidade" (Tonet, 2005, p. 474). Logo, a separação entre vida social e política surge mediante a divisão em classes sociais, sendo, portanto, resultado da propriedade privada.

Portanto, o "ato fundante da sociabilidade capitalista é o ato de compra-e-venda de força de trabalho. Este ato é, necessariamente, gerador de desigualdades sociais e de uma relação de subordinação do trabalho ao capital" (Tonet, 2005, p. 475). Diante disso, a liberdade humana na sociedade capitalista não é integral, mas apenas uma liberdade de contratar, ou seja, de, virtualmente, possuir. "Há, portanto, uma articulação férrea, obviamente não isenta de tensões, entre a matriz econômica (o capital) e a forma jurídico-política (emancipação política; democracia e cidadania)" (Tonet, 2005, p. 475).

Assim, mesmo reconhecendo os aspectos positivos da emancipação política para a humanidade, Tonet adverte que ela é uma "condição para a reprodução da desigualdade social" (Tonet, 2005, p. 475).

> O que significa dizer que ela é certamente uma forma da liberdade humana, mas uma forma essencialmente limitada, parcial e alienada de liberdade. O que também significa dizer que, por mais plena que seja a cidadania, ela jamais pode desbordar o perímetro da sociabilidade regida pelo capital. Isto é muito claramente expresso pelo fato de que o indivíduo pode, perfeitamente, ser cidadão sem deixar de ser trabalhador assalariado, ou seja, sem deixar de ser explorado (Tonet, 2005, p. 475).

Embora considere que seja impossível uma educação plenamente emancipadora diante das condições sócio-históricas impostas pelo capital, Tonet ressalta que o campo educacional é um espaço de incessante luta, pois o antagonismo de classe possibilita a eclosão de propostas com fundamentos, valores e objetivos diversos (Tonet, 2005).

Sendo assim, Ivo Tonet estabelece alguns requisitos para uma atividade educativa que aponte não apenas para a emancipação política, mas para a emancipação humana. Entre esses requisitos estão: 1) a definição de princípios teleológicos que apontem para o fim das desigualdades, não apenas por meio da emancipação política, mas baseados em propostas concretas para o fim da sociedade de classes, e isso exige uma atuação consciente do educador; 2) a compreensão do processo histórico que fundamenta a sociedade atual e, consequentemente, a prática educacional; 3) a consciência de que a educação sozinha não pode transformar o mundo e garantir a emancipação humana plena, pois direta ou indiretamente ela está sempre a favor da reprodução da ordem social vigente; 4) a necessidade de domínio de conteúdos específicos, "pois a efetiva emancipação da humanidade implica a apropriação do que há de mais avançado em termos de saber e de técnica produzidos até hoje" (Tonet, 2005, p. 481);

desse modo, o educador comprometido com uma educação emancipadora atua por meio do conhecimento sobre sua área de atuação e da mediação dos conteúdos ligados à *prática social*; 5) a "articulação entre as atividades educativas e as lutas desenvolvidas pelas classes subalternas" (Tonet, 2005, p. 481).

Diante disso, mesmo reconhecendo que a emancipação humana é um fim a ser conquistado apenas com a total eliminação das desigualdades entre classes, Tonet aponta para a potencialidade da educação como instrumento que "desperte e fundamente as consciências para a necessidade de uma transformação revolucionária" (Tonet, 2005, p. 481). Portanto, a educação que se fundamenta na *prática social* deve ir além da adequação imposta pelo currículo e pautar-se pela possibilidade real e consciente de transformação. Como ensina Paulo Freire:

> Uma das primordiais tarefas da pedagogia crítica radical libertadora é trabalhar a legitimidade do sonho ético-político da superação da realidade injusta. É trabalhar a genuinidade desta luta e a possibilidade de mudar, vale dizer, é trabalhar contra a força da ideologia fatalista dominante, que estimula a imobilidade dos oprimidos e sua acomodação à realidade injusta, necessária ao movimento dos dominadores. É defender uma prática docente em que o ensino rigoroso dos conteúdos jamais se faça de forma fria, mecânica e mentirosamente neutra (Freire, 2000, p.22).

Dermeval Saviani, por sua vez, enfatiza a relevância de a *prática social* ser o ponto de partida e de chegada na atividade educacional. Para ele, deve haver uma constante relação entre a sociedade e a educação; desse modo, a iniciativa não é nem do professor, como na escola tradicional, nem do aluno, como na Escola Nova: "o ponto de partida seria a *prática social*, 1º passo que é comum a professor e alunos" (Saviani, 2011, p. 79). Portanto, para Saviani, os métodos da educação revolucionária

> estimularão a atividade e iniciativa dos alunos sem abrir mão, porém, da iniciativa do professor; favorecerão o diálogo dos alunos entre si e com o professor mas sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente; levarão em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico mas sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos (Saviani, 2011, p. 79).

Dermeval Saviani elabora, portanto, uma nova proposta pedagógica, a pedagogia histórico-crítica, que tem seu caráter histórico pautado na identificação das formas mais desenvolvidas do saber objetivo produzido historicamente. Contudo, esse conhecimento não pode ser tomado de modo passivo; ele deve ser determinado pelas condições de sua produção e pelas possibilidades reais de transformação da *prática social*, e aí reside o seu caráter crítico.

Saviani observa que professor e aluno estão em pontos diferentes de compreensão da *prática social*. O docente tem um conhecimento sintético precário, pois, embora consiga articular suas experiências e conhecimentos à prática social, não é capaz de antecipar o conhecimento real dos alunos ou prever as formas de aplicação pedagógica. O aluno, por sua vez, tem um conhecimento sincrético, pois não é capaz de articular a experiência pedagógica à *prática social* em que está inserido.

Portanto, partindo da *prática social* sintética precária do professor e sincrética dos alunos como primeiro passo para a educação revolucionária, Saviani identifica os outros passos que devem guiar o método da pedagogia histórico-crítica: 2) a identificação dos principais problemas postos pela *prática social* (*problematização*); 3) a apropriação dos instrumentos teóricos produzidos socialmente e preservados historicamente, que permitam às camadas populares a potencialização de sua luta (*instrumentalização*); 4) a "incorporação dos instrumentos culturais, transformados agora em elementos ativos de transformação social" (*catarse*), ou seja, a reescrita da realidade por meio da mediação com o conhecimento; e 5) por fim, o ponto de chegada, que é novamente a *prática social*, agora reelaborada por meio da prática educacional (Saviani, 2011)**.**

> Neste ponto, ao mesmo tempo que os alunos ascendem ao nível sintético em que, por suposto, já se encontrava o professor no ponto de partida, reduz-se a precariedade da síntese do professor, cuja compreensão se torna mais e mais orgânica. Essa elevação dos alunos ao nível do professor é essencial para se compreender a especificidade da relação pedagógica (Saviani, 1999, p. 81).

Como se pode observar, os conteúdos ganham uma nova dimensão na pedagogia histórico-crítica, como parte do processo de teorização sobre a *prática social*. Corazza salienta que "teorizar sobre a prática implica em ir além das aparências imediatas, já que os sujeitos refletem, discutem e estudam criticamente o tema problematizado, buscando a essência dos fenômenos anteriormente percebidos" (Corazza, 1991 apud Gasparin, 2020, p. 23). Gasparin acrescenta que é por meio dessa abstração que os conteúdos podem ser relacionados não apenas com as práticas sociais imediatas dos alunos, mas com a realidade global, permitindo uma mediação entre o imediato e a totalidade (Gasparin, 2020).

Portanto, afirma-se que a abordagem da pedagogia histórico-crítica tem um enorme potencial para as reflexões sobre os limites da emancipação política na sociedade capitalista. E, atrelado a isso, o tema da questão agrária durante a segunda metade do século XX pode contribuir de forma significativa para o debate sobre a realidade em que se vive no país.

A dimensão prática-teoria-prática, que compõe o âmago da abordagem pedagógica histórico-crítica, constitui-se como ponto fundamental para o rompimento da abordagem neoescolanovista identificada no currículo da educação básica. Isso ocorre pois, se na perspectiva da Escola Nova o ponto fundamental é o "saber fazer" como instrumento de adaptação a um *status quo* que seria, por essência, imutável; na abstração sobre a prática, o que se impõe é a teorização sobre os próprios conteúdos e suas fundamentações.

> [Portanto,] os conteúdos não seriam mais apropriados como um produto fragmentado, neutro, anistórico, mas como uma expressão complexa da vida material, intelectual, espiritual dos homens de um determinado período da história. Os conhecimentos científicos necessitam, hoje, ser reconstruídos em suas plurideterminações, dentro das novas condições de produção da vida humana, respondendo, quer de forma teórica, quer de forma prática, aos novos desafios propostos (Gasparin, 2020, p. 21).

Desse modo, pode-se apontar alguns elementos da discussão sobre a questão agrária durante a ditadura empresarial-militar no Maranhão que podem contribuir para esse debate sobre a realidade vivenciada e sobre os limites da democracia liberal.

Nesse sentido, ao situar histórico-espacialmente o debate sobre a questão agrária, apontando permanências que ainda podem ser percebidas no cotidiano dos alunos, é possível dar significado ao que é estudado, permitindo uma base mais eficiente para a teorização que deve ser feita a seguir. Portanto, partindo dos conhecimentos prévios dos alunos e da realidade imposta pela *prática social* inicial, o professor pode encaminhar:

> uma discussão, que consiste numa reflexão cooperativa, com o objetivo de começar a entender melhor o conteúdo que será estudado. Procura, outrossim, identificar os principais problemas sociais postos pela prática e pelo próprio conteúdo. Busca, ao mesmo tempo, entender esses problemas, bem como a necessidade e/ou validade do conteúdo curricular proposto para solucioná-los ou entendê-los melhor (Gasparin, 2020, p. 52).

Como já apontado, as transformações evidenciadas desde o início da segunda metade do século passado no Brasil produziram mudanças significativas na vida das classes subalternas, que no estado do Maranhão se traduziram, entre outras coisas, na expropriação rural intensa, no crescimento da violência no campo e no avanço desordenado das cidades.

Esses elementos podem ser percebidos de formas diversas no conhecimento sincrético dos alunos. Como, por exemplo, as histórias de família, que podem apontar para uma origem rural no contexto dos anos 1970/1980, com relatos de violência, ou para a migração de outros estados do Nordeste, principalmente em regiões e contextos de seca; ou, ainda, estar

relacionados à ocupação e ao crescimento de bairros tidos como periféricos nas cidades de maior porte, produto do avanço do êxodo rural.

Nesse mesmo sentido, outro ponto que se sobressai dentro da realidade imediata dos alunos, principalmente aqueles que vivem em regiões de maior impacto das empresas agrícolas e mineradoras, é a manutenção de uma determinada estrutura agrária pautada na grande extensão de terra e na violência contra agricultores familiares, sobretudo quilombolas, e comunidades indígenas. Notícias com cenas e relatos dessas violências podem facilmente ser acessadas por esses discentes por meio de diferentes meios de comunicação.

Além disso, o debate sobre a estrutura política local também apresenta um significativo potencial para posteriores teorizações nas aulas de História, pois é notória a manutenção de determinados arranjos — caracterizados pela forte ligação com o empresariado rural, sendo muitos dos políticos produtores rurais — e a continuidade de uma estrutura oligárquica, com pouca renovação no quadro político, seja na política municipal ou estadual.

Desse modo, o professor pode partir de problematizações como: Qual a realidade vivenciada pelas populações do campo no Maranhão? Quais os instrumentos de resistência mobilizados por esses povos? De que forma se constituiu a estrutura agrária concentrada e excludente que caracteriza o estado? Quem lucra com essa estrutura? Por que essa estrutura se mantém por tanto tempo e quais os interesses que a sustentam? Qual a atividade econômica predominante entre os membros da política local? Que tipos de articulações podem ser observadas entre esses sujeitos e o empresariado rural? Entre outras.

O ponto de partida para o aprofundamento dessas questões é a própria história local, pois ela permite um olhar para o que é mais comum à realidade de professores e alunos. Como argumenta Estevão Martins, a história da localidade compõe, juntamente com outros elementos históricos, a "formação do legado histórico com que tem a ver o sujeito. É com relação a esse legado [...] que o sujeito consolida, renova, altera, desenvolve sua identidade particular" (Martins, 2011, p. 49).

Desse modo, a história local permite uma conexão relevante com os problemas ainda vivenciados no estado, o que contribui efetivamente para uma abordagem significativa e relacional dos conhecimentos sincréticos e já problematizados, para a sua *instrumentalização.* Pois

> A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência [...] e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente (Bittencourt, 2009, p. 168).

No entanto, além de permitir essa mediação com o que é comum e cotidiano aos alunos, a história local possibilita a complexificação da realidade como um todo, já que a compressão do que é história local exige uma abordagem relacional com o que é nacional, regional, global, levando em conta que a história local não contém em si própria sua explicação. Como argumenta Aryana Costa, "a história local só tem seu valor plenamente explorado se trabalhada com escalas que sejam intercambiadas e sobrepostas para que os alunos possam perceber justamente onde o local e o geral se distanciam e se aproximam" (Costa, 2019, p. 136).

Isso posto, acredita-se que a história local deva ser apropriada para além da sua relação direta com o tema da identidade e da compreensão das estruturas políticas e socioculturais do que é mais próximo dos sujeitos, mas também por sua capacidade de aprofundamento da própria realidade em que se inserem essas estruturas e da multiplicidade do real. Desse modo, é salutar que a história escolar "selecione episódios ocorridos fora do centro de poder, não para preencher uma lacuna, mas para contemplar problemas em toda a sua complexidade" (Machado, 2017, p. 300).

André Machado pontua que, para além da mera questão identitária, os temas de história local devem ser entendidos por meio da concepção de pluralidade que ultrapassa a perspectiva do imediato e alcança uma noção de heterogeneidade, pois:

> os eventos ocorridos na localidade e na região não sejam vistos sob a ótica da particularidade ou do fragmento. Ao invés disso, defende-se aqui que o real papel desses estudos é iluminar os contextos mais amplos dos quais foram parte, já que a nossa historiografia consagrou grandes modelos explicativos que, em geral, não encontram respaldo no passado das zonas periféricas (Machado, 2017, p. 307).

Portanto, impõe-se uma questão de fundo historiográfico, que problematiza o olhar para a história nacional como um todo homogêneo e que privilegia as experiências e interpretações produzidas nos centros de poder. Essas interpretações, no entanto, não são capazes de abordar as múltiplas dimensões de um território como o do Brasil, marcado por uma pluralidade de processos históricos concomitantes e influenciáveis. Desse modo, o que existe é uma relação de complementaridade, pois, mesmo com suas particularidades, a história local não deixa de ser determinada e determinante do que é nacional, regional e global; ou seja, a história local não é uma ilha.

> [Isso], implica analisar uma singularidade na totalidade, estabelecendo relações entre o micro e o macro, para não cometer o erro de relativizar os acontecimentos, idealizando grupos e acontecimentos, construindo estereótipos sociais. Com isso, o aspecto limitante da abordagem reside na

> construção fragmentada dos acontecimentos, que impedem uma visão crítica das relações sociais e qualquer tipo de síntese histórica (Machado, 2014, p. 27).

Logo, é necessária uma relação dialética entre as múltiplas espacialidades, buscando ir além da fragmentação que comumente marca as interpretações sobre a história local. Há, portanto, um duplo esforço intelectual no sentido de particularização e valorização da história local, *pari passu* à sua inclusão didática em um conjunto estrutural mais amplo que permite localizá-la e caracterizá-la.

Isso coloca diante da produção histórica de modo geral, e do ensino de História local, uma outra dimensão, que não simplesmente minimiza os assuntos considerados de menor alcance, mas busca inflexionar a relação entre os diferentes contextos que compõem a realidade nacional. Essa inflexão abre caminho para uma (re)apropriação das conjunturas históricas, que têm em seu principal foco a dinamicidade relativa a tudo o que é humano.

Portanto, esse intercâmbio entre as espacialidades viabiliza o aprofundamento da etapa de *problematização* e a sua passagem para a *instrumentalização*, pois permite a mediação do conhecimento do senso comum e empírico para sua teorização, que ocorre por meio do debate com a historiografia, principalmente na crítica às interpretações hegemônicas e na sua caracterização.

Essa abordagem permite o redimensionamento da oposição simplista entre centro e periferia, possibilitando um olhar mais problematizado da história nacional, com o potencial de questionar a concepção de unidade presente no discurso histórico difundido no ensino básico. Além disso, a "história local e regional com relações com o geral, pelos caminhos da pesquisa, [pode ser] entendida como criação e não como cópia de lição" (Azevedo; Stamatto, 2010, p. 725).

Desse modo, essa *problematização* recai sobre a relação imprescindível entre historiografia e ensino de História. Manoel Guimarães afirma que "pensar o ensino de história implica articular escrita e ensino como parte da produção do conhecimento histórico" (Guimarães, 2009, p. 38). Nesse sentido, professores e alunos, em seu processo de *problematização* e *instrumentalização* da *prática social*, não podem ser observados como meros reprodutores do saber acadêmico, mas, em seu processo de mediação, a história escolar revela-se uma verdadeira produtora de conhecimento com capacidade de potencializar a *prática social final*.

Essa relação entre história escrita e ensinada é necessária diante da potencialidade de reflexão de temas como a ditadura empresarial-militar, marcados pelas disputas de memória,

pelos embates nas produções acadêmicas e mesmo pelos negacionismos. Portanto, a análise das interpretações historiográficas, de seus limites teóricos e de seu interesse narrativo é um ponto fundamental para essa abordagem pedagógica que tem como objetivo ir além da emancipação política, refletindo sobre as contradições das sociedades capitalistas.

Esse processo de *instrumentalização* se aprofunda por meio do contato com a discussão teórica sobre a *modernização dependente* no Maranhão, marcada, em um contexto de ascensão do *capital-imperialismo*, pelo fortalecimento do capital monetário multinacional, que subsome o capitalismo funcionante brasileiro, por meio do protagonismo de empresas multinacionais em setores dinâmicos da indústria; da difusão da produção industrial nacional a áreas menos lucrativas; e da pulverização do empresariado agropecuário para regiões que antes não eram ocupadas.

Nesse sentido, a compreensão de conceitos como *modernização dependente* e *capital-imperialismo* e de suas contribuições para a apreensão da realidade local em conexão com o nacional e o global são pontos fundamentais do processo de *instrumentalização*, já que nessa etapa "os educandos e o educador agem no sentido da efetiva elaboração interpessoal da aprendizagem, através da apresentação sistemática do conteúdo por parte do professor e por meio da ação intencional dos alunos de se apropriarem desse conhecimento" (Gasparin, 2020, p. 62).

Trata-se, portanto, de uma relação recíproca entre o objeto de conhecimento e os sujeitos da aprendizagem com a mediação do professor. "É sempre uma relação triádica, marcada pelas determinações sociais e individuais que caracterizam os alunos, o professor e o conteúdo" (Gasparin, 2020, p. 62). Cabe ressaltar que nenhum dos elementos desse processo é neutro.

> A Instrumentalização é o caminho pelo qual o conteúdo sistematizado é posto à disposição dos alunos para que o assimilem e o recriem e, ao incorporá-lo, transformem-no em instrumento de construção pessoal e profissional. Nessa atividade, os alunos estabelecem uma comparação intelectual entre seus conhecimentos cotidianos e os conhecimentos científicos, apresentados pelo professor, possibilitando que eles incorporem esses conhecimentos. Nesse processo o professor auxilia os alunos a elaborarem sua representação mental do objeto do conhecimento (Gasparin, 2020, p. 62).

Desse modo, a abordagem dos conteúdos terá como elemento fundante a *prática social* e os problemas levantados; portanto, os conceitos e as informações históricas são apropriados como respostas a esses problemas. Como afirmou Saviani, o produto da mediação entre os elementos teóricos e práticos é o "equacionamento dos problemas detectados na *prática social*" (Saviani, 1999, p. 81). Nessa perspectiva, os conteúdos não são um fim em si mesmos, muito

menos um elemento de adequação a uma realidade prévia e inquestionável, mas um instrumento para “equacionar e/ou resolver os problemas, ainda que teoricamente” (Gasparin, 2020, p. 64).

Além disso, como assinala Saviani, a aprendizagem pautada na *prática social* e nos problemas decorrentes dela não é neutra; pelo contrário, tem como foco fundamental o direcionamento às classes trabalhadoras, que se apropriam das ferramentas culturais com o objetivo de romper com a exploração e com a desigualdade da estrutura capitalista vigente e hegemonicamente predominante (Saviani, 1999)

.

> Dessa forma, o conteúdo que os educandos vão adquirindo ou reconstruindo não é apenas o proposto pelo programa; vai muito além, pois envolve o conhecimento da própria estrutura social capitalista, dentro da qual se conforma o conteúdo específico de cada área. Esse saber constitui um instrumento, uma ferramenta de trabalho e de luta social. Por isso, não é qualquer conteúdo, mas sim aquele conhecimento que se mostra adequado para construir uma nova postura mental e uma resposta apropriada aos problemas sociais (Gasparin, 2020, p. 64).

A abordagem teórico-conceitual, como argumenta Gasparin, é o momento em que de fato ocorre a apreensão do conhecimento científico e, a partir de Vygotsky, a elaboração dos conceitos científicos. Esses conceitos, de acordo com o pensamento vygotskiano, são caracterizados pela tomada de consciência, por estarem diretamente relacionados a um sistema de pensamento que permite a generalização. Como postula Vygotsky:

> só no sistema o conceito pode adquirir as potencialidades de conscientizáveis e a arbitrariedade. A potencialidade de conscientizável e a sistematicidade são, no sentido pleno, sinônimos em relação aos conceitos exatamente como a espontaneidade, a potencialidade de não conscientizável e a não sistematicidade são três expressões diferentes para designar a mesma coisa na natureza dos conceitos infantis” (Vygotsky *apud* Gasparin, 2020, p. 79).

Esse conjunto conceitual científico é, portanto, marcado pela sua capacidade de romper com uma visão espontânea da realidade, apreendida pelos conceitos cotidianos, que estão presos à necessidade de aplicação direta sobre o objeto e não sobre o pensamento que o produz. Por isso mesmo, os conceitos científicos estão diretamente relacionados a um sistema, pois a compreensão de um conceito leva sempre a outro superior, o que pressupõe uma série de conceitos encadeados que permitem uma visão mais generalizada. Conforme salienta Vygotsky, “a generalização de um conceito leva à localização de dado conceito em um determinado sistema de relações de generalidade [...]. Assim, a generalização significa ao

mesmo tempo tomada de consciência e sistematização de conceitos" (Vygotsky apud Gasparin, 2020, p. 79).

Desse modo, a etapa de *instrumentalização* na didática da pedagogia histórico-crítica é o momento em que o aluno é confrontado com o objeto do conhecimento, o que viabiliza uma representação mental das diversas dimensões do que está sendo estudado. Esse processo, que exige diretamente a mediação docente, é fundamental para que o aluno possa se apropriar do conhecimento e construí-lo para si mesmo, "estabelecendo uma série de microrrelações entre as diversas partes do conteúdo e de macrorrelações do conteúdo com o contexto social" (Gasparin, 2020, p. 105).

> Na sala de aula, a ação do professor tem como objetivo criar as condições para a atividade de análise e das demais operações mentais do aluno, necessárias para a realização do processo de aprendizagem. Depois, ambos seguem juntos numa ação interativa na qual o professor, como mediador, apresenta o conteúdo científico ao educando, enquanto este vai, aos poucos, tornando seu o novo objeto de conhecimento (Gasparin, 2020, p. 105).

Desse modo, o papel do professor é fundamental na constituição desses conceitos científicos. Nesse ponto, Gasparin recorre às diferenças dos níveis de desenvolvimento elaborados por Vygotsky. O autor ressalta que a potencialidade do que pode ser ou não realizado autonomamente pela criança depende da mediação de um adulto e, no caso dos conhecimentos científicos, da atuação do professor no processo de escolarização. Assim, a abordagem didática dos conhecimentos científicos:

> constitui essencialmente a mediação pedagógica pela qual se realiza o processo de internalização. Este processo consiste na reconstrução interna, subjetiva, psicológica de uma operação externa, social, através do uso de signos, ou seja, por meio da palavra que designa coisas do mundo real. Nesta ação, o educando reconstrói para si, com o auxílio do professor como mediador social, o que é comum para todo um grupo (Gasparin, 2020, p. 105).

Portanto, a mediação é um fenômeno que se realiza de fora para dentro, tendo o professor como agente cultural externo. Sua atuação ocorre por meio da mediação, do resumo, da valorização, da interpretação das informações, da exposição do conhecimento científico e da proposição de questionamentos conscientes e sugestivos. Esse processo permite que os conhecimentos espontâneos e científicos sejam confrontados. "Os conceitos científicos descem à realidade empírica, enquanto os espontâneos ascendem buscando sistematização, abstração, generalização" (Gasparin, 2020, p. 106).

Além disso, esse processo de mediação é, por essência, interacional entre alunos e professores como sujeitos ativos. Os alunos realizam as tarefas mentais que permitem o seu aprendizado por meio da interação com professores e colegas; portanto, a própria mediação constitui uma dinâmica que demanda a atividade interativa e corresponsável de professores e alunos (Gasparin, 2020, p. 107).

Desse modo, a exploração de determinados conceitos científicos — como a *modernização dependente* e o *capital-imperialismo*, propostos neste trabalho — não pode ser compreendida de forma isolada, pois a própria interatividade que marca as relações entre professores e alunos na sala de aula exige uma atuação mais direta do docente na apropriação dos conhecimentos prévios que os alunos têm para a constituição da aprendizagem. Como adverte Gasparin:

> Para estabelecer a ponte entre teoria e prática, a escola deve tornar-se um centro de experiência permanente para que o aluno identifique as relações existentes entre os conteúdos do ensino e as situações da aprendizagem com os muitos contextos da vida social e pessoal, juntando o aprendido sistematicamente escolar na instituição com o observado de maneira espontânea no cotidiano (Gasparin, 2020, p. 107).

Assim, o professor assume o papel de unificador dos conceitos cotidianos e científicos por meio da atuação pedagógica. Trata-se de um processo que é sempre interativo, mas conduzido pelo docente em direção aos conceitos científicos para o crescimento intelectual e o desenvolvimento pessoal dos discentes.

Portanto, a abordagem dos conceitos relacionados às mudanças vivenciadas na estrutura agrária maranhense durante a segunda metade do século XX, em sintonia com transformações mais profundas na sociedade capitalista desde então, deve ser realizada por meio da mediação docente. Essa mediação é capaz de mobilizar conhecimentos já dominados pelos alunos para que se possam sistematizar os conceitos científicos, produzindo sentidos que possam se sobrepor à espontaneidade e aos determinismos que predominam no senso comum.

Desse modo, os conceitos científicos — tais como a *modernização dependente*, o êxodo rural, a *expropriação*, a "revolução verde", o *capital-imperialismo*, os países imperialistas *versus* países dependentes e o predomínio do capital financeiro sobre o capital operante — só podem ser tomados a partir de elementos que façam sentido na vida do aluno, não simplesmente pela relação com a experiência pessoal, mas por meio de experiências coletivas e compartilhadas.

Esse ponto recai sobre o quarto passo idealizado por Saviani em sua pedagogia histórico-crítica, a saber: a *catarse*. De acordo com o autor, a *catarse* é "a efetiva incorporação dos instrumentos culturais, transformados agora em elementos ativos de transformação social" (Gasparin, 2020, p. 125), ou ainda "a verdadeira apropriação do saber por parte dos alunos" (Wachowicz apud Gasparin, 2020, p. 125).

Assim, os conhecimentos científicos passam a fazer parte do repertório cultural dos alunos, não apenas como elemento de distinção social ou como parte de um domínio sobre a cultura, mas como verdadeiro instrumento de transformação da realidade, que permite uma percepção e atuação consciente dos alunos sobre os mecanismos de funcionamento do mundo.

Assim, os conhecimentos científicos passam a fazer parte do repertório cultural dos alunos, não apenas como elemento de distinção social ou como parte de um domínio sobre a cultura, mas como verdadeiro instrumento de transformação da realidade, que permite uma percepção e uma atuação conscientes dos discentes sobre os mecanismos de funcionamento do mundo.

Como argumenta Gasparin, a *catarse* é um ponto fundamental da prática pedagógica, pois é a expressão de uma "nova maneira de ver o conteúdo e a *prática social*" (Gasparin, 2020, p. 126). Por meio dela, é possível romper com a visão de naturalidade, normalidade, inquestionabilidade e determinismo sobre o mundo, em direção a um olhar sobre a realidade como um dado histórica, social e culturalmente constituído, produto de um tempo e de um lugar com características próprias. "Ou seja, nada em que o homem põe sua mão é natural, mas tudo se torna histórico, social, artificial, criado, modificado, feito por ele, à sua imagem e semelhança" (Gasparin, 2020, p. 126).

Esse processo, no entanto, não é neutro, mas deve ir ao encontro das necessidades reais vivenciadas pelos sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, não como algo imposto pelo professor, ou como um recorte estático da realidade, mas como instrumento potencial para a transformação social. O conteúdo, portanto, transforma-se em um produto da ação real e potencial do ser humano, e vai ao encontro dos interesses de classe ou grupos socialmente determinados.

> A Catarse é a demonstração teórica do ponto de chegada, do nível superior que o aluno atingiu. Expressa a conclusão do processo pedagógico conduzido de forma coletiva para a apropriação individual e subjetiva do conhecimento. É o momento do encontro e da integração mais clara e consciente da teoria com a prática na nova totalidade. Os conteúdos tornam-se verdadeiramente significativos porque passam a fazer parte integrante e consciente do sistema científico, cultural e social de conhecimentos. Os educandos generalizam o aprendido, integrando-o em um todo sistemático, tanto em sua dimensão

> próximo-vivencial quanto em sua dimensão remota, universal (Gasparin, 2020, p.126).

Por fim, retornando ao tema com o qual iniciamos este capítulo, as próprias concepções de cidadania e emancipação política podem ser criticadas diante da interpretação do mundo humano como algo determinado socio-historicamente. Nesse esforço intelectual de percepção dos problemas vivenciados e da determinação de suas raízes socioeconômicas, políticas e culturais, o intercâmbio entre os conhecimentos sobre a estrutura agrária e suas conexões com os interesses das classes dominantes podem contribuir para uma reflexão sobre os limites dessa emancipação política.

Dado que essa estrutura agrária excludente ainda se faz presente na realidade social vivenciada direta ou indiretamente pelos alunos, as experiências acumuladas pelas populações do campo permitem uma reflexão sobre as formas de apropriação do conceito de cidadania. Seguindo o pensamento de José de Souza Martins (1998) destacado no início deste trabalho, os camponeses só são entendidos como sujeitos politicamente iguais no momento da privação dos direitos que eles supunham ter em relação à ocupação da terra, que se baseava principalmente na concepção de anterioridade. Mas esse direito consuetudinário lhes é usurpado pela ação do ato jurídico perfeito baseado no contrato escrito, que muitas vezes é obtido de forma fraudulenta.

O debate que se estabelece, portanto, é a relação entre a intensa expropriação da população rural e a liberação da mão de obra dos camponeses como produto das transformações impostas pelo *capital-imperialismo*. Essas mudanças ainda produzem resultados, inclusive diretos, na vida dos alunos, de sua família e da sociedade como um todo. A partir dessa perspectiva, é possível dimensionar os limites conceituais da cidadania no contexto da democracia liberal, pois ela está ligada a uma liberdade que é por si só produtora de desigualdades: uma liberdade de mercado, que simplifica as relações humanas ao princípio de compra e venda, inclusive da força de trabalho, limitando as possibilidades de atuação humana e menosprezando sua satisfação em troca da necessidade de adaptação.

Circe Bittencourt, ao destacar a relação entre ensino de História e construção da cidadania nos currículos escolares, observa que existe uma "dificuldade de explicitar a relação entre cidadania social e política, e entre cidadania e trabalho" (Bittencourt, 2004, p. 22). Esse tema sobre a cidadania converge, na perspectiva da autora, com a transformação do capitalismo em objeto de estudo do ensino de História. Portanto, para a autora, a *problematização* do capitalismo a partir da vivência dos alunos e professores confere uma dimensão política à

disciplina, permitindo que docentes e discentes, por meio dessa perspectiva problematizadora, identifiquem as próprias contradições do sistema (Bittencourt, 2004, p. 26)

Essa perspectiva contribui para um posicionamento ativo na atividade docente nas aulas de História. Compreender os limites do próprio currículo e seu papel dentro de uma conjuntura social previamente determinada é um ponto de partida fundamental para uma atuação crítica e uma mediação pedagógica que potencialize os alunos para uma atuação mais efetiva na *prática social.*

Portanto, compreende-se que, ao associar-se à pedagogia histórico-crítica, à história local e à historiografia sobre a ditadura empresarial-militar, é possível abordar três questões fundamentais tratadas neste trabalho: 1) romper com os limites de um currículo que se associa a uma estrutura social que perpetua a desigualdade por meio de um discurso meritocrático e, portanto, pautado na adaptabilidade; 2) complexificar uma visão homogênea da ditadura empresarial-militar, que tem como polo de criação o centro-sul do país; 3) permitir um aprofundamento do entendimento do aluno sobre a realidade vivida e universal, dando-lhe instrumentos para a atuação nessa realidade.

Assim, os conhecimentos construídos sobre a estrutura social e política do estado do Maranhão podem ser associados ao debate sobre a historiografia da ditadura e à ascensão de uma conjuntura socioeconômica que marca a segunda metade do século XX. Isso permite um olhar mais aprofundado sobre os aspectos que marcam a expropriação das populações do campo, a manutenção de estruturas de poder social e político, os interesses que sustentam as narrativas historiográficas sobre esse processo e as possibilidades de atuação, por meio do reconhecimento das formas de resistência.

Tudo isso se associa, finalmente, ao reconhecimento dos limites do conceito de emancipação política proposto pelos currículos escolares, que podem ser refletidos na própria trajetória dos movimentos sociais. Isso ocorre, pois, esses movimentos, na esteira das possibilidades geradas pelo discurso de democratização defendido entre 1945 e 1964, exigiram a ampliação de direitos mesmo diante de uma democracia liberal e excludente. No entanto, ao contrário disso, foram fortemente combatidos, tiveram suas terras expropriadas e foram empurrados de forma violenta para a periferia das grandes cidades. Esse processo não ocorreu, contudo, sem resistência. Ela ainda é uma marca desses movimentos, que se organizam, ainda hoje, para fazer frente ao avanço da fronteira agropecuária.

No mesmo bojo da concepção de adaptação, também se encontra o fetiche pela inserção da tecnologia, principalmente a partir da lógica da computação na educação básica. Considerando que o produto educacional resultante do presente trabalho é um *website*, é

fundamental refletir sobre as perspectivas predominantes nas recentes políticas públicas sobre a obrigatoriedade da computação na escola e sobre os interesses socioeconômicos que a determinam.

3.2 O uso das tecnologias e da interdisciplinaridade na produção do *Observatório do Campo Maranhense*

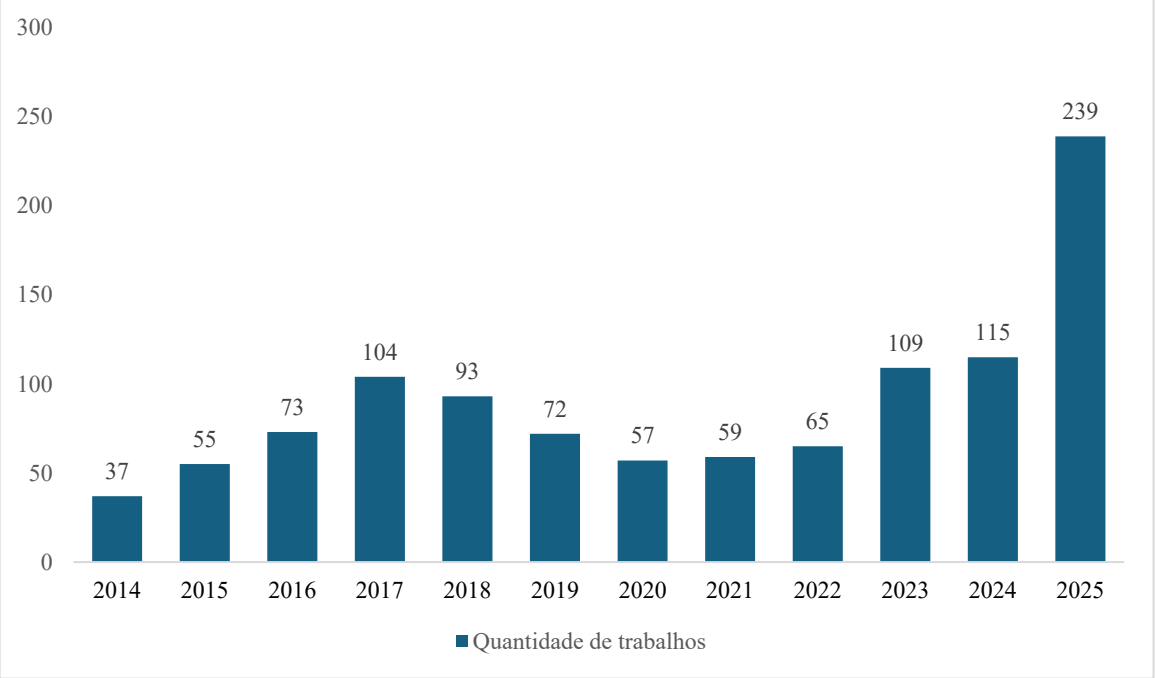
O tema das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem tem sido bastante recorrente. Na verdade, há uma certa fetichização das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs) na educação. Esse fetiche está no bojo da concepção sobre as metodologias ativas, outro tema onipresente no debate sobre o ensino.

Nesse contexto, as tecnologias digitais vêm sendo entendidas no meio educacional como um fim em si mesmas, como se elas por si só pudessem transformar as dificuldades enfrentadas no meio escolar. Portanto, é preciso ir além e refletir sobre os limites dessas tecnologias, compreendê-las como um instrumento eficaz nos objetivos de aprendizagem esperados, como um mecanismo comunicacional com potencialidades reconhecidas para a formulação de propostas didáticas, mas não como um substituto do trabalho do professor, muito menos como uma fórmula mágica que garante a aprendizagem significativa.

Esse interesse pela aplicação de instrumentos tecnológicos na educação pode ser percebido pelo avanço desse tema nos Congressos Nacionais de Educação (CONEDU)[86], como ilustrado no gráfico a seguir:

[86] O Congresso Nacional de Educação (CONEDU) tem se consolidado como um dos maiores eventos sobre a temática educacional. Ele é organizado pela Editora Realize em parceria com a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e diversas IES no país. Disponível em: https://www.conedu.com.br/sobre-evento. Acesso em: 15 jun. 2026.

Gráfico 14 – Presença do tema tecnologias nos trabalhos apresentados em simpósios temáticos na CONEDU*



*Esses dados foram obtidos por meio da busca do descritor "tecnologia" na área de pesquisa dos anais do evento.
Fonte: Anais da CONEDU, 2014 a 2025[87]

Como se pode observar, o interesse pelo tema tem dois picos, um em 2017 e outro em 2025. O elevado número de trabalhos em 2017 pode ser explicado pela discussão e pela aprovação da última versão da Base Nacional Comum Curricular (2017) durante o governo Michel Temer. Naquele contexto, há uma forte atuação da Sociedade Brasileira de Computação (SBC)[88] e do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB) [89] para a inserção do tema da computação na Base. Em 2025, esse crescimento significativo dos trabalhos pode estar relacionado à obrigatoriedade[90] de os sistemas de ensino implementarem o Complemento de

[87] Disponível em: https://editorarealize.com.br/publicacao/detalhes/19. Acesso.: 16 de mar de 2026.
[88] Conforme o site da instituição a "Sociedade Brasileira de Computação (SBC) é uma sociedade científica sem fins lucrativos. Fundada em 24 de julho de 1978, reúne estudantes, docentes, pesquisadores e pesquisadoras, profissionais e entusiastas da área de Computação de todo o Brasil. Sua missão é fomentar o acesso à informação e cultura por meio da informática, incentivar a pesquisa e o ensino em computação no país. Disponível em: https://www.sbc.org.br/sobre-asbc/. Acesso: 14 de jun. de 2026. Entre os patrocinadores da SBC estão a Ruckus Networks, Dell Technologies, Widelabs, Amazon, Minsait, Itaú, Globo, Intel, entre outros. Disponível em: https://www.instagram.com/congresso.csbc/. Acesso em: 14 de jun. de 2026
[89] O CIEB é uma *think tank* que atua na defesa de cultura de inovação na educação pública, ela é mantida por organizações de empresas privadas, como é o caso do Instituto Natura, do Instituto Lemann, da Fundação Itaú Social, da Fundação Telefônica Vivo, do Instituto General Motors, do Imaginable Futures, do Instituto Itaú Unibanco, do Cisco Systems, do Instituto Península, Movimento Bem Maior da empresa Cyrela, entre outros.
[90] Essa obrigatoriedade foi determinada pelas diretrizes oficiais da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade (CIF) do Ministério da Educação, que, por meio do Ofício nº 137/2026/DAGE/SEB/SEB-MEC, estabeleceu a obrigatoriedade da "incorporação das competências da BNCC

Computação da BNCC, aprovado pelo Parecer nº 2/2022 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

A atuação da SBC e do CIEB para a inserção do tema da computação na educação básica inicia-se na segunda versão da BNCC. Por influência dessas instituições, o tema das "culturas digitais e computação" fez parte, como tema especial, do documento. Nesse sentido, afirmava-se que o presente tema deveria ser abordado "nas diferentes etapas da Educação Básica e pelos diferentes componentes curriculares, do uso pedagógico das novas tecnologias da comunicação e da exploração dessas novas tecnologias para a compreensão do mundo e para a atuação nele" (Brasil, 2016, p. 50).

Na variante preliminar da terceira versão da BNCC, no entanto, o tema da computação foi silenciado, e a BNCC passou a apresentar uma perspectiva mais geral sobre o uso das tecnologias, deixando a cargo das redes de ensino e da própria atividade docente determinar as formas e os instrumentos de reflexão sobre o tema das tecnologias. Como se pode observar na competência geral 5:

> Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (Brasil, 2018, p. 9).

Desse modo, as tecnologias de informação e comunicação passam a ser entendidas como elementos fundamentais na formação discente, considerando o papel ocupado por elas na vida dos alunos. Diante "do avanço e da multiplicação das tecnologias de informação e comunicação e do crescente acesso a elas [...], os estudantes estão dinamicamente inseridos nessa cultura, não somente como consumidores" (Brasil, 2018, p. 61), mas engajando-se diretamente como "protagonistas da cultura digital" (Brasil, 2018, p. 61).

Portanto, nesse contexto, o documento afirma que se espera que a escola mantenha como compromisso o estímulo "à reflexão e à análise aprofundada e contribua para o desenvolvimento, no estudante, de uma atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais" (Brasil, 2018, p. 61), estimulando o uso dessa linguagem para uma participação "consciente na cultura digital" (Brasil, 2018, p. 61). Além

---

Computação nos currículos" até o final de 2026, passando a ser "critério obrigatório para o recebimento da complementação VAAR (valor aluno ano resultado)". Disponível em: https://undimemg.org.br/mec-define-bncc-computacao-como-criterio-para-o-vaar-e-redes-terao-prazo-ate-agosto-para-comprovacao/3/. Acesso em: 15 de jun. de 2026

disso, a ciência e a tecnologia aparecem como tema contemporâneo transversal na BNCC (Brasil, 2018, p. 20).

Essa perspectiva mais geral, no entanto, foi criticada ainda em 2017 na 12ª edição do Conecte-C, evento realizado pelo CIEB. Nesse evento, Leila Ribeiro, que é Diretora de Computação na Educação Básica da SBC, afirma que a ideia era levar para a BNCC "uma proposta baseada nos princípios da computação, e não nas tecnologias". Naquele encontro, Graziella Matarazzo di Licosa afirmou ainda que "a tecnologia está presente em pequenas partes [do documento] e de forma não suficiente" [91].

Assim, a Sociedade Brasileira de Computação (SBC) atuou fortemente no processo de consulta pública da BNCC, promovido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), destacando-se sua participação em uma Audiência Pública sobre a Base realizada em Brasília, em setembro de 2017[92]. Discursaram no evento Lisandro Granville, então presidente da SBC; Avelino Francisco Zorzo, Diretor de Educação da SBC; Leila Ribeiro, Coordenadora da Comissão de Educação Básica da SBC; e Daltro Nunes, professor da UFRGS. Todos defenderam o ensino de computação na educação básica como forma de preparação para um mundo altamente tecnológico.

Paralelamente, foi instituído o Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC), por meio do Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017. A criação desse programa também contou com forte atuação do CIEB, conforme divulgado na página da instituição:

> O CIEB participou ativamente da elaboração dessas diretrizes, desde a concepção das bases pedagógicas e metodológicas – que requerem a integração de várias dimensões do uso de tecnologia na educação, como conexão banda larga, formação de professores e novos recursos didáticos digitais –, até o desenvolvimento das formações que serão oferecidas aos articuladores locais da política[93].

O PIEC tinha como objetivo principal apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e promover o uso pedagógico de tecnologias digitais na Educação Básica. O projeto enfatizava, portanto, uma preocupação maior com a criação de uma infraestrutura tecnológica em detrimento dos debates sobre o "papel das novas tecnologias no contexto escolar" (Ruis, 2025, p. 36).

---

[91] Disponível em: https://cieb.net.br/por-que-tecnologia-deve-ter-mais-destaque-na-base/. Acesso em: 15 de jun. de 2026

[92] Disponível em: https://www.sbc.org.br/diretoria-de-computacao-na-educacao-basica/. Acesso em: 15 de jun. de 2026

[93] Fonte: https://cieb.net.br/educacao-conectada-impulsiona-a-inovacao-nas-escolas-publicas-brasileiras/. Acesso em 15 de jun. de 2026

Ainda no sentido de pressionar por alterações na versão final da BNCC, foi realizada uma reunião em setembro de 2017 entre a SBC, o CIEB e a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE). Naquele encontro, as entidades privadas apresentaram um conjunto de contribuições para que a BNCC pudesse dar "mais ênfase ao uso de tecnologias e ao pensamento computacional como recursos de aprendizagem e de desenvolvimento de competências dos estudantes". Lúcia Dellagnelo, então diretora-presidente do CIEB, afirmou que havia uma "disposição para uma incorporação mais ambiciosa de tecnologias na educação em todas as áreas de conhecimento e também a possibilidade de se dar ênfase a uma área específica de pensamento computacional e mundo digital"[94]. Durante a reunião, foi entregue um documento com diversas propostas de mudanças nas competências e habilidades da BNCC, o que não ocorreu.

Desse modo, em julho de 2018, a SBC lançou um manifesto em defesa da inserção de computação na BNCC. O documento afirmava que:

> Formação em Computação hoje é comparável à alfabetização no passado. Pessoas que não tem a formação adequada em Computação não compreendem o mundo de hoje (e do futuro), têm menos chances de se expressar, se inserir na sociedade, se empregar, viver com qualidade, utilizar informação em seu benefício. E, consequentemente, o país que não oferece essa formação aos seus cidadãos terá a desigualdade social acentuada e perderá poder econômico, capacidade de produzir ciência e inovar em todas as áreas do conhecimento, assim como desenvolver suas indústrias. Ou seja, tanto do ponto de vista pessoal quanto do país, é imperativo que se insira Computação nas redes escolares do Brasil hoje[95].

Nesse trecho do documento é possível ver claramente a concepção empregada na perspectiva defendida pelas instituições, que entende a computação como um item fundamental para desenvolvimento econômico nacional e pessoal.

Assim, em 30 e 31 de julho de 2018, foi realizado o Seminário Internacional sobre Computação na Educação Básica[96], promovido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em parceria com a SBC e o Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB). Nele, esteve presente Janice Cuny, diretora da Fundação Nacional da Ciência (NSF, sigla em inglês), órgão governamental dos Estados Unidos. Essa relação mais próxima entre a SBC, o CIEB e o CNE

---

[94] Fonte: https://cieb.net.br/tecnologia-educacional-e-cultura-digital-avancam-na-bncc/. Acesso em: 16 de jun. de 2026

[95] Fonte: https://www.sbc.org.br/manifesto-da-sbc-pela-insercao-de-computacao-na-educacao-basica/. Acesso em: 15 de jun. de 2026

[96] Fonte: https://cieb.net.br/seminario-internacional-debate-computacao-na-educacao-basica/. Acesso em: 16 de jun. de 2026

permitiu uma presença maior da temática da computação na BNCC do Ensino Médio, de dezembro de 2018. Nela, "tecnologias digitais e computação" aparecem como temas fundamentais a serem discutidos pelos alunos (BNCC, 2018, p. 473).

Esse evento foi acompanhado de outra reunião, em agosto de 2018, entre o CIEB e o CNE. Nesse segundo encontro, o CIEB entregou dois documentos sobre competências digitais aos conselheiros, "trazendo contribuições tanto para a atual versão da Base Nacional Docente quanto para a Resolução 02/2015 – legislação que rege o funcionamento dos cursos de formação inicial de professores"[97].

Entre 6 e 11 de outubro de 2018, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação participou do *Computer Science for All Summit* nos Estados Unidos. O evento é organizado pela CSforALL, órgão financiado por diversas empresas estadunidenses[98], que tem como foco a expansão do ensino de computação nas escolas.

Ainda em 2018, o CIEB lançou, em parceria com o MEC, o Currículo de Referência em Tecnologia e Computação, que serviu de base para a criação de um documento curricular sobre computação complementar à BNCC. No documento, há uma referência a três eixos principais nos quais o currículo de educação computacional deveria ser dividido: cultura digital, mundo digital e pensamento computacional. Além disso, o documento destaca as referências para a criação do currículo de referência.

Quadro 6 – Comparação de nomenclaturas de eixos entre currículos

Currículo proposto pelo CIEB	Reino Unido	SME - SP	Austrália
Cultura Digital	Digital Literacy	Letramento Digital	Design and Technologies
Tecnologia Digital	Digital technology	TIC	Digital Technologies
Pensamento Computacional	Computer Science	Programação	

Fonte: CIEB, 2019, p. 17.

Um documento com a mesma estrutura foi lançado pela SBC em 21 de março de 2019, com apenas algumas adequações formais nos eixos, mas sem mudanças na estrutura do

[97] Fonte: https://cieb.net.br/cne-convida-cieb-para-falar-sobre-competencias-digitais-na-formacao-docente/. Acesso em: 16 de jun. de 2026

[98] Entre essas empresas estão a Amazon, Microsoft, Lego education e outras empresas do ramo de edtechs. Fonte: https://www.summit.csforall.org/supporters. Acesso em 05 de mar. de 2025.

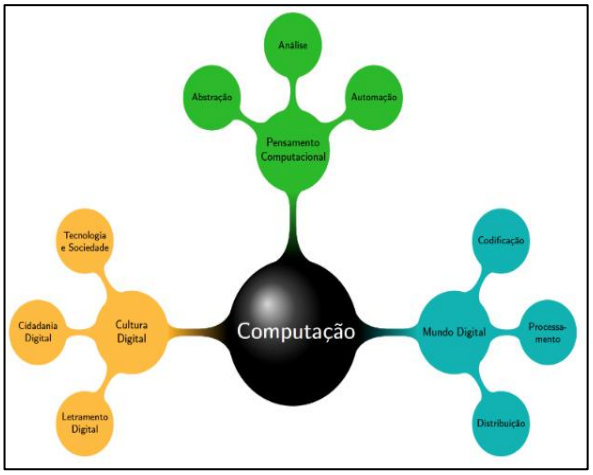
documento. O texto, denominado “Diretrizes da Sociedade Brasileira de Computação para o Ensino de Computação na Educação Básica”, defendia que os princípios da computação contribuem para a formação do “jovem do século XXI”, pois permitem a “compreensão plena do mundo, [...] aumenta a capacidade de aprendizagem e resolução de problemas dos alunos, [...] [e] serve como ferramenta de apoio ao aprendizado das demais disciplinas” (SBC, 2019, p. 7).

Figura 11 – Eixos da Computação (CIEB)



Fonte: CIEB, 2019, p. 25

Figura 12 – Eixos da computação (SBC)



Fonte: SBC, 2019, p.5

De modo geral, os dois documentos guardam enormes semelhanças, o que permite depreender um intercâmbio entre as organizações. Além disso, o documento da SBC faz referência direta ao do CIEB ao se referir ao eixo de cultura digital (SBC, 2019, p. 8), mas, de forma indireta, pela própria estrutura dos eixos, fica clara a sintonia das propostas. De todo modo, compreende-se que o documento esboçado pelo CIEB foi incorporado pela proposta da SBC, principalmente por ser esta última um órgão de caráter intelectual.

Nesse ponto, é possível compreender, a partir de Gramsci, que o CIEB e a SBC, como aparelhos privados de hegemonia, tiveram seus membros atuando como verdadeiros “intelectuais orgânicos”, já que foram fundamentais na construção da hegemonia em torno do projeto de computação na educação, transitando entre a sociedade civil e a sociedade política (Gramsci, 2014). Esse trânsito pode ser percebido na própria composição do CIEB quando da aprovação do Parecer CNE/CEB nº 2/2022, que instituiu a computação na educação básica.

Quadro 7 – Conselho Administrativo do CIEB, Mandato de 14/12/2019 a 13/12/2022

Nome	Indicação
Pedro Cruz Villares (presidente)	Instituto Natura
Camila C. Pereira	Fundação Lemann
Angela Dannemann	Fundação Itaú Social
Ana Maria Diniz	Instituto Península
Heloisa Morel	Instituto Península
Américo Teixeira Mattar Junior	Fundação Telefônica
Davi Saad	Instituto Natura
Ana Penido Monteiro	Instituto Inspirare
Alexandre Barbosa	Cetic-CGI
Maria Cecilia Amendola da Motta	Consed
Luiz Miguel Martins Garcia	Undime
Ivan Siqueira	CNE
Eduardo Deschamps	Ex-secretário de Educação
Thiago Camargo	Movimento Brasil Digital

Fonte: Reis, 2025, p. 102

Pelo quadro, é possível perceber que o CIEB atuou como o órgão catalisador de organizações privadas e agentes públicos, como é o caso de Ivan Siqueira e Eduardo Deschamps, que eram membros do Conselho Nacional de Educação, agência responsável pela instituição da computação na Educação Básica.

Assim, mediante a atuação dessas instituições e do trânsito de seus membros, a estrutura construída pelo CIEB/SBC foi integralmente formalizada no Parecer CNE/CEB nº 2/2022. Nele, há uma clara referência à participação das organizações, que atuaram como colaboradoras permanentes, sendo a proposta CIEB/SBC o fundamento teórico do parecer.

Com base no parecer elaborado pelo CNE, em 4 de outubro de 2022 foi estabelecida a Resolução CNE/CEB nº 1/2022, que define um conjunto de habilidades distribuídas em todas as etapas e anos da educação básica, a serem contempladas a partir dos eixos: pensamento computacional, mundo digital e cultura digital (Brasil, 2022a).

Uma das concepções básicas do documento é a resolução de problemas. Desse modo, a presença da computação na educação básica serviria como uma habilidade de compreensão e decomposição de problemas. Larissa Ruis observa que o documento "incentiva a inovação 'crítica' e 'criativa' por meio da promoção de 'soluções computacionais', as quais disseminam, por isso, a ideologia do solucionismo computacional" (Ruis, 2025, p. 117).

> Tendo o computador como instrumento basilar salvacionista com potencial para ‘resolver problemas’, o discurso da inovação se destaca, aliado à apropriação das demandas do capital, por meio de uma visão mercadológica de inserção profissional. Em um projeto de inovação educacional cada vez mais intenso, esse enfoque busca acentuar a mercantilização em benefício do setor privado, disfarçada de desenvolvimento social e econômico, propiciada por esse novo Mundo Digital, mas que mantém raízes antigas (Ruis, 2025. p.117).

Larissa Ruis observa que a diretriz curricular de computação, complementar à BNCC, faz uma inversão de valores fundamentais na relação humano-tecnologia, pois se baseia em uma lógica de simplismo sistemático e eficiente do pensamento, como se o ser humano pudesse atuar como uma máquina. “Sendo assim, o Pensamento Computacional – eixo de maior ênfase nos documentos [...] – pode ser visto como uma tentativa de naturalizar a substituição tecnológica, mesmo que, parcialmente, invertendo os valores humano-tecnologia” (Ruis, 2025, p. 119).

Além disso, a autora destaca que o documento se baseia em uma leitura de “soberania da racionalidade técnica”, como se fosse pensamento crítico, e na mercantilização da educação, buscando moldá-la em um “produto consumível” (Ruis, 2025, p. 120). Ruis acrescenta que, no documento, o pensamento crítico é “cooptado para servir aos interesses do capital, evidenciando a performatividade do discurso das soluções computacionais” (Ruis, 2025, p. 120). Assim, as tecnologias são entendidas como elementos fundamentais para a solução de problemas complexos.

Portanto, a criação dessa política educacional dialoga diretamente com a concepção de adaptabilidade criticada por Dermeval Saviani (2010) na pedagogia neoescolanovista, pois o foco fundamental não é a crítica da realidade como um todo e as possibilidades de mudança no mundo, mas a resolução de problemas imediatamente postos. Sendo assim, a leitura crítica a que o documento se propõe no eixo cultura digital não ultrapassa a lógica de interpretação fechada da realidade posta.

Além disso, Luiz Reis observou que a atuação de *think tanks* como o CIEB buscou, entre outras coisas, garantir o financiamento de mercadorias produzidas pelas *edtechs*, por meio da criação de demandas direcionadas ao setor público.

> O dito ecossistema de inovação educacional abrange capitais de vários segmentos da economia, que se articulam em torno do Cieb para propor e induzir novas políticas educacionais, alimentando novos modelos de negócio. Essa articulação em rede favorece a industrialização da educação básica, com possibilidade de escalonar a “produção” e induzir as compras estatais, ensinando os capitais o caminho para acessar o fundo público e criando

> condições para que essa etapa da educação possa ser financeirizada (Reis, 2025, p.174).

Desse modo, o *Observatório do Campo Maranhense* não pretende apresentar-se como uma mera solução tecnológica no meio educacional; ele é um produto de natureza comunicacional. A tecnologia é utilizada apenas como intermediário, sendo o *site* uma plataforma para comunicar e propiciar a reflexão sobre o processo de expansão fundiária no Maranhão durante a segunda metade do século XX e seus respectivos impactos.

O produto faz uso de diferentes instrumentos tecnológicos, como o mapa interativo e a apresentação de materiais audiovisuais, além de exigir conexão com a internet; no entanto, não pretende substituir o papel fundamental exercido pelo professor e pelo aluno no processo de mediação do conhecimento.

Defender a importância criativa e crítica do professor na relação com as tecnologias no ambiente educacional é fundamental diante das exigências direcionadas a ele neste contexto de hipertrofia da lógica computacional e de soluções informáticas presentes no discurso da UNESCO e da BNC – Formação[99]. Sendo assim, é importante compreendê-lo não como um mero reprodutor de técnicas e de soluções tecnológicas, mas como um sujeito inserido ativamente no processo educacional que, por meio da relação que estabelece com a *prática social*, pode conferir significado à aprendizagem. Logo, não são as soluções tecnológicas que permitem uma aprendizagem significativa, mas a relação que o docente estabelece com a realidade imediata e concreta dos alunos.

Desse modo, o pensamento crítico pode ser produzido não como uma mera performance diante de soluções imediatas e complexas na lógica do capital, mas como uma possibilidade de reflexão ontológica e axiológica da realidade, permitindo um olhar para a natureza do mundo em que se está inserido, sua pluralidade, seus condicionantes e os caminhos para a transformação.

Concomitantemente ao tema das tecnologias na educação, outro ponto fundamental para a elaboração do *Observatório do Campo Maranhense* é a interdisciplinaridade. Inicialmente, a pesquisa havia sido pensada para ser aplicada a discentes do 3º ano do Ensino Médio; no

---

[99] Como observa Andréa Silva (2019), um dos pressupostos básicos do discurso da UNESCO é a ênfase nos elementos dispostos pela Teoria do Capital Humano ao propagar a ideia de que a construção de competências técnicas e profissionais para a inserção no mundo do trabalho, quando certificadas pelos sistemas educacionais, poderá contribuir para a ampliação da produtividade econômica (Silva, 2019, p. 12). Essa perspectiva foi incorporada na elaboração de um conjunto de competências e habilidades definidas para a atividade docente pela Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, na qual há diversas menções à necessidade de criar e utilizar ferramentas tecnológicas e de informação e comunicação (Brasil, 2019).

entanto, a experiência docente em turmas do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental — produto das distorções próprias da educação pública brasileira — e as reflexões a respeito da interdisciplinaridade ajudaram a perceber a potencialidade da temática sobre a questão agrária no Maranhão. Essa abordagem conecta a ditadura empresarial-militar e suas particularidades no estado a uma compreensão mais aprofundada sobre a estrutura do capitalismo na segunda metade do século XX e suas dinâmicas transacionais, que legam ao Brasil a condição de nação dependente, cujos impactos podem ser percebidos a partir da história da população camponesa maranhense, temas recorrentes nas disciplinas de História e Geografia.

A abordagem interdisciplinar permite despertar para a relação entre objetos de conhecimento que podem ser articulados, o que viabiliza um olhar mais complexo da realidade, sobretudo porque os conhecimentos aparecem de forma extremamente fragmentada nas disciplinas.

No caso específico da *modernização dependente*, percebe-se que os estudos sobre a mecanização do campo e a liberação da mão de obra aparecem de forma desarticulada dos estudos históricos sobre a privatização da terra e seus impactos no Brasil. Da mesma forma, a construção histórica do capitalismo e suas características imperialistas contemporâneas não são colocadas em conexão com os interesses privados que dominaram a conjuntura da ditadura brasileira na segunda metade do século XX, nem com a relação desse processo com o contexto global de construção de uma economia dependente no Brasil.

Junta-se a isso a dificuldade de interação entre os conhecimentos nacionalizados por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e aquilo que tem sido compreendido no currículo nacional como parte diversificada. Mesmo com a construção de um Documento Curricular do Território Maranhense (DCT-MA), que, em tese, busca estipular objetos de conhecimento que se relacionam com a realidade local, essa articulação esbarra na hipervalorização dos conhecimentos nacionalizados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) e na falta de critérios mais específicos de articulação entre conhecimentos gerais e parte diversificada. Soma-se a esse cenário, no caso específico do conhecimento histórico, a compreensão tênue da complexidade da realidade nacional.

De acordo com Juan Suero:

> a palavra interdisciplinaridade evoca a "disciplina" como um sistema constituído ou por constituir, e a interdisciplinaridade sugere um conjunto de relações entre disciplinas abertas sempre a novas relações que se vai descobrindo. Interdisciplinar é toda interação existente dentre duas ou mais disciplinas no âmbito do conhecimento, dos métodos e da aprendizagem das mesmas. Interdisciplinaridade é o conjunto das interações existentes e

> possíveis entre as disciplinas nos âmbitos indicados (Suero, 1986 *apud* Lenoir, p. 161)

Assim, trata-se de uma abordagem mais holística do objeto de estudo, a partir de diferentes pontos de vista e de contribuições de diferentes campos do pensamento que, à primeira vista, parecem fechados, mas são intercambiáveis dialeticamente. Além disso, como apontou Ivani Fazenda, a interdisciplinaridade vai além dessa relação entre as disciplinas: ela é uma atitude diante da questão do conhecimento. "A interdisciplinaridade pauta-se numa ação em movimento. Pode-se perceber esse movimento em sua natureza ambígua, tendo como pressuposto a metamorfose, a incerteza" (Fazenda, 2002, p. 180).

Marília Pires observa que "a interdisciplinaridade apareceu, então, para promover a superação da superespecialização e da desarticulação entre teoria e prática, como alternativa à disciplinaridade" (Pires, 1998, p. 177). Desse modo, segundo a autora, a proposta interdisciplinar surge como forma de crítica "à organização social capitalista, à divisão social do trabalho e à busca da formação integral do gênero humano" (Pires, 1998, p. 177). Assim, complementando o debate de Ivani Fazenda sobre o caráter atitudinal que envolve a interdisciplinaridade, compreende-se o seu papel de relação com a realidade concreta, com a *prática social*. Como especificado por Saviani, "a prática exige a reflexão teórica; é a superação da ação não pensada pela prática concreta, refletida, a ação concreta pensada" (Saviani, 1991 apud Pires, 1998, p. 177).

Assim, quando o ponto de partida é a *prática social*, o diálogo entre os temas torna-se obrigatório, mas natural, já que a realidade em si é multifacetada, complexa e dotada de elementos intercambiáveis, como destaca Frigotto:

> "a interdisciplinaridade se apresenta como problema pelos limites do sujeito que busca construir o conhecimento de uma determinada realidade e, de outro lado, pela complexidade desta realidade e seu caráter histórico. Todavia esta dificuldade é potencializada pela forma específica que os homens produzem a vida de forma cindida, alienada, no interior da sociedade de classes." (Frigotto, 1995, p.31).

Yves Lenoir destaca que há diferenças fundamentais entre a interdisciplinaridade científica e a interdisciplinaridade educacional. Em seu quadro analítico, o autor explicita as principais características de cada uma delas, conforme se observa a seguir:

Quadro 8 – Maiores distinções entre interdisciplinaridade científica e interdisciplinaridade escolar

	Interdisciplinaridade científica	**Interdisciplinaridade escolar**
Finalidades	Produzir novos conhecimentos	Difusão de conhecimentos
Objetos	Tem por objeto as disciplinas científicas.	Tem por objeto as disciplinas escolares.
Modalidades de aplicação	Implica a noção de pesquisa: Tem o conhecimento como sistema de referência.	Implica a noção de ensino, de formação: Tem como sistema de referência o sujeito aprendiz e sua relação com o conhecimento.
Sistema referencial	Retorno à disciplina na qualidade de ciência (saber sábio).	Retorno à disciplina como matéria escolar (saber escolar), para um sistema Referencial que não se restringe às ciências.
Consequência	Conduz à produção de novas disciplinas segundo diversos processos; às realizações técnico-científicas.	Conduz ao estabelecimento de ligações de complementaridade entre as matérias escolares.

Fonte: adaptado de Lenoir, 1998, p. 52

Desse modo, há um elemento axiológico fundamental na interdisciplinaridade escolar, que impõe a necessidade de romper as barreiras entre as disciplinas estudadas como forma de estabelecer ligações consistentes entre teoria e prática.

Alejandro Arias afirma que é comum esse distanciamento entre teoria e prática, pois, frequentemente, o docente foca no elemento teórico, acreditando que o aluno fará a relação com sua realidade por conta própria, ou realiza ele mesmo essa contextualização. No entanto, "é necessário que o docente procure no aluno os vínculos práticos e faça com que o aluno os identifique na teoria apresentada" (Arias, 2023, p. 1).

Além disso, Yves Lenoir apresenta três planos em que pode ocorrer a interdisciplinaridade escolar. O primeiro é o plano da interdisciplinaridade curricular, base sobre a qual se constroem os demais. Este plano é produto de uma análise sistemática de programas de estudo com o intuito de incorporar conhecimentos em um todo, buscando preservar as particularidades disciplinares ao mesmo tempo em que garante a "complementaridade dentro de uma perspectiva de troca e de enriquecimento" (Lenoir, 1998, p. 57).

O segundo plano é o da interdisciplinaridade didática, caracterizada por "suas dimensões conceituais e antecipativas; trata da planificação, da organização e da avaliação da intervenção educativa", ou seja, faz parte da etapa de organização do trabalho docente. Essa etapa não consiste na busca por uma receita pronta, mas por "instrumentos conceituais que

possuem uma dimensão conjuntural de maneira limitativa, e que servem para guiar a concepção de práticas educativas interdisciplinares" (Lenoir, 1998, p. 58).

Portanto, impõe-se, novamente, a função fundamental do professor no processo de mediação didática e sua capacidade de estabelecer conexões significativas entre a *prática social* e as possibilidades de superação mediante o terceiro plano da interdisciplinaridade: a interdisciplinaridade pedagógica. Como destaca Yves Lenoir:

> Ela assegura, na prática, a colocação de um modelo ou de modelos didáticos interdisciplinares inseridos em situações concretas da didática. Mas, obrigatoriamente, essa atividade prática não pode se efetuar sem levar em conta um conjunto de outras variáveis que agem e interagem na dinâmica de uma situação de ensino - real aprendizagem (Lenoir, 1998, p. 58).

É nessa dinâmica real da sala de aula que a abordagem pedagógica pode ser produzida. É por meio do contato com a realidade e de seu dimensionamento que se viabilizam os instrumentos de intercâmbio entre as disciplinas, levando em conta as possibilidades estabelecidas pelo currículo em vigor e compreendendo, também, os limites impostos pela estrutura curricular e pela própria prática pedagógica (Lenoir, 1998, p. 59).

Por sua característica diversa e multifacetada, a história agrária é, por natureza, interdisciplinar, pois depende de um esforço intelectual que ultrapassa os campos delimitados do conhecimento disciplinar, exigindo um diálogo constante entre as áreas do saber. Esse esforço pode ser percebido na multiplicidade de temas que a envolve, já que:

> a história agrária, como uma modalidade de história social da agricultura, cujo objeto seria constituído pelas formas de apropriação e uso do solo, pelo estatuto jurídico e social dos trabalhadores rurais (produtores diretos); nessa ótica, caberia ao estudo dos sistemas agrários, objeto central da análise, dar conta das relações de produção e das tipologias agrárias (Linhares, 1997, p. 247).

Desse modo, ao pensarmos um tema como a questão agrária no contexto da ditadura empresarial-militar, diversas questões se impõem: são elas de ordem econômico-produtiva, demográfica, físico-natural, socioeconômica, política e jurídica, em seus aspectos legais e consuetudinários, entre outros. Assim, só uma abordagem aberta a uma visão interdisciplinar é capaz de atender a tamanha diversidade e complexidade.

Ao pensarmos a mediação dos conhecimentos sobre esse tema com alunos da educação básica, é inevitável observar as potencialidades constituídas por uma leitura interdisciplinar, que podem viabilizar uma leitura mais orgânica da realidade em que se insere o discente e dos condicionantes que a sustentam.

Circe Bittencourt destaca, com Ivani Fazenda, que a prática interdisciplinar na escola exige um engajamento do professor e uma mudança de postura diante do conhecimento escolar, mas observa que um olhar sobre as práticas pedagógicas evidencia a dificuldade na realização de trabalhos dessa natureza (Bittencourt, 2009, p. 255).

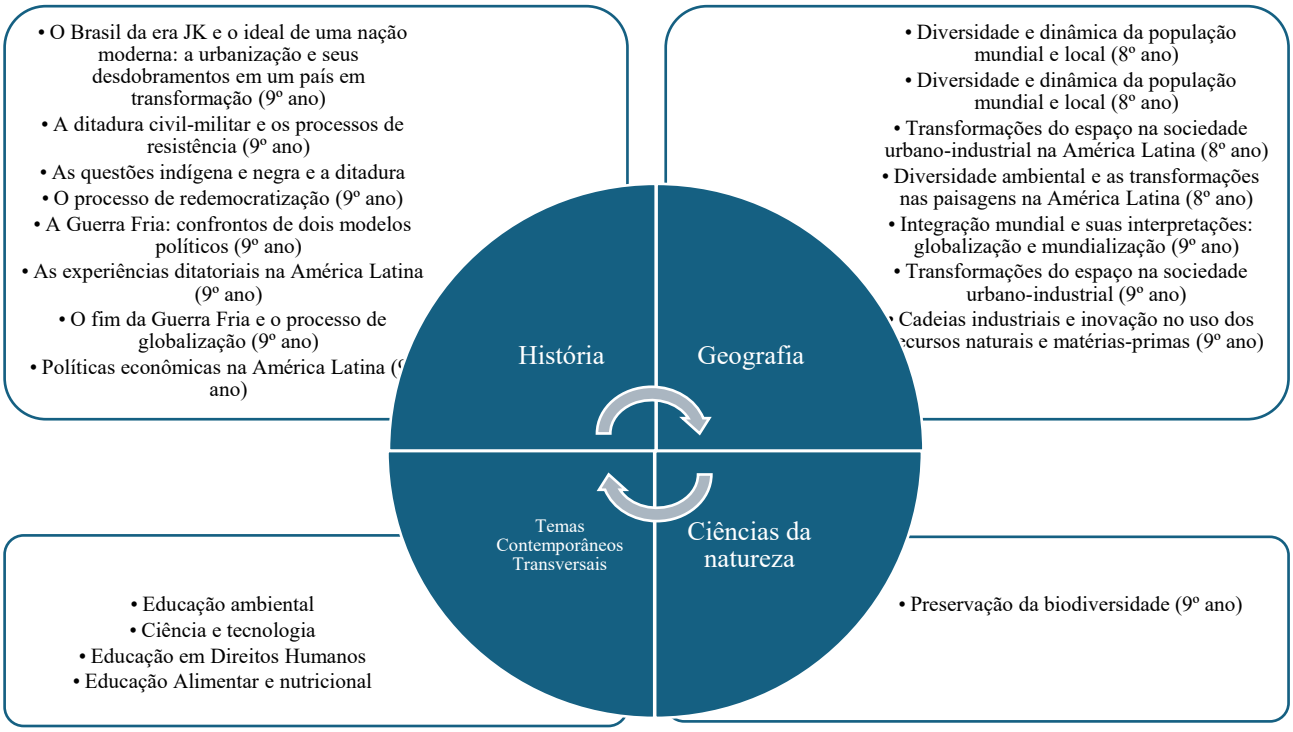
Bittencourt questiona se a existência de disciplinas seria um elemento limitador da interdisciplinaridade e conclui que a própria prática interdisciplinar exige a existência de disciplinas que possam estabelecer vínculos epistemológicos. Desse modo, a autora salienta que, para uma prática interdisciplinar significativa na escola, o professor deve ter um aprofundamento em seu próprio campo de conhecimento, o que garantirá uma abordagem sem superficialidade, permitindo uma leitura profunda dos temas (Bittencourt, 2009, p. 256).

Marta Brodbeck, por sua vez, destaca que superar a fragmentação das disciplinas para tornar a aprendizagem significativa "é, sem dúvida, o grande desafio da educação ao longo do tempo" (Brodbeck, 2012, p. 20). Segundo a autora, isso é ampliado diante da velocidade com que as informações circulam na atualidade. Além disso:

> A organização compartimentada das disciplinas é um obstáculo para que o aluno realize uma integração interna. Contudo, mesmo quando existe uma disposição em experimentar a interdisciplinaridade, essa prática continua sendo, de modo geral, uma experiência de excepção dentro da escola, por que de alguma forma torna-se um grande desafio engendrar uma organização que viabilize a interação entre os docentes das diferentes disciplinas para desenvolver o trabalho interdisciplinar (Brodbeck, 2012, p.20)

Abaixo apresenta-se um esquema das disciplinas e temas abordados de forma interdisciplinar no *Observatório do Campo Maranhense,* nas disciplinas de História, Geografia, Ciências da Natureza do 8º e 9º ano do ensino fundamental e nos Temas Contemporâneos Transversais.

Figura 13 – Temas curriculares abordados de forma interdisciplinar no *Observatório do Campo Maranhense*



Fonte: BNCC, 2018. Elaboração própria

Como se pode observar, o debate sobre o processo de *modernização dependente* no Maranhão permite a mediação de uma pluralidade de conhecimentos que perpassam: a constituição histórica da estrutura fundiária e sua manutenção e readequação ao longo do tempo; as disputas em torno de projetos de poder; a conformação de estruturas socioeconômicas; a composição do cenário econômico global; o papel preponderante de determinadas nações sobre outras, considerando, principalmente, o cenário latino-americano; os impactos causados pelas mudanças decorrentes do processo de *modernização dependente* em comunidades camponesas e, consequentemente, as transformações no cenário demográfico e na estrutura populacional entre o espaço urbano e rural; e, por fim, o impacto ambiental decorrente desse conjunto de transformações.

Nesse cenário, a interdisciplinaridade não pode ser entendida como um roteiro desarticulado de contribuições das diversas áreas para o tema, mas como um conjunto coerente e coeso que permite tecer um cenário amplo das questões que compõem o debate sobre os usos da terra e os projetos de poder que condicionam esses usos

A fundamentação teórico-metodológica exposta, pautada na crítica ao fetichismo tecnológico e na defesa de uma interdisciplinaridade articulada à *prática social*, encontra sua

dimensão concreta no desenvolvimento do *Observatório do Campo Maranhense*. A seguir, detalha-se a arquitetura e a interface deste produto educacional, descrevendo como os pressupostos discutidos foram revertidos em ferramentas digitais destinadas à mediação do saber sobre a *modernização conservadora* e a questão agrária no Maranhão.

3.3 O *Observatório do Campo Maranhense* como instrumento de mediação da Prática Social: interface e conteúdo

O produto educacional resultante desta pesquisa consiste em um *website* que tem como público-alvo professores e alunos do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental, configurando-se como um importante instrumento para a difusão e discussão sobre a questão agrária durante a ditadura empresarial-militar no Maranhão, bem como suas continuidades e rupturas na realidade estadual, em um contexto global de avanço do capital financeiro e da subsunção das formas de capitalismo operante. O *website* Observatório do Campo Maranhense está alocado no domínio www.observatoriodocampomaranhense.net.

Duas questões centrais permeiam a produção deste produto educacional, a saber: o papel do Estado brasileiro na adequação do país ao capitalismo global durante a ditadura empresarial-militar e seus impactos no meio rural, a partir do caso maranhense; e, atrelado a isso, a violência protagonizada pelo Estado e por interesses econômicos nesse processo de reconfiguração.

A temática, cada vez mais presente em pesquisas acadêmicas, ainda tem pouco espaço no contexto escolar. Isso pode ser observado a partir de quatro questões distintas: 1) o dimensionamento dado à repressão militar em ambientes urbanos, sobretudo devido à nacionalização, por meio do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), de determinadas interpretações históricas produzidas no centro-sul; 2) a criação recente de um Documento Curricular do Território Maranhense (DCT-MA) que, embora apresente como temática relevante a "expansão agrícola para o sul do Maranhão", não atribui a devida importância às modificações estruturais do Estado no contexto ditatorial e à violência delas oriunda; 3) a pouca disponibilidade de materiais didáticos que possam contribuir para a difusão do tema e de suas permanências na estrutura socioeconômica do estado; e 4) a produção de uma cultura histórica regional que se pautou, durante muito tempo, por uma interpretação da ditadura que valorizava os projetos modernizadores difundidos por uma história oficial e presentes nos materiais didáticos[100].

[100] A introdução desse tipo de interpretação no meio escolar, como foi por mim analisado em dissertação de mestrado, deu-se ainda durante o período da ditadura empresarial-militar através de obras editadas pela imprensa pública estadual, por meio do Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado do Maranhão (SIOGE-MA), como

Obras didáticas mais recentes, por sua vez, tentam dinamizar as interpretações sobre o período ditatorial; no entanto, a inexistência de uma política pública de publicização desses trabalhos reduz o acesso de amplos setores do alunado estadual a problematizações como a da questão agrária no contexto da ditadura empresarial-militar.

Entre essas obras, deve-se destacar o livro *Conhecendo e debatendo a História do Maranhão*, de Joan Botelho (2018). Sua obra busca romper com uma longa tradição historiográfica regional presa a uma abordagem factual e ao enaltecimento de personalidades, principalmente do meio político.

A partir de uma análise crítica da política estadual, o autor busca apresentar como as ações governamentais produziram o crescimento de conflitos no campo. Essa discussão recebe um tópico específico: *A questão agrária no Maranhão: Lei de Terras, grilagem e conflito*. Nele, é feita uma apresentação sobre a proposta de modernização observada no Brasil a partir do fim do segundo quartel do século XX, que no Maranhão se traduziu em investimentos na construção de estradas visando atrair projetos agropecuários para o estado. Ao disputarem a terra com os posseiros, esses projetos produziram um "quadro aterrador, marcado pela concentração fundiária e seguida pelo êxodo rural e conflitos" (Botelho, 2018, p. 323).

No entanto, é importante destacar que a obra tem como público-alvo estudantes do Ensino Médio, vestibulandos e concurseiros e que seu acesso é limitado, já que o livro tem como objetivo principal a comercialização.

Outro importante material didático que tem como objeto a questão agrária no Maranhão é o paradidático *Terra Livre* (2018b), produzido por Mariana Sulidade como produto de sua pesquisa de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST/UEMA). Nele, a autora introduz a discussão sobre os impactos da política ditatorial no campo maranhense, enfocando concomitantemente a resistência dos camponeses e as vítimas da violência no campo. Além disso, Sulidade estende sua apresentação do tema para o conflito envolvendo as quebradeiras de coco e os latifundiários no Maranhão, buscando evidenciar as repercussões da expansão significativa das fronteiras agropecuárias.

Nesse mesmo sentido, deve-se destacar o paradidático *(Re)construindo memórias: a Questão Agrária maranhense a partir dos audiovisuais* (2020), elaborado por Jaciara Frazão também como produto do mestrado realizado no Programa de Pós-Graduação em História da

---

forma de propaganda das ações governamentais. Essa perspectiva, no entanto, ganhou ainda mais espaço na obra *Terra das Palmeiras*, editada pela FTD e amplamente difundida nas escolas estaduais (Mendes, 2021a).

Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST/UEMA). Nele, a autora faz a análise dos documentários: *Quem matou Elias Zi?* e *As quebradeiras de Dom Pedro*, relacionando-os com o contexto sociopolítico e econômico que retratam. O produto tem como público-alvo professores da educação básica, buscando apresentar os documentários como uma proposta de reflexão sobre o tema da questão agrária no Maranhão nas décadas de 1970 e 1980.

Outro paradidático que trata sobre o processo de "modernização conservadora", como defendido pelo próprio autor, é a obra *Ditadura e Modernização conservadora no Maranhão: O Programa Grande Carajás e o Centro de Lançamento de Alcântara* (2025), apresentada por Manoel Afonso como produto do mestrado realizado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST/UEMA). Na obra, o autor enfatiza o papel dos chamados grandes projetos, com destaque para o PGC e o CLA, analisando os impactos desses empreendimentos na vida das populações tradicionais, seus movimentos de resistência e a luta por direitos.

No formato de *website*, em 2024, foi lançado o *Observatório Maranhão Agrário*[101], que se apresenta como um "espaço dedicado à coleta e à disponibilização de dados e informações sobre a questão agrária do estado do Maranhão". Ele foi produzido pelo Laboratório de Extensão, Pesquisa e Ensino de Geografia (LEPENG) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e conta com uma linha do tempo que apresenta de forma resumida a questão agrária desde o contexto pré-colonial até os dias atuais. Além disso, disponibiliza um espaço de memória com dados sobre o nome, data de nascimento e falecimento de vítimas da violência no campo. O *website* indica que seu conteúdo está voltado para pesquisadores, estudantes e a comunidade em geral.

Deve-se destacar que o *Observatório do Campo Maranhense* se distancia do *Observatório Maranhão Agrário* por se tratar de uma proposta pedagógica com contornos bastante claros, pautada em princípios teórico-pedagógicos e em uma intencionalidade didática. Diferentemente do *Observatório Maranhão Agrário*, que se coloca como uma ferramenta de acesso à informação para o público em geral, este trabalho tem como foco a formação dos discentes, o debate sobre as estruturas fundiárias vivenciadas e os elementos que as condicionam.

Mesmo com todo o avanço das pesquisas sobre a história do Maranhão e, especificamente, da ditadura empresarial-militar no estado, ainda são pouco comuns as

[101] Disponível em: https://maranhaoagrario.com.br/. Acesso em: 18 mar. 2025.

reflexões sobre essas temáticas nas aulas de História. Na maioria das vezes, essas discussões têm se feito presentes apenas como casos emblemáticos ou exemplos espaçados, e raramente como uma reflexão que parte do caso maranhense para a compreensão de dinâmicas mais amplas, concomitantes, paralelas e/ou influenciáveis. Assim, espera-se que o *Observatório do Campo Maranhense* possa se constituir em um importante instrumento para a difusão e discussão sobre a relevância do processo de *modernização dependente* do campo maranhense durante o período ditatorial e seus impactos socioeconômicos e ambientais, bem como suas continuidades e rupturas na realidade estadual.

Desse modo, o *Observatório do Campo Maranhense* visa contribuir no sentido de evidenciar a importância da temática no contexto da ditadura e de seus impactos na sociedade maranhense. Mesmo com o avanço de produtos educacionais relacionados ao tema, produzidos no âmbito dos mestrados profissionais em História no Maranhão, ainda há uma necessidade de acesso, por parte de professores e estudantes da rede básica de ensino, a informações que possam romper com uma perspectiva ainda muito distanciada dessas problematizações já desenvolvidas no meio acadêmico sobre a questão agrária e o contexto ditatorial no Maranhão. Nesse sentido, um *website* apresenta-se como um recurso que contribui diante de sua capacidade de publicização.

O uso da linguagem digital em formato de *website* torna-se viável ao considerarmos que, no Brasil, 95%[102] da população tem acesso à internet em 2025, embora exista uma intensa desigualdade espacial (com predomínio do acesso no meio urbano) e de equipamentos utilizados (aparelhos celulares ocupam 97,4% dos dispositivos). Essa realidade implica a necessidade de elaboração de uma versão do *Observatório do Campo Maranhense* otimizada para dispositivos móveis.

Evidentemente, ainda há muito o que avançar no que diz respeito às políticas públicas de acesso à internet nos ambientes escolares, sobretudo na rede pública. No entanto, é importante destacar que, em julho de 2021, foi instituída a Política de Inovação Educação Conectada, que visa, entre outras diretrizes, "apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica" (BRASIL, 2021). Mesmo com as críticas já destacadas sobre o contexto de instituição dessas políticas, elas podem contribuir para a difusão de propostas construídas à margem das *edtechs*, como é o caso do

[102] De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua sobre Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/47410-internet-chega-a-95-de-domicilios-do-pais-em-2025. Acesso em: 07 de jul. 2026.

produto deste trabalho. Nesse contexto, torna-se relevante a expansão de propostas que possibilitem o acesso de professores e alunos a fontes mais diversificadas e problematizadas de conhecimento histórico.

Nesse sentido, o site conta com duas seções principais. A primeira é voltada diretamente aos docentes, contendo um aprofundamento teórico-historiográfico sobre o contexto da ditadura e suas implicações no estado do Maranhão, além de uma apresentação sintética da pesquisa aqui realizada. Além disso, apresenta-se um debate sobre os fundamentos pedagógicos que sustentam o presente trabalho, buscando, na medida do possível, apontar caminhos e levantar possiblidades de aplicação.

A segunda seção do website volta-se à aplicação nas aulas de História. Ela é composta por um conjunto de informações históricas e conceitos que viabilizam a mediação de conhecimentos sobre a realidade agrária maranhense no contexto da ditadura e seus reflexos na atualidade, objetivando a *problematização* dessas temáticas com os alunos. Nessa etapa, a mediação do professor é fundamental para a construção do conhecimento e para a complexificação do assunto, que contará com: reflexões textuais; apresentação de documentos históricos; mapas; tabelas; gráficos e imagens para análise conjunta de professores e alunos

Dessa forma, foram incluídas diferentes informações que permitem a *problematização* de questões-chave naquele contexto, como, por exemplo: a inserção do Maranhão no projeto da ditadura empresarial-militar de *modernização dependente*; a atuação de sujeitos históricos no cenário político maranhense, sua contribuição para o alargamento das fronteiras agrícolas e para a escalada da violência no campo, bem como suas vinculações na sociedade civil; a apresentação de gráficos e tabelas que permitem uma análise quantitativa das mudanças no campo maranhense em conjunto com dados estatísticos e seus desencadeamentos históricos; e, por fim, um panorama dos conflitos agrários que marcaram aquele período histórico. Esses temas ajudam a refletir sobre as "práticas sociais", com base em escolhas axiológicas próprias do trabalho de didatização (Develay, 1992, p. 24).

Sendo assim, o website foi desenvolvido a partir das informações e problematizações oriundas da tese. O material é acompanhado por um trabalho de síntese contendo a abordagem teórico-historiográfica, que dialoga com as conclusões obtidas ao longo da trajetória de pesquisa e com a necessidade de mediação didática do conteúdo. Todavia, a construção de propostas educacionais e a exposição de conclusões não prescindem da atuação reflexiva e construtiva do professor, com base nas múltiplas realidades educacionais e na *prática social* inicial, o que exige uma práxis crítico-filosófica docente.

Inicialmente, o website foi elaborado por meio da ferramenta de criação de *sites* do Google. No entanto, diante do processo de complexificação do projeto e das exigências impostas pela realidade educacional — que demandava um ambiente virtual mais fluido, com maior identidade visual e capaz de atrair o interesse dos discentes também por seu *layout*.

Figura 14 – Primeira versão do site

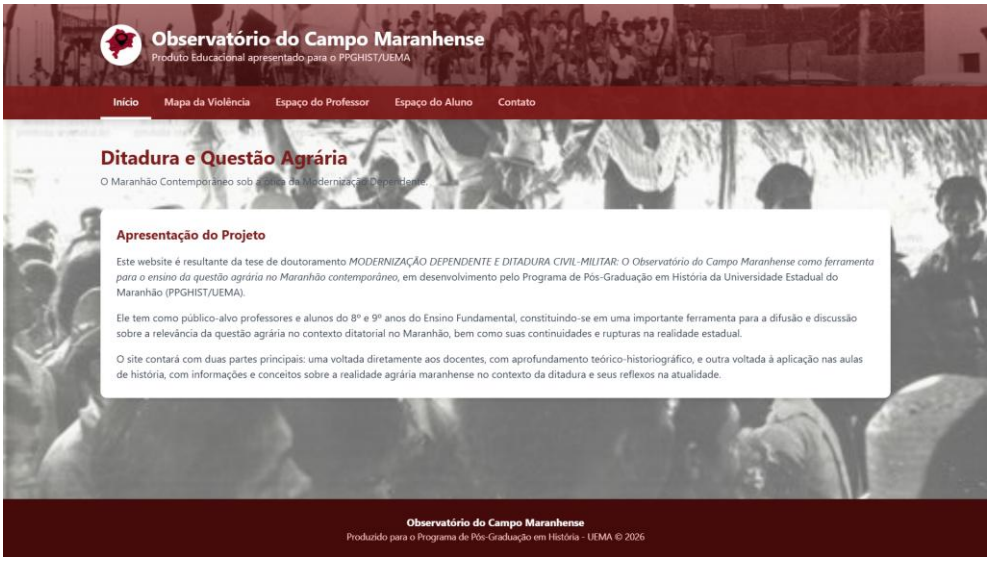


Fonte: plataforma *google sites* (*https://sites.google.com/?hl=pt-br*)

O *Observatório do Campo Maranhense* foi desenvolvido com o suporte de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa para a aceleração do ciclo de vida de desenvolvimento de *software* (SDLC). O *design* e a interface foram gerados a partir da plataforma Google Antigravity IDE, que permitiu a implementação do *framework* Tailwind CSS de forma integrada. O suporte do modelo de linguagem Gemini (Google) foi empregado para a estruturação semântica do código e otimização de componentes, sob orientação e curadoria do autor. Assim, a Inteligência Artificial Generativa foi utilizada meramente como ferramental auxiliar na elaboração do código HTML.

A elaboração de um código HTML próprio permitiu a criação de um *site* mais responsivo, com um *layout* mais fluido e uma apresentação mais profissional, agregando itens de personalização de forma mais orgânica. Em conjunto com a elaboração da plataforma com essas características, foi produzida ainda uma logomarca, que confere personalidade ao ambiente virtual.

Figura 15 – Atual versão do site



Fonte: *Observatório do Campo Maranhense*

A seguir, **apresentam-se** as seções e páginas do *Observatório do Campo Maranhense*, acompanhadas de uma breve descrição de seus respectivos conteúdos:

Quadro 9 – Conteúdo do *Observatório do Campo Maranhense*

Seções	Páginas	Breve descrição do conteúdo
Início	Sem páginas	Apresentação do produto e do autor
Mapa da Violência	Sem páginas	Mapa com informações sobre casos de violência no campo maranhense
Painel do Aluno	Cronologia da Modernização Dependente no Maranhão	Apresentação de uma cronologia da readequação do Estado para implementação do projeto de modernização dependente.
	Uma "bovinocracia" no Maranhão	Nessa página discute-se sobre a valorização dada pelo Estado para os projetos de pecuária de corte.
	O veneno está servido	Nessa página a reflexão se volta para o debate sobre como o processo de modernização ajudou a criar a necessidade por produtos da indústria química.
	O caso da fazenda Maguary: posse da terra e política no Maranhão	O caso da fazenda Maguary é usado como forma de discutir sobre as relações entre poder político e econômico.
	Lideranças Camponesas sob ameaça: a trajetória de Manoel da Conceição	A trajetória de Manoel da Conceição ajuda a refletir sobre a situação de lideranças camponesas, os riscos que correm e sua atuação na resistência contra o avanço da fronteira agropecuária.

	Modernização dependente no Maranhão: a questão da mineração	Apresentação do debate sobre as implicações da modernização dependente no setor da mineração.
	Modernização dependente no Maranhão: a questão da terra	Apresentação do debate sobre as implicações da modernização dependente na questão da terra.
	A Reforma Agrária a partir do caso Maranhense: um sonho interrompido	Reflexões sobre o papel exercido pela ditadura empresarial-militar na interrupção da possibilidade de uma verdadeira reforma agrária no Brasil.
	Dicionário Histórico-biográfico da Ditadura Empresarial-militar no Maranhão	Foi agregado ao site o produto produzido no Mestrado, como forma de permitir um aprofundamento de termos presentes nas páginas do produto, bem como o contexto e personalidades durante a ditadura empresarial-militar no Maranhão (Moraes, 2021a).
Painel do Professor	A modernização dependente no contexto da Ditadura empresarial-militar no Maranhão	Apresentação do debate teórico-historiográfico sobre a modernização dependente no Maranhão
	Por uma educação para a emancipação: contribuições da pedagogia histórico-critica para o ensino da questão agrária no Maranhão	Apresentação do debate teórico-pedagógico que embasa a criação do produto educacional.
	Uma abordagem interdisciplinar por meio de ferramentas tecnológicas: o Observatório do Campo Maranhense	Reflexão sobre o tema da interdisciplinaridade, das tecnologias e da forma como são entendidos na produção do produto
	Possibilidades pedagógicas do Observatório do Campo Maranhense	Disponibilização de sequências didáticas e indicações de possibilidades de uso do produto
Fontes para o ensino de História da questão agrária no Maranhão Contemporâneo	Diversas fontes	Breve apresentação da fonte e temas que podem ser abordados

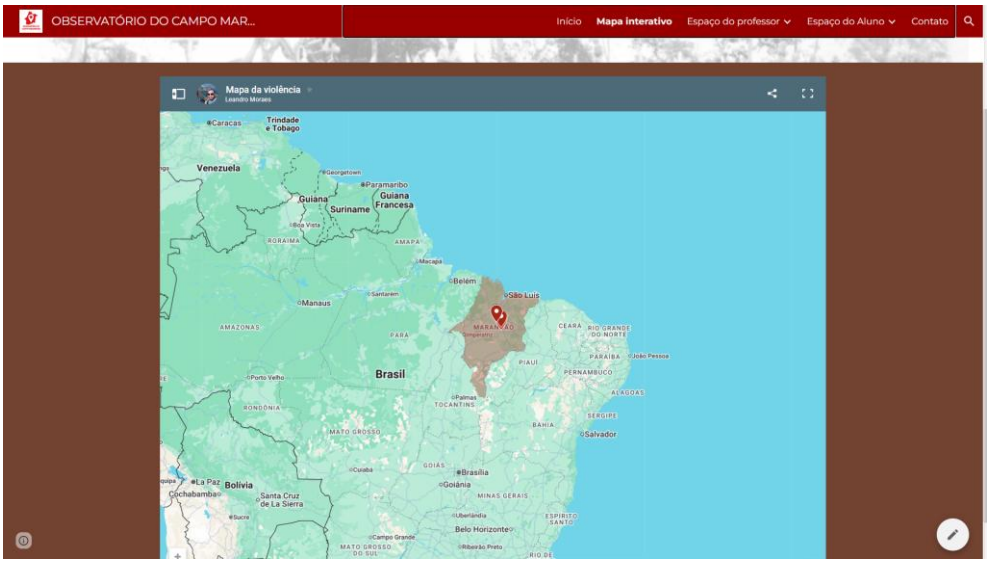
Fonte: *Observatório do Campo Maranhense*

Como se pode observar, o *Observatório do Campo Maranhense* busca apresentar uma diversidade de temas que podem ser abordados por professores e alunos em sala de aula, permitindo ao professor, diante da *prática social* identificada, realizar recortes e adequações fundamentais para a aprendizagem significativa. Portanto, os temas buscam apresentar os problemas de forma ampla, sendo que os exemplos trazidos podem ser utilizados como ponto de partida para os debates realizados em sala de aula.

Um dos principais recursos pedagógicos do *site* é o mapa interativo, que permite ao aluno acessar os detalhes de diversos casos de violência no campo no estado do Maranhão. Assim como o *site* como um todo, esse instrumento foi desenvolvido inicialmente a partir da plataforma “Meus Mapas” (*Google*

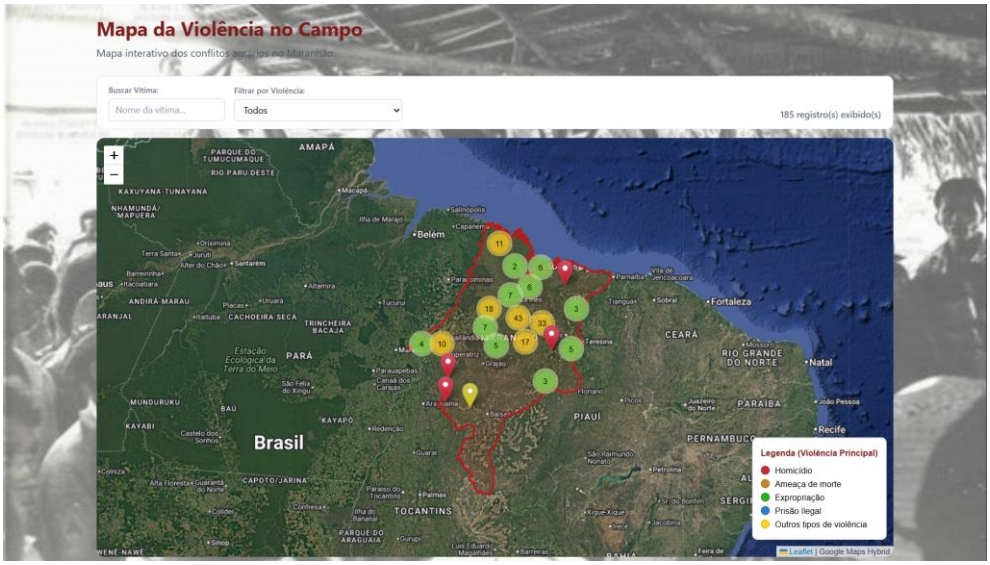
My Maps). No entanto, diante das mesmas dificuldades técnicas e limitações de personalização já mencionadas, foi adotada a biblioteca *Leaflet*.

Figura 16 – Mapa interativo na plataforma *Meus Mapas* do *Google*



Fonte: plataforma *meus mapas* do *google maps* (https://www.google.com/intl/pt-BR/maps/about/mymaps/)

Figura 17 - Mapa interativo com o uso da biblioteca Leafret

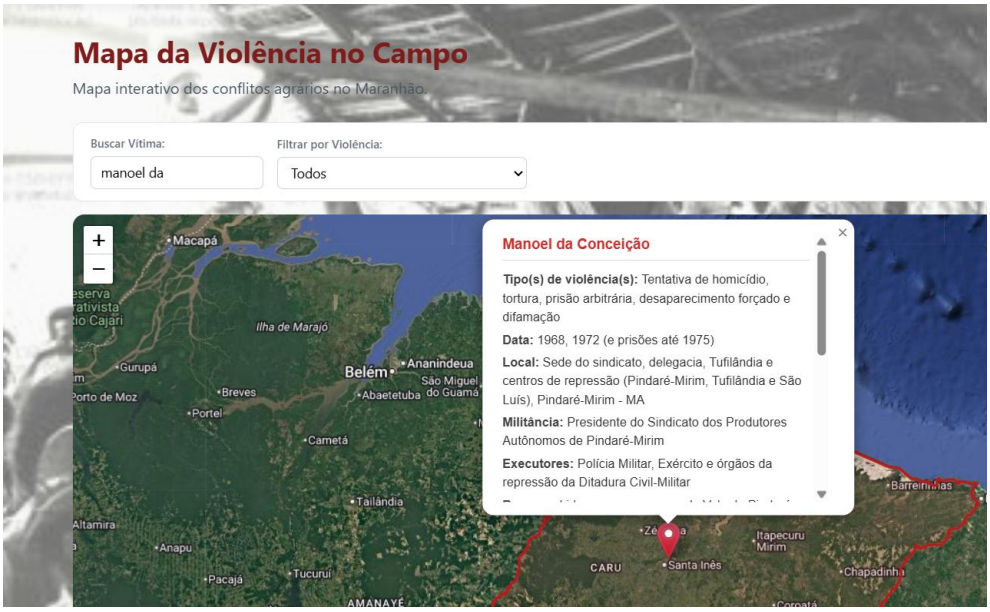


Fonte: *Observatório do Campo Maranhense*

A biblioteca *Leaflet*, desenvolvida em *JavaScript* de código aberto, proporciona uma maior leveza no carregamento do mapa e facilita o acesso por diversos dispositivos, já que é otimizada principalmente para o ambiente móvel. Essa característica garante fluidez para

navegar pelo mapa e para acessar as janelas *pop-up* com informações sobre os casos de violência. Cabe ressaltar que o mapa não tem como pretensão esgotar os registros de violência, mas sim fomentar o debate sobre as bases estruturais desse tipo de violência, sua espacialidade e sua perpetuação no tempo, inclusive com reincidência em um mesmo território.

Figura 18 – Janela *pop-up* com informações sobre Manoel da conceição



Fonte: *Observatório do Campo Maranhense*

As informações foram compostas pelo nome da vítima, tipo de violência, data (exata ou o ano), local da ocorrência, militância (qual a atividade política ou social da vítima), executores (públicos ou privados), resumo da violência, fonte e um marcador geográfico de local aproximado.

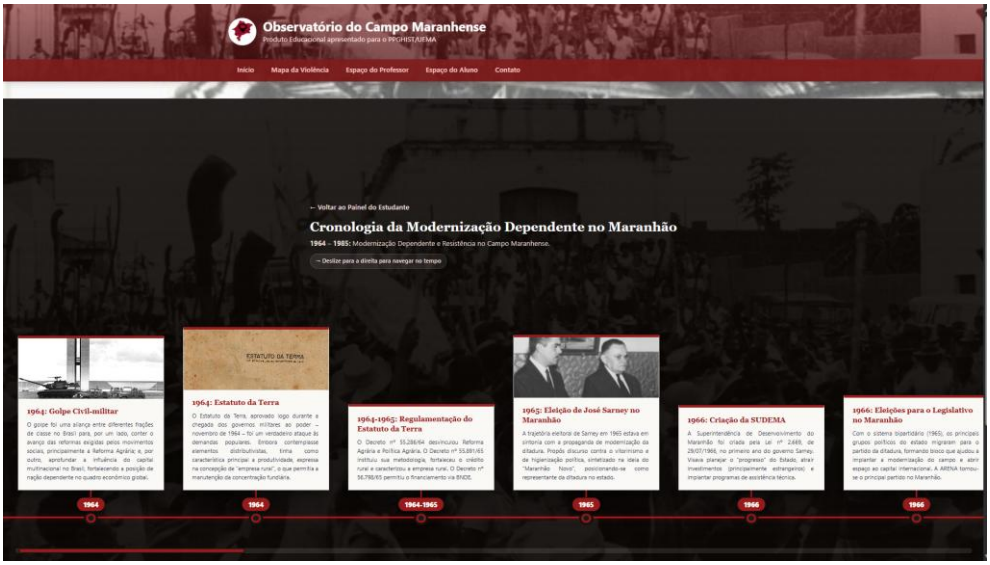
Espera-se que, com o mapa, o professor possa pensar possibilidades didáticas que se relacionem à sua realidade imediata no estado do Maranhão, como o levantamento dos casos em seu município, a apreciação e a apresentação ou dramatização desses casos. O recurso permite ainda a reflexão sobre a ausência ou escassez de informações em diversos casos, o que contribui para um olhar crítico sobre o valor atribuído à vida humana frente ao interesse econômico. Outro ponto de interesse sobre o mapa é a possibilidade de debate sobre a atuação de agentes políticos no processo de expropriação dos camponeses, considerando que, em muitos casos, estes atuaram como expropriadores indiretos, beneficiando grupos econômicos, ou diretos, apropriando-se de terras.

Outro elemento que compõe o conteúdo do *website* é a exposição de uma linha do tempo que busca situar professores e alunos nas principais informações históricas sobre a questão

agrária, servindo como elemento visual do processo histórico em que se inserem as discussões presentes na plataforma. Esse recurso enfatiza a aprovação de instrumentos legais que marcam as mudanças na estrutura do Estado e seus impactos na sociedade maranhense

.

Figura 19 – Página Cronologia da Modernização Dependente no Maranhão



Fonte: *Observatório do Campo Maranhense*

Para a comunicação dos assuntos resultantes da pesquisa, optou-se por um formato de texto temático a partir da perspectiva histórico-crítica. Nesse sentido, com o intuito de partir da *prática social*, o material inicia com a apresentação de linguagens audiovisuais e fontes jornalísticas, entre outras, que permitam o contato com elementos da realidade concreta.

Como no exemplo abaixo (Figura 20), no material que trata sobre o avanço da pecuária de corte a partir da segunda metade do século XX no Maranhão, foram selecionadas duas matérias: uma que trata do aumento do preço da carne bovina no estado, e outra que destaca o avanço na exportação do produto, com o Maranhão alcançando o patamar de maior exportador de carne do Nordeste.

Esse material permite ao professor realizar um diálogo que parta da realidade concreta dos alunos, já que se fundamenta em elementos da *prática social* comum e vivenciada direta ou indiretamente pelos discentes. Em conexão com a Pedagogia Histórico-Crítica, a apresentação dos vídeos não é entendida como um fim em si ou como um instrumento inflexível de abordagem, mas como um ponto de partida para as ponderações que serão realizadas no processo de mediação didática, o que envolve a necessidade de levantamento dos saberes prévios que os alunos detêm.

Figura 20 – Vídeos de abertura do tema Uma “bovinocracia” no Maranhão



Fonte: *Observatório do Campo Maranhense*

Após a apresentação desses materiais, que se conectam com a realidade concreta, o artigo é iniciado com uma pequena apresentação do tema, ainda em conexão com o material exibido na seção anterior, buscando fazer a ligação da *prática social inicial*, conforme a perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, com a etapa de *problematização*.

A etapa de *problematização*, a partir da Pedagogia Histórico-Crítica, é caracterizada pela proposição de questões que, como destaca Gasparin (2020, p. 42), “retratam a *prática social* em seus diversos graus, próximos ou remotos, ainda que de forma sincrética”.

No caso do tema sobre o avanço da atividade pecuária no Maranhão, foram propostas as seguintes questões: “Qual será a causa das elevações do preço da carne bovina para o consumidor maranhense? Seria uma redução na oferta do produto? O que explicaria essa redução? Considerando que o Maranhão é o maior exportador de carne do Nordeste, o valor desse produto não deveria ser mais barato? Por que não é?”.

Esses questionamentos podem — e devem — ser complementados pelos professores diante da relação dinâmica com os alunos em sala de aula, ou seja, a partir da abordagem sobre o que o aluno já conhece. São esses questionamentos que ajudarão a nortear o debate a ser realizado em sala de aula.

A partir disso, são apresentados os conteúdos que fazem parte do processo de *instrumentalização*, consistindo em uma "efetiva elaboração interpessoal da aprendizagem". Nesse momento, é realizada a abordagem teórico-conceitual, "com a apresentação sistemática do conteúdo por parte do professor e por meio da ação intencional dos alunos de se apropriarem desse conhecimento" (Gasparin, 2020, p. 62).

No caso do artigo sobre a expansão da pecuária no Maranhão, é realizada uma relação entre o avanço do número de cabeças de gado e da área destinada a essa atividade com a atuação direta do Estado brasileiro, por meio do incentivo a essa produção. Essa atuação ocorreu tanto diretamente, com a disponibilização de terras e crédito para projetos voltados para essa atividade, quanto indiretamente, por meio da omissão nos casos de expropriação.

Por fim, a etapa de *catarse*, conforme a Pedagogia Histórico-Crítica, é a etapa em que os "instrumentos culturais são transformados [...] em elementos ativos de transformação social" (Saviani, 1999, p. 81). É o momento da verdadeira apropriação do saber pelos alunos, em que eles elaboram para si próprios uma nova visão da realidade.

Portanto, a reflexão retorna para a realidade concreta, considerando que os alunos já são capazes de uma visão mais complexa do mundo, apontando os elementos que permeiam a própria estrutura explicativa do real. Permite-se, desse modo, que o aluno possa conectar o quadro mais imediato da sua vida a um contexto mais global da realidade, viabilizando uma reflexão sobre as formas de intervenção no mundo, e não apenas a adaptação a ele.

.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre a ditadura empresarial-militar e a questão agrária no Maranhão têm ampliado significativamente o olhar sobre a forma como esse contexto impactou diretamente a realidade socioeconômica e política do estado, reverberando no tempo e perpetuando as estruturas de exclusão e de violência contra as populações do campo.

No presente trabalho, buscamos demonstrar que o processo de redefinição social e política que compõe o projeto *modernizador* durante a ditadura empresarial-militar não se caracteriza apenas por um aspecto *conservador*, relacionado à manutenção de determinadas estruturas socioeconômicas, mas também por um caráter *dependente*, conectado à ascensão de uma nova configuração do capitalismo mundial.

Essa nova configuração, como destaca Virginia Fontes (2010), é marcada pela expansão do capital monopolista e financeiro, que subsome o capital operante em diversas regiões do mundo no intuito de ampliar consideravelmente a acumulação. Nesse cenário, há uma forte subordinação dos países periféricos às economias centrais, garantindo a manutenção e o aprofundamento das formas de expropriação.

O capital monopolista, no contexto do *capital-imperialismo* vivenciado a partir da Segunda Guerra Mundial, criou novas formas de expropriação de amplas camadas de trabalhadores, tanto por meio da "superexploração do trabalho" nos países dependentes, como pela manutenção de formas tradicionais de expropriação, como a expropriação da terra.

No Brasil, como vimos, o crescimento da ingerência do capital multinacional se combinou com os interesses de uma elite agrária que desejava manter o controle sobre a estrutura fundiária, o qual vinha sendo questionado pela ampliação dos movimentos em defesa da reforma agrária. É nesse contexto que ocorre o golpe empresarial-militar de 1964, que depõe João Goulart. Por um lado, a tomada do poder garantia o controle dos movimentos contestatórios; por outro, assegurava a penetração do capital multinacional em amplos setores da economia.

Portanto, os militares, juntamente com os civis que assumiram o poder em 1964, atuaram fortemente no combate aos movimentos sociais do campo e garantiram ainda a ampliação da fronteira agropecuária, produzindo novos espaços para a exploração econômica e social das populações camponesas, transformando de forma crescente a terra em capital, o que garantia, em última instância, a acumulação monopolista.

A inserção do Brasil nesse contexto internacional do *capital-imperialismo* era assegurada pela atuação do Estado brasileiro por meio de diferentes mecanismos: pela mudança no regramento jurídico, pela criação de agências, pela omissão do poder público diante dos

casos de expropriação ilegal, pela facilitação da entrada de empresas multinacionais em setores estratégicos e pela posição subalterna assumida diante da divisão internacional do trabalho. Isso pode ser percebido nas políticas de planejamento do Estado, no favorecimento de setores como a mineração e a agropecuária em regiões do Norte e Nordeste, na criação de necessidades da indústria de maquinários e insumos químicos ligadas a um processo de modernização da agricultura, e na ampliação do crédito agrícola e da assistência técnica.

No caso maranhense, as transformações pelas quais passou a estrutura social e econômica estiveram diretamente ligadas à apropriação das singularidades políticas do estado, já que o *capital-imperialismo* permite a manutenção de antigas estruturas de dominação que não interfiram no processo de ampliação da acumulação capitalista. Nesse cenário, a manutenção de uma estrutura oligárquica, marcada pela polarização entre dois grupos políticos específicos (sarneístas e vitorinistas), assegurava que o Estado pudesse ser reformulado por dentro para viabilizar essa acumulação. Afinal, as disputas entre ambas as facções se davam pela condução do processo e pelo controle da máquina estatal, e não por divergências quanto à essência do projeto modernizador.

Sob essa égide, foi aprovada no Maranhão a Lei de Terras de 1969 (Lei nº 2.979), conhecida como Lei Sarney, a qual autorizava a venda de terras públicas a particulares. Essa legislação, associada a projetos de colonização dos governos federal e estadual, provocou uma mudança profunda na estrutura fundiária local. Tal arranjo impulsionou de forma vertiginosa o processo de expropriação camponesa e abriu espaço para a atuação de grandes corporações nacionais e internacionais.

O resultado dessa política, portanto, foi a intensificação dos conflitos por terra nas áreas desapropriadas para o avanço da agropecuária e para a implantação de grandes projetos minerais e aeroespaciais. Concomitantemente, houve a liberação em massa de mão de obra do campo para as grandes cidades e a garantia de outras formas secundárias de expropriação, como a superexploração do trabalho.

Desse modo, a presente pesquisa assume uma posição teórica clara em relação ao protagonismo de setores econômicos nacionais e estrangeiros no golpe que depôs João Goulart e na ditadura que se seguiu. Parte-se da premissa de que a ruptura institucional teve como escopo o aprofundamento da ingerência do capital multinacional e associado, operando como uma ofensiva direta contra os movimentos sociais que lutavam pela ampliação de direitos. Portanto, o trabalho posiciona-se em oposição às interpretações historiográficas revisionistas, que diluem as responsabilidades de classe ao colocarem em evidência o suposto papel da

sociedade civil como um todo, ou que restringem o golpe de 1964 e o regime ditatorial à ação exclusiva dos militares.

No âmbito desta tese, pôde-se constatar, todavia, que as interpretações que favorecem uma perspectiva difusa e diluída do golpe e da ditadura são predominantes no discurso histórico desenvolvido nos materiais didáticos e nos currículos de História. Apontamos que essa perspectiva hegemônica está diretamente relacionada ao ideário do "fim da história" — uma visão de imobilidade social que se conecta estruturalmente com a perspectiva pedagógica da adaptabilidade, focada estritamente no "saber fazer" diante desse suposto imobilismo do capital.

Essa visão de mundo domina, portanto, as perspectivas sobre a finalidade da educação na legislação, entendida como uma preparação para o mundo do trabalho e para a cidadania. No entanto, considerando que na sociedade capitalista a única liberdade existente é a de virtualmente possuir, como destacou Tonet (2005), a concepção de cidadania é meramente instrumental, principalmente porque essa liberdade de comprar e vender permite que se possua, inclusive, a força de trabalho de outro ser humano, o que é um elemento, por si só, gerador de desigualdades. Desse modo, refletir sobre a cidadania deve significar, necessariamente, refletir sobre os limites de sua possibilidade na sociedade capitalista e sobre os caminhos para a superação da emancipação meramente política.

É nesse contexto que surge o *Observatório do Campo Maranhense*, como um instrumento de reflexão sobre os limites da cidadania capitalista diante das estruturas desiguais vivenciadas por alunos e professores e sobre as possibilidades de sua superação. Nesse sentido, o ato de conhecer e debater a situação histórica dos camponeses no Maranhão, as interrupções de suas lutas, as violências sofridas e a resistência exercida diante do avanço do capital monopolista sobre seus meios de vida têm o potencial de garantir uma reflexão sobre o lugar ocupado no mundo, sobre os impactos dessa estrutura excludente e sobre sua perpetuação no tempo.

Buscando romper com a estrutura pedagógica da mera adaptação, o presente trabalho se apoiou na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, entendendo que o objetivo principal da atividade pedagógica é a *prática social*, e que ela é o ponto de partida e de chegada do processo de ensino e aprendizagem. Para tanto, a proposta principal de reflexão oferecida pelo produto educacional centra-se nos elementos que se perpetuam no tempo e na realidade vivida por professores e alunos, viabilizando a construção de instrumentos para compreender e questionar essa realidade.

REFERÊNCIAS

Legislação:

BRASIL. Decreto nº 55.286, de 24 de dezembro de 1964. **Estabelece as normas gerais para a regulamentação da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, p. 11934, 28 dez. 1964. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-55286-24-dezembro-1964-395542-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 04 ago. 2024.

BRASIL. Decreto nº 55.891, de 31 de março de 1965. **Regulamenta o Capítulo I do Título I e a Seção III do Capítulo IV do Título II da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, p. 3569, 8 abr. 1965. Retificação: p. 3884, 22 abr. 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D55891.htm. Acesso em: 04 ago. 2024.

BRASIL. Decreto nº 56.792, de 26 de agosto de 1965. **Regulamenta o Capítulo I do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra)**. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, p. 8 842, 31 ago. 1965; retificação: p. 9 275, 10 set. 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d56792.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº 56.798, de 27 de agosto de 1965. **Regulamenta o Fundo Agro-industrial de Reconversão – FUNAR – instituído pelo art. 120 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra).** Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, p. 9338, 13 set. 1965; retificação: p. 10013, 30 set. 1965. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56798-27-agosto-1965-397222-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966. **Regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III, e os arts. 81, 82, 83, 91, 109, 111, 114, 115 e 126 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964; o art. 22 do Decreto-lei nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932; e os arts. 9, 10, 11, 12, 22 e 23 da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 out. 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D59428.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº 61.867, de 7 de dezembro de 1967. **Regulamenta os seguros obrigatórios previstos no artigo 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 dez. 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D61867.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº 61.867, de 7 de dezembro de 1967. **Regulamenta os seguros obrigatórios previstos no artigo 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 dez. 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D61867.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 494, de 10 de março de 1969. **Regulamenta o Ato Complementar nº 45, de 30 de janeiro de 1969, que dispõe sobre a aquisição de propriedade rural por estrangeiro.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 1969. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-494-10-marco-1969-363960-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970. **Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jun. 1970. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1106-16-junho-1970-375379-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970. **Funde o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) para criar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jul. 1970. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1110.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971. **Declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 abr. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1164.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.179, de 6 de julho de 1971. **Institui o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), altera a legislação do imposto de renda relativa a incentivos fiscais e dá outras providências**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1179.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 582, de 15 de maio de 1969. **Cria o Grupo Executivo da Reforma Agrária – GERA, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 maio 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0582.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Lei n.º 5.173, de 27 de outubro de 1966. **Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA); cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 out. 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5173.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 nov. 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 04 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965. **Institui o crédito rural**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4829.htm. Acesso em: 05 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966. **Fixa normas complementares ao Estatuto da Terra, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 abr. 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4947.htm. Acesso em: 05 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 5.727, de 4 de novembro de 1971. **Institui o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento - PND**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 9561, 5 nov. 1971. Disponível em: https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/34. Acesso em: 05 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972. **Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 dez. 1972. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5868.htm. Acesso em: 05 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 6.151, de 4 de dezembro de 1974. **Aprova o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para o período de 1975 a 1979**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 5 dez. 1974. Edição Suplementar. Disponível em: https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/24. Acesso em: 05 ago. 2024.

BRASIL. Decreto nº 58.382, de 10 de maio de 1966. Dispõe sobre a coordenação das atividades de extensão rural. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 maio 1966.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980. Institui regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 nov. 1980. Seção 1, p. 23841.

Brasil. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 8. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 1996. 68 p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2026]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: Diário Oficial da União, seção 1, p. 82, 14 jul. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 30 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (2º versão)**. Brasília, DF: MEC, 2016. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/bncc-2versao.revista.pdf. Acesso em: 14 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 30 jun. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CP n.º 2/2019, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura). Conselho Nacional

de Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=77781%E2%80%9D Acesso em: 18 jun. 2026.

BRASIL. Parecer CNE/CEB Nº: 2/2022. **Normas sobre Computação na Educação Básica – Complemento à Base Nacional Comum Curricular** (BNCC). 2022. Diário Oficial da União de 3/10/2022, Seção 1, Pág. 55. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/pareceres-do-cne/ceb/2022/pceb002_22.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

MARANHÃO, Lei 2669 de 29 de julho de 1966, **Cria a Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão e dá outras providências**. Assembleia Legislativa do Maranhão, 1966.

MARANHÃO. *Lei Nº 2.968*: Lei de Terras do Maranhão, 17 de junho de 1969. São Luís: ALEMA, 1970.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. Conselho Estadual de Educação. **Documento Curricular do Território Maranhense**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. São Luís: SEDUC/CEE, 2019. Disponível em: http://www.educacao.ma.gov.br/. Acesso em: 30 jun. 2024.

Fontes Documentais:

BRASIL. Presidência da República. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND): 1972-1974**. Brasília, DF: Fundação IBGE, 1971.

BRASIL. Presidência da República. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND): 1975-1979**. Brasília, DF: IBGE, 1974.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Planejamento. **III Plano Nacional de Desenvolvimento, 1980-1985**. Brasília, DF: SEPLAN, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil**: 1964. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil**: 1965. Rio de Janeiro: IBGE, 1965.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil**: 1966. Rio de Janeiro: IBGE, 1966.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil**: 1967. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil**: 1968. Rio de Janeiro: IBGE, 1968.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil**: 1969. Rio de Janeiro: IBGE, 1969.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil**: 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil**: 1971. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil**: 1972. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil**: 1973. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil**: 1974. Rio de Janeiro: IBGE, 1974.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil**: 1975. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil**: 1976. Rio de Janeiro: IBGE, 1976.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil**: 1977. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil**: 1978. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil**: 1979. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil**: 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **VII Recenseamento Geral do Brasil, 1960**. Censo Agropecuário de 1960. Rio de Janeiro, 1967.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário de 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. (VIII Recenseamento Geral - 1970, Série Nacional, v. 3).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário de 1975**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. (Série Nacional, v. 1).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário de 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1984. (IX Recenseamento Geral do Brasil, v. 2, t. 3, n. 1).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário de 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. (Série Nacional, v. 1).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1963. (VII Recenseamento Geral do Brasil, Série Nacional, v. 1).

MARANHÃO. Ação do Governo do Estado do Maranhão. **II Plano de Desenvolvimento do Maranhão**. São Luís: 1976.

SNI. Serviço Nacional de Informações. Comunistas cargos e participação na administração do estado do Maranhão. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_70011581_d0001de0002. Rio de Janeiro (Arquivo Nacional – AN). 1971a. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/70011581/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70011581_d0001de0002.pdf. Acesso em: 02 de mai. De 2025

SNI. Serviço Nacional de Informações. Esquema corrupto comunista implantado no Maranhão. senador José Sarney. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_75085223_d0003de0005. Rio de Janeiro (Arquivo Nacional – AN). 1971b. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/75085223/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_75085223_d0003de0005.pdf. Acesso em: 02 de mai. De 2025

SNI. Serviço Nacional de Informações. Infiltração esquerdista no governo do Estado do Maranhão. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_71051200_d0004de0014). Rio de Janeiro (Arquivo Nacional – AN). 1971c. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/71051200/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_71051200_d0001de0014.pdf . Acesso em: 02 de mai. De 2025

Livros Didáticos

BOULOS JUNIOR, Alfredo. **História: sociedade & cidadania: 9º ano: ensino fundamental: anos finais: manual do professor**. 1. ed. São Paulo: FTD, 2022.

EDITORA MODERNA (org.). **Araribá conecta história: 9º ano: manual do professor**. Editora responsável: Maria Clara Antonelli. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2022.

KARNAL, Leandro *et al.* **Viver história com Leandro Karnal: 9º ano: manual do professor**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2022.

SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo; CÂMARA, Leandro Calbente; SERIACOPI, Reinaldo. **A conquista história: 9º ano: ensino fundamental: anos finais: Manual do Professor**. 1. ed. São Paulo: FTD, 2022.

Sites

ACADEMIA MARANHENSE DE CIÊNCIAS. **Haroldo Olympio Lisboa Tavares**. São Luís: [s.d.]. Disponível em: https://amc-ma.org/haroldo-olympio-lisboa-tavares-%E2%80%A0/. Acesso em: 23 mai. 2025.

ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. **José Maria Cabral Marques**. São Luís, [s. d.]a. Disponível em: https://www.academiamaranhense.org.br/inf_aml/jose-maria-cabral-marques/. Acesso em: 23 mai. 2025.

ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. **Eliezer Moreira**. São Luís, [s. d.]b. disponível em: https://academiamaranhense.org.br/ocupantes/eliezer-moreira/. acesso em: 23 mai. 2025.

ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS**. Joaquim Salles de Oliveira Itapary Filho**. São Luís, [s. d.]c. Disponível em: https://academiamaranhense.org.br/ocupantes/joaquim-salles-de-oliveira-itapary-filho/. Acesso em: 23 mai. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. **Lourenço José Tavares Vieira da Silva**. Brasília, DF, [s. d.]. Disponível em: https://www.confea.org.br/lourenco-jose-tavares-vieira-da-silva. Acesso em: 14 set. 2024.

G1 MARANHÃO. Morre aos 88 anos o intelectual e ex-deputado maranhense Joaquim Itapary. **G1**, Maranhão, 30 jul. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2024/07/30/morre-aos-88-anos-o-intelectual-e-ex-deputado-maranhense-joaquim-itapary.ghtml. Acesso em: 24 mar. 2025.

MORRE o cardiologista José Murad, ex-vice-governador do Maranhão. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 28 maio 2011. Disponível em: https://imirante.com/oestadoma/noticias/2011/05/28/morre-o-cardiologista-jose-murad-ex-vice-governador-do-maranhao. Acesso em: 26 mar 2025.

Bibliografia

ABREU. Alzira Alves de. **Osvaldo da Costa Nunes Freire**. In: ABREU. Alzira Alves de et al (coords.) Dicionário histórico e biográfico Brasileiro –Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: http://www.fgv.b r/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetebiografico/pedro-neiva-de-santana. Acesso em: 05 de jun. de 2024.

ABUD, Katia Maria. A guardiã das tradições: a História e o seu código curricular. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 42, p. 163-171, dez. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/MxCk6xLCRkbvT4LbYN897Dr/. Acesso em: 30 jun. 2024.

ALAÔR, Arnaldo; HARTZ, Mônica. Pedro Neiva de Santana. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro**: FGV CPDOC, 2009. Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-neiva-de-santana. Acesso em: 26 set. 2025.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2015.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A Guerra dos Mapas**. Belém: Falangola, 1994.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MOURÃO, Laís. **Questões Agrárias no Maranhão contemporâneo**. Manaus: UEA Edições, 2017.

ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de; MIRANDA, Sonia Regina. Memória e História em livros didáticos de História: o PNLD em perspectiva. **Educação em Revista**, Curitiba, n. 46, p. 259-281, dez. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/Qxzf9xpNBhyDxj7LLk8zzxw/. Acesso em: 30 jun. 2026.

ALMEIDA, Julian Garcia A. de. **O debate da política mineral dos anos 60: a Comissão Parlamentar de Inquérito para estudar o problema do ferro e do manganês no Brasil (1960/1963)**. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Unicamp, Campinas, 1992. p. 25.

ALMADA, Jhonatan. **Planejamento e desenvolvimento do Maranhão**: contexto histórico, obstáculos e estratégias de superação. São Luís: Engenho, 2017

ALVES, Herik Eduardo Sousa. **Entre teoria e prática: os conflitos internos nas organizações contrárias à ditadura à luz de militantes e militares** [ou título do repositório: **Resistência e luta armada**: as organizações contrárias à ditadura 1968-1972]. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Centro de Ciências Humanas, Científicas e Novas Tecnologias, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2024. Disponível em: https://repositorio.uema.br/handle/123456789/5129. Acesso em: 30 jul. 2025.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

ANDRADE, Gilmar; HADICH, Ceres. Revolução Verde (verbete). In: DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Anakeila de Barros; MOURA, Luiz Henrique Gomes de; VARGAS, Maria Cristina (org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação no Campo**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio 2016.

ANDRADE, Maristela de Paula. *A modernização da agricultura e a colonização do Sul Maranhense: relatório de pesquisa*. São Luís, 1983. 73 p. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/10D00337.pdf. Acesso em: 30 mar 2025

APPLE, Michael W. **Educação e poder**. Tradução de Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989

ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra: uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense**. São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.

ARIAS, Alejandro Rincón. **Interdisciplinaridade escolar: dificuldades na implementação em uma instituição de ensino do interior do amazonas**. Revista FT, v. 27, ed. 119. fev. 2023. Disponível em: https://revistaft.com.br/interdisciplinaridade-escolar-dificuldades-na-implementacao-em-uma-instituicao-de-ensino-do-interior-do-amazonas/. Acesso em: 18 de jun. de 2026

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz: Ética, 2009.

AZEVEDO, Crislane Barbosa; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Teoria historiográfica e prática pedagógica: as correntes de pensamento que influenciaram o ensino de história no Brasil. **Antíteses,** vol. 3, n. 6, pp. 703-728, jul.-dez. de 2010**.**

AZEVÊDO, F. A. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BAUDELOT, Christian; ESTABLET, Roger. **L'école capitaliste en France**. Paris: François Maspero, 1971.

BELLINGIERI, Julio Cesar. **A economia no período militar (1964-1984): crescimento com endividamento**. *Revista Hispeci & Lema*, Bebedouro, SP, v. 8, p. 12-17, 2005. Disponível em: http://unifafibe.com.br/revistahispecilema/pdf/revista8.pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.

BENTO, Jacyelle Karinne. **O discurso da Base Nacional Comum Curricular**: "Educação é a Base". 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020

BIANCHI, Álvaro. **O laboratório de Gramsci**: filosofia, história e política. São Paulo: Zouk, 27 ago. 2018. 288 p.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**. v. 1. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record: Cofecon, 2000. Disponível em: https://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/123.pdf . Acesso em: 15 set. 2024.

BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004. (Repensando o Ensino).

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2009

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. **Estudos Avançados** n. 32, 2018, p.93.

BITTENCOURT, Drielle Souza. **História política, biografia e imprensa: uma nova ferramenta para o ensino de História do Maranhão Contemporâneo por meio da trajetória política de José Sarney (1950-1970)**. São Luís: UEMA, 2019. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-graduação em História. Universidade Estadual do Maranhão. São Luís: 2019a.

BITTENCOURT, Drielle Souza. "Maranhão Novo": o primeiro ano do governo de José Sarney (1966) através do jornal o Imparcial In.: Monica Piccolo, Fábio Henrique Monteiro (org). **Agentes, agências e imprensa na construção e dinâmica dos regimes ditatoriais Contemporâneos**. São Luís: EDUEMA, 2019b.

BONFIM, Maria Núbia. **Do Velho ao Novo: Política e Educação no Maranhão**. Dissertação de Mestrado - Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados. Rio de Janeiro, 1982.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a história do Maranhão**. São Luís: Gráfica e Editora impacto, 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. **Perspectivas**, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/4099. Acesso em: 05 ago. 2024.

BRODBECK, Marta de Souza Lima**. Vivenciando a história: metodologia de ensino de história**. Curitiba: Base Editorial, 2012, 184 p.

BRZEZINSKI, Iria. Tramitação e desdobramentos da LDB/1996: embates entre projetos antagônicos de sociedade e de educação. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 185-206, jul./out. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/TNWFnmD9yYcPCsbfLX4sXrz/. Acesso em: 07 abr. 2024.

BUZAR, Benedito B. **O vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965**. São Luis: Lithograf- Indústria Gráfica e editora Ltda, 1998.

BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. Censos Agropecuários e a Política Agrícola no Brasil: 1920-2006. *In*: SENRA, N. C. (Coord.). **O Censo entra em campo**: o IBGE e a história dos recenseamentos agropecuários. Rio de Janeiro: IBGE; Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2014.

BUZAR, Benedito B. **Vitorinismo e Oposicionistas**. São Luis: Lithograf, 2001.

CAIMI, Flávia Eloisa Caimi**. O livro didático de história e suas imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos**. In: ROCHA, Helenice et al. [org]. Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017, p. 33-54.

CALDEIRA, José de Ribamar Costa. As eleições de 1974 no Maranhão. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. nº 46. Belo Horizonte, UFMG, 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As Idéias e o seu Lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CHAGAS, Rodrigo Pereira. Marx e a revolução ante o atraso do capitalismo alemão no séc. XIX. **Textos e Debates**, [S. l.], v. 2, n. 33, 2020. DOI: 10.18227/2317-1448TED.V2I33.5964. Disponível em: https://revista.ufrr.br/textosedebates/article/view/5964. Acesso em: 07 maio 2024.

CIEB. **Currículo de Referência em Tecnologia e Computação: da educação infantil ao ensino fundamental**. São Paulo: 2019. Disponível em: https://www.cieb.net.br/wp-content/uploads/2019/09/Curr%C3%ADculo-CIEB-2019.pdf. Acesso em: 16 de jun. de 2026.

COSTA, Aryana. História Local (verbete). In.: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.248 p.

COSTA, Wagner Cabral. **Do Maranhão Novo" ao "Novo Tempo": a trajetória da oligarquia**

Sarney no Maranhão. In: BARROS, Antonio Evaldo Almeida et al (orgs.). Histórias do Maranhão em tempos de República. Jundiaí: Paço Editorial, 2015, p. 187-233.

COSTA, Wagner Cabral. **Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney.** São Luís: Edufma, 2006.

COSTA, Wagner Cabral. **Novo Tempo / Maranhão Novo: quais os Tempos da Oligarquia?** In: SOUSA, Moisés Matias Ferreira de (org.). Os outros segredos do Maranhão. São Luís: Editora Estação Gráfica, 2002, p. 13-24.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

CUNHA, Manoel Afonso Ferreira. **Ditadura e Modernização conservadora no Maranhão: O Programa Grande Carajás e o Centro de Lançamento de Alcântara.** São Luís, 2025. Disponível em: https://nupehic.net.br/wp-content/uploads/2026/03/PRODUTO-DOUTORADO-2025-AFONSO-versao-final-completa.pdf. Acesso em: 22 de jun. de 2026

DELGADO, Guilherme C. Mudança técnica na agricultura, constituição do complexo agroindustrial e política tecnológica recente. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 79-97, jan./abr. 1985.

DEVELAY, M. **De l'Apprentissage à l'enseignement. Pour une épistémologie scolaire**. Paris, ESF Éditeur,1992.

DIAS, José Peregrino Araujo. **Resgate histórico da ação e dos resultados da extensão rural oficial do Maranhão (ACAR/EMATER-MA)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2007.

DOMINGUES, José Maurício. A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 459-482, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/dados/a/hxj8myMGhFkpQtRKk8xwyZj. Acesso em: 05 ago. 2024.

DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAZENDA, Ivani (Org.). **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FEITOSA, Antonio Cordeiro. O programa grande carajás no contexto da Amazonia oriental. **Boletim de Geografia – UEM**, ano 6, nº 01 [s.l.]: 1988

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 413 p.

FERNANDES, F. R. C. et al. **Os maiores mineradores do Brasil: perfil empresarial do setor mineral brasileiro.** Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1982. p. 678-679.

FERNANDES, Florestan. Revolução ou contra-revolução? **Contexto**, São Paulo, n. 5, p. 21, mar. 1978.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense.** 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FERREIRA, Marcia Milena Galdez**. Construção do Eldorado Maranhense: experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim – MA (1930-1970)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História: Niterói – RJ, 2015

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. Desafios do ensino de história. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, p. 79-93, janeiro-junho de 2008,

FONSECA, Maria Teresa Lousa. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo, Loyola, 1985. 191 p.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010. 388 p.

FRAZÃO, Jaciara Leite. **(Re) construindo memórias: a Questão Agrária maranhense a partir dos audiovisuais**. São Luís, 2020. 58 f. Disponível em: https://repositorio.uema.br/bitstream/123456789/1565/2/Produto%20Jaciara%20Leite%202%20PDF.pdf. Acesso em: 20 de jun. de 2026

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Vitorino. **A laje da raposa: memórias**. Rio de Janeiro: Guavira Edições, 1978.

FRIDERICHS, Lidiane Elizabete; CHAVES, Monica Piccolo Almeida. A ditadura civil-militar e seus impactos no campo: a associação entre Estado, Empresários e Grileiros no processo de expropriação Rural no Maranhão. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 45, nº 98, 2025. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472025v45n98-03. Acesso em: 20 ago. 2025.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: BIANCHETTI. L., JANTSCH. A. **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis: Vozes. 1995

FLORIDO, Antonio Carlos Simões. *Breve histórico dos Censos Agropecuários*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: https://www.ipeadata.gov.br/doc/HistoricoCensosAgropecuarios.pdf. Acesso em: 06 abr 2025

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana**: formação histórica e problemas contemporâneos. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GASPARI, elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica** [livro eletrônico]. Campinas, SP: Autores Associados, 2020. (Coleção educação contemporânea).

GISTELINCK, Frans. **Carajás, Usinas e Favelas**. São Luís: Minerva, 1988.

GRILL, Igor Gastar. **Ismos. Ícones e Intérpretes: as lógicas das etiquetagens na política de dois estados brasileiros (MA e RS)**. Revista de Sociologia e Política. V. 20(43), 2012.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A invenção do Maranhão dinástico**. São Luís: Edições UFMA; PROIN(CS), 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. v. 1**: introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. v. 2***:* Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUILHON. Maria Virginia Moreira. **Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia**. Revista de Políticas Públicas, v. 11, n. 01. São Luís: UFMA. 2007. Disponível em: https://repositorio.ufma.br/jspui/handle/1/160. Acesso em: 05 de jan. de 2020.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. A Escrita da História e Ensino da História: Tensões e paradoxos. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **A Escrita da História Escolar:** memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p.35-50.

JONES, Alberto da Silva. O diagnóstico militar da questão Agrária: O Estatuto da Terra. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v.35, n.4: [s.l.] 1997.

JUZWIAK, Thais. **A atuação do Movimento pela Base Nacional Comum Curricular na formulação da BNCC (2013-2018)**: rede de políticas e governança policêntrica. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

KAY, Cristóbal. Enfoques reformistas e marxistas da dependência. In: SEABRA, Raphael (Org.). **Dependência e marxismo: contribuições ao debate crítico latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2016. pp.157-218.

KAY, Cristobal. Theotonio Dos Santos: o intelectual revolucionário, pioneiro da teoria da dependência. **Reoriente: estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo**, v. 1, n. 1, p. 67-100, 2021. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/reoriente/article/view/45896/24731. Acesso em: 13 nov. 2024.

KREUTZ, Arno. **O projeto João de Barro: Uma experiencia oficial de educação popular no Maranhão**. Rio de Janeiro: FGV, 1982. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Estudos Avançados em Educação. Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, 1982.

LENOIR, Yves. Didática e interdisciplinaridade: uma complementaridade necessária e incontrolável. In: FAZENDA, Ivani. (. **Didática e interdisciplinardiade**. 17ª. ed. Campinas: Papirus, 2012. p. 45-76.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. **Marx e o Marxismo**, v.2, n.2, jun/ jul. 2014.

LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. In: **Topoi** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, n.n. 5, p. 287-313, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/topoi/a/PvRCYJfkJSkp3YjSHdHHcNS/. Acesso em 30 jan. 2025.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **El programa agrario de la socialdemocracia en la revolucion russa de 1905-1907.** In: Obras Escogidas, tomo II. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1974, pp. 258-481.

LEWIS, W. Arthur. O Desenvolvimento Econômico com um Suprimento Ilimitado de Mão-de obra. *In*: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 448-502.

LINHARES, Maria Yeda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LOPES, Guilherme Henrique Mendes. **Evolução das exportações maranhenses na década de 80 e suas consequências na economia do Estado do Maranhão**. 2004. 80 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LUNA, Regina Célia de Carvalho Nunes. **A terra era liberta**: um estudo sobre a identidade camponesa em áreas de reforma agrária. São Luís: EDUFMA, 2003.

MACHADO, André Roberto de Arruda. Entre o nacional e o regional: uma reflexão sobre a importância dos recortes espaciais na pesquisa e no ensino de História. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 24, n. 45, p. 293-319, jul. 2017.

MALHEIRO, Bruno Cezar; MICHELOTTI, Fernando; MASCARENHA, Rayssa; SABINO, Thiago. Dinâmicas regionais da mineração em Carajás: da pilhagem de matéria e energia aos múltiplos territórios em resistência. In: WANDERLEY, Luiz Jardim; COELHO, Tádzio Peters (Org.). **Quatro décadas do Projeto Grande Carajás**: fraturas do modelo mineral desigual na Amazônia. Brasília, DF: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, 2021. p. 22-139.

MARANHÃO. Tribunal de Contas do Estado. **Tribunal de Contas do Estado do Maranhão: 70 anos de história**. São Luís – MA: Gráfica e Editora Santa Cruz, 2017.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000. 320 p.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina: uma abordagem teórico-metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. História: Consciência, Pensamento, Cultura, Ensino. **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, n. 42, out./dez., Editora UFPR, p. 43-58. 2011.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Ed. Pioneira de Ciências Sociais, 1975.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**: Terra e poder: o problema da terra na crise política. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil**: 4. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARTINS, Luciano. A "Liberalização" do Regime Autoritário no Brasil. In.: O'DONNELL, Guillermo. SCHMITTER, Philippe e WHITEHEAD, Laurence (org.) **Transições do Regime Autoritário - América Latina**. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1988.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais. **O caso Hanna/MBR: cronologia de uma investigação.** Ordo Fratrum Minorum, 2003. p. 10. Disponível em: http://www.ofm.org.br/informaximo/imagens/%7B91F482D8-64BE-49B8-9B83-BF73A0F7D3FE%7D_O_Caso_

MATTOS, Marcelo Badaró. **As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea**. IN: MELO, Demian Bezerra de. A Miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente).

MELO, Demian Bezerra de. **A miséria da historiografia**. Outubro. n. 14, p. 111-130, 2º. sem. 2006.

MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. **História & Luta de Classes**, nº 17, mar. 2014. Disponível em: http://dev.historiaelutadeclasses.com.br/upload/arquivo/2018/03/21277e71859b35ceeb2b10fb9588362256cd3a99 Acesso em: 06 set 2024.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **A questão agrária no Brasil, V. 5: A classe dominante agrária: natureza e comportamento**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MIRANDA, Sonia Regina; DE LUCA, Tania Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/t8rJqjBQ8f4bwPyV47zd8Dr/. Acesso em: 30 jun. 2026.

MOORE Jr., Barrington. **Origens sociais da ditadura e da democracia: senhor e camponês na formação do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORAES, Ana Carolina Reginatto. Os mineradores e a conquista do Estado: do "caso Hanna" ao golpe de 1964. In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e (Org.). **Empresariado e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

MENDES, Paulo Leandro da Costa Moraes. **Ditadura Empresarial-Militar no Maranhão e ensino: o dicionário histórico-biográfico como ferramenta pedagógica**. 2021a. 173 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2021. Disponível em: https://repositorio.uema.br/jspui/handle/123456789/1378. Acesso em: 26 de jun. 2026.

MENDES, Paulo Leandro da Costa Moraes. Dicionário Histórico-biográfico da Ditadura Empresarial-militar no Maranhão. São Luís, 2021b.

MOREIRA, Cláudia Cristina Pacheco. A extinção da Sudam e da Sudene. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília a. 40 n. 157 jan./mar. 2003.

MOREIRA, Renata Couto. Dependência, superexploração e a questão da terra na América Latina. In: MOREIRA, Renata Couto; MENDONÇA, Luiz Jorge Vasconcelos Pessoa de. **Dependência, questão agrária e mudanças sociais na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2022. p. 11-30.

MORRE o médico William Moreira Lima. O Estado do Maranhão. São Luís, 01 de jul. de 2008. Disponível em: https://imirante.com/oestadoma/noticias/2008/07/01/morre-o-medico-william-moreira-lima. Acesso em: 04 de abr. de 2026

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar – cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, 448 p.

NEVES, Lúcia M. W. **Educação e política no Brasil de hoje**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

NEVES, Lucília de Almeida. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. **Revista Brasileira de História**, v. 14, n. 27. São Paulo: 1994.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. **Extensão rural e interesses patronais no Brasil**: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR (1948-1974). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. **"Porque muitos juraram para trair"**. São Luís: EDUEMA, 2015.

PAIVA, Beatriz Augusto de; GURGEL, Cláudio; SOUZA FILHO, Rodrigo de. Dialética da dependência de Ruy Mauro Marini: 50 anos de uma tese atual. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 146, n. 3, e-6628325, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0101-6628.325. Acesso em: 10 nov. 2024.

PAZ, Fernanda Alves Ribeiro. Notas sobre Dialética da dependência, de Ruy Mauro Marini. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, n. 3, e-6628340, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/YKQkcf8Q9yhKK8PZ5zZyQXx/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 abr. 2025.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão Rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. Brasília, DF: Senado Federal, Consultoria Legislativa, 2008. (Textos para Discussão, n. 48).

PEREIRA, João Márcio Mendes; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio (1964-2014). **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 282-316, 2014. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/11098 Acesso em: 02 fev 2025

PEREIRA. Robson Raimundo Silva. **Maranhão Crisálida? Práticas discursivas e rede de relações sociais no governo de José Sarney (1966-1970).** São Carlos: UFSCar, 2008. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos. 2008.

PERONI. Vera Maria Vidal, CAETANO, Maria Raquel, ARELARO, Lisete Regina Gomes. BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação? **RBPAE** - v. 35, n. 1, p. 035 - 056, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/93094/52791> Acesso em: Acesso em: 19 de abr. de 2024.

PICCOLO, Monica. **Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso**. São Luís: EDUEMA. 2022.

PIRES Marília Freitas de Campos, Multidisciplinaridade, Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade no Ensino. **Interfaces – Comunic, Saúde, Educ**. nº 2. 1998. Disponivel em: https://doi.org/10.1590/S1414-32831998000100010. Acesso em: 17 de jun. 2026

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil**. Revista Econômica do Nordeste**. v. 40, nº03. julho - setembro. 2009. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/367. Acesso em: 08 de abr. de 2024

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 3, p. 47-125, set. 1949. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rbe/article/download/2443/1767/4891 . Acesso em: 05 mai. 2025.

PREBISCH, Rául. **O manifesto latino-americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

RANGEL, I. **Obras reunidas.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. V. 2.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Elisa P. (1982), **"Elites Agrárias, State-Building e Autoritarismo"**. Dados, vol. 25, nº 3, 1982, pp. 331-348.

REIS, Flávio. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão**. 2ª ed. São Luís: [s.n.], 2013

REIS, Luiz Henrique Fernandes dos. **Capitais Conectados:** Decodificando uma Rede de Influências do Capital para a Transformação Digital da Educação Básica. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação. Cento de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2025. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/265716. Acesso em: 18 de jun. de 2026

RODRIGUES, Bernardo Salgado. As três tipologias políticas do desenvolvimento-dependente na América Latina: contribuições para um debate contemporâneo. **REBELA – Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 207-232, mai./ago. 2020. Disponível em: https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/4272. Acesso em: 19 ago. 2025.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico**: um manifesto não comunista. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

RUIS, Larissa Salarolli. **Por uma outra Informática Educativa: perspectivas políticas, curriculares e práticas discursivas docentes**. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. 2025. 320 f. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/25495. Acesso em: 15 de jun. 2026

SADER, Maria Regina Cunha de Toledo. **Espaço e luta no Bico do Papagaio**. 1987. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

SANTOS, Theotônio dos. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 200 p.

SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 5. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2019.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, Ana Maria F. C. GASPARELLLO, Arlette

Medeiros, MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs.). **Ensino de História**: Sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2007, p. 187-198.

SILVA, **Andréa Villela Mafra da.** Tecnologias e Educação: o discurso da UNESCO. **Educação**, *44*, e65/ 1–17. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.5902/1984644437288. Acesso em: 17 de jun. de 2026

SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. 2. ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

SILVA, Vladmir Luis da. **Concepções de avaliação da aprendizagem escolar nas dissertações do Programa de Pós-graduação em Educação da UFMT (2001 a 2010).** 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2012.

SOBOTA, Guilherme. Governo federal deixou de comprar cerca de 40 milhões de livros do PNLD em 2025. **PublishNews**, 3 dez. 2025. Disponível em: https://www.publishnews.com.br/materias/2025/12/03/governo-federal-deixou-de-comprar-cerca-de-40-milhoes-de-livros-do-pnld-em-2025. Acesso em: 30 jun. 2025.

SBC. Diretora de Ensino de Computação na Educação Básica Diretrizes da Sociedade Brasileira de Computação para o Ensino de Computação na Educação Básica. Relatório Técnico nº 001/2019. São Paulo: **SBCOpenLib**. 2019. Disponível em: https://books-sol.sbc.org.br/index.php/sbc/catalog/book/60. Acesso em: 16 de jun. 2026.

SOUSA, Helen Lopes de. **Os versos e reversos do progresso: imagens do Maranhão Novo & Nova Iorque nas águas da Boa Esperança**. 2009. 281 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SOUSA, Karlana Bianca Matos. **Memorial e Instituto Maria Aragão: sobre espaços de memória das lutas da esquerda no Maranhão**.Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018, 89 f

SULIDADE. Mariana da. **A luta pela terra em sala de aula: Ensino de História no Maranhão Contemporâneo e a Produção do Paradidático "Terra Livre"**. São Luís: UEMA, 2018. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Ensino e Narrativas, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018a.

SULIDADE, Mariana da. **"Terra Livre"**: São Luís: UEMA, 2018b.

SZMRECSÁNYI, T.; RAMOS, P. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. In: SZMRECSÁNYI, T.; SUZIGAN, W. **História econômica do Brasil contemporâneo.** São Paulo: EDUSP, 2002.

TSE. Portal de dados abertos. Eleições de 1962. Brasília, 1962. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2FkMjM4Y2ItMWEzZi00NjM1LTlkYjgtYWUzMmE5ZmZlNjlkIiwidCI6ImFiNzcyYzYzLWViMzgtNGIxZS1iZWY3LTdiNjBlZDhhY2RmMSJ9. Acesso em: 04 de abr. de 2025

TAVARES, João Claudino. **Universalidade e singularidades do espaço transitório**: um estudo a partir de quebradeiras de coco babaçu/MIQCB e trabalhadores rurais sem terra/MST no Maranhão (1990-2000). 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**. Campinas, n. 19, p. 27-48, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/383276852_1964_golpismo_e_democracia_As_falacias_do_revisionismo. Acesso em: 05 mai. 2025

TONET, Ivo. Educar para a cidadania ou para a liberdade? **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 469-484, jul./dez. 2005. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9809. Acesso em: 07 mar. 2024.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, nº 47, p. 13-22, 2004. Disponivel em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/YLMc8hZWZfpV4sPzsZFCkqq/?format=html&lang=pt. Acesso em: 30 set. 2024

VIANNA, Luiz Werneck. **O problema da cidadania na hora da transição democrática. Dados**. v. 26, n.3. Rio de Janeiro: Editora Campos. 1983. Disponível em: https://dados.iesp.uerj.br/es/artigos/?id=266, acesso em: 19 ago. 2024

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1976.

YOKOTA, Paulo. **A ação do INCRA e a região centro-oeste**. Brasília: Seção Gráfica da Secretaria de Administração do INCRA, s.d. 34 p.

ANEXOS

Anexo 1 – PROJETOS AGROPECUÁRIOS EM IMPLANTADOS ATÉ SETEMBRO DE 1981 FINANCIADOS PELO SISTEMA FINOR SUDENE[103]

Fonte: ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra: uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense**. São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.

Razão Social	Nº	Microrregião	Ano de Aprovação	Objetivos de Produção	Área (ha.)	Nº de Empregos
Agro Matary S/A Industrial	1	Pindaré	1974	Pecuária p/corte	16.120	122
Agroindustrial Campo Novo S/A	2	Pindaré	1978	Pecuária p/corte; arroz	3.814	24
Agropastoril e Industrial Tucumã	3	Pindaré	1979	Pecuária p/corte	20.841	114
Agroindustrial N.S. Fátima S/A	4	Pindaré	1980	Pecuária p/corte	24.307	67
Agropecuária Vale do Matary S/A	5	Pindaré	1981	Pecuária p/corte	8.645	47
Jeovah Agropecuária	6	Pindaré	1970	Pecuária p/corte	4.429	19
Cia Agrícola Vale do Zutina	7	Pindaré	1977	Pecuária p/corte	24.586	91
São Bento Agropecuária S/A	8	Pindaré	1980	Pecuária p/corte	8.085	71
Maranhão Agropastoril S/A	9	Pindaré	1981	Pecuária p/corte	22.000	65
Cia Vale do Buriti	10	Pindaré	1979	Pecuária p/corte	10.334	98
Cia Agropecuária Meio Norte	11	Mearim	1980	Pecuária p/corte	4.016	59
Junior Agropecuária S/A	12	Mearim	1972	Pecuária p/corte	2.356	35
Maguary Agropecuária S/A	13	Mearim	1970	Pecuária p/corte; arroz, amendoim	5.000	30
Mearim Agroindustrial S/A	14	Mearim	1976	Pecuária p/corte; leite; arroz	8.064	30
Cia Agropecuária do Nordeste	15	Mearim	1973	Pecuária p/corte; arroz; milho	4.033	46

[103]Além destes 52 projetos, engajados no Finor, existem mais 15, enquadrados no 34/18, considerados 'paralisados' e 'caducos'.

Agroindústria Entre Rios S/A	16	Gurupi	1979	Pecuária p/corte; madeira	18.964	92
Empreendimentos Agroindustriais Reunidos S/A	17	Alto Mearim e Grajaú	1972	Pecuária p/corte	11.926	44
Soberana Agroindustrial S/A	18	Alto Mearim e Grajaú	1972	Pecuária p/corte	17.642	69
Cia Agroindustrial e Pecuária Pericumã	19	Baixada Ocidental	1973	Pecuária p/corte	6.000	70
Indústria Pecuária Pinheirense S/A	20	Baixada Ocidental	1971	Pecuária p/corte; leite; queijo	3.786	54
Agropastoril Maranhense S/A	21	Baixada Ocidental	1970	Pecuária p/corte; leite; queijo	3.865	39
Búfalos Bovinos do Maranhão S/A	22	Baixada Ocidental	1971	Pecuária p/corte; leite	4.327	24
Agropecuária Maranhense S/A	23	Baixada Ocidental	1978	Pecuária p/corte; arroz	4.407	32
Agropastoril Iguará S/A	24	Itapecuru	1969	Pecuária p/corte; arroz	13.044	24
Agropecuária Norte	25	Itapecuru	1971	Pecuária p/corte; arroz; amendoim	3.700	43
Agropastoril Cantanhede S/A	26	Itapecuru	1971	Pecuária p/corte	2.008	57
Agropecuária Tamarindo S/A	27	Itapecuru	1981	Pecuária p/corte	8.275	50
Cia Cachucha Pastoril	28	Itapecuru	1970	Pecuária p/corte; leite	17.501	115
Nazaré Agroindustrial	29	Itapecuru	1971	Pecuária p/corte; arroz	1.980	16
Org. Codoense Agroindustrial S/A	30	Itapecuru	1970	Pecuária p/corte; arroz; amendoim	3.384	80
Cia Corrente Agropecuária S/A	31	Itapecuru	1981	Pecuária p/corte; arroz	7.415	50
Verde-Negro Agropecuária S/A	32	Itapecuru	1970	Pecuária p/corte	5.977	36
Cia Agrop. e Ind. de Coroatá S/A	33	Itapecuru	1969	Pecuária p/corte; arroz; amendoim	4.872	58
Cia Pajeú do Maranhão	34	Itapecuru	1976	Pecuária p/corte	3.977	9

Cia Agrícola Mata Escura	35	Itapecuru	1980	Pecuária p/corte; arroz	10.000	80
Empreendimentos Rurais J. Farias S/A	36	Itapecuru	1972	Pecuária p/corte; caju	12.025	58
Imperial Agroindust. do Maranhão S/A	37	Itapecuru	1980	Pecuária p/corte	8.394	74
Jundiaí Indl. Agropecuária S/A	38	Itapecuru	1968	Pecuária p/corte; amendoim; arroz; mandioca; milho	7.536	120
Monte Cristo Agroindustrial S/A	39	Itapecuru	1972	Pecuária p/corte; arroz	8.098	30
Cia Agroindustrial Vale do Munim	40	Alto Munim	1972	Pecuária p/corte	2.520	27
Cia Matos Novos Vale do Itapecuru	41	Alto Itapecuru	1977	Pecuária p/corte; algodão	6.026	26
Columbi Agroindustrial S/A	42	Alto Itapecuru	1977	Pecuária p/corte	10.219	59
Pecuária Pastos Verdes S/A	43	Alto Itapecuru	1980	Pecuária p/corte; arroz	9.096	64
Agropecuária Carafistula S/A	44	Alto Itapecuru	1979	Pecuária p/corte; algodão	3.666	24
Fazenda de Rebanho p/o Abastecimento do Vale do Parnaiba S/A	45	Baixo Parnaíba	1969	Pecuária p/corte	2.732	45
Cia Agropecuária do Maranhão	46	Baixo Parnaíba	1980	Pecuária p/corte	7.000	76
Cia Vale do Rio Sereno Agroindustrial	47	Chapadas do Sul	1979	Pecuária p/corte	5.072	48
Cia Vale do Rio Sereno Agroindustrial	48	Chapadas do Sul	1978	Pecuária p/corte	5.837	34
Pontes S/A Agropastoril	49	Baixo Balsas	1972	Pecuária p/corte; arroz; mamona	14.330	62
Frigorífico Babilônia S/A	50	São Luís	1970	Pecuária p/corte; leite; avicultura	544	30
Bacabinha Agropecuária	51	-	1970	Pecuária p/corte	4.000	24
Cia Agropecuária do Norte S/A	52	-	1970	Pecuária p/corte	4.303	-
TOTAL					**431.078**	**2.761**

Fonte: SUDENE *apud* Arcangeli, 1987, p. 122-124

Anexo 02 – Projetos agropecuários financiados pelos incentivos fiscais da SUDAM até 1981

Fonte: ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra: uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense**. São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.

Razão Social	Nº	Microrregião	Ano de Aprovação	Objetivos de Produção	Área (ha)	Nº de Empregos
União Pastoril S/A Fazenda Pindaré	-	Imperatriz	1975	Pecuária de Corte	30.000	55
Imperatriz Pecuária Industrial	-	Imperatriz	-	Pecuária de Corte	30.008	68
CAPISA - Carolina Agropastoril e Industrial	-	Imperatriz	1981	Pecuária de Corte e Arroz	6.147	27
CIA Agropecuária Santa Inês	-	Pindaré	-	Pecuária de Corte e Leite	1.480	27
Pedra Preta S/A Agropecuária	-	Pindaré	1979	Pecuária de Corte	19.800	67
CELIBA - Companhia Agropastoril Eliseu Batista	-	Pindaré	1981	Pecuária de Corte e Arroz	8.300	40
Agropecuária Santos Diniz S/A*	-	Itapecuru	1975	Pecuária de Corte	-	-
Agropastoril Itapecuru S/A	-	Itapecuru	1967	Pecuária de Corte	3.192	20
Fazenda Modelo	-	Itapecuru	1979	Pecuária de Corte	1.771	35
PEASA - Pecuária e Agrícola S/A	-	Alto Mearim e Grajaú	1980	Pecuária de Corte, Arroz e Milho	9.800	63
TOTAL	**-**	**-**	**-**	**-**	**110.498**	**402**

Fonte: SUDAM *apud* Arcangeli, 1987, p. 128

Anexo 3 – As mais conhecidas empresas localizadas na área da COMARCO

Fonte: ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra: uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense**. São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.

Levantamento elaborado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, na obra As Secas do Nordeste e do Maranhão (1981) e reproduzido por Alberto Arcangeli na obra O mito da terra: uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense de (1987).

Grupo / Empresa	Área (ha)
Grupo Bung Born	
Sambra S/A Agropecuária Industrial	25.000
Sambra Maranhense S/A	25.000
Sambra Amazônia S/A	25.000
Sambra Nordestina S/A	25.000
Grupo Cacique	
Tucumã	25.000
Pindaré	25.000
Guiaracá	25.000
Cacique	25.000
Grupo Pão-de-Açúcar	-
Grupo Varig	-
Grupo Bamerindus	-
Grupo Mesbla	18.658
Grupo Bom Pastor	48.440
Florestal Maracassumé	46.753
Agropecuária Turiaçu	24.961
Grupo Meira Lins	
Cia Vale do Rio Sereno	20.672
Exportadora Coelho	52.000
Santa Fé	17.319
Grupo Fernandes	
Matary	24.000
Faisa	24.000
Grupo EIT	
Citema	24.000
Remasa	9.000

Fonte: Arcangeli, 1989, p. 130